



# Trabalhos de Antropologia e Etnologia

VOL. 44  
(1-2)

PORTO  
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA  
2004



## SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

Fundada em 1918.

Instituição Colectiva de Utilidade Pública

(D. R. n.º 89, 2ª série, de 16/04/1987)

Inscrita na Cons. do Registo Com. do Porto sob o n.º 49

Pessoa Colectiva n.º 501 663 614



**Sede:** Faculdade de Ciências do Porto  
Praça Gomes Teixeira  
4099-002 Porto - Portugal

### Órgãos sociais

**Mesa da Assembleia Geral:** *Presidente* – Susana Oliveira Jorge; *Secretários* – Mário Jorge Barroca; Ana Bettencourt.

**Direcção:** *Presidente* – Vítor Oliveira Jorge; *Vice-Presidente* – Henrique Gomes de Araújo; *Secretário* – Paulo Castro Seixas; *Tesoureira* – Ana Leite da Cunha; *Vogais* – Maria de Jesus Sanches; Paula Mota Santos; António Manuel Silva; Margarida Santos Silva; Leonor Sousa Pereira.

**Conselho Fiscal:** *Presidente* – Eduardo Jorge Silva; *Secretários* – Sérgio Monteiro Rodrigues; Carla Stockler Nunes.

## **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**

**S.P.A.E.**  
S O C I E D A D E  
P O R T U G U E S A • D E  
A N T R O P O L O G I A  
E • E T N O L O G I A



**TRABALHOS  
DE  
ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA**  
*Revista inter e transdisciplinar de Ciências Sociais e Humanas*

**VOL. XLIV**  
Fasc. 1-2

FLUP - BIBLIOTECA  
Periódicos



886283

PORTO  
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA  
2 0 0 4

39(05)  
Tra.



## TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

publicação da  
Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia  
(Registada no Instituto da Comunicação Social sob o nº 112408)  
Vol. XLIV fascs. 1-2 2004

### *Direcção*

Vítor Oliveira Jorge

### *Redacção*

Direcção da S.P.A.E.

### *Edição e Propriedade*

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia  
Faculdade de Ciências do Porto  
Praça Gomes Teixeira  
4099-002 PORTO (Portugal)  
E-mail: vojsoj@sapo.pt

### *Composição, Impressão e Acabamentos*

Litografia A.C.  
Rua Conselheiro Lobato, 179 – 4705-089 BRAGA  
Telefs. 253 272 967 / 253 616 540 – Fax 253 612 008  
E-mail: geral@litografiaac.pt

### *Distribuição:*

#### **DINAPRESS**

Largo Dr. António de Sousa de Macedo, 2  
1200-153 LISBOA  
Tel. 21 395 5270 – Fax 21 395 0390  
E-mail: info.dinapress@dinalivro.pt

Janeiro de 2004.

*Tiragem:* 750 exs.

Depósito legal nº 27405/89

ISSN: 0304 – 243 X

Para o volume 44 (fascs. 1-2 e fascs. 3-4) desta revista foram solicitados os apoios de:

- IPLB - Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (“Programa de Apoio a Revistas”)
- **FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia**  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA
- Fundação Calouste Gulbenkian

Desejamos estabelecer intercâmbio com outras publicações.  
Nous souhaitons établir l'échange avec d'autres publications.  
We wish to establish exchange with other publications.  
Tauchverkehr erwünscht. Sollicitiamo intercambio.

## SUMÁRIO

<i>Preâmbulo</i> .....	7
<i>Intencionalidade, linguagem e valores. Contributos interdisciplinares para a questão da universalidade e da diversidade da moral,</i> por Marina Prieto Afonso Lencastre.....	15
<i>As etno-paisagens. A observação etnogeográfica das formas sociais de modelagem do espaço,</i> por Armindo dos Santos.....	29
<i>Características contextuais da prostituição de rua e do trabalho sexual de interior,</i> por Alexandra Oliveira .....	49
<i>Antiguidades orientais e conflitos internacionais: (a propósito de) um episódio português em plena 1.ª Grande Guerra Mundial,</i> por Ana Cristina Martins .....	69
<i>Uma proposta para reconceptualizar a materialidade arqueológica: o Campaniforme no Norte de Portugal e regiões fronteiras,</i> por João R. P. Rebuge .....	111
<i>Práticas de construção e reprodução de poder no Portugal rural do século XVII ao século XIX. O caso do morgadio de Peroviseu e Chãos (Fundão),</i> por Judite Maria Nunes Esteves .....	187

### VÁRIA

<i>RECENSÃO de “A irrequietude das Pedras, Reflexões e experiências de um arqueólogo”,</i> por João Muralha .....	211
<i>Pierre Lemonnier no Porto</i> .....	217

## PREÂMBULO

### a antropologia

*à memória de Abel Salazar,  
pela união da arte e da ciência*

do outro lado do corredor  
um rosto de índio iluminou-se.  
vi-lhe as feições com nitidez  
e perguntei-lhe qual a sua etnia.

notei depois, à medida  
que se aproximava,  
que pertencia a um corpo,  
inteiro e em movimento;

e transportava alguns objectos,  
tal como essas figuras animadas  
que nas vitrinas dos museus  
ilustram modos de vida.

e perguntei-lhe qual a sua tribo,  
se o que trazia era para vender,  
como tinha conseguido  
penetrar na minha casa  
em silêncio,  
e aproximar-se de mim  
assim tão subtilmente.

mas quando a sua cara  
(exalando tons de tintas,  
de óleos berrantes,  
de unguentos escorregadios  
com que se tinha besuntado)  
chegou tão perto  
que quase tocou a minha,  
vi por detrás dela,  
como numa fotografia,  
um fundo de estantes  
com seus livros alinhados.

é a biblioteca de antropologia,  
pensei, o saber em que nós,  
ocidentais, arrumámos  
a humanidade inteira,  
umas vezes por ordem alfabética,  
outras vezes por grau de complexidade,  
em geral do mais selvagem  
para o mais requintado.

estão aqui registados  
em ficheiros infinitos  
todos os dados que se reportam  
a comunidades extintas,  
cada uma com seu nome,  
tempo e região:  
as cores de pele,  
a forma dos cabelos,  
as tatuagens e poses com que,  
numa moldura de plantas e lianas,  
ou sobre um quadro de planícies  
a perder de vista,  
nos olham desamparados,



com uma expressão  
que se tornou ambígua,  
opaca ao nosso entendimento,  
própria do rosto  
de todos os retratados,  
e portanto dos que já habitam o limbo  
entre a vida e a morte;

mas talvez também  
porque foram apanhados  
ainda em plena vida  
no gesto jamais feito,  
jamais preparado  
para ficar assim;  
e agora, na desfocagem  
da sua fisionomia,  
denunciam o estertor  
dos que passam de pessoas  
– ou seja, realidades vibráteis –  
a objectos de observação científica,  
parados para a contemplação  
do nosso olhar.

esses arquivos, dantes,  
ainda tinham os cheiros ultramarinos  
que traíam as suas  
diversas proveniências;  
flores secas, pássaros captados  
no voo, objectos de toda a sorte  
encarcerados  
na claustrofobia de vitrinas,  
cadernos de campo  
cheios de notas sobrepostas,  
cartas recebidas da civilização,  
com selos e carimbos antigos  
de Paris, Londres ou Berlim.

e à noite, nos museus,  
os guardas suspeitavam  
que os silêncios das salas  
eram atravessados  
por sons de floresta,  
por sussurros de saudade,  
por passos de alguém que,  
cansado da sua etiqueta  
(de aborígene, de ameríndio,  
de homo sapiens qualquer coisa,  
de especialista já desaparecido,  
de esposa de antropólogo  
esperando numa estação,  
de entomologista debruçado  
no seu gabinete cheio  
de odores químicos),

e iludindo a vigilância,  
se dirigia para outra secção,  
baralhando assim as nomenclaturas,  
as taxonomias, todo o esforço  
de gerações de missionários,  
de viajantes, de colecionadores,  
de aventureiros, de sábios,  
que se desprenderam de tudo  
para, como dizem os seus diplomas,  
ou as suas entradas de enciclopédia,  
partir para longe e trazer novidades.

hoje não há perigo de perda  
ou fuga possível:  
está tudo (pelo menos  
na nossa imaginação ou desejo)  
desinfectado, asséptico,  
bem organizado  
em gavetas polidas,  
em bases de dados interactivas,  
em imagens animadas  
que vêm como assomos súbitos  
à janela dos computadores.

é como se pudéssemos puxar  
ao écran da actualidade  
todos os que morreram,  
e jazem fotografados  
de frente e de perfil  
– um imenso cadastro,  
uma incomensurável morgue.

e pô-la ao dispor de todos,  
crianças e estudiosos,  
cidadinos e habitantes que,  
da mais remota aldeia,  
podem agora felizes aceder  
à rede que também os envolve.

até a vida  
que andava por aí,  
desorganizada, leviana,  
está lá apanhada  
completamente,  
pelo que tudo o que ocorre,  
já ocorre porque há rede,  
que é o alfa e o omega  
do nosso tempo.

assim, para a forma  
de saber totalitário  
em que vivemos,  
que respiramos,  
que cada dia reforçamos,  
o sábio já o era  
a partir do primeiro  
escrito de infância;  
e o amante ardoroso  
interrompera a acção  
quando ia consumir o beijo,  
para se dirigir ao funeral da amada,  
uma vida depois.

assim  
tudo é limpo, correcto,  
cada um faz o que deve ser.  
não há discriminações,  
as etnias de toda a terra  
estão organizadas por ordem alfabética,  
temática, geográfica, cronológica,  
segundo as suas coordenadas  
precisas.

e sorriem, cada uma  
no seu pavilhão  
da grande exposição universal  
em que o mundo se tranformou.

nada está fora do previsto,  
a não ser talvez tu próprio, índio,  
que me visitas ao fundo  
da escuridão do corredor,  
e para mim vais crescendo  
com uma expressão indecifrável.

se voltaste para recuperar  
as máscaras que coleccionei,  
leva-as;  
excepto uma, claro,  
a mais evanescente de todas,  
e que uso como rosto próprio.

há uma varanda nas traseiras  
com caramanchão,  
onde poderemos falar  
da relatividade das culturas,  
no meio de cactos, tucanos,  
plantas e aves raras aqui.

e recordar tempos d' outrora,  
fumar com a elegância  
de príncipes da selva,  
apresentar argumentos fortes,  
com o vigor do pau-santo,  
sentados sobre "chaises-longues",  
enquanto contemplamos  
os voos das araras.

servir-te-ei um chá  
que já não encontras  
em parte alguma, um odor  
asiático, milagroso.

porém, se possível,  
não me olhes tão fixamente.  
rompe o silêncio,  
que é a mais cruel  
das encenações.

eu prometo, à vista da Lisboa  
de quinhentos, que Lisboa ainda é,  
com a sua azáfama portuária  
e todas as ruas a descer  
para o Tejo,  
aqui, à sombra desta palmeira  
centenária,  
entre quadros maravilhosos  
onde o tempo se fixou  
aprender contigo antropologia  
– essa ciência e essa arte  
de nos deixarmos ainda espantar  
com o mais trivial gesto,  
a mais fugaz expressão,  
sobre um mosaico horizontal  
de remorsos e de feridas incuráveis,  
que se estende, como num quadro de Dali,  
até ao horizonte imaginável.

porque só com a diversidade do humano,  
o carácter sempre inesperado dos dias,  
mesmo que persistentemente  
ausentes ou recalçados,  
as abóbadas, as volutas,  
as colunas das árvores,  
os arcos lançados ousadamente  
para os firmamentos da geometria,  
ganham sentido –  
ou seja, alcançam um ponto  
de interrogação.

espero por isso que a faca  
que transportas  
à frente do teu olhar fixo  
traga a estética “etno” dos desenhos  
incisos no seu cabo,  
e não, ao contrário, a frieza vingativa,  
brônzea, do gume:  
a que, pelo verdete do golpe,  
concede ao corpo atingido  
a verde cor do desfalecimento.

*Vítor Oliveira Jorge*

Porto, Fevereiro de 2004

# INTENCIONALIDADE, LINGUAGEM E VALORES. CONTRIBUTOS INTERDISCIPLINARES PARA A QUESTÃO DA UNIVERSALIDADE E DA DIVERSIDADE DA MORAL\*

por

Marina Prieto Afonso Lencastre\*\*

**Resumo:** O presente artigo propõe-se analisar a questão dos valores do ponto de vista comparado, concebendo-os como estados intencionais particulares fundados na empatia e na reflexividade da linguagem. A condição intencional dos valores e a sua inscrição em campos simbólicos de ordem cultural permitem uma reapreciação da questão da universalidade/diversidade antropológicas da moral.

**Palavras-chave:** Comportamento; mente encorporada; valores.

## 1. Da intencionalidade do corpo e da mente

A recente atenção conferida por diferentes áreas das ciências sociais e humanas à dimensão corporal da experiência humana (Johnson, 1987, 1993, Castoriadis, 1990, Varela et al., 1993, Maturana, 1996, Milheiro, 1999, Damásio, 2000, Lakoff & Nuñez, 2000, entre outros) permite articular, de modo original, a abordagem da etologia humana sobre o comportamento e a subjectividade, com considerações conceptuais e metodológicas de outras disciplinas. Na actualidade, esta articulação entre ciências biológicas e psico-sociais aparece como fundamental, tanto para evitar as derivas funcionalistas de um corpo colonizado pelas técnicas do biosaber (Latour, 1999), como para limitar as formações reactivas contrárias que vão no sentido de uma inflação subjectivista dos produtos da consciência. Apesar das críticas a que têm sido sujeitas, as ciências sociais e humanas tendem frequentemente a dicotomizar o seu objecto, na senda da tradição cartesiana sobre a dualidade do

---

\* Artigo escrito no contexto do projecto Terra financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FSE, POCTI/CED/42610/2001).

\*\* Professora Catedrática da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

corpo – matéria extensa susceptível de ser compreendida pelas metodologias das ciências da natureza (i.e. medicina, biologia, genética...) – e da mente – entidade incorpórea somente entendível através das subtilidades do discurso e da arte. Esta parece ser a disposição própria ao sistema binário de oposições entre o corpo/mente característico do pensamento ocidental, face a outras interpretações antropológicas da questão (Descola, 2002).

A abordagem psicanalítica sobre o corpo apresenta mais do que uma aproximação heurística com a etologia humana (Cyrulnik, 2002, entre outros), do mesmo modo que a psicossomática estrutural tem chamado a atenção para a importância da ainda mal compreendida ligação entre o corpo e a mente na explicação de certos fenómenos patológicos (Milheiro, 1999). A psicologia comparada e a etologia de inspiração fenomenológicas (Buytendijk, 1952, von Uexkull, 1958, Straus, 1989, Thinès, 1966, 1978, 1991, 1999, Lencastre, 1999, 2002), enquanto descrições da corporeidade, ou seja, da condição encorporada (*embodied*) da experiência humana<sup>1</sup> parecem receber uma interpretação renovada por parte das ciências cognitivas interessadas na operacionalização da *intencionalidade* (Brentano, 1874)<sup>2</sup> enquanto via de intersecção para o problema corpo/mente (Lakoff & Johnson, 1980, Varela et al, 1993, Allen & Bekoff, 1997, entre outros).

A noção de intencionalidade foi particularmente desenvolvida pela psicologia e pela etologia fenomenológicas, e tem sido utilizada por alguns trabalhos recentes da neurobiologia (Berthoz, 2003) e das ciências cognitivas para designar a orientação, assim como certas propriedades dos estados mentais encorporados referidos a objectos internos ou externos. A percepção, as atitudes expressivas, a execução de movimentos e os processos fisiológicos subjacentes são encarados como actos intencionais e não como acontecimentos físicos de natureza causal. A intencionalidade é uma modalidade existencial que não implica, para a sua definição, nem a representação racional nem qualquer conhecimento *objectivo* do espaço-tempo. Constituindo a ordem implícita do comportamento e dos seus significados vividos, ela manifesta-se de modo *subjectivo*, na temporalidade e na espacialidade próprias ao organismo. A intencionalidade constitui assim o fundo de significação que subjaz às representações, crenças, desejos, intenções e valorações que conotam a relação do sujeito

---

<sup>1</sup> Ver Merleau-Ponty, 1945 para uma leitura precursora sobre este tema.

<sup>2</sup> O conceito de intencionalidade foi introduzido na psicologia por Franz Brentano na sua obra de 1874 *Psicologia do ponto de vista empírico*, cujo objectivo era criticar a psicologia dos conteúdos de consciência e da introspecção, e mostrar quais as condições para uma psicologia empírica fundada sobre a noção de acto intencional e de experiência. A obra de Brentano foi decisiva não só para a filosofia (a fenomenologia de Husserl, 1913, 1931, 1936), como para a psicologia de Forma. A intencionalidade designa a relação significativa que o sujeito, animal ou humano, desenvolve com as situações definidas pelo meio material e social. A intencionalidade do sujeito constitui o campo fenomenológico do comportamento. A intencionalidade não se confunde com a noção consciente de intenção.



com o mundo. Na senda dos trabalhos em etologia humana (Eibl-Eibesfeldt, 1989), esta relação intencional com o mundo material e social recebeu um assento empírico a partir das grandes categorias motivacionais da espécie humana, tais como a reprodução, a filiação, o estatuto, a vinculação, a socialidade, a agressão, a exploração, o espaço, etc.

Na perspectiva da etologia cognitiva animal, as formas intencionais são sobretudo visíveis na percepção e na acção, e o seu conteúdo parece ser não proposicional, mas imagético, emocional e pré-conceptual. Segundo J. Proust (1998), as atitudes proposicionais mentais podem ser interpretadas, nos seres humanos, como simbolizações abstractas da informação interna ou externa, formalizada segundo a lógica dos predicados de objecto, correspondendo a estados intencionais humanos que podem definir valores culturalmente aceites. A este propósito, Mark Johnson (1987) escreve que a significação humana compreende os esquemas da experiência corporal e as estruturas pré-conceptuais da sensibilidade, que são os modos de percepção, a maneira de nos orientarmos e de interagir com os outros objectos, acontecimentos ou pessoas. Como estes esquemas corporalmente inscritos não são privados ou particulares à pessoa que os experimenta, a cultura ajuda a interpretá-los e a codificar um grande número de entre eles. Estes esquemas (intencionais) tornam-se modos de experiência culturalmente partilhados e ajudam-nos a determinar a natureza da compreensão significativa e coerente do mundo. Neste processo, a linguagem serve para codificar as experiências dos humanos a um nível social mais abstracto e a narrativa aparece como caracterizando o carácter sintético dessa experiência. As histórias que contamos emergem, e depois refazem a estrutura narrativa da nossa experiência. “Como somos criaturas imaginativas e narrativas, podemos configurar as nossas vidas de novas maneiras” (Johnson, 1993: 163).

Segundo Damásio, os cérebros humanos estão equipados com os dispositivos linguísticos apropriados para ‘traduzirem’ a memória das experiências e aquisições individuais em relatos autobiográficos e em criações imaginativas partilhadas, no seio dos quais emerge o *eu* do narrador. Por outras palavras, a história imagética e pré-verbal emerge através de palavras enquanto circunstância de revelação do eu “que só nasce à medida que a história vai sendo contada, no interior da própria história” (2000: 223). Na senda destas ideias, pomos a hipótese de que, no ser humano, as narrativas morais se elaboram a partir da intencionalidade da acção, referindo-se a conteúdos imagéticos, emocionais e pré-conceptuais motivados e inscritos corporalmente – os estados intencionais. As narrativas morais nascem assim da confluência da experiência significativa vertida em processos imaginários (metafóricos, metonímicos) que permite exprimir o objecto moral, um objecto mental nascido da confluência de significados culturais e de percepções individuais intencionalizadas. As metáforas com que justificamos o nosso agir moral correspondem

a experiências corporais e imaginárias que se vinculam a um “como se” expressivo que faz variar a experiência significativa num campo de extensões simbólicas que a liberta dos cenários exclusivos em que essa experiência nasceu. O *marcador somático* da vida psíquica imaginária (Damásio, 2000) permanecerá como caução da linguagem, o princípio de *Si-mesmo* que faz com que sejamos, ao mesmo tempo, o ‘diálogo com o outro e com o estranho em nós mesmos’.

A hipótese de que a moral emerge de estados intencionais particulares simbolizados pela linguagem nasce da ideia de que o corpo e a mente humanos possuem uma história simultaneamente filogenética e ontogenética, onde a acção intencional precede e informa a linguagem simbólica; assim, “isto significa sobretudo que é necessário reintegrar o corpo sensível nos processos cognitivos e numa teoria da consciência” (Berthoz, 2003: 78) moral. De facto, é provável que as decisões (morais ou outras) dependam de diferentes níveis organizacionais incorporados e articulados entre si, que funcionam desde os níveis mais inconscientes até aos mais conscientes, e vice-versa. Esta posição arrasta, como correlato, o estudo articulado entre aspectos perceptivo/motores, emocionais e simbólicos que tanto podem coincidir como oporem-se, na ordem do sujeito. “No início não era o verbo, mas a acção. É a partir da acção que construímos a nossa percepção do mundo. ...os processos mais elaborados do funcionamento cerebral estão inscritos na acção intencional” (Ibidem). Esta persistente intencionalidade da mente – este constante ‘dizer respeito a’ – tem como consequência evolutiva e depois como base, no ser humano, a tendência natural do cérebro para contar histórias. “Da forma mais espontânea possível o cérebro representa objectos, no corpo e fora do corpo, e representa as suas interacções no decurso do tempo. E de forma mais ou menos espontânea constrói enredos, verdadeiros ou falsos, sobre esses objectos e acontecimentos.” (Damásio, 2000: 221). O presente artigo pretende analisar esta questão do ponto de vista do esclarecimento que pode trazer para a constituição de uma teoria interdisciplinar dos valores enquanto estados intencionais particulares, onde se articulam aspectos etológicos, cognitivos e simbólicos.

## 2. Da moral: aspectos comprados

A primatologia recente (Goodall, 1986, Byrne & Whiten, 1990, Byrne, 1993, de Waal, 1996, S. Rumbaugh *et al.*, 1998, entre outros) mostra com alguma evidência que os primatas não humanos apresentam padrões de socialidade onde se podem reconhecer a empatia, a reciprocidade e a simpatia, entre outros elementos que tínhamos reservado para um dos nossos comportamentos mais específicos: a moral. As clássicas categorias antropológicas cederam face às revelações da etologia: o

bipedismo ocasional, a fabricação de utensílios, a caça cooperativa, a partilha de alimento, o altruísmo, o evitamento do incesto, a existência de famílias, a cópula face-a-face, a divisão sexual do trabalho, a comunicação, as alianças políticas, os cuidados parentais, a proto-pedagogia correspondem a categorias antropológicas que se encontram ao nível dos primatas não humanos, e grande parte destas categorias são reconhecíveis ao nível dos mamíferos e de outros grupos zoológicos. É possível observar, no seio desta intrincada rede de condutas sociais, comportamentos que evocam alguns dos fundamentos tradicionalmente imputados à moral humana, nomeadamente a cooperação e a sua “chave de ouro”, a reciprocidade, o altruísmo intra e interespecífico, a empatia, a obediência a normas sociais, a pacificação e o evitamento activo do conflito, o tratamento especial aos inválidos e aos doentes, o abatimento face à morte de um próximo. O antropomorfismo dos termos não deve iludir quanto ao intuito de conhecimento objectivista da etologia; é mais económico, do ponto de vista da heurística científica, pôr a hipótese de mecanismos cognitivos semelhantes para espécies estreitamente aparentadas (o ser humano e o chimpanzé partilham 98.7% dos genes, mais do que o que partilham chimpanzés e gorilas), do que postular mecanismos divergentes para comportamentos semelhantes nessas mesmas espécies.

Assim, como constituir uma teoria da moral humana se alguns dos seus temas fundamentais se encontram já esboçados ao nível animal, na companhia da agressão, da morte, do mal? Enquanto a animalidade se confundiu com o mal, foi fácil reservar para o ser humano a esfera dos sentimentos positivos, como o exprime o *princípio reversivo da evolução* (P. Tort, 1983) aplicado às culturas humanas; mas quando o motor dessa reversão é já visível ao nível animal, desde o comportamento altruísta dos invertebrados, passando pela solidariedade nas aves e nos mamíferos (L. A. Dugatkin, 1997), até às sofisticadas formas de empatia social nos chimpanzés (De Waal, 1996), então a questão passa a merecer uma nova atenção que inclua esse saber numa compreensão alargada dos comportamentos de aparência ‘moral’<sup>3</sup>, nas suas diferentes manifestações culturais (A. Ducros *et alii*, org., 1998). Como veremos adiante, no ser humano, estes comportamentos complexificam-se e elaboram-se socialmente, adquirindo um estatuto próprio a partir dos registos da linguagem simbólica na origem dos códigos sociais sujeitos, por sua vez, à permanente intencionalidade e reflexividade da linguagem.

Segundo vários autores (Byrne, 1993, de Waal, 1996, Hoffman, 1999) as capacidades empáticas parecem revestir uma grande importância como precursores

---

<sup>3</sup> Segundo L. de Heusch (1993) uma antropologia moral enquanto área de investigação da etnografia ou da etnologia teórica não existe; os relatos antropológicos analisam regras sociais e referem ocasionalmente comportamentos evocando valores ‘morais’ que, no entanto, não se aproximam do sistema ético ocidental.

evolutivos do comportamento moral, na medida em que este último envolve a compreensão de si e dos outros inseridos numa situação social de que se detém, em certa medida, a chave. Confirmando esta descrição, a neurobiologia recente mostrou a existência no símio de neurónios designados por ‘espelhos’ que se localizam em zonas do cortex frontal consideradas como responsáveis por actividades motoras, e que se activam também a partir de estímulos visuais (Rizzolatti *et al.*, 1996). Estes neurónios entram em actividade tanto quando o animal executa a tarefa motora, como quando observa a sua execução por outros. No ser humano, a mesma observação foi feita para zonas do cérebro responsáveis por acções intencionais (cortex pré-motor e cortex parietal), que se activam quando o sujeito observa a actuação de outros. Esta ressonância motora inconsciente pode estar na origem da nossa capacidade para atribuir estados mentais aos outros, baseados na consciência dos nossos próprios estados mentais e na sua identificação com os dos outros (Decety & Jackson, 2003). Fenómenos bem estabelecidos pela observação como o contágio emocional, o ‘efeito camaleão’ que consiste na modelagem social de expressões e mímicas corporais, a sincronização e, em geral, o desenvolvimento de laços sociais, processam-se em grande parte a nível não consciente e automático. A um nível de complexidade cognitiva como a que é característica do ser humano, o sujeito, além de imaginar o comportamento do outro e a sua reacção ao seu próprio comportamento, é capaz de empatizar com os seus sentimentos ao ponto de imaginar em si próprio as conseqüências negativas de um acto que prejudique. É através das interacções com os nossos semelhantes, desenvolvidas desde o nascimento, ou mesmo antes (Cyrulnik, 2002), que interiorizamos o ponto de vista dos outros e promovemos a nossa própria auto-consciência, traduzida na linguagem cultural. É óbvio que esta co-construção apresenta variações sociais e culturais importantes e que, portanto, o sentido que temos dos outros, na origem da expressão da empatia social e da moral, percorrerá caminhos e condições de desenvolvimento muito diferentes. Estas diferenças poderão ajudar a compreender a grande variedade de respostas sócio-morais constatadas na prática, assim como certos aspectos da diversidade das descrições etnográficas relativas aos valores. Além disso, certas psicopatias podem ser compreendidas a partir da ausência dos mecanismos psico-sociais da empatia.

Acrescentemos, ainda, que se a emergência de uma verdadeira consciência moral, discursiva e descentrada do indivíduo, parece despontar tardiamente na ontogénese humana, os comportamentos positivos baseados na empatia são extremamente precoces (Montagner, 1982, 1993). Com efeito, os estudos em psicologia do desenvolvimento moral na linha de Kohlberg (1981) por exemplo, centraram-se essencialmente sobre o *raciocínio moral*, ou seja sobre o desenvolvimento dos julgamentos morais, e menos sobre a ontogenia do *comportamento moral* tal como ele é espontaneamente expresso pelas crianças muito jovens. No ser humano, as emo-

ções empáticas aparecem como uma das bases principais para a preocupação com os outros (Goldman, 1993). Os trabalhos sobre vinculação e sobre sincronia afectiva precoce (Stern, 1985) apontam para a sua importância no desenvolvimento do sentido moral.

Hoffman (1993) mostrou como a experiência emocional precoce pode, através de mecanismos de imaginação empática, impregnar o julgamento moral e a elaboração de raciocínios morais mais abstractos. Além disso, Premack (1993) mostrou que os recém-nascidos já apresentam certas expectativas sobre o que *deve* ocorrer com objectos colocados em situações de interacção específicas. Segundo este autor, a criança recém-nascida já possui uma série de critérios de avaliação dos actos observados, segundo que os objectos são ou não, por ela, dotados de intenções. Esta atribuição depende do tipo de acção apresentada pelo objecto, e ela irá determinar a distinção entre actos 'positivos' (de ajuda) e actos 'negativos' (de prejuízo). Estes trabalhos de Premack parecem consolidar a ideia de que, já muito cedo na ontogénese, o ser humano apresenta expectativas e avaliações que concordam com o que mais tarde poderá ocorrer como uma avaliação de 'justeza' da situação social.

### 3. Culturas e valores

Parece claro que a aprendizagem social dos valores culturais se imprime sobre, e orienta, expectativas formais e disposições comportamentais prévias que apresentam precocemente motivações amistosas evidentes e transculturais, tais como a oferta de presentes, o consolo aos magoados, o contágio emocional, o sentido da reciprocidade, o reconhecimento do prejuízo.

É interessante notar, neste contexto, que se a etnografia mostra como são diversas as formas de aparência 'moral' dos diferentes povos, a etologia humana associada à neurobiologia e à psico-sociologia permite compreender como disposições empáticas básicas poderão diferenciar-se socialmente em função dos padrões sócio-culturais em que o indivíduo cresce. Se for culturalmente inaceitável proteger os mais fracos, a disposição equivalente será reforçada negativamente nos indivíduos que a apresentarem (apesar do seu eventual sofrimento), e o seu comportamento tenderá a organizar-se de outro modo afim de se adequar ao padrão dominante. É deste modo que os contextos sócio-culturais fazem emergir (*enagir*, Varela op. cit.) as personalidades dominantes correspondentes<sup>4</sup>. Este aspecto relaciona-se com

---

<sup>4</sup> Este fenómeno é dramaticamente visível nos contextos de guerra, em que certas personalidades adquirem uma relevância selectiva particular, tal como bem descreve o psiquiatra alemão Arno Gruen na sua obra *A loucura da normalidade* (1987).

o mecanismo produtor de variedade etnopsicológica descrito por D. Sperber (1993) que permite distinguir entre a disposição intencional e emocional do sujeito (o seu estado mental) e os significados simbólicos variados com que os grupos sociais conotam essa vivência (os conteúdos mentais). Ele escreve a propósito da diversidade moral encontrada nas diferentes culturas: “a incompatibilidade manifesta das doutrinas morais entre si não é... suficiente para justificar um ponto de vista relativista. As doutrinas não são um reflexo directo do pensamento dos membros da sociedade, são antes objectos de pensamento. É verdade que estes objectos podem ser respeitados, ensinados, meditados, e que, portanto, afectam as ideias e os sentimentos morais dos indivíduos; inversamente, estas doutrinas são o produto colectivo das ideias e dos sentimentos de gerações de indivíduos. No entanto, não está excluída a hipótese de estas construções públicas divergirem mais de uma sociedade para a outra, do que os estados mentais dos seus membros. É concebível, por outro lado, que os estados mentais dos indivíduos no interior de uma mesma sociedade divirjam mais do que deixariam supor as suas manifestações colectivas aparentemente unânimes.” Escusado será dizer que as numerosas excepções, assim como as variações em torno de temas culturais centrais, e a desviância da norma, falam dos variadíssimos modos da adaptação e da inovação individuais.

Este consiste num dos capítulos mais interessantes da etologia humana e da antropologia social e cultural associadas à cognição e à linguagem humanas, e tem apresentado resultados importantes permitindo reconhecer, aquém do relativismo moral, intencionalidades cognitivas e emotivas gerais que são orientadas localmente em função das tradições étnicas e do valor simbólico dos afectos, dos gestos e dos objectos. Os comportamentos ‘morais’, enquanto formações interactivas, parecem exercer-se num quotidiano social com interessantes homologias comportamentais entre culturas e também com aspectos da vida social dos antropóides; no entanto, enquanto formações culturais e nomativas, eles inscrevem-se em departamentos simbólicos e práticos que podem fragmentar os comportamentos pró-sociais entre elementos do mundo dos interditos, a esfera do controle social e as formações discursivas e práticas diversas que caracterizam as grandes tradições de pensamento.

Assim, do ponto de vista antropológico, a projecção da ‘moral’ enquanto categoria intelectual para fora do contexto ocidental, onde nasceu, poderá enviezar a percepção e a compreensão da dinâmica social onde certos comportamentos normativos fazem sentido. De facto, as variadas crenças e ritos sagrados que encontramos nas culturas pré-modernas, por exemplo, afastam-se das preocupações morais tais como as podemos conceber na nossa tradição grega e judaico-cristã. A antropologia actual considera que estas sociedades ditas tradicionais vivem em equilíbrios funcionais relativos onde, paralelamente à manutenção da

ordem social, podem ocorrer conflitos e tensões várias (pelo prestígio e pelo poder, por exemplo) que ameaçam esse equilíbrio e dinamizam as sociedades (de Heusch, 1993). É nestes contextos conservadores que os códigos sociais normativos, e suas infracções, fazem sentido.

Em África, por exemplo, a etnia matrilinear dos Lele apresenta uma categoria social – *buhonyi*: a vergonha, a reserva, a modéstia – que estipula uma série de regras em relação ao corpo e às suas funções tais como não excretar em público, não comer coisas podres, não praticar o incesto e também uma série de codificações das relações sociais como não roubar, respeito pelo pai, etc. Para os Lele, *buhonyi* corresponde a uma categoria social cuja semântica distingue os humanos dos animais, que não possuem vergonha (praticam o incesto, excretam em público, etc...). Este sentimento de vergonha social, que também é apresentado por outras etnias africanas, possui designações distintas e variações nos comportamentos convencionados que é função dos diferentes grupos; está muito longe do sentimento de vergonha que, na nossa cultura, se fundiu com o sentimento de responsabilidade face à transgressão, originando uma ideia interiorizada e potencialmente mais abstracta de falta que está na origem da ideia de pecado. Nos Lele, a falta é exterior e social – a vergonha aparece quando a pessoa é apanhada a praticar os actos proibidos (de Heusch, op. cit.).

A religião também não parece ser, por sua vez, a origem universal da moral, e a concepção que vê a moral como um movimento ascendente desde o tabú primitivo do incesto até às sofisticadas formas de regulação da vida pública foi duramente criticada desde a *Geneologia da moral* de Nietzsche (ed. 2000); esta convicção, associada às evidências da etnografia social e à compreensão da origem histórica da ideia de bem, tendem a radicar a moral, e a orientação ascensional dos seus conteúdos, na crença ocidental sobre a *história como movimento* (na direcção de um mundo necessariamente melhor). Ora esta crença, que “faz parte da visão banal dos indígenas da Europa e dos seus primos americanos” (de Heusch, op. cit.), e que se tem generalizado a muitas culturas, está bem longe das sociedades tradicionais que apresentam uma concepção cíclica, não orientada, do tempo. Do ponto de vista antropológico, será assim útil distinguir entre a ética, que se inscreve nas grandes tradições discursivas, religiosas ou laicas, sobre o bem e o mal constituindo, portanto, uma categoria histórica, e os comportamentos ditos ‘morais’ que se aplicam à distinção e normalização dos códigos sociais e suas infracções que, sob regimes antropológicos diversos, encontramos em todas as culturas.

#### 4. Intencionalidade, normatividade e reflexividade

Segundo Thinès (1993), podemos compreender alguns aspectos da evolução das tradições 'morais' a partir da capacidade de inovação simbólica e da reflexividade da linguagem. Estas permitem tanto uma abstracção crescente relativamente aos constrangimentos consumatórios (etológicos) de origem, como a sua associação a objectos e a situações virtuais construídas com a ajuda dos símbolos. A tendência para associar diferentes situações reais ou imaginárias a outras situações reais ou imaginárias torna talvez o ser humano na única espécie em que o conflito interno entre diferentes ordens próprias, ou entre a ordem própria e a ordem social é uma realidade. Deacon (1997) escreve a este propósito, no início da sua obra sobre a linguagem humana: "Embora partilhemos o mesmo mundo com milhões de outras criaturas, também vivemos num mundo a que nenhuma outra espécie tem acesso. Vivemos num mundo cheio de abstracções, impossibilidades e paradoxos... Biologicamente, somos só mais um símio. Mentalmente, somos um novo *phylum* de organismos. Nestes dois factos aparentemente incomensuráveis reside o problema que tem que ser resolvido antes de termos uma resposta satisfatória para o que significa ser humano."

Esta dualidade de constrangimentos parece resultar, segundo Thinès (op. cit.), do princípio inicial de *ordenação intencional* de valores, cuja origem filogenética é relativa à sobrevivência biológica. Os valores passam a impôr-se enquanto ordem ritualizada no interior de códigos sociais particulares que, com o tempo, tendem a dissociar a sintaxe do conteúdo vivido. Esta dissociação entre a intencionalidade da acção (constitutiva) e a norma cultural (instituída) poderá estar na origem da dualidade de códigos regendo uma parte importante dos comportamentos sociais humanos, entre os quais os comportamentos morais.

A ritualização, na sua função de apaziguamento, ao substituir o acto pelo sinal nas interacções individuais, reduz simultaneamente os riscos biológicos do contacto corporal e favorece a emergência do simbólico. A hipertelia e a repetição do acto correspondem às principais modalidades expressivas da ritualização, que garante deste modo a compreensão da mensagem pelo seu destinatário. A repetição do acto parece estar ligada à emergência evolutiva da reflexividade, na medida em que procede a uma verificação comparativa da sua própria identidade morfológica, contribuindo para uma execução mais adequada e para a inclusão da reflexividade inerente a este processo numa linguagem simbólica.

Segundo o mesmo autor, se é a linguagem simbólica que está na origem da imposição normativa cultural, é também a linguagem, na sua vertente reflexiva, que instaura a possibilidade de controlo das construções institucionais que ela mesma originou. Na medida em que este é um processo cultural dinâmico e auto-aferido, parece difícil estabelecer a existência definitiva de codificações culturais da moral,



pois parece que estas dependem da relação muitas vezes contraditória estabelecida entre a linguagem simbólica, a ordem ritual da cultura e a ordem própria<sup>5</sup>.

Nas diferentes culturas, as ordenações simbólicas ritualizadas tanto podem referir-se a aspectos convencionais da organização da vida social (uso de véu, higiene particulares, rituais diversos...), como a aspectos mais fundamentais da vida colectiva. Trabalhos de investigação com crianças e adolescentes de duas comunidades religiosas fundamentalistas (amish-menonitas e judeus ortodoxos e conservadores) mostraram que estas distinguem bastante bem entre as regras morais obrigatórias como não roubar, não caluniar, não prejudicar, de regras convencionais mais contingentes e não universalizáveis como o dia do culto, o uso de véus, a hora da oração, os alimentos proibidos, etc (Nucci & Turiel, 1991). Os resultados do estudo mostraram que as regras da religião convencional são conceptualizadas de maneira diferente das regras morais, que devem ser respeitadas mesmo se Deus não tivesse orientado nesse sentido. As interpretações que as crianças e adolescentes fazem das convenções baseiam-se em regularidades da vida social (Turiel, 1993) e não em regras tidas por fundamentais. Na medida em que também já se encontram ao nível da vida social dos primatas, é de esperar que certas regras sociais fundamentais como a reciprocidade, não roubar ou não causar prejuízo, possam aparecer moduladas nas diferentes culturas em registos simbólicos diversos, embora mantenham a sua força de prescrição original. De facto, apesar da reciprocidade humana e do sentido de justiça se encontrarem extremamente desenvolvidos em algumas culturas humanas actuais, eles não constituem novidades absolutas do ponto de vista evolutivo, mas são provavelmente desenvolvimentos normativos de tendências reconhecíveis ao nível dos primeiros homínidos. Os nossos antepassados já se orientavam pela gratidão, a obrigação, a retribuição, a indignação, muito antes de terem desenvolvido a linguagem e, portanto, muito antes de serem capazes de traduzir esses sentimentos num discurso moral (de Waal, 1996). Uma concepção generativa e epigenética das normas 'morais' regulando a vida social permite associar tendências fundamentais da vida em sociedade com sistemas simbólicos e práticos diversos através dos quais se estabelecem; esta perspectiva associa a difícil procura de normas comuns às culturas, à investigação sobre os mecanismos generativos semelhantes que as desenvolvem.

---

<sup>5</sup> A inexistência de *codificações culturais definitivas* da moral não significa que os sujeitos não apresentem *comportamentos e emoções* 'morais' mais estáveis; estes serão organizados e receberão as interpretações simbólicas e culturais próprias ao contexto em que se exprimem, modulam ou reprimem. Como D. Sperber (1993) mostrou, a mesma emoção moral como a indignação poderá estar associada a um conteúdo mental e ao seu contrário, em dois oponentes morais. Em diferentes momentos da história, certas concepções sobre o amor ou a maternidade ou a amizade poderão aparecer como sublimes ou como ridículas; os significados mudam em função dos contextos sócio-culturais e históricos, mas as componentes motoras e emocionais a que eles se referem permanecem (polimorficamente) nas populações, conotados dos sentimentos com que os sujeitos os vivem face às normas culturais (Consultar para esta questão V. Desprey, 1999).

A etologia humana foca com especial relevo as dinâmicas comportamentais da vida social corrente, tais como as dinâmicas do quotidiano – dinâmicas de estatuto, dinâmicas sexuais e parentais, dinâmicas institucionais, hierárquicas, vinculativas, rituais, etc –, estruturalmente mais estáveis e universais do que as criações simbólicas diversas que as enquadram e onde adquirem significado cognitivo<sup>6</sup>. Parece, portanto, ser a conjugação da observação naturalista com as produções subjectivas, caso a caso, que permite a constituição de uma teoria interdisciplinar da moral, que é, antes de mais, uma teoria da compreensão do *sujeito* moral. A observação naturalista do comportamento humano, e a inscrição dessas observações numa ciência comparada do comportamento (comparação entre culturas, mas também entre espécies da mesma família zoológica) oferece um contexto teórico e metodológico interessante para a articulação com as produções subjectivas, a partir de um repertório fiso-motor e sensório-emotivo limitado. A qualidade generativa desta *natureza humana* impede a redução dos significados à biologia ou à psicologia, porque inscreve a condição simbólica dessa natureza no registo da permanente auto-produção subjectiva de tempo histórico, onde se processam as mudanças culturais, e estas últimas no seio mais vasto do tempo da evolução onde se processam as mudanças estruturais de *Homo sapiens*<sup>7</sup>.

## BIBLIOGRAFIA

- ALLEN, C., BEKOFF, M. (1997). *Species of mind. The philosophy and biology of cognitive ethology*, USA: MIT Press.
- BERTHOZ, A. (2003). Au commencement était l'action in *La Recherche*, n° 366, pp. 74-78.
- BRENTANO, J. (1874). *Psychologie vom empirischen Standpunkt*, Leipzig: Duncker & Humbolt.
- BUYTENDIJK, F.J. (1952). *Traité de psychologie animale*, Paris: PUF.
- BYRNE, R.W. (1993). Empathy in Primate social manipulation and communication: a precursor to ethical behavior in Thinès G. (ed.) *Biological evolution and ethical conduct*, Brux: Académie Royale de Belgique.
- BYRNE, R.W. & WHITEN, A. (1990). Tactical deception in primates: the 1990 database, *Primate Report*.
- CASTORIADIS, C. (1990). *Dialogue*, Paris: Ed. De l'Aube.
- CHANGEUX, P. (1996) (Dir.). *Fundamentos naturais da ética*, Lisboa: Inst.º Piaget.
- CYRULNIK, B. (2002). Etologia das relações precoces in COHEN-SOLAL, J. & GOLSE, B., *No início da vida psíquica. O desenvolvimento da primeira infância*, Lisboa: Inst.º Piaget.

<sup>6</sup> Consultar para um apanhado dos temas da etologia humana Eibl-Eibesfeldt, I., 1989, *Human ethology*, Nova Iorque: A de Gruyter.

<sup>7</sup> É de notar que os dispositivos culturais e históricos da nova medicina genética poderão acelerar e modificar dramaticamente os padrões temporais da evolução humana. Uma compreensão aprofundada das diferentes temporalidades inscritas no humano poderão ajudar a regular as técnicas do biosaber, noção com que iniciámos este texto.

- DAMÁSIO, A. (2000). *O sentimento de si. O corpo, a emoção e a neurobiologia da consciência*. Lisboa: Pub. Eur.-América.
- DEACON, T.W. (1997). *The symbolic species. Co-evolution of language and the brain*, N.Y.: W.W. Norton & Comp. Inc.
- DECETY, J. & JACKSON, P.L. (2003). Le corps acteur de l'esprit in *La Recherche*, nº 366, pp. 79-87.
- DE HEUSCH, L. (1993). La pitié et la honte in Thinès (ed.) *Évolution biologique et comportement éthique*, Brux.: Académie Royale de Belgique.
- DESCOLA, P. (2002). Anthropologie de la nature, [www.college-de-france.fr](http://www.college-de-france.fr).
- DESPREY, V. (1999). *Ces émotions qui nous fabriquent. Ethnopsychologie de l'authenticité*, Paris: Synthélabo.
- DUCROS, A. & DUCROS, J. & JOULIAN, F. (1998). *La culture est-elle naturelle? Histoire, épistémologie et applications récentes du concept de culture*, Paris: Ed. Errance.
- DUGATKIN, L.A. (1997). *Cooperation among animals. An evolutionary perspective*, USA: Ox. Un. Press.
- EIBL-EIBESFELDT, I. (1989). *Human ethology*, Nova Iorque: A de Gruyter.
- GOLDMAN, A. (1993). Ethics and cognitive science, citado por Johnson, M. (1999). Ethics in Bechtel, W. & Graham, G. (Ed.), *A companion to cognitive science*, Blackwell Publ.
- GOODALL, J. (1986). *The chimpanzees of Gombe – patterns of behaviour*, EUA: Harvard.
- GRUEN, A. (1987). *A loucura da normalidade*, Lisboa: Assírio & Alvim.
- HOFFMAN, M. (1999). The contribution of empathy to justice and moral judgement, citado por Johnson, M. (1999) Ethics in W. Bechtel, G. Graham (ed.) *A companion to cognitive science*, Blackwell Publ.
- JOHNSON, M. (1987). *The body in the mind: the bodily basis of imagination, reason and meaning*, Chicago: Chic. Un. Press.
- JOHNSON, M. (1993). *Moral imagination. Implications of cognitive science for ethics*, U.S.A.: University Chicago Press.
- KOHLBERG, L. (1981). *Essays on moral development, Vol. I*, S. Fran: Harper & Row.
- LAKOFF, G. & JOHNSON, M. (1980). *Metaphors we live by*, USA: Chicago Un. Press.
- LAKOFF, G. & NUÑEZ, R. (2000). *Where mathematics come from. How the embodied mind brings mathematics into being*, Basic Books Ed.
- LENCASTRE, M.P.A. (1999). *Epistemologia evolutiva e teoria da emergência. Contribuição para uma perspectiva fundamental em biologia do comportamento*, Lisboa: Fund. Cal. Gulbenkian.
- LENCASTRE, M.P.A. (2002). *Natureza e cultura. Elementos interdisciplinares para a educação e a ética ambiental*, Porto: FPCE da UP.
- LATOUR, B. (1999). How to talk about the body? The normative dimension of science studies in <http://www.ensmp.fr/~latour/articles/article/077.html>.
- MATURANA, H. (1996). *Desde la biología a la psicología*, Chile: Ed. Univ.
- MERLEAU-PONTY, M. (1945). *Phénoménologie de la perception*, Paris: Gallimard.
- MILHEIRO, J. (1999). Psicossomática estrutural: o facto psicossomático in *Revista Portuguesa de Psicossomática*, Vol. 1, nº 2, Jul/Dez, pp. 17-29.
- MONTAGNER, H. (1988). *L'attachement. Les débuts de la tendresse*, Paris: Odile Jacob.
- MONTAGNER, H. (1993). La précocité de l'émergence des conduites sociales complexes, fondement de la vie relationnelle et des valeurs morales in G. Thinès (ed.) *Évolution biologique et comportement éthique*, Brux.: Académie Royale de Belgique.
- NIETZSCHE, F. (2000). *Para a geneologia da moral*, Lisboa: Relógio d'Água.

- NUCCI, L. & TUIEL, E. (1991). God's word, religious rules and their relation to christian and jewish children's concepts of morality, Un. Illinois Chicago citado por Turiel, E. (1996), Natureza e fundamentos do raciocínio social na infância in Changeux, J.P., *Os fundamentos naturais da ética*, Lisboa: Inst.º Piaget.
- PREMACK, D. (1996). "Conhecimento" moral do recém-nascido in J.P. Changeux (Dir) *Fundamentos naturais da ética*, Lisboa: Inst.º Piaget.
- PROUST, J. (1998). Intentionnalité in Houdé, O. et al (Ed.) *Vocabulaire de sciences cognitives*, Paris: PUF.
- RIZZOLATTI, G. et al. (1996). *Cognitive brain research*, 3, 131 citado por Decety, J. & Jackson, P.L. (2003) Le corps acteur de l'esprit in *La Recherche*, n° 366, pp. 79-87.
- SANN, L. (1993). Aspects éthologiques de l'émergence éthique chez l'enfant prématuré in G.Thinès (ed.) *Évolution biologique et comportement éthique*, Brux.: Académie Royale de Belgique.
- SAVAGE-RUMBAUGH, S. & SHANKER, S.T. G. & TAYLOR, T.J. (1998). *Apes, language and the human mind*, USA: Ox. Un. Press.
- STERN, D. (1985). *The interpersonal world of the infant: a view from psychoanalysis and developmental psychology*, N.Y.: Basic Books.
- SPERBER, D. (1996). Observações antropológicas sobre o relativismo moral in J. P. Changeux (Dir.) *Fundamentos naturais da ética*, Lisboa: Inst.º Piaget.
- STRAUS, E. (1989). *Du sens des sens*, Grenoble: Ed. J. Millon.
- THINÈS, G. (1966). *Psychologie des animaux*, Brux.: Dessart.
- THINÈS, G. (1978). *Fenomenologie y ciencia de la conducta*, Madrid: Pir. Ed.
- THINÈS, G. (1991). *Existence et subjectivité. Etudes de psychologie phénoménologique*, Ed. Un. Brux.
- THINÈS, G. (1993). Code rituel et code éthique in Thinès (ed.) *Évolution biologique et comportement éthique*, Brux.: Académie Royale de Belgique.
- THINÈS, G. (1999). Organisme et intériorité, *Revue européenne des sciences sociales*, Tome XXXVII, n° 115.
- TORT, P. (1983). *La pensée hiérarchique et l'évolution*, Paris: Aubier.
- TUIEL, E. (1996). Natureza e fundamentos do raciocínio social na infância in Changeux, J.P. (1996). *Os fundamentos naturais da ética*, Lisboa: Inst.º Piaget.
- UXKUELL, J. (1958). *Mensch und Tier*, Hamburg: Rowahlt T. Verlag.
- VARELA, F. & THOMPSON, E. & ROSCH, E. (1993). *L'inscription corporelle de l'esprit. Sciences cognitives et expérience humaine*, Paris: Seuil.
- WAAL, F. (1996). *Good natured: the origins of right and wrong in humans and other animals*, USA: Harv. Un. Press.

# AS ETNO-PAISAGENS. A OBSERVAÇÃO ETNOGEOGRÁFICA DAS FORMAS SOCIAIS DE MODELAGEM DO ESPAÇO

por

**Armindo dos Santos\***

**Resumo:** Mais do que um mero sistema de apreciação estética, a observação das paisagens socio-espaciais (as etno-paisagens) é considerada neste artigo como um instrumento metodológico estratégico de percepção de fenómenos sociais, mais ou menos profundos, susceptíveis de se reflectirem, directa ou indirectamente, no espaço sob a forma materializada. Segundo o autor, as paisagens de origem humana são sistemas (panorâmico-escópicos) dotados de diferentes níveis de significação sociológica e nesta medida representam um objecto privilegiado de observação das organizações sociais. Sendo assim, o maior ou menor grau de afectação do espaço pela acção social não pode deixar de colocar algumas interrogações ao investigador relativamente a determinadas sociedades.

**Palavras-chave:** Panorâmica; espaço-território; morfologia socio-espacial.

## 1. A OBSERVAÇÃO ETNOLÓGICA DA PAISAGEM

Proponho-me apresentar no presente artigo uma breve reflexão acerca das paisagens enquanto reflexo de configurações sociais materializadas no espaço. Trata-se de uma ponderação situada na fronteira antropogeográfica da investigação que pretende pôr à discussão as potencialidades metodológicas oferecidas pela perspectiva de observação das paisagens humanas, dado estas serem um meio revelador das relações sociais profundas dos grupos e da sua natural propensão a materializarem-se no espaço de vida (território, lugar<sup>1</sup>).

A paisagem, enquanto imagem complexa encerrando e revelando uma determinada modelagem social do espaço (solo, aquático ou mesmo subsolo), não tem merecido significativamente a atenção dos antropólogos, salvo em algumas excepções. Muitos

---

\* Antropólogo Social, Professor da Universidade Nova de Lisboa.

<sup>1</sup> Ou o "não lugar" segundo a definição de Marc Augé, *Não-lugares: introdução a uma antropologia da Modernidade*, 1994.

deles interessam-se pelo espaço enquanto significado identitário, económico, agrário, histórico, sócio-morfológico, filosófico mas muito raramente como paisagem e esta como conceito fundador de um protocolo de leitura das formas sociais cristalizadas no espaço. Ou seja, a paisagem como modelo de interpretação dos significados sociológicos que os espaços terrestres manipulados pela acção humana encerram. Não me refiro à percepção de carácter estético que as sociedades *modernas* têm habitualmente das perspectivas panorâmicas oferecidas pela natureza ao olhar, mas ao significado da paisagem enquanto meio metodológico de observação e de análise transversal em relação à abordagem etnográfica no terreno.

Através da observação minuciosa dos elementos constitutivos das paisagens humanas, é possível apreender do “exterior” (à comunidade, ao grupo), de modo distanciado, a materialização – consciente e, ou, inconsciente – das relações sociais em formas espaciais concretas. Por outras palavras, é interessante pensar a paisagem como objecto sociológico cujo protocolo metodológico de estudo representa uma posição estratégica qualificada de observação (directa e indirecta) das relações sociais inscritas materialmente no espaço. Não representam tais palavras dizer que o *todo* social afecta directa e materialmente o espaço mas, tão somente, que as relações sociais mais significativas são fortemente susceptíveis de se reflectirem nele, de uma ou de outra forma – o que se torna importante, se considerarmos que a perspectiva da importância estratégica das propriedades parciais permite, como é de esperar, aceder às propriedades da lógica social global.

Traduz esta postura prestar atenção ao que representa a espécie de *linguagem* sociológica discretamente expressa na configuração espacial e reflectida pela paisagem social. Com efeito, a paisagem, enquanto *linguagem* espelhada pelo espaço socialmente organizado, difere, subtilmente, da concreta morfologia social (sem no entanto deixarem de estar intimamente relacionadas) pelo facto da primeira – enquanto *significante* – interpelar directamente o olhar, e a segunda corresponder – enquanto *significado* – à sua expressão social concreta. Assim, do ponto de vista metodológico, a paisagem pode ser considerada como “posterior” à morfologia social. A primeira incitando do exterior o olhar sobre a segunda (e lhe é “anterior”), ou seja sobre a realidade interior construída pelos indivíduos e que o etnólogo se propõe compreender.

## 2. O QUE É UMA PAISAGEM?

Do espectáculo mais ou menos grandioso da natureza deriva directamente a noção de paisagem e as representações pictóricas a que deram lugar algumas delas. Só mais recentemente esta noção se estendeu a outras formas, graças à geografia, à

história agrária e às suas descrições dos extensos parcelados agrícolas, designadamente europeus e asiáticos, observados directamente nos campos, revelados pelas fotografias aéreas ou descritos nas plantas cadastrais.

Porém, o que é efectivamente uma paisagem e o que significa para que constitua, enquanto tal, um objecto de observação antropológica? As definições são várias segundo as perspectivas. Mas seja qual for o sentido que se lhe dê, a sua definição é sempre complexa e subtil e a que nos interessa aqui, embora mais concreta que qualquer outra, não o é menos.

Na acepção geral da palavra, a noção de paisagem presta-se para referir realidades muito diversas. Há quem a utilize, por exemplo a propósito do contexto político, para mencionar características difusas de um determinado espectro da actividade dos políticos, com expressões como: “a actual paisagem política...”, etc. Ou, ainda, para aludir a associações mais ou menos vagas a propósito de determinados conjuntos sociais relevantes. Num registo mais especializado mas igualmente vago, há quem também fale de *etno-paisagem*, não para referir uma qualquer paisagem no espaço mas um conjunto de algo pertencente ao universo da etnografia, enquanto expressão relativamente abstracta e indeterminada acerca de certas características sócio-culturais. Para alguns autores, o vocábulo *etno* pode aplicar-se a diferentes matérias e, nesta medida, também ser associado a conjuntos sócio-culturais simultaneamente difusos e incaracterísticos, sem no entanto querer significar qualquer panorâmica espacial. Ora, inversamente a estas utilizações vagas, o emprego deste vocábulo faz todo o sentido para definir precisamente as características sócio-culturais de uma determinada paisagem espacial pelo que aproveito a ocasião para o introduzir associado ao de paisagem. Assim, não é de outra coisa senão de etno-paisagens espaciais que o presente artigo trata.

Do ponto de vista etimológico, parece haver uma identidade clara entre as palavras paisagem e país (palavra de origem latina<sup>2</sup>) – ou seja, uma relação entendida como a “fisionomia” de um país. Aliás, os franceses designam as suas regiões por “pays”, o equivalente da nossa “terra”, e os “paysans”<sup>3</sup> os habitantes vivendo nas zonas rurais do “pays”. De resto, “aller au pays” representa o contraponto do nosso “ir à terra”. E os diferentes “pays” apresentam geralmente, em relação uns aos outros, uma paisagem muito contrastada do ponto de vista da geografia, confirmada por representações estéticas e identitárias locais.

No caso português, a noção de país corresponde a uma entidade alargada (o território nacional no seu todo) composta por diversas “terras” particularizadas, cada uma delas com as suas características paisagísticas, naturais e humanas, mais ou

<sup>2</sup> O *Pagus* em latim que na Antiguidade romana designava os limites de um território rural.

<sup>3</sup> Em latim comum, os *pagen(s)is* eram os habitantes do *pagus*.

menos próprias, cuja ideia de conjunto se define segundo a construção de um sentimento identitário de pertença nacional.

Na perspectiva estritamente geográfica, uma paisagem é constituída por um conjunto panorâmico de elementos físicos factuais existentes no espaço e oferecidos pela natureza ao olhar segundo diferentes escalas.

Com efeito, o espaço na sua factualidade bruta encerra diferentes elementos físicos naturais cuja totalidade constitui para além deles uma paisagem real, mais ou menos natural, sujeita a uma avaliação de várias ordens (composição mental, selecção, definição, interpretação) por parte do observador comum. É geralmente desta apreciação da realidade física que se trata quando se fala da paisagem da Cornualha, do cercado (*bocage*) bretão, dos campos abertos (*openfield*) da Europa Central ou do *ejido* espanhol. Ou quando, em Portugal, sem ir muito longe nos exemplos meramente geográficos, se opõe, *grosso modo*, a paisagem transmontana – associada ao relevo acentuado e ao *habitat* misto – à paisagem alentejana – associada indiferenciadamente à penepalanície e ao *habitat* concentrado. Naturalmente, no seio destas duas entidades macro paisagísticas outras unidades serão certamente recortadas localmente em função da variedade dos aspectos micro paisagísticos geográfico-humanos: tais como as características do planalto mirandês ou da arquitectura alentejana.

Se temos por hábito falar de paisagem quando nos deparamos com a natureza ou com a imagem das aldeias, é menos frequente pensarmos de igual modo quando observamos a disposição das coisas em meio urbano. De facto, as paisagens urbanas (reflectidas pelas pequenas, médias e grandes vilas) resultam de uma construção social muito diferente das paisagens rurais (expressas pelas aldeias e pela actividade agrícola). Em meio urbano, as paisagens socializadas são a própria essência do urbano, variadas e complexas; todo ele constituindo um conglomerado de paisagens. Uma bomba de gasolina, o “mobiário” de função urbana, etc. constituem motivos paisagísticos e são elementos parciais de paisagens mais amplas. Estes aspectos, enquanto significantes de ordenamento social do espaço, não podem deixar de interessar aos etnólogos do urbano.

A diferença entre as paisagens sociais rurais e as urbanas prende-se essencialmente com o facto de no campo as paisagens derivarem da interdependência muito íntima entre as organizações sociais locais e o seu espaço-território natural e em meio urbano a paisagem, cortada da natureza, procede mais de um ordenamento preconcebido do espaço e menos da espontaneidade da actividade dos indivíduos; se bem que estes tentem corrigir, na prática do dia-a-dia, as concepções dos decisores do ordenamento do espaço público em função das suas necessidades. Esta divergência de concepção do espaço é bastante interessante, pois pode mostrar até que ponto existe uma adequação entre ordenamento preconcebido do espaço e a prática espontânea dos indivíduos e em que consiste a relação de forças. A propósito do contraste



entre ordenamento conceptual do espaço e funcionalidade espontânea é possível observar que, em certos casos, os utilizadores de determinados locais nem sempre apreciam os ordenamentos dos arquitectos paisagísticos, por estes ignorarem a racionalidade e as necessidades dos utilizadores. Na prática, as pessoas, nas suas deslocações, não gostam de seguir percursos ziguezagueantes e longos mas sim pelos mais directos possíveis. De modo que, quando o ordenamento do espaço não respeita esta racionalidade, os indivíduos têm tendência para redefinir os seus próprios percursos consoante uma lógica própria; pelo que é corrente verem-se itinerários redesenhados – contrariando os previamente estabelecidos – segundo o efeito do percurso mais recto e mais curto. Este é um pequeno exemplo de como se passa de um ordenamento paisagístico conceptual a um ordenamento decorrente da lógica da actividade quotidiana dos indivíduos.

Independentemente da paisagem ser rural ou urbana, os elementos constitutivos do conjunto panorâmico são sempre acrescentados e sobrepostos à natureza e, segundo o caso, encontram-se mais ou menos articulados com ela. Nesta medida, um sistema agrícola de cultivo como, por exemplo, os grandes vinhedos do Douro, mostra uma maior integração em relação à natureza do que, tome-se o caso, um “cemitério” de automóveis. No entanto, ambos constituem, pela cena exibida, uma paisagem.

Contudo, para certos autores, a paisagem apresenta-se segundo uma perspectiva menos concreta. Para estes, ela constitui apenas uma noção, uma abstracção relevando da percepção individual acerca de uma determinada cena no espaço. Por outras palavras, consideram que a paisagem, enquanto todo panorâmico-escópico<sup>4</sup>, apreendido pelo olhar, é susceptível apenas de ser interpretada e relatada segundo um determinado julgamento estético dependente de determinados valores e épocas. Para os ditos autores, a paisagem é indissociável de quem a observa e, desde logo, meramente passível de uma apreciação segundo representações de carácter estético sujeitas a variações no tempo. Deste ponto de vista, a paisagem define-se como uma noção de leitura do espaço em função de um determinado sistema de apreciação. Mais, uma paisagem poderá continuar a existir materialmente mas desaparecer virtualmente se os indivíduos deixarem de a contemplar e apreciar<sup>5</sup>.

Além disso, existem antropólogos que consideram não ser universal a noção de paisagem enquanto sistema de apreciação estética do espaço. Defendem que nem todos os povos dispõem de um julgamento estimativo, em termos estéticos, acerca das cenas que o espaço envolvente apresenta. Desde logo, o conceito de paisagem não existiria em muitas sociedades. Nestas, o olhar local seria indiferente à estética

---

<sup>4</sup> Todo, considerado aqui do ponto de vista de uma vasta paisagem susceptível de ser contemplada e analisada de todos os lados, de modo circular.

<sup>5</sup> A. Corbin, *L'Homme dans le paysage*, 2001.

que a natureza oferece à vista (olhar indiferente à combinação e à harmonia das formas e cores existentes no espaço). Por outras palavras, nas ditas sociedades, não existiria intuição sensível acerca da disposição das coisas na natureza. Assim, temos de imaginar que povos tão longínquos e diversos como, por exemplo, os aborígenes da Austrália ou os índios da América tropical não têm uma visão sensível e multifacetada ou, no mínimo, uma perspectiva de di-visão, em termos de apreço e despreço do seu território e espaço envolvente. Resta que tal asserção está longe de ter sido demonstrada e o mais natural é que surjam dúvidas relativamente a esta hipotética inaptidão. Será que, para além de recortes e considerações em termos práticos (sociais, económicos, distância, tempo) acerca do meio onde vivem, certos povos não estarão em condições de o apreciar panoramicamente tecendo a seu propósito considerações de sensibilidade estética – segundo uma lógica interna ao grupo –, sendo tudo deste ponto de vista indiferente?

Independentemente de este facto ser verdadeiro ou falso, facilmente se percebe que a apreciação subjectiva da paisagem, por muito sedutora que pareça, não é de qualquer operacionalidade em antropologia (e muito menos em geografia).

No entanto, nenhuma das diferentes teorias existentes nega a noção, minimalista, de que a paisagem diz respeito a uma porção de espaço fácil de abranger e apreender de um lance pela mecânica do olhar. Tal significa que a paisagem não existe sem suporte material. A mera idealização não permite recriar uma paisagem cujos elementos não façam já parte do sistema cognitivo de apreciação e não relevem da experiência concreta dos indivíduos. Mesmo representada, ela terá de conter sempre elementos factuais reais, relativamente coerentes, existentes na realidade, embora a composição mental possa evidenciar alguma variedade de um indivíduo para outro. Concluindo, uma paisagem não é susceptível de ser representada em total contradição com a realidade factual mas apenas interpretada segundo um determinado sistema de apreciação mental directamente dependente dessa mesma realidade observada.

### 3. AS LEITURAS DA PAISAGEM

Do ponto de vista da sua dimensão sociológica, a paisagem pode apresentar diferentes níveis de significação. Um nível decorrente da influência geográfica; um nível derivado da organização social local; um terceiro nível derivado das escolhas estéticas; um quarto nível correspondente às formas simbólicas cristalizadas no espaço; um quinto nível de significado histórico.

O primeiro nível, derivado da influência geográfica, resulta da topografia em função da qual o comportamento humano se molda condicionando mais ou menos o seu impacto no espaço. A ela pode estar associado um mito fundador explicativo

da escolha de um determinado estabelecimento populacional ou do significado da sua toponímia (um exemplo fundador muito comum em Portugal é o da praga de formigas, mas também o da cobra, etc.); o segundo nível corresponde às marcas da organização social no espaço nas suas diversas expressões morfológicas estruturais e de onde emanam o segundo e terceiro níveis de significação: o nível da escolha da forma das coisas existentes no espaço não dependentes directamente dos elementos de estrutura social e o nível que corresponde, mais propriamente, às marcas da actividade simbólica e aos seus significados enquanto modelos de referência social e cultural, segundo valores e crenças locais. Finalmente, o nível histórico reflecte a importância que teve, na longa duração, a inscrição social no espaço assim como o grau da sua manifestação e respectivos condicionalismos na actualidade.

Assim, a paisagem socio-espacial espelha um conjunto de elementos de morfologia dispostos no espaço segundo determinadas configurações. E como tal, é precisamente esta socialidade cristalizada no espaço que interessa o etnólogo. Ou seja, interessam-lhe as formas sociais, mais ou menos estáveis, expressas pela paisagem, enquanto realidades físicas concretas resultantes do ordenamento humano do espaço e cujo grau de materialização é susceptível de ser objectivado e interpretado (sociologicamente) por um observador exterior ao grupo, independentemente da perspectiva de recriação estética de paisagem, variável segundo os indivíduos e as culturas, e significativamente mais subjectiva. Mas, como refere G. Lenclud<sup>6</sup>, é certo que uma determinada realidade física não existe independentemente de um esquema conceptual fixando, convencionalmente mas não arbitrariamente, o que há exactamente de factual nela e que poderia supostamente escapar à acção deformadora de qualquer olhar. No entanto, introduzo a ideia de que, efectivamente, se o fenómeno da paisagem observada só tem de tangível a construção que o esquema conceptual fixado pelo etnólogo permite objectivar e, graças a ele, o torna inteligível, este só é compreensível porque se refere a realidades intrínsecas à própria experiência humana. Portanto, o esquema conceptual compreensível por um observador comum não será muito diferente daquele que serve ao etnólogo para objectivar o que ele tem por hábito submeter à sua observação.

Contudo, se os sistemas de apreciação das paisagens e as suas variações ao longo da história também têm significado para a antropologia, na medida em que revelam formas de ver, pensar e agir dos indivíduos, a leitura etnológica da paisagem importa tanto ou mais quanto mais ela é susceptível de revelar directamente modelos sociais concretos de organização humana. Esta perspectiva, em vez de ser

---

<sup>6</sup> G. Lenclud "L'ethnologie et le paysage – questions sans réponse", in *Paysage au Pluriel – Pour une approche ethnologique des paysages*, Col. Ethnologie de la France, Cahier n° 19, 1995, Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.

evacuada para considerar exclusivamente o lado emocional do olhar, como se pretende com algumas das definições de paisagem, deve, ao contrário, incluir o exame etnográfico da paisagem. A sua observação atenta, exempta o mais possível da percepção subjectiva, pelo esforço de neutralidade do olhar, autoriza encarar a paisagem como uma importante variável metodológica, bastante operatória e não dispensável no estudo das sociedades nas suas diversas manifestações espaciais. Ou seja, importa substituir a subjectividade da leitura estética da paisagem pela visão objectiva de alguém que lhe é totalmente exterior.

Trata-se portanto de privilegiar a observação da materialidade social da paisagem (sem a querer definir unicamente segundo este aspecto) cuja leitura e análise nos aproxima das preocupações dos geógrafos, no que refere à descrição e análise de fenómenos concretos existentes no espaço, mas nos separa disciplinarmente quando nos conduz à prospecção de relações sociais mais ou menos profundas.

Nestes termos, para além do enquadramento estético mental acerca de uma determinada panorâmica do espaço (que também é interessante enquanto interpretação simbólica da composição do espaço feita pelos paisagistas, pelos sujeitos estabelecidos ou de passagem), o que está realmente em causa é o seu interior social: o significado da composição e disposição material dos elementos espaciais (mais ou menos naturais ou sociais conforme o grau de intervenção humana), em consequência de um ordenamento derivado da estrutura social. Por outras palavras, mais que uma avaliação estética da composição dos elementos materiais existentes no espaço e da sua disposição, o propósito são as relações sociais profundas que essa disposição subtende.

Na perspectiva que nos interessa, ou seja o que a paisagem pode revelar da complexidade das realidades sociais reportadas no solo, impõe-se particularmente a abordagem positiva da metodologia antropológica aplicada à observação das paisagens, numa relação interdisciplinar com a geografia. Ora, como tenho vindo a referir, esta bordagem metodológica pressupõe – à semelhança da metodologia antropológica habitual – que a subjectividade inerente ao sistema de apreciação estética da paisagem deva ser afastada por parte do observador, para que os modelos sociais cristalizados no espaço possam ser apreendidos o mais objectivamente possível e não segundo um modelo de apreciação preconcebido, individual ou colectivo.

Nesta medida, a relação disciplinar com a geografia é estratégica, tanto do ponto de vista dos conceitos, que lhe são próprios, como do ponto de vista do plano geográfico que lhe serve de fundo, visto ser nele que se inscrevem as diferentes unidades discretas de observação: como o parentesco, o económico, o religioso, o político, o simbolismo das formas descritas na paisagem. O percurso vai assim do espaço mais ou menos natural do geógrafo ao espaço socializado do antropólogo, dado ser nesta continuidade que se inscreve a preocupação deste último.

Nestas condições, que diferença de perspectiva pode haver entre geógrafos e antropólogos no que diz respeito às paisagens? Como é sabido, os geógrafos interessam-se, classicamente, e sobretudo, pelas condições geofísicas da paisagem: do relevo e causas geológicas, da sua estratificação, da flora e fauna, preocupam-se igualmente em cartografar, segundo diferentes escalas, todos os aspectos físicos naturais e de intervenção humana, evidenciados pela paisagem. Por seu turno, os antropólogos – sem deixarem de ter em consideração a maioria dos aspectos geográficos – têm fundamentalmente como objectivo a compreensão do significado sociológico da paisagem. O que ela revela, directa ou indirectamente, da complexidade das relações sociais num dado território, resultado da adaptação dos indivíduos ao seu espaço como da maior ou menor intensidade de utilização deste, em consequência de fortes relações de interdependência complexa entre o meio físico e o meio social, e onde estes factores podem ceder uns aos outros ou combinar-se entre si, modelando sempre, em qualquer dos casos, o território de forma mais ou menos característica.

Todavia, não se trata tanto de constatar a distribuição dos fenómenos sociais no espaço como de compreender os quadros espaciais cujas características são de origem sociológica. Ou seja, como refere C. Lévi-Strauss<sup>7</sup>, o que está em questão é a observação de fenómenos não dependentes de factores naturais.

No entanto, convém relativizar esta última afirmação, dado existirem circunstâncias naturais que condicionam e orientam as práticas humanas. Com efeito, facilmente se constata como as condições geográficas podem limitar, em certas circunstâncias, a acção humana. Veja-se, por exemplo, o caso da oposição entre as actividades de montanha e as actividades de planície; ou a evidente oposição entre a actividade nas regiões geladas, regiões temperadas e tropicais.

Mas nem só a geografia é uma condicionante sociológica, corre igualmente ao seu lado, enquanto tal, a história. Assim, quantas paisagens chegadas directamente de épocas muito antigas condicionam as práticas sociais actuais, mesmo quando não existe entre estas e o passado qualquer continuidade? Tome-se o caso de um pequeno exemplo: a construção da auto-estrada da Beira Interior onde a montante de Alpedrinha foi necessário encontrar uma solução técnica de vulto (um viaduto) para não eliminar uma importante via romana que por ali passa. Nesta ocasião, o presidente de câmara, de então, satisfeito com a solução encontrada dizia: “É fascinante a coexistência entre uma via moderna e outra muito antiga; uma por cima e outra por baixo!” Salvaguardou-se assim a sedimentação da história no espaço.

Com efeito, um determinado espaço sujeito, ao longo do tempo, à constante acção humana, à dinâmica das transformações sociais e consequentes modelagens,

---

<sup>7</sup> C. Lévi-Strauss, *Anthropologie Structurale*, 1958.

encerra muito provavelmente indícios visíveis de forte sedimentação histórica dessa acção contínua no solo. Estes indícios do passado não emanam apenas do tempo geológico, mas expressamente do tempo próprio das mudanças sociais a que o espaço esteve sujeito. A maior ou menor longa duração social no espaço é susceptível de deixar mais ou menos marcas visíveis da sua actividade passada na paisagem actual. Lembro as muitas paisagens vindas directamente da Idade Média, como, por exemplo, os cercados do velho *bocage* português, onde ele ainda persiste, combinado com aspectos resultantes da sua longa transformação. Nestas condições, o antropólogo (mas também o historiador) tem a oportunidade de colocar a questão de saber o que representa e significa uma determinada paisagem actual, o que ela deve ao passado e ao presente. Que representam determinados aspectos cuja cristalização no espaço não condiz com as práticas sociais actuais mas corresponde a impressões antigas que condicionam a liberdade de acção actual? Por outras palavras, que nos poderá dizer determinada paisagem enquanto documento histórico?

Resumindo, a paisagem, na sua configuração socio-espacial, revela, em todas as circunstâncias, diferentes níveis de diacronia, uns mais antigos outros mais recentes. Tal não significa que todas as alterações sociais deixem sempre marcas no espaço ou que, quando tal se verifica, o processo se realize imediatamente. Além disso, entre dois momentos permeia sempre o percurso mais ou menos longo do tempo da cristalização da acção social no espaço. No entanto, a paisagem quase sempre encerra, apesar de variável, paralelamente à geografia e à sincronia social, uma dimensão histórica, mais ou menos condicionante da actualidade, da qual a antropologia não se pode alhear.

Assim, a paisagem contém em si uma dimensão dinâmica que lhe advém das transformações acontecidas no espaço ao longo do tempo: as alterações da natureza, que ocorrem de modo mais ou menos lento, e as que procedem do tempo das transformações sociais. Em certas situações, as alterações naturais e sociais são concomitantes. Por exemplo, em muitas zonas de Portugal a vegetação retoma actualmente o seu antigo lugar e domina o espaço por falta de actividade agrícola significativa. Os campos agrícolas cobrem-se de vegetação, as sebes esbatem-se com o alastramento dos espinhosos, os caminhos rurais esbatem-se igualmente sob o forte manto arbustivo espontâneo e a erosão não controlada. Nestas condições, diga-se incidentemente, pretender classificar como património uma determinada paisagem e proceder à sua preservação significa fixá-la no tempo e, de certo modo, destituí-la da sua dinâmica própria.

Concluindo este aspecto, constata-se que o presente campo de investigação é iminentemente interdisciplinar, não só porque articula consigo a geografia e a história mas também outros aspectos. A estas articulações interdisciplinares, outras estão de facto implicitamente incluídas no estudo das paisagens, como as condicionantes

jurídico-administrativas e o seu confronto com os usos consuetudinários, as tensões entre a macro e a micro economia, as realizações tecnológicas.

Naturalmente, o sítio de onde se observa o espaço terrestre é muito importante relativamente à percepção da paisagem. Assim, se nos encontrarmos num ponto de observação baixo, médio ou alto a perspectiva não é evidentemente a mesma. Por esta razão, a observação atenta de uma paisagem deve compreender a utilidade em considerar os vários níveis de perspectiva segundo diferentes planos, escalas e ângulos.

Como documentos de síntese, as fotografias aéreas são instrumentos preciosos de observação indirecta das paisagens. Através delas podemos colocar-nos na posição ideal de um ponto elevado de observação a partir do qual é possível abarcar um vasto panorama. Excepção feita de algumas limitações, é inclusivamente possível, graças à foto-interpretação, discernir estados anteriores da paisagem e, inclusivamente, seguir esta sucessão procedendo à leitura da variação das diferentes configurações espaciais até à actualidade. A vista aérea a uma determinada altitude permite abarcar todo um conjunto mas não todos os seus detalhes; em contrapartida, ela corresponde a uma certa escala à qual o investigador não pode aceder no terreno com a mesma facilidade.

No solo, as escalas de observação variam segundo a extensão considerada pelo olhar. Por exemplo, se observarmos uma horta no seu todo ou umas quantas leiras, etc. o pormenor é obviamente diferente. Ou, ainda, se olharmos para uma casa detalhadamente (para a forma das janelas, o pormenor dos lintéis, etc.) em lugar do seu conjunto, o grau de minúcia é menos impressionista. Obviamente, segundo a grandeza da escala a panorâmica é maior ou menor, mais ou menos precisa. A uma grande escala corresponde uma pequena imagem e uma maior precisão; inversamente, a uma pequena escala corresponde uma maior paisagem e uma menor precisão dos detalhes e, desde logo, um género de descrição fortemente impressionista<sup>8</sup>.

As escalas topográficas são assim determinantes para a observação dos diferentes patamares da paisagem. A escala que melhor se ajusta à síntese da paisagem é a que permite a escopia global de um certo conjunto. Ou seja, a menor escala de observação circular do olhar, por expor o conjunto nas suas linhas gerais. Mas as escalas superiores são indispensáveis para proceder a observações de carácter parcial e minucioso. Por exemplo, as formas dos campos em lugar da totalidade do

---

<sup>8</sup> Considerando, numa escala numérica topográfica, as relações de 1:1 000 e 1:100 000, por exemplo, estas significam que a primeira é maior que a segunda por 1 centímetro no documento corresponder a mil no terreno e a segunda menor que a primeira por 1 centímetro corresponder a cem mil, pelo que o grau de pormenores representados pela primeira é superior à segunda.

parcelado; uma avenida em vez de uma vista aérea geral; uma bomba de gasolina em lugar da avenida, etc.

O ângulo de visão é igualmente importante, segundo for vertical ou oblíquo. Como é sabido, na fotografia aérea vertical a imagem geral apresenta um plano "liso", sem perspectiva dimensional. Inversamente, na fotografia aérea oblíqua, a imagem apresenta três dimensões permitindo uma leitura de outro tipo de pormenor. Resta acrescentar que o momento da observação, segundo a estação do ano, a luz do dia, é também fundamental na medida em que pode evidenciar ou ocultar determinados aspectos.

#### 4. DA PAISAGEM NATURAL À PAISAGEM SOCIALIZADA

Embora raras, existem ainda paisagens acentuadamente naturais ou isentas de actividade humana relevante. Entre outros casos, é de referir, pela actualidade que envolve a sua recente protecção, o parque de Tumucumaque das montanhas do Estado de Amapá, no Brasil<sup>9</sup>. Esta reserva amazónica, do noroeste do país, na fronteira com a Guiana francesa e o Suriname, com 38.874 quilómetros quadrados, é quase do tamanho da Suíça e, assim, o maior parque de selva tropical do mundo. O parque, onde nascem os principais rios de Amapá, tem mais 2300 quilómetros quadrados que o parque de Slonga na República Democrática do Congo, a maior selva protegida até à data. Em Tumucumaque, encontram-se espécies animais que não existem em qualquer outra parte. Trata-se de uma das regiões mais ricas da América do Sul e ao que parece totalmente desabitada, não existindo estabelecimentos indígenas. Devido às suas características de acesso muito difícil, não existe nesta zona estradas de qualquer espécie e é difícil navegar nos seus rios durante a maior parte do ano devido aos rápidos e cascatas.

O presente exemplo, relativamente extremo, reflecte realmente a força dominadora da natureza onde os poucos seres que nela possam viver não conseguem alterar e deixar duravelmente visíveis as suas débeis marcas. Nestes casos, a relação humana com a natureza é de defesa, reduzida a um espaço interno de protecção, face à imensidão inóspita da floresta.

Porém, se nos nossos tempos a natureza pode ser ainda, em alguns casos, tão natural como Tumucumaque, ou mais ou menos natural (quer dizer formada por mais ou menos elementos da natureza não modificados ou contactados pelo ser

---

<sup>9</sup> O parque de Tumucumaque equivale a 1% dos 10% que o anterior presidente brasileiro, Fernando Cardoso, prometeu proteger na Amazônia; encontrando-se actualmente protegidos 2% o equivalente a 17450 quilómetros quadrados de selva brasileira.



humano), as paisagens que o espaço revela são quase sempre o resultado de grandes manipulações humanas, de transformações organizadas segundo uma lógica não determinada pela natureza. Esta lógica corresponde à mediação entre a capacidade humana em utilizar os elementos naturais e a dificuldade, ou a impossibilidade, em superar, pelos meios disponíveis localmente, os grandes obstáculos físicos da natureza.

As grandes realizações tecnológicas que transformam os meios físicos e alteram as paisagens naturais, como por exemplo a execução em curso da enorme barragem chinesa do Yang-Tsé – com a qual o regime chinês pretende determinar tecnologicamente o espaço e com tal deixar a marca da sua vontade –, constituem novas paisagens, de alto significado, não meramente geográfico mas sobretudo político e económico.

Na categoria das grandes transformações da natureza entram ainda os vastos complexos urbanos que constituem outros tantos panoramas paisagísticos de múltiplas facetas sociologicamente significativas. Eles vão das pequenas vilas relativamente articuladas com a natureza mais ou menos envolvente às concentrações dos grandes pólos urbanos de atracção sócio-económica onde a natureza se encontra totalmente distante e é necessário reconstituí-la sob a forma domesticada de jardins e parques arborizados. Nestas condições, as paisagens urbanas são compostas quase exclusivamente por elementos materiais de origem e função urbana (ruas alcatroadas, edifícios concentrados em altura, pontes). Nesta medida, uma vila ou uma cidade, observada a uma certa distância, oferece obviamente uma panorâmica paisagística de características totalmente opostas à vista da natureza ou à paisagem rural dos campos e das aldeias. E, evidentemente, tal como em relação a estas, também no seio das grandes urbes se podem observar paisagens parciais: como a perspectiva panorâmica de uma longa e rectilínea avenida composta pelos diferentes elementos (edifícios, mobiliário urbano) inerentes à sua função.

A alteração do espaço natural pode apresentar diversas intensidades e as paisagens daí derivadas terem características afastadas da natureza segundo diferentes graus de manipulação. No mundo rural, este tipo de manipulação conduz à constituição de paisagens intimamente ligadas às práticas agrícolas e, nesta medida, representa uma maior interacção entre o modo de vida humano e a natureza em comparação com o universo urbano.

## **6. DA PAISAGEM SOCIALIZADA À MORFOLOGIA SOCIO-ESPACIAL**

Como exemplo de morfologias socio-espaciais e sua expressão paisagística concreta, vêm-me à ideia os principais recortes do espaço rural de Portugal, referi-

dos por Orlando Ribeiro: as paisagens correspondentes às duas antigas grandes formas estruturais do território agrícola nacional. Por uma lado, as formas dos modos de exploração agrícola do Norte – o *minifúndio* –; por outro, as do Sul – o *latifúndio*. A diferenciação prende-se especialmente com a ideia de contraste entre pequenas e grandes propriedades, o que corresponde *grosso-modo* à imagem real revelada pela descontinuidade da paisagem. Mas se, de facto, as formas e dimensões dos campos, assim como os sistemas de cultivo, são diferentes entre as duas paisagens, é sobretudo verdade que elas correspondem a estruturas sociais particulares. Esta relação permite pensar que do extremo sul ao extremo norte de Portugal os diferentes tipos de estruturas agrárias tenham provavelmente obedecido mais a determinismos sociológicos do que geográficos. Significa tal, a existência de paisagens agrícolas que não encaixam forçosamente em quadros geográficos definidores por si só de formas económicas e sociais, mas determinam sobretudo zonas económicas agrícolas particulares não dependentes de zonas geomorfológicas características. Actualmente, apesar das mutações sofridas pelo espaço agrícola português, esta representação dupla da paisagem agrícola mantém-se *grosso-modo*, porque no espaço concreto se observam os mesmos condicionamentos estruturais: socio-económicos e geográficos.

Considere-se agora a tipologia dos estabelecimentos habitacionais, os seus contrastes e o seu significado sociológico: o lugar (ou o “anexo”), a aldeia e o *habitat* disperso. A forma de *habitat* que constitui o lugar só é definível, por um lado, em relação à aldeia e, por outro, em relação ao *habitat* disperso. O lugar não é uma pequena aldeia. Esta, inversamente àquele, e seja qual for a sua dimensão, constitui o centro motor único de um conjunto de terrenos agrícolas variados. Da aldeia partem energias que contribuem para estruturar socialmente o território agrícola, segundo um tipo físico mais ou menos estelar. A aldeia representa um sinal e um instrumento de centralização. Ora, o aparecimento do lugar implica uma espécie de estilhaçar da unidade aldeã. Além disso, dado cada um destes pequenos grupos habitacionais esparsos ser constituído por algumas casas agrupadas faz com que o lugar se oponha nitidamente, por esta razão, ao *habitat* disperso. Estes três tipos de repartição habitacional são susceptíveis de se encontrarem associados. De facto é possível encontrar, ao mesmo tempo, num mesmo território agrícola, a aldeia, o lugar e as casas isoladas. O lugar pode dar, em alguns casos, a aparência de se assemelhar ao estabelecimento disperso. Com efeito, apesar do visível agrupamento das construções, o lugar está agregado a explorações profundamente individualizadas. Porque se a aldeia implica o afastamento e o retalhamento das explorações, o lugar ajusta-se à existência de explorações próximas e maciças.

Neste exemplo, descrever a paisagem reflectida pelo lugar como uma simples reunião de casas rurais é exacto mas não concluir que se trata de um comportamento

social e de uma estrutura particular, embora possa parecer demasiado ousado, seria insuficiente. Afinal, a tipologia e as inter-combinações habitacionais contêm em si uma expressão sociológica altamente significativa, susceptível de se revelar directamente se a considerarmos do ponto de vista do exame da paisagem.

Vejamos outros aspectos que a observação da paisagem pode considerar. Se nos limitássemos a considerar a planta cadastral do parcelado (quando ela existe) na exclusiva perspectiva fiscal sem nos reportar à paisagem, constataríamos (como se podia verificar ainda há poucos anos) que uma parcela só se encontra individualizada quando responde a dois imperativos: 1º pertencer a um proprietário diferente da parcela que a rodeia; 2º que as parcelas vizinhas pertencentes ao mesmo proprietário, tenham valores fiscais diferentes. Estes valores fiscais são em princípio determinados em função da fertilidade da terra e da natureza das culturas habitualmente ali praticadas. Porém, as categorias agrícolas consideradas são pouco numerosas. Geralmente, são tidas em conta as florestas (ou matas), os sequeiros, os grandes lameiros, as vinhas, os pomares. As culturas hortícolas e florais não são consideradas nesta nomenclatura. Assim, imaginemos, lado a lado, parcelas de batatas, melões em seco, trigo, forragem (de trevo ou ervilhaca); neste caso, a planta cadastral do parcelado não fará entre estas culturas, de aspecto e rendimento tão opostos, nenhuma diferença. Reputados aráveis, os campos assim divididos constituem na planta cadastral uma única e mesma parcela. O figurado na planta é diferente do visível no terreno. Assim, é muito provável que o caleidoscópio da policultura se reduza a três rubricas fundamentais na planta cadastral: terras aráveis, vinhas e pomares.

Note-se no entanto que ao contrário do que se pode ver nas plantas cadastrais, nas fotos aéreas (que como se viu evidenciam a paisagem) é possível distinguir as diferentes culturas; não esquecendo, no entanto, que segundo a hora do dia ou a estação do ano em que foram realizadas é possível produzirem-se diferenças susceptíveis de introduzir alguns erros de interpretação. Por outro lado, a uniformidade das culturas pode esconder, e esconde efectivamente com frequência, as linhas divisórias entre propriedades. Assim, se a planta cadastral dá uma imagem do parcelado, a foto aérea de matagais, mata de corte ou charnecas, evidencia unicamente a uniformidade do manto vegetal sem nos deixar adivinhar que este se encontra provavelmente repartido entre diferentes proprietários. Embora desigualmente, ambos os documentos são indispensáveis e complementares em situação de laboratório.

Tomemos agora as diferentes tradições dos modos de partilha nas sociedades camponesas, e as suas prováveis projecções na paisagem. Consideremos, num caso, a partilha dita *ab intestat*, ou seja sem testamento em favor de um herdeiro e igualitária entre os respectivos herdeiros; noutra caso, a partilha dita *preciputária*, ou seja com testamento em favor de um herdeiro e assim desigual em relação aos

restantes. Este último tipo de partilha está habitualmente associado à *instituição da casa* que supõe que o herdeiro principal fica a gerir a totalidade dos bens em lugar de todos os outros, não ficando assim na prática desmembrada a propriedade.

Os dois casos de figura são totalmente opostos e do ponto de vista da paisagem resultam em duas configurações muito diferentes no espaço. A primeira, mostra uma miríade de pequenos campos de cultivo associado a um *habitat* muito disperso, geralmente associado a pequenos núcleos concentrados como o lugar. Na realidade, um indivíduo pode dispor de um certo número de parcelas e numa delas construir uma habitação. Inversamente, no segundo caso, a paisagem mostra um *habitat* muito menos disperso e numeroso; em certos casos vêem-se casas rodeadas pela maioria das parcelas que lhes estão associadas ou então um habitat concentrado na forma de aldeias não muito grandes. Em qualquer destas duas últimas situações, a propriedade apresenta-se menos dividida e menos atomizada, assim como provavelmente uma paisagem de *bocage* pouco densa nas regiões deste tipo.

Na paisagem de minifúndio, de tipo *bocage*, que descrevi na década de oitenta num estudo acerca de uma aldeia da Beira-Baixa<sup>10</sup>, pode ver-se uma miríade de pequenos campos subdivididos em diferentes parcelas, materialmente separados, a reflectir a monocultura agrícola praticada. Na paisagem em questão, vista de um ponto cimeiro, facilmente nos apercebemos desta característica minifundiária: intensa densidade agrícola, campos de pequeníssima e irregular dimensão e de formas muito variadas. Se observarmos de mais perto verificamos que nada do seu aspecto se deve ao aleatório e que o modo e a forma como os campos estão separados uns dos outros evidencia uma tipologia material em estreita correlação com a organização social local, como se verifica ainda (graças à foto-interpretação) ser esta tipologia o resultado contínuo de alterações sociais acontecidas ao longo dos tempos. No passado, numa fase em que as suas dimensões o permitiam, os campos eram separados uns dos outros construindo muros entre os diferentes terrenos vizinhos, porventura – como hipótese – numa lógica de organização social de tipo *openfield*. De tradição de partilha igualitária, esta levou, num primeiro tempo, a que os campos se subdividissem até ao seu extremo limite, para terem tendência nas gerações seguintes a voltar, muito lentamente, a recompor uma certa matriz cadastral inicial, pela compra ou pelo casamento. Durante este longo período, a vontade de continuar a cercar os campos manteve-se, apesar de os campos serem cada vez mais pequenos à medida das partilhas. Porém, as formas de divisória dos campos não podiam ser, nem foram, as mesmas, por falta de espaço, obrigando a uma nova racionalidade de separação entre eles. Gradualmente, os muros de antigamente foram dando lugar a

---

<sup>10</sup> A. dos Santos, ver *Heranças, estrutura agrária e sistema de parentesco numa aldeia da Beira-Baixa*, 1992.

uma materialização variada e hierarquizada em função do tipo de relações de parentesco entre vizinhos. A nova racionalidade de materialização das separações foi-se concretizando de forma proporcional aos diferentes graus de parentesco existentes entre proprietários vizinhos. Por exemplo, entre dois irmãos um simples rego é suficiente para separar os seus respectivos campos. Mas como entre sobrinhos e tios a proximidade parental se esbate, o grau de materialização da divisória aumenta correlativamente, embora mais pela vontade dos sobrinhos do que pela dos tios. Para separarem as suas parcelas, os sobrinhos introduzem algumas plantações como, por exemplo, a vinha brava. Esta diferença de comportamento explica-se pela visão diferencial que ambos têm da sua relação parental. De facto, esta não é simétrica, o tio sente-se relativamente mais próximo do sobrinho/a do que este do tio/a e a assimetria exprime-se claramente materializando-se no espaço, segundo o tipo da vedação imposta pelos sobrinhos. De resto, entre eles intercalam-se os primos, filhos dos tios, supondo um certo tipo de afastamento da relação e a correlativa separação das propriedades. Assim, entre primos do primeiro grau, a materialização torna-se ainda mais consistente e, partir dos quais ela se vai amplificando à medida que a distância parental aumenta. Todavia, com a recomposição gradual da propriedade volta-se a reencontrar os velhos muros em pedra que separaram a propriedade em tempos e a partir da qual se iniciou a partilha. Entretanto, paralelamente à recomposição, é cada vez mais comum verem-se campos separados por um novo tipo de vedação: pilares de cimento e arame, a indiciarem uma nova fase e correlativo afastamento dos graus de parentesco entre vizinhos. Seguindo este longo processo, a paisagem vai-se redefinindo à medida das partilhas e do afastamento dos graus de parentesco, para voltar, com a reconstituição da antiga propriedade, a recompor aproximadamente a paisagem anterior, segundo uma lógica de prática agrícola reduzida e de construção habitacional acrescida.

No registo das mudanças políticas e económicas as consequentes alterações na paisagem, são igualmente infinitas como todos os outros exemplos já referidos. E a esse propósito gostaria de recordar um episódio histórico da Europa moderna, particularmente significativo da longa diacronia. O impacto de carambola que teve a revolução industrial, designadamente a indústria do têxtil, na paisagem inglesa: a valorização da lã levando ao aumento da criação de ovinos, acentuou o fechamento dos campos (as *enclosures*) e aumentou o tamanho da propriedade em resultado da ocupação das terras comunais assim como da compra das pequenas explorações cujos proprietários partiam para os meios urbanos à procura de uma actividade industrial, com o consequentemente crescimento do tecido urbano e alteração da sua fisionomia devido à proliferação de fábricas.

Gostaria também de dar o exemplo de uma norma administrativa ostensivamente moldada na paisagem. Numa curta visita que fiz há pouco tempo à Tunísia,

tive a ocasião de observar nos subúrbios de Tunes o insólito espectáculo de inúmeros aglomerados de centenas de casas em que o último andar (geralmente o terraço) se encontra inacabado, deixando ver os tijolos não rebocados e as vigas de ferro apontadas para o céu. Procurada a razão, foi-me explicado que tal aspecto se devia ao facto de uma vez a casa acabada (e só depois disso) o seu proprietário ficar obrigado a pagar um imposto de habitação. Para esquivar a despesa, milhares de proprietários evitam terminar a casa ou dar-lhe um aspecto definitivo. A fuga a esta disposição administrativa acaba assim larga e explicitamente inscrita no espaço urbano.

Intimamente ligadas a práticas sociais muito antigas é de lembrar as paisagens milenares dos arrozais chineses de Yuanyang no Yunnan, em constante transformação e crescimento. Na Primavera, antes dos casamentos, os aldeões juntam-se para abrir na vertente da montanha novos socalcos, onde os jovens casais unidos nesse ano plantarão o arroz que assegurará a sua subsistência, redesenhando assim constantemente a paisagem ao prolongar o efeito ondulante do vasto oceano dos arrozais chineses.

Para terminar, evoque-se ainda o significado dos exemplos dados por C. Lévi-Strauss<sup>11</sup>, acerca de sociedades muito diferentes das sociedades até aqui invocadas, como a dos Índios das Planícies, cujos acampamentos variavam com a organização social de cada tribo ou o caso da distribuição circular das cabanas das aldeias gé do Brasil central e oriental onde ocorria o mesmo fenómeno. Ou ainda os distintos tipos de estabelecimento residencial correlativos a organizações sociais diferentes, embora de um mesmo grupo étnico, como o caso da configuração das ruas paralelas das aldeias pueblo. Os pueblo, povo do sudoeste da América do Norte (em particular os Hopi e os Zuni) que viviam em aldeias, apresentavam formas de organização social opostas nas duas extremidades do seu território enquanto que nas regiões intermédias evidenciavam configurações distintas das primeiras. Além disso, os documentos arqueológicos mostram que se produziu uma passagem das antigas estruturas semi-circulares às estruturas paralelas actuais assim como uma mudança do fundo dos vales para os planaltos. A questão que se coloca então ao autor é saber de que modo se repartiram as habitações entre os diferentes clãs que os mitos descrevem como terem sido repartidas de forma precisa e actualmente parecem depender do mero acaso. Por outras palavras, terá a super estrutura dos mitos cedido o lugar à realidade das novas condições e produzir, assim, uma ruptura histórica face à mudança como tantas vezes acontece?

Tanto as aldeias de ruas paralelas dos pueblo, referidas por Lévi-Strauss, como a dupla morfologia social nuer, em íntima relação com o meio ambiente, descrita

---

<sup>11</sup> C. Lévi-Strauss, *Ibid.*

por Evans-Pritchard<sup>12</sup>, ou o *habitat* esquimó e as suas variações em função das estações do ano, segundo Mauss<sup>13</sup>, representam quadros paisagísticos resultantes das respectivas organizações sociais. Mas tal não significa que aconteça sempre assim. Como também mostrou Lévi-Strauss, a configuração das aldeias bororo não reflecte a sua verdadeira organização social mas um modelo idealizado pela mente “se bem que ele seja de natureza ilusória e que contradiga os factos”<sup>14</sup>. A concretização no espaço território de um modelo social exterior ao grupo, que assim não reflecte o seu próprio modelo, é extremamente interessante para a investigação em comparação com as sociedades que realizam o seu modelo social. A razão da diferença de manifestação deste fenómeno entre sociedades representa certamente uma questão altamente pertinente do ponto de vista sociológico comparativo.

## CONCLUSÃO

Assim, as paisagens humanas são múltiplas e infinitamente variadas, e esta multiplicidade infinita torna a paisagem universalmente dotada de significado sociológico e desde logo iminentemente antropológica. Esta propriedade – independentemente de a noção de paisagem ser ou não universal –, é assim um instrumento susceptível de revelar estruturas e modos de acção comuns a certo tipo de sociedades, relevando, por essa razão, do domínio da comparação. Esta importância estratégica não é, obviamente, novidade. Lévi-Strauss<sup>15</sup> já a tinha sublinhado (do ponto de vista estruturalista) a propósito das correlações entre configurações espaciais e estruturas sociais, que tive a ocasião de evidenciar noutros textos, mas que me parece ser da maior oportunidade repetir aqui: “...não haverá qualquer coisa de comum a todas [as sociedades] – por muito diferentes que sejam – onde se constata uma relação (mesmo obscura) entre configuração espacial e estrutura social? E mais ainda, entre as sociedades onde a configuração espacial “representa” a estrutura social como se faria num diagrama exposto num quadro?”

Contudo, se na realidade as coisas não são assim tão simples, como o próprio autor sublinha ao referir o caso, já citado, dos estabelecimentos bororo que “não exprime a verdadeira estrutura social mas um modelo presente na consciência indígena, se bem que seja de natureza ilusória e contradiga os factos”, na maioria dos casos, uma paisagem humana tende a reflectir a estrutura social do grupo territorial.

---

<sup>12</sup> E.E: Evans-Pritchard, *The Nuer*, 1940.

<sup>13</sup> M. Mauss, *Sociologie et Anthropologie*, 1950.

<sup>14</sup> C. Lévi-Strauss, *Ibid.*

<sup>15</sup> C. Lévi-Strauss, *ibid.*

Um exemplo comparativo interessante da relação entre paisagem e organização social, já mencionado, é o caso do *bocage*, ao qual, regra geral, está associada a partilha igualitária – como no *bocage* beirão, bretão, irlandês etc. Se bem que a tentação da explicação aflore rapidamente à nossa mente, a questão merece ser entretanto aprofundada, na medida em que o *bocage* não se define necessariamente pela existência da pequena propriedade mas por um conjunto de elementos entre os quais o fechamento dos seus campos.

Resta, acrescentar que as razões porque certas sociedades reflectem no espaço a sua organização social e outras o não fazem estão longe de estarem percebidas o que, naturalmente, incita a aprofundamento deste tipo de investigações.

Compreende-se assim que o método lógico de indução, empregando a comparação, a classificação e a generalização pode e deve ser aplicado ao estudo das paisagens. Ele responde à exigência epistemológica da antropologia social quando se afirma que esta se deve fundar no estudo comparativo e sistemático de um grande número de sociedades.

Uma última nota para reafirmar que a paisagem incita o olhar a interrogar o horizonte para melhor indagar de perto. Suscitando interrogações acerca das configurações espaciais, a paisagem não só chama directamente a atenção para o sociologicamente visível como também, por arrastamento lógico, para o aprofundamento do dissimulado e do obscuro da complexidade social. Por outras palavras, pensar a paisagem é como examinar atentamente um quadro pintado a fim de perceber a intenção do seu autor. Funcionando como uma lente de aumento, o exame de grandes planos à distância, enquanto sistema de apreciação especializado, corresponde a um conceito operatório de observação etnográfica, à luz do qual se pode proceder no terreno a observações mais precisas, num vaivém entre a síntese e o pormenor.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUGÉ, MARC (1994). *Não-lugares: introdução a uma antropologia da Modernidade*, Lisboa: Bertrand Editora.
- CORBIN, ALAIN (2001). *L'Homme dans le paysage*; entretien avec Jean Lebrun, Paris: Textuel, 2001.
- EVANS-PRITCHARD, EDWARD, E (1940). *The Nuer*, Oxford: Clarendon Press.
- LENCLUD, G. (1995). "L'ethnologie et le paysage – questions sans réponse", in *Paysage au Pluriel – Pour une approche ethnologique des paysages*, Col. Ethnologie de la France, Cahier n° 19, Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- LEVI-STRAUSS, CLAUDE (1958). *Anthropologie Structurale*, Paris: Plon.
- MAUSS, MARCEL (1950). *Sociologie et Anthropologie*, Paris: P.U.F., 1950.
- ROGER, ALAIN (1997). *Court Traité du Paysage*, Paris: Editions Gallimard.
- SANTOS, ARMINDO DOS (1992). *Heranças, estrutura agrária e sistema de parentesco numa aldeia da Beira-Baixa*, Lisboa: Edições Dom Quixote. *Antropologia Geral – etnografia, etnologia, antropologia social*, Lisboa: Universidade Aberta, 2002.



# CARACTERÍSTICAS CONTEXTUAIS DA PROSTITUIÇÃO DE RUA E DO TRABALHO SEXUAL DE INTERIOR\*

por

Alexandra Oliveira\*\*

**Resumo:** Este artigo consta de parte de um estudo teórico e empírico sobre trabalho sexual, no qual a autora aborda os diferentes actores e contextos da prostituição de rua e do trabalho sexual de interior.

Conclui-se que existe uma variedade de actrizes, práticas e contextos que nega as ideias estereotipadas. Apesar das semelhanças entre vários contextos da prostituição de rua, estes apresentam-se detentores de características físico-ambientais tão distintas entre si como são diferentes uma estrada próxima dum bairro degradado e uma rua comercial do centro da cidade. Da mesma forma, para o trabalho sexual de interior, em muito diverge um bar de *strip tease* de um apartamento que publicita massagens para dissimular o sexo comercial. Também no que respeita às características humanas, notam-se diversas idades, sexo/género, tipos de relação com drogas e aparência física.

**Palavras-chave:** Trabalho sexual; prostituição; estudo empírico.

## INTRODUÇÃO

Uma das características dos estudos sobre prostituição e outros trabalhos sexuais é a pouca diversificação. As investigações centram-se quase sempre nas características das mulheres que se prostituem na rua. A prostituição que ocorre noutros locais é esquecida, assim como o são a prostituição masculina, os clientes, os proxenetas, as relações entre eles e as questões contextuais, entre tantas outras abordagens possíveis.

Estudar as características das prostitutas, e apenas daquelas que o fazem na rua, para se conhecer o trabalho sexual é tomar a parte pelo todo. É ignorar um conjunto de outras variáveis importantes para se analisar e compreender o fenómeno.

---

\* Este artigo é adaptado de parte de um estudo mais vasto que constituiu a tese de mestrado da autora – Oliveira, 2002 – defendida e aprovada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

\*\* Assistente da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto e membro do Centro de Ciências do Comportamento Desviante da mesma faculdade (Endereço electrónico: oliveira@psi.up.pt).

Entre as variáveis desprezadas encontram-se os contextos, quer os de rua, quer os de interior. Ou, ainda, os contextos onde decorrem outros trabalhos sexuais, como o *strip tease* ou o alterne.

Se existe uma grande diferença inter-categorias, de interior e de exterior – o ambiente da prostituição de rua é muito diferente daquele que é encontrado numa discoteca dum bar de hotel, por exemplo –, também intra categorias existem grandes variações. A *prostituição de interior*<sup>1</sup>, que definimos como aquela cujas/os trabalhadoras/es não solicitam na rua, desenvolve-se em diversos contextos, onde se destacam bares, apartamentos e moradias, que são detentores de características próprias. Associados a estes contextos, estão ainda outros trabalhos sexuais, como o das massagistas, das *strip-teasers* ou das alternadeiras, que podem ou não incluir a prostituição. Todas estas actividades são ocultas, dissimuladas por telemóveis, anúncios em jornais e apartamentos de luxo. Contudo, apesar da opacidade, estas actividades são maioritárias – as poucas investigações que existem estimam que as prostitutas de rua sejam apenas entre 10 e 20% do total de mulheres que se prostituem (Weitzer, 2000). Por outro lado, a prostituição de rua desenrola-se, por definição, em espaços exteriores, mas, também estes não são necessariamente únicos nem homogéneos.

É desta diversidade de contextos, aos quais estão associadas diferentes práticas, por diferentes actrizes<sup>2</sup>, que daremos conta neste artigo. Fá-lo-emos a partir da revisão da literatura e partindo da nossa própria experiência, quer como investigadora, quer enquanto interventora de rua junto desta população<sup>3</sup>. Chegaremos, assim, a uma caracterização dos diferentes contextos onde toma lugar a prostituição e outros trabalhos sexuais.

## 1. Os actores e os contextos

Os actores do trabalho sexual são múltiplos. Há as mulheres e os homens que se prostituem (estes quase sempre numa prostituição homossexual), os homens e as

---

<sup>1</sup> Adoptamos este termo para nos referirmos ao que a literatura anglo-saxónica tem designado por *offstreet prostitution* ou *indoor prostitution*.

<sup>2</sup> O conceito original é de actor. Este conceito este que implica uma dimensão de individualidade, de autonomia, de autopoíese e, conseqüentemente, que o indivíduo não é um ser passivo e é dotado de um ponto de vista próprio (Debuyst, 1990). E a individualidade, o ponto de vista específico, não se coaduna com uma noção que não distingue masculino de feminino. O que implica, a nosso ver, que se adapte o género do substantivo. Se falámos em prostitutas (substantivo do género feminino) dizemos conseqüentemente *actrizes* (o que de resto foi já adoptado por Welzer-Lang, Barbosa e Mathieu, 1994), se falámos em prostitutos então, dizemos actores.

<sup>3</sup> Referimo-nos ao trabalho que efectuámos num projecto de apoio a prostitutas e prostitutos de rua do Porto – Viatura de Apoio Móvel à Prostituição –, promovido pela Liga Portuguesa de Profilaxia Social.

mulheres clientes (estas em número diminuto e com menos visibilidade), os e as proxenetas. Há ainda as alternadeiras, as *strip teasers*, as atrizes de filmes pornográficos e outras.

Há também os homens ou mulheres que não se prostituem de livre vontade, sendo forçados a essas práticas. Actualmente, na União Europeia, existem muitas mulheres imigrantes que são obrigadas a práticas sexuais forçadas sob a ameaça e concretização de agressões e torturas que chegam a levar à morte (Manita & Oliveira, 2002). Referimo-nos aos casos que estão integrados em redes de tráfico e exploração sexual configurando uma nova forma de escravatura. Estas questões encontram-se mais desenvolvidas em Oliveira (2004).

Quanto às restantes mulheres que desempenham trabalho erótico ou sexual, elas existem em grande variedade. Da prostituta de luxo à prostituta-toxicodependente, da *stripper* à alternante, encontramos uma multiplicidade de *actrizes* que desempenham, o que Chapkis (1997) chamou de formas estigmatizadas de sexo.

A natureza do trabalho e as condições em que ele é praticado, sugerem diversos tipos, tais como as prostitutas, as *strip teasers*, as alternantes, as atrizes ou modelos pornográficos, as acompanhantes, as massagistas eróticas e as operadoras de linhas eróticas. As fronteiras que as separam podem ser bastante ténues, mas encontramos também grandes diferenças, como as que distinguem as prostitutas de rua das atrizes pornográficas.

A classificação das pessoas que se prostituem é feita de acordo com inúmeros critérios, no entanto, a tipologia que tem sido mais utilizada é a que divide as pessoas que se prostituem pelo local onde trabalham. Já Cruz (1984), no século XIX, nos primórdios da investigação sobre prostituição em Portugal, refere uma destas classificações, dividindo as mulheres que exercem esta “aviltante profissão” (p. 71) em três classes: aquelas que o fazem em casas públicas; as que o fazem na rua; e, as que são clandestinas.

São muitos os autores que classificam desta forma as mulheres que se prostituem (e. g. Thio, 1983; McCaghy, 1985; Meier, 1989; Bartol, 1991), remetendo-nos assim para diferentes contextos de trabalho. Høigård e Finstad (1992), por exemplo, organizaram as prostitutas em 4 categorias: 1. prostitutas de rua; 2. prostitutas que publicitam em anúncios de jornais ou revistas da especialidade; 3. prostitutas de hotel e restaurantes; e, 4. prostitutas que trabalham em clubes e casas de massagem ligados a redes de prostituição organizada.

Quanto a nós, propomos que as prostitutas sejam divididas em prostitutas de rua e de interior. Compreendendo estas últimas uma série de trabalhadoras ordenadas de forma hierarquizada: ascendendo desde a prostituta de bar até à *call girl*, passando pelas trabalhadoras de bordel, das casas de massagens e acompanhantes. Dividir deste modo as prostitutas, parece-nos uma das formas mais precisas de o

fazer. É que, a separar estes diferentes tipos, está uma variedade de características que vão desde o preço dos serviços que prestam e aparência física até questões como o poder negocial que elas têm com os clientes, a independência face a exploradores e os contextos onde trabalham.

As *call girls* são de entre todas as prostitutas aquelas que têm os estatuto mais elevado, vivem num local diferente daquele onde trabalham e moram nas melhores zonas das cidades, têm consciência do seu estatuto e não se deixam confundir com os outros tipos de prostitutas (Thio, 1983). A forma como angariam clientes é através da gestão duma agenda própria. A *call girl* só pode ser recrutada através de um sistema de referências, geralmente uma *patroa*, outra *call girl* ou clientes (Lever & Dolnick, 2000). Todavia, há autores que consideram que elas podem angariar os clientes através de contactos efectuados por intermediários, como taxistas, proxenetas e empregados de bares (Meier, 1989) ou anunciando em jornais da especialidade, constituindo neste caso as menos sofisticadas de entre as *call girls* (McCaghy, 1985). As *call girls* quando são contratadas por um cliente deslocam-se a um local por um período de tempo combinado com este. Elas podem ser chamadas a hotéis ou domicílios e, não estando a sua actividade restrita às relações sexuais, podem passar uma noite com o cliente ou acompanhá-lo num jantar.

As prostitutas de rua têm características opostas a estas. Elas são provenientes da classe trabalhadora, são minoritárias relativamente ao total de prostitutas, têm mais idade, ganham menos dinheiro, estão mais sujeitas à perseguição da polícia em países em que a prostituição é proibida, como nos EUA (Bartol, 1991) e incluem uma maior percentagem de toxicod dependentes (Porter & Bonilla, 2000). Outra das características da prostituição de rua é a ampla vitimação a que estão sujeitas (Silbert & Pines, 1981, 1982; Høigård & Finstad, 1992; Welzer-Lang, Barbosa & Mathieu, 1994; Pryn, Barbotin & Mary, 1997; Farley & Barkan, 1998; Schissel & Fedec, 1999; Davis, 2000; O'Neill & Barberet, 2000; Oliveira & Manita, 2002). Raptos, violações, ataques, insultos, coacção para terem relações sexuais sem preservativo, roubos, furtos e tráfico constituem a violência a que a mulher que se prostitui na rua está susceptível.

Dos nossos dados empíricos tem ressaltado que, embora todas elas solicitem na rua, os locais onde se concretiza o passe são diversos. As pensões e os carros dos clientes são os locais preferenciais (tendo estes últimos como vantagem para o cliente um preço mais baixo), mas, algumas relações sexuais pagas, concretizam-se em matas, parques ou em locais mais requintados, como hotéis e, raras vezes, em casa dos próprios clientes.

Entre estes dois extremos, *call girls* e prostitutas de rua, existem, como já vimos, outras formas de prostituição e existem ainda outros trabalhos sexuais ou eróticos que não incluem e efectivação de relações sexuais. É o caso das bailarinas

de *strip tease* e das alternadeiras, mas ainda das operadoras de linhas eróticas ou das trabalhadoras dos *peep shows*.

Em suma, reiteramos a existência de uma grande diversidade de atrizes e de contextos do trabalho sexual. Salientar os diferentes actores e contextos, assim como diferenciar o trabalho sexual em vários tipos é importante para perceber quer as suas semelhanças, quer as suas diferenças (Weitzer, 2000). Até porque o trabalho sexual e os seus contextos não são todos iguais.

## 2. Metodologia utilizada no estudo empírico

A dificuldade de acesso aos actores e aos meios tem sido um dos obstáculos mais sentidos por quem investiga a prostituição (Whittaker & Hart, 1996; Lever & Kanouse, 1998; Kanouse *et al.*, 1999; Lever & Dolnick, 2000). No nosso caso, a acessibilidade foi também uma barreira que se foi evidenciando ao longo do trabalho.

Se, no que se refere às prostitutas de rua, não se colocou tanto esta questão, resultado dos contactos de terreno que nos tem proporcionado o trabalho que temos vindo a desenvolver no âmbito do projecto de intervenção a que já aludimos (nota 3), no caso do trabalho sexual de interior os vários impedimentos fizeram notar-se desde cedo. Estas dificuldades orientaram-nos, então, para estratégias que nos permitiram o acesso ao meio e aos actores. Levaram-nos aos métodos em cadeia, que recorrem a várias estratégias de amostragem, entre as quais se incluem o método *bola de neve* (*snowball*) e o recurso a informantes-chave (Fernandes & Carvalho, 2000).

A *bola de neve* ou amostragem por cadeias de referência é um método particularmente aplicável quando se estudam questões sensíveis e tem sido largamente utilizado no estudo das populações ocultas, nomeadamente os toxicodependentes (Biernacki & Waldorf, 1981) e as pessoas que se prostituem (por exemplo, Høigård & Finstad, 1992; Lever & Dolnick, 2000). Segundo Kemmesis (2000), são geralmente dois os propósitos que motivam o uso desta técnica: a possibilidade de atingir populações amplas e heterogéneas e a oportunidade de focar aspectos do fenómeno que não podem ser alcançados por outros métodos.

Neste estudo, utilizamos o método *bola de neve* tal como originalmente ele surgiu: como uma técnica etnográfica que permite o acesso ao campo de interesse do investigador (Kemmesis, 2000). E, ter feito do investigador o principal instrumento da investigação, como no caso da etnografia (Fernandes, 1998) e ter recorrido ao método *bola de neve* e aos informantes-chave revelou-se uma boa opção metodológica. Deste modo, se as fontes dos dados foram, além das próprias traba-

lhadoras sexuais, os informantes privilegiados e o meio onde se desenrolam as actividades do trabalho sexual ou meios afins, as técnicas de recolha de dados foram as entrevistas e as observações no terreno.

Vejamos brevemente cada uma destas técnicas utilizadas no trabalho empírico.

As entrevistas feitas às trabalhadoras sexuais seguiram um guião com diversas áreas temáticas. Neste incluíam-se questões relativas à sua actividade (o que faz; onde faz; há quanto tempo; quanto ganha; como se relaciona com os outros actores, etc.) e à organização dos locais de trabalho erótico (onde decorre o trabalho; quem lá trabalha; que tipo de vínculo tem com a gerência da casa; etc).

Foram ainda realizadas entrevistas a informantes-chave que serviram como intermediários para aceder às mulheres e/ou que funcionaram como fonte de informação. Estes intermediários foram de dois tipos: os *informantes participantes* – pessoas que estão ou estiveram directamente envolvidas no negócio da compra e venda de sexo, ou seja, prostitutas, gerentes e clientes; e *informantes com papel secundário* – pessoas cuja actividade profissional ou local de trabalho os colocam numa situação privilegiada de conhecimento sobre o trabalho sexual e as pessoas que o realizam<sup>4</sup>. Exemplos destes últimos são os profissionais da hotelaria, sobretudo estabelecimentos de diversão nocturna e hotéis, os técnicos que trabalham com esta população ou jornalistas. Estas entrevistas foram efectuadas a partir de um guião que explorava o tema dos actores e do mundo do trabalho sexual, tentando perceber como é que está organizado e como se processa o trabalho das mulheres, o tipo de estabelecimentos que existem e os diferentes serviços que oferecem.

Quanto às observações no terreno, começaram por ser ocasionais para se tornarem sistemáticas. Estas abrangeram quer situações de observação directa sem interacção, quer outras em que houve interacção com os indivíduos.

O primeiro caso, da observação sem interacção, refere-se a situações em que o investigador se limita a participar de forma anónima nas actividades em curso, sem que se conheça o seu estatuto de investigador (Fernandes, 1998). É disto exemplo uma ida a um bar de alterne como qualquer cliente, para observar as mulheres e o seu comportamento, o ambiente e o tipo de interacções que estabelecem com os clientes da casa. É, segundo a terminologia de Gold (1958 *cit in* Adler & Adler, 1998), a observação pura, o estatuto de observador completo (*complete observer*).

Nas situações em que interagimos com vários actores do meio, fizemo-lo na condição de investigadores e com a facilitação dos nossos informantes-privilegiados. O papel que tínhamos nesses meios era um papel de membro periférico, isto é, observávamos e interagíamos com proximidade bastante dos participantes para

---

<sup>4</sup> Lever & Kanouse (1998), num estudo com esta população, chamam-lhes *participant informants* e *“supporting cast” informants* (p. 401), respectivamente.

conseguirmos uma perspectiva do *interior* mas sem participar nas actividades que constituem a característica central daquele grupo naquele contexto (Adler & Adler, 1998). Foi assim que na qualidade de amiga de uma gerente de uma casa de *strip-tease*, conversamos com mulheres *strippers*, enquanto estas se preparavam no camarim antes do início dos espectáculos. Situações de privilégio como esta permitem apreender uma riqueza imensa de dados relativos ao contexto que estamos a estudar. Além da possibilidade de captar o contexto ambiental, os olhares, os gestos, os comportamentos numa situação *natural*, num meio em que elas se sentem confortáveis, é possível ainda indagar questões concretas que surgem naturalmente à medida que a conversa se desenrola (são deste molde as entrevistas informais). Sabendo o que queríamos perguntar, íamos aguardando pacientemente que se nos deparasse um tema, uma dica, uma afirmação, uma pista que nos permitisse prosseguir na direcção daquilo que pretendíamos ou noutra direcção qualquer que não havíamos previsto. Sem tentar, nunca, impor algo. Aliás, esta não era a nossa intenção. Bastava já estarmos lá. Não queríamos impor mais nada.

No que respeita à escolha dos locais, ela foi determinada por dois critérios: a) a relevância destes para o nosso objecto de estudo, como é o caso dos bares de alterne e de *strip-tease*; b) a possibilidade que tínhamos de aceder a estes locais. Mesmo no caso da observação pura há locais de muito difícil acesso pelo facto de sermos de sexo feminino, se pensarmos nos bordéis *stricto sensu* percebemos porque a nossa entrada foi completamente impossível.

A observação participante foi levada a cabo em três bares. A saber: um bar de alterne, um bar de alterne e *strip-tease* e um bar onde coexistem as práticas de alterne, *strip-tease* e prostituição. Num dos sítios fomos levados pela gerente da casa, mas nos outros dois entrámos através de uma das trabalhadoras do local. Em qualquer dos três casos pudemos conversar com outras pessoas: trabalhadoras sexuais, empregados e gerentes. Assim, como já referimos, mantivemo-nos a dialogar com os diversos participantes tanto quanto foi possível. Sabendo do nosso propósito, as conversas andavam inevitavelmente em torno da nossa investigação e do trabalho sexual, actores e contextos.

Para as observações simples seleccionámos locais muitos diversos, quer no que respeita aos serviços oferecidos, quer no que toca ao seu estatuto socioeconómico. Assim, estivemos num bar e numa discoteca de um hotel, num bar de alterne, numa casa de saídas<sup>5</sup> e num bar de *strip-tease*, todos de nível económico superior, e num bar de alterne e num bar de alterne e *strip-tease* de nível económico inferior (acresce que os locais onde efectuámos a observação participante eram de nível médio e baixo).

---

<sup>5</sup> É este o nome por que são conhecidos os bares que têm mulheres disponíveis para relações sexuais pagas num local a combinar com o cliente.

Neste locais, limitámo-nos a observar enquanto as actividades decorriam, tal como se não estivéssemos lá. Em alguns locais, contudo, a nossa presença foi bastante notada pelas mulheres que nos examinaram com a maior curiosidade. O local em que mais sentimos esta reacção foi na casa de saídas, o que nos pareceu próprio dada a natureza deste espaço e, consequentemente, os objectivos dos clientes que o procuram. Noutros locais, como as casas de alterne e *strip-tease*, devido à menos invulgar presença feminina entre a clientela, a reacção das trabalhadoras sexuais foi, sobretudo, de indiferença.

No que respeita à prostituição de rua, as observações foram realizadas de duas formas distintas. Efectuando percursos nocturnos e diurnos pela cidade em que, de carro ou a pé, nos limitamos a captar o que a rua nos oferecia. Ou, são o resultado do conhecimento de terreno que nos tem proporcionado o já referido projecto de intervenção. Também aqui, mais uma vez, nos orientamos para os contextos. Procurámos averiguar as características dos diferentes territórios de rua onde se desenvolvem actividades prostitutivas femininas, bem como a sua localização no espaço urbano.

Passemos, então, agora, às caracterizações que obtivemos com esta metodologia.

### 3. Os contextos do trabalho sexual de interior

A diversidade de locais onde se desenrolam os trabalhos sexuais de interior, bem como os serviços que oferecem, é considerável. Aqui, tal como nos tipos de trabalhadoras sexuais, existe uma hierarquia pelo nível socio-económico. Em cada categoria de serviço apresentam-se alternativas para todos os graus de exigência dos clientes e para qualquer preço. Encontram-se locais luxuosos, bonitos, limpos, cuidados, com atendimento atencioso e com um serviço muito caro, mas encontram-se, igualmente, sítios pobres, feios, sujos, claustrofóbicos, rudes e com um serviço mais barato.

A organização destes locais permite-nos falar em bares e casas, sendo que no grupo dos bares encontramos três categorias: os bares de alterne, os bares de *strip-tease* e os bares de saída. Mas, antes de nos focarmos nos bares e nas casas, façamos referência a outros contextos onde é desenvolvido o trabalho sexual.

Existem locais que, não sendo específicos das práticas de trabalho sexual, admitem prostitutas que aí se deslocam para angariarem clientes ou para efectuarem as relações já combinadas com estes. Os hotéis podem, em certas circunstâncias, funcionar desta forma. E um bar ou uma discoteca não direccionados para estas actividades podem também constituir local de sedução com intuítos comerciais. Neste caso, de referir apenas que os bares e discotecas funcionam como quaisquer



outros, mas num certo dia da semana, por exemplo, têm uma parte da clientela baseada na oferta e procura do negócio do sexo.

Quanto aos hotéis, eles merecem-nos uma atenção mais cuidada. Os serviços que oferecem os hotéis não são, em princípio, sexuais. Mas se os seus clientes se dirigirem à recepção solicitando uma companhia feminina, os empregados saberão o que fazer. E podem fazer três coisas: indicar ao cliente onde se situam as casas da especialidade para quem procura uma mulher-sexo; telefonar para uma rapariga que consta da sua lista de contactos; ou, ligar para um intermediário ou casa que lhes envia uma trabalhadora sexual.

Com este serviço, o empregado do hotel pode ganhar uma comissão (por exemplo, 25 em 150 euros) ou, então, o que é mais habitual, receber uma gorjeta do cliente (cujo valor é variável, mas que pode ser de 5 ou 10 euros), sobretudo se este tiver ficado satisfeito com a mulher que lhe foi indicada.

É assim que as prostitutas entram nos hotéis, mesmo que sejam de cinco estrelas, ou sobretudo nestes: pela porta principal e chamadas pelos funcionários do hotel. É claro que estas actividades são do desconhecimento das gerências e, para muitos funcionários, falar sobre isto é um tabu. Contudo, há que manter os clientes satisfeitos.

Outras entradas no hotel são possíveis. Ocorrem de duas formas: quando o cliente entra com uma prostituta que leva para o seu quarto ou quando, por moto próprio, contacta uma que chama para o hotel (utilizando os seus conhecimentos ou recorrendo aos anúncios colocados nos jornais). Nesta caso, quem está na recepção do hotel pode nem notar e se se aperceber, a atitude que toma é de indiferença, podendo, eventualmente, aumentar a factura do cliente que de quarto individual passa a duplo.

Um outro esquema existe em alguns hotéis. Nestes, os seus bares ou discotecas têm grande frequência de prostitutas que aí se deslocam para angariar clientes. Elas vão-se instalando e os interesses, como, por exemplo, as comissões dos *barmen*, também. Por vezes, nem a própria gerência consegue lutar contra estes esquemas de angariação e ganhos de percentagens que se foram estabelecendo no bar ou na discoteca. São outras formas de exploração do trabalho sexual. E existem empregados de recepção e de bar ou discoteca de hotel que quase duplicam o seu salário com esta espécie de proxenetismo moderno.

Dos locais cuja actividade principal não é o trabalho sexual, passemos, então, para os bares e casas cujo negócio principal é este. Vejamos, assim, as casas de prostituição. Estas casas, algumas das quais referidas como casas de massagens, mesmo sendo poucas a proporcionar este serviço, estão organizadas de várias maneiras.

Uma das formas de organização diz respeito aos casos das mulheres que trabalham sós e de modo independente. Esta maneira de trabalhar comporta, segundo

elas, quer riscos, quer vantagens. Risco financeiros, pois não têm a garantia de que vão ganhar o dinheiro suficiente para fazer face às despesas fixas, a mais relevante das quais se refere ao pagamento da renda do imóvel. E, riscos pessoais, porque uma mulher que exerce esta actividade sozinha num apartamento está mais vulnerável a agressões por parte de clientes do que se estiver na companhia de outras mulheres. É, deste modo, que algumas delas relatam histórias de ataques por parte de supostos clientes em que foram salvas por um acaso.

Entre as vantagens estão: não terem de partilhar os lucros com outras pessoas, terem mais poder sobre o seu trabalho e o maior recato que conseguem obter. Para quem dissimula uma parte da sua vida pela consciência da condenação social dos actos que empreende, esta situação é percebida como mais prudente – acham mais arriscado que outras mulheres as conheçam na sua actividade de prostitutas.

Uma outra forma de funcionamento é a das casas em que trabalham duas mulheres, sendo que uma é patroa e outra empregada. Neste caso existe uma lógica de exploração de uma mulher por outra. A justificação que adoptam para não trabalharem sozinhas prende-se com a adequação ao mercado dos clientes que buscam sempre a novidade. Dizem que é preciso ter sempre uma rapariga nova, que vão intercalando à quinzena, para que os clientes não se cansem de procurar aquela casa. A segunda rapariga, ou terceira, quarta e por aí fora, pois às vezes trata-se de mais do que uma, serve então dois propósitos: ajudar a aumentar o lucro e satisfazer uma clientela exigente de novidades.

Estas casas nem sempre são geridas por uma mulher. Por vezes, por detrás do negócio encontra-se uma organização. Estas organizações podem possuir mais do que uma casa, e as raparigas vão sendo mudadas de uns locais para outros para serem mais rentáveis, segundo a lógica já mencionada da novidade. Muitas destas casas funcionam em apartamentos, enquanto outras operam em vivendas, sendo que algumas delas luxuosas estão equipadas com vários serviços e espaços diferenciados (saunas, videos, orgias, sado-maso, urofilia, ...). Existe, pois, oferta para todos desejos e níveis socio-económicos.

Vejam agora, o caso dos bares. Estes, que são habitualmente referidos como bares de alterne, podem ser de alterne, de *strip-tease* e de saídas, ou podem oferecer a combinação de vários serviços num só. Isto é, num bar de alterne, além deste serviço, podem decorrer espectáculos de *strip-tease* e/ou ser possível que as mulheres saiam para ter relações sexuais com os clientes noutra local.

Encontram-se ainda bares de alterne ou de *strip-tease* onde existem os chamados reservados ou privados. Estes são pequenos espaços situados no bar, fisicamente delimitados, geralmente com uma cortina num dos seus lados e contendo quase sempre um sofá e uma mesa, ou apenas um sofá. Estes reservados, onde o serviço tem um preço superior, têm como objectivo proporcionar um maior recato ao clien-

te. Aí, o cliente pode oferecer uma bebida ou pagar um *strip-tease* e usufruir da companhia ou do espectáculo sem que ninguém assista à sua conversa *íntima* com a alternadeira ou ao seu acto *voyerista* com a *stripper*. Em muitas casas é exactamente isto que acontece, mas, noutras, estes reservados são utilizados para a prática de relações sexuais a troco de mais dinheiro. Estes actos prostitutivos podem ser ou não do conhecimento da gerência; esta pode ser mais ou menos conivente com uma actividade que pode imputar à casa a acusação de lenocínio, mas que, por outro lado, apraz os clientes que lhe proporcionam o lucro.

Temos então várias combinações: bares de alterne, bares de alterne e saídas, bares de alterne com reservados/privados, bares de *strip-tease*, bares de *strip-tease* e alterne, etc. Porém, apesar de todas as combinações possíveis, na generalidade, uma das actividades funciona como principal, enquanto que a outra ou outras têm um papel acessório. Tomando o alterne, o *strip-tease* ou as saídas como a actividade central, façamos uma descrição destes locais e das actividades e interacções que aí decorrem.

Começemos pelos bares de alterne. Para cada um destes tipos de bares existe, como é regra no mundo do trabalho sexual, uma hierarquia baseada no estatuto socio-económico. Alguns locais são desagradavelmente pequenos, escuros e deprimentes, outros, pelo contrário, são agradáveis, bem decorados e com um ambiente festivo.

O tamanho também é variável, existindo casas pequenas e casas de grandes dimensões. Consequentemente, o número de mulheres que empregam, bem como a quantidade de clientes, também é díspar. Se existem casas com 7 ou 8 alternadeiras, outras chegam a ter 50 ou 60 mulheres.

Os preços das bebidas e o dinheiro que as empregadas auferem são também variáveis, mas, contrariamente ao que seria de esperar, quanto mais cara a bebida, menos tempo a mulher dedica ao cliente. Expliquemos: cada bebida que o cliente oferece à alternadeira confere-lhe o direito a usufruir da companhia daquela durante um período de tempo determinado, que pode ser alvo dum controlo mais ou menos rigoroso. Geralmente, nas casas mais pequenas e de nível socio-económico inferior este controlo não é tão apertado e as mulheres podem permanecer mais tempo com o cliente que lhe ofereceu a bebida. É também nestes locais que as bebidas, condição com o *nível* da casa, são mais baratas. Nos bares mais distintos, em que as bebidas são mais caras, este controlo faz-se ao minuto, havendo locais onde o pagamento de cada copo dá direito apenas a dez minutos, findo os quais o cliente deve pagar outra bebida ou, então, a mulher deve abandonar a mesa. É assim que surge a contradição de a um serviço mais caro corresponder uma menor quantidade de tempo dispendido.

Os preços das bebidas que os clientes pagam às alternantes, quando comparados com os preços praticados pelos bares ou discotecas que não têm trabalhadoras

sexuais, são muito elevados. Como exemplos: um copo com um sumo pode custar cerca de 30 euros e uma garrafa de espumante das pequenas custa cerca de 50 euros. Se se tratar de uma garrafa de champanhe francês o cliente poderá ter que pagar entre 250 e 600 euros consoante a marca comercial da bebida. Destes valores, metade cabe à mulher que recebe o alterne e a outra metade fica para a casa. Além dos 50% que ganha em cada bebida, a alternadeira recebe uma quantia por noite que pode variar entre os 20 e os 40 euros.

É nestes locais mais caros que se encontram as raparigas mais jovens, mais bonitas, melhor vestidas e mais escolarizadas. São também aquelas que ganham mais dinheiro mensalmente, quer porque a quantia que recebem por noite é superior, quer porque a casa tem mais movimento de clientes com mais poder económico e, logo, recebem uma maior quantidade de dinheiro proveniente das percentagens das bebidas. São ainda aquelas que aparentam ser melhores profissionais. Verdadeiras atrizes que representam para os seus clientes.

Seja de que nível for a casa, existem, contudo, aspectos comuns. São locais com pouca luz, com música ambiente calma e romântica, existem sempre espelhos nas paredes, todos têm mesas pequenas (apropriadas para comportarem duas pessoas), os sofás são estreitos para que o cliente e a alternadeira fiquem fisicamente próximos, existe uma pista de dança para onde estão viradas as mesas.

O processo de atendimento de cada cliente também é comum a todas elas. O cliente chega, senta-se numa mesa e há um empregado ou gerente que designa uma rapariga para se sentar junto a ele. A rapariga aproxima-se da mesa, cumprimenta o cliente com dois beijos na face e depois a interacção é a habitual: os que ainda não pagaram são seduzidos a fazê-lo com gestos íntimos e carinhosos pouco expansivos; os que já “ofereceram um copo”, merecem maior proximidade e intimidade.

No entanto, o tipo de interacção depende da mulher e daquilo que ela é capaz de fazer. Observamos alternadeiras que nunca permitiam que os clientes se *colassem* demasiado a elas ou que as mãos daqueles se deslocassem pelos seus corpos, mas vimos outras a permitir, por exemplo, o tacteamento das mamas ou coxas. Também a marcação de encontros sexuais pagos nos reservados, ou fora do horário de trabalho e no exterior do bar, depende da trabalhadora sexual (embora possam existir constrangimentos associados ao tipo de gerência da casa).

Quanto aos bares de *strip-tease*, também eles se encontram inseridos numa hierarquia e esta repercute-se no tipo de ambiente, nas características das mulheres e no dinheiro que elas ganham, tal como nas casas de alterne. Muitas das características ambientais dos bares de alterne são comuns a estes: são locais com pouca luz, com músicas românticas (excepto algumas das que são coreografadas pelas bailarinas), estão repletos de mesinhas e direccionam-se, não para uma pista de dança, mas para o palco onde decorre o *strip-tease*. Estes palcos, ou *passerelles*, têm

sempre umas barras metálicas verticais que entram nas coreografias eróticas das mulheres, mas podem ter outros elementos, como uma roda com cerca de dois metros de diâmetro feita com um tubo metálico, uma pequena cama ou canapé (*cama erótica*) ou uma torneira (*chuveiro erótico*). Muitos destes bares são desnivelados ou ligeiramente em anfiteatro, sempre centralizados no palco.

As casas de *strip-tease* com alterne ou reservados são ligeiramente diferentes daquelas em que apenas se assiste a espectáculos de *strip-tease*, e esta diferença é acentuada sobretudo pelo comportamento das mulheres. No caso das últimas, as mulheres não se arrastam pelas mesas. Fazem a sua dança, desaparecem nuas e voltam com roupas bonitas ignorando os olhares dos clientes, até que seja novamente a sua vez de dançar. Apesar do erotismo que exala das danças e dos olhares lascivos que vêm da assistência, existe um ambiente menos pornográfico. Os espectáculos de *strip-tease* não se efectuam apenas no palco, existem também as *table dances* e as *private dances*. As primeiras efectuam-se junto da mesa do cliente que pagou a dança e, as segundas, nos privados.

O ordenado auferido pelas bailarinas é pago ao dia com um montante fixo (cujo valor depende da idade e da aparência física da mulher, da sua nacionalidade, da qualidade das suas danças e do seu erotismo), ao qual acresce uma percentagem das danças privadas ou na mesa. Nos locais onde também se pratica o alterne há que juntar as percentagens conseguidas com este.

Por último, os bares de saída. Estes bares são os que têm um ambiente mais parecido com uma casa de passe, à excepção das características físico-ambientais que se assemelham aos bares de alterne e de *strip-tease* – existem as mesinhas, a pista de dança ou a *passerelle*, a mesma música ambiente, a média luz, etc. Porém, nestes bares as mulheres não estão sentadas nas mesas fazendo companhia a um homem. Elas estão sozinhas e os clientes permanecem durante pouco tempo dentro do bar. Quando as mulheres bebem uma bebida com um cliente, parece haver menos intimidade, como se não tivessem necessidade de a mostrar ali. O que é verdade, na medida em que o bar funciona como a antecâmara do local onde vai decorrer a actividade sexual. O trabalho das alternadeiras é proporcionar uma certa intimidade a troco duma bebida. O trabalho destas mulheres é fornecer um acto sexual remunerado. Só que esse acto não tem lugar ali. Há, então, um grande movimento de mulheres e clientes a entrar e a sair. E muitas mulheres que saem sozinhas, ou com outras colegas, para entrarem em táxis que as esperam no exterior e que as vão levar para outros locais aos quais foram chamadas. Estes bares lucram com uma percentagem do passe da mulher ou, então, obrigam a que o cliente faça um consumo mínimo antes que a mulher possa sair com ele. De qualquer forma, a trabalhadora sexual, ao contrário das alternadeiras ou das *strippers*, não recebe por noite, mas por relação sexual. Esta efectua-se onde o cliente e a mulher combinarem, geralmente

num hotel, mas, algumas destas casas, situam-se próximas de residenciais, que têm a mesma gerência e onde são efectivadas as relações sexuais.

Resumindo, os contextos do trabalho sexual e as suas características são diversos. Encontramos desde locais com exclusividade no trabalho sexual até outros que o dissimulam nas suas actividades hoteleiras. Os serviços oferecidos são múltiplos e num mesmo bar pode coexistir mais do que um tipo de trabalho sexual. Ainda, as características do trabalho diferenciam muito as mulheres e organizam-nas pelo estatuto socio-económico. No entanto, existem algumas características identificadas como comuns e que, mais do que afastar, aproximam contextos, actores e práticas.

Vejamos agora o que se passa com a prostituição de rua referindo os seus territórios.

#### 4. Os contextos da prostituição de rua

A prostituição de rua desenvolve-se em vários territórios da cidade. Não testemunhámos ruas ou bairros próprios para estas práticas. Observamos a sua distribuição espacial por diversos lugares. No Porto, as prostitutas de rua espalham-se pela cidade. Quer estejamos no centro, quer na periferia, podemos encontrar zonas onde se pratica a prostituição. Na periferia decorre sobretudo junto das grandes vias de acesso: vias rápidas e circulares que escoam o tráfego de e para a cidade.

Uma parte destas mulheres encontra-se junto a bairros de habitação social que configuram aquilo a que Fernandes (1998) chamou de territórios psicotrópicos, isto é, territórios atractores de “indivíduos que têm interesses em torno das drogas, com um programa comportamental orientado para aspectos instrumentais ligados a um estilo de vida em que elas têm um papel importante” (p. 167). Trata-se então, maioritariamente, de toxicodependentes que por razões instrumentais permanecem simultaneamente perto das estradas que movimentam os possíveis clientes e a pouca distância do local onde podem adquirir a droga que necessitam. Assim, é possível observar, nalguns casos a qualquer hora do dia, o vai-vém de mulheres que se deslocam da berma das estradas para o interior do bairro e vice-versa. E podemos presenciar ainda o movimento de carros que abrandam, param e voltam a arrancar com uma mulher prostituta no seu interior para voltar dentro de 15 a 20 minutos.

Estas mulheres estão quase todas nas casas dos vinte e trinta anos. Há, porém, algumas *junkies* com uma carreira já longa. Maioritariamente têm uma aparência física muito degradada, algumas vivem em muito más condições de habitabilidade (na rua ou em edifícios abandonados, como fábricas antigas), têm necessidades higio-sanitárias muito baixas, quer na sua actividade prostitutiva, quer na sua vida pessoal. As relações sexuais são praticadas especialmente em viaturas, há um pre-

domínio do sexo oral e os preços, em geral, são mais baixos do que os praticados noutros locais.

A prostituição localizada junto destes territórios psicotrópicos não tem, todavia, o monopólio. Existem outros locais de práticas prostitutivas na periferia da cidade, nomeadamente perto de zonas verdes, como matas ou parques. Nestes casos, alguns dos locais, são constituídos mais uma vez por toxicodependentes, mas outros integram mulheres sem contactos com as drogas.

Já no centro elas encontram-se essencialmente em zonas onde a cidade se desertifica durante a noite, mesmo que tenham comércio diurno. Muito movimentados durante o dia, estes locais, à noite, ficam desabitados de transeuntes e a única circulação é a automóvel. Em algumas ruas, a quase totalidade dos carros circula apenas com um passageiro do sexo masculino e o comportamento destes homens é análogo entre si: conduzem em marcha lenta, observam enquanto se insinuem e desaparecem ou, então, aproximam-se e dialogam com a mulher na tentativa de efectivarem relações sexuais pagas.

Na maior parte das vezes, além de desertas, estas zonas são escuras. São locais mal iluminados, com arcadas e árvores frondosas que deixam os passeios com pouca iluminação e as mulheres com a sensação de estarem protegidas dos olhares mais recriminadores.

Há contudo locais destes, no centro da cidade, onde as prostitutas não estão apenas de noite. Nestes casos, coexiste pacificamente o movimento dos clientes do negócio do sexo com o movimento dos clientes de outros negócios. Algumas destas zonas são simultaneamente zonas residenciais, sem que daí resulte qualquer conflito notório com os moradores.

As práticas prostitutivas do centro da cidade são efectuadas principalmente em pensões, constituindo estas um negócio paralelo à prostituição. Algumas pensões desempenham o papel de organizador espacial da prostituição na medida em que esta se ordena topologicamente a partir daquelas. A prostituição é a actividade que pode proporcionar o maior lucro a estas pensões, pois as mulheres que as utilizam efectuam um pagamento fixo de cada vez que usam o quarto com um cliente. Se pensarmos que este pagamento ronda habitualmente os cinco euros, que cada relação sexual demora quase sempre entre 10 e 20 minutos e que uma prostituta pode chegar a atender 10 a 15 clientes por dia, podemos perceber a importância desta actividade ilícita nos negócios hoteleiros supostamente lícitos. A prática mais habitual é, neste tipo de prostituição, o sexo vaginal antecedido de estimulação oral.

É no centro da cidade que se concentra a quase totalidade das prostitutas que não são toxicodependentes, embora em algumas zonas também existam dependentes de drogas. A faixa etária é aqui mais alargada, a aparência física das mulheres e a forma como estão na actividade prostitutiva também é mais diversa e há ruas que

concentram ainda a prostituição masculina, nomeadamente os travestis e os transsexuais.

Considerando centro e periferia, podemos dizer que a prostituição se desenvolve em quatro tipos de zonas: 1. zonas residenciais; 2. zonas simultaneamente comerciais e residenciais; 3. próximo de zonas verdes; e, 4. em vias de passagem de tráfego automóvel.

Na sua distribuição espacial pela cidade, as pessoas que se prostituem na rua estão, muitas vezes, organizadas segundo determinadas características tais como a idade, a dependência ou não das drogas, o sexo ou género e a aparência física. Decorre daqui também uma diferenciação dos preços praticados. Assim, existem zonas ou pontos de uma mesma zona em que se concentram sobretudo mulheres com uma idade superior aos 40 anos. Nestas zonas, percebem-se pequenos aglomerados de mulheres que se juntam à volta de velhas pensões. As pensões destas mulheres são um espelho das suas habitantes: degradadas e com a marca do peso dos anos no rosto que é a sua fachada. Podem ver-se nalguns locais pontos com grande proximidade, diríamos mesmo à distância de poucos metros, em que as prostitutas estão agrupadas segundo a idade, por exemplo, as mais velhas juntam-se à porta da pensão e as mais novas, um pouco ao lado, reúnem-se em torno de uma esquina com mais visibilidade.

No que respeita à relação com as drogas, além da organização em torno dos bairros, existe por vezes uma distribuição espacial que é consequência da rivalidade entre grupos. Isto é, enquanto que no caso das toxicodependentes que estão junto dos bairros se trata de uma auto-segregação instrumental, noutros casos o afastamento das dependentes de droga é uma consequência da rivalidade que existe entre estas e as restantes. Existem territórios bem definidos cuja invasão é rejeitada por aquelas que se consideram detentoras de uma legitimidade conferida pelo cumprimento dos códigos de conduta éticos. Expliquemos: tal como Faupel (1991) constata com os heroinómanos, as prostitutas têm um código de ética ao qual aderem. Levar um preço fixo combinado com as restantes prostitutas ou não roubar os clientes fazem parte desse código. A violação deste leva à estigmatização dentro do próprio grupo e quem desrespeita as regras a maior parte das vezes, são as prostitutas toxicodependentes. São estas que, por causa da urgência de dinheiro ditada pela abstinência da droga, mais facilmente acedem a baixar os preços, ou tiram dinheiro aos clientes. Ora, esta conduta contra-ética leva muitas vezes a que as prostitutas não toxicodependentes se confrontem directamente com aquelas, numa lógica de demarcação e de definição de territórios salvaguardando uma concorrência leal às normas.

A organização em torno do sexo ou género é das mais evidentes. É nítida a zona dos travestis e transsexuais ou a zona dos prostitutos, relativamente aos locais onde se exerce a prostituição feminina. Apesar de junto aos travestis ser possível ver



também prostitutas, elas diluem-se visualmente na aparência vistosa daqueles, e o local não deixa de ser, até pela menor quantidade de mulheres, a *zona dos travestis*.

Uma outra organização espacial pode ser encontrada: pela aparência física. Referimo-nos a zonas ou esquinas em que as mulheres se apresentam com um aspecto bastante cuidado. São geralmente independentes, têm autonomia de decisão e fazem uma boa gestão da sua vida. São minoritárias relativamente às restantes.

Os preços praticados nas diferentes zonas também se diferenciam, sendo que a última referida é aquela em que os preços das relações sexuais são os mais elevados. Os preços mais baixos encontram-se entre as mulheres que têm uma aparência física descuidada e/ou desgastada seja decorrente da idade, seja consequência do consumo de drogas. É, no entanto, entre as toxicodependentes mais degradadas que se encontram junto aos bairros psicotrópicos que se atingem os limites mínimos.

Confirmámos, deste modo, a existência de uma hierarquia entre as prostitutas de rua, que depende de variáveis como a idade, a aparência e o local de actividade, e que afecta a possibilidade de ganhar mais ou menos dinheiro.

Além destas existe ainda uma outra característica, das mais distintivas da prostituição de rua, a sua mobilidade territorial. Uma zona com grande densidade de prostitutas pode rapidamente deixar de ser procurada por estas mulheres. Embora existam ruas no centro da cidade onde a prostituição já existe desde o século XIX, noutras as mulheres mudam-se com frequência. Às vezes, as explicações são tão simples como o encerramento duma pensão, a zona passar a ser mais policiada e deixar de ser procurada pelos clientes, ter aberto nas proximidades um negócio de restauração que funciona durante a noite ou a droga passar a ser vendida num local longe daquele.

Em síntese, no centro ou na periferia, organizadas pela idade, pela relação com as drogas, pelo sexo/género ou pela aparência física/forma de estar na actividade, a prostituição de rua tem ainda a característica da grande mobilidade territorial. Mas a sua característica mais saliente é a disseminação pela cidade. Não estão confinadas a guetos, não estão ocultadas dos demais cidadãos, nem sequer estão apenas nas margens da cidade. Estão por todo o lado, seja nos subúrbios, seja nos centros residenciais e comerciais. Trabalham em qualquer hora do dia, tanto na noite deserta, como no dia habitado. E, exceptuando casos pontuais, não provocam conflitos sociais. Quando existem tensões, elas são dentro do grupo das pessoas que se prostituem e não entre este e outros grupos de cidadãos. Existe uma coexistência pacífica que é contraditória com as vozes dos que se levantam para condenar o desenvolvimento desta actividade no centro da cidade e que clamam pela construção de bairros específicos.

## 5. Reflexões finais

A metodologia que utilizamos funcionou como um espelho de aumento e ao aumentar revelou-nos contornos mais pormenorizados, tendo redundado numa abundância de dados. Uma das conclusões possíveis remete, assim, para a multi-contextualidade. Da rua das pensões, viaturas e matas ao interior de bares, apartamentos, moradias e hotéis, a diversidade adequa-se à procura, seja porque existe a necessidade de actividades diferentes, seja porque os clientes são provenientes de níveis socio-económicos diversos.

Além da mais óbvia divisão entre rua e interior, podemos também distinguir os diferentes contextos pelo seu estatuto socio-económico (um contínuo entre o muito baixo e o muito alto), pelo tipo de serviços que oferece (alterne, *strip*, prostituição ou vários ao mesmo tempo), pela sua apresentação físico-ambiental (mais ou menos bonitos, mais ou menos degradados; tendo, no entanto, algumas características comuns consoante seja uma casa ou um bar), pela sua localização na cidade (o que significa dispersão). Ou ainda, pelo facto de terem outra actividade como actividade principal, como é o caso dos hotéis ou discotecas.

Para concluir afirmemos que a aproximação ao objecto resultou na negação duma ideia estereotipada e, apesar das semelhanças entre locais, na obtenção duma imagem multifacetada, onde os diversos contextos se nos apresentam detentores de características físico-ambientais tão diferentes entre si como são diferentes uma estrada próxima dum bairro degradado e uma rua comercial do centro da cidade. Ou, como são diferentes um bar de *strip tease* e um apartamento que publicita massagens mas onde se faz sexo comercial. Quem fala nas diferenças entre as características físico-ambientais, tem que referir as que existem nas características humanas, sendo que existem diversas idades, sexo/género, tipos de relação com drogas, aparência física.

Terminamos salientando a importância da continuidade da investigação neste domínio. Pretendemos prosseguir-la direccionando o nosso trabalho para outras variáveis de análise, bem como para níveis menos descritivos e mais compreensivos. Quando se investiga uma área praticamente inexplorada, como é o caso do trabalho sexual, em geral, e da prostituição, em particular, em Portugal, há que começar por caracterizações mais gerais que permitam, posteriormente, avançar para análises mais pormenorizadas e aprofundadas. Foi o que fizemos e o que pretendemos continuar a fazer nos estudos que vamos prosseguir.

## BIBLIOGRAFIA

- ADLER, P. A. & ADLER, P. (1998). Observational techniques. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.) *Collecting and interpreting qualitative materials*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- BARTOL, C. (1991). *Criminal behavior. A psychosocial approach* (3ª ed). New Jersey: Prentice-Hall.
- BIERNACKI, P. & WALDORF, D. (1981). Snowball sampling. Problems and techniques of chain referral sampling. *Sociological methods & research*, 10, 41-163.
- CHAPKIS, W. (1997). *Live sex acts: women performing erotic labour*. Londres: Cassell.
- CRUZ, F. S. (1984). *Da prostituição na cidade de Lisboa (1841)*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- DAVIS, N. (2000). From victims to survivors: working with recovering street prostitutes. In R. Weitzer (Ed.) *Sex for sale: prostitution, pornography and the sex industry*. New York: Routledge.
- DEBUYST, C. (1990). Présentation et justification du thème. In *Acteur social et délinquance – hommage à Christian Debuyst*. Bruxelas: Pierre Mardaga.
- FARLEY, M. & BARKAN, H. (1998). Prostitution, violence and posttraumatic stress disorder. *Women and health*, 3, 37-49.
- FAUPEL, C. (1991). *Shooting dope. Career patterns of hard-core heroin users*. Gainesville: University of Florida Press.
- FERNANDES, L. (1998). *O sítio das drogas*. Lisboa: Editorial Notícias.
- FERNANDES, L. & CARVALHO, M. C. (2000). Por onde anda o que se oculta: o acesso a mundos sociais de consumidores problemáticos de drogas através do método do *snowball*. *Toxicodependências*, 6, 3, 17-28.
- HØIGÅRD, C. & FINSTAD, L. (1992). *Backstreets. Prostitution, money and love*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press.
- KANOUSE, D., BERRY, S., DUAN., N., LEVER, J., CARSON, S., PERLMAN, J. & LEVITAN, B. (1999). Drawing a probability sample of female street prostitutes in Los Angeles County. *The journal of sex research*, 1, 45-51.
- KEMMESIES, U. (2000). How to reach the unknown: the snowball sampling technique. In G. Greenwood and K. Robertson (Eds.) *Understanding and responding to drug use: the role of qualitative research*. EMCDDA Scientific monograph series nº 4.
- LEVER, J. & DOLNICK, D. (2000). Clients and call girls: seeking sex and intimacy. In R. Weitzer (Ed.) *Sex for sale: prostitution, pornography and the sex industry*. New York: Routledge.
- LEVER, J. & KANOUSE, D. (1998). Using qualitative methods to study the hidden world of offstreet prostitution. In J. Elias, V. Bullough; V. Elias & G. Brewer (Eds.) *Prostitution. On whores, hustlers and johns*. New York: Prometheus Books.
- MANITA, C. & OLIVEIRA, A. (2002). *Estudo de caracterização da prostituição de rua no Porto e em Matosinhos*. Porto: CIDM.
- MCCAGHY, C. (1985). *Deviant behavior: crime, conflict and interest groups* (2ª ed.). New York: McMillan Publishing Company.
- MEIER, R. (1989). *Crime and society*. Boston: Allyn and Bacon.
- OLIVEIRA, A. (2002). *Da prostituição ao trabalho sexual: actrizes, práticas e contextos*. Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto com vista à obtenção do grau de Mestre.
- OLIVEIRA, A. (2004). *As vendedoras de ilusões. Estudo sobre prostituição, alterne e strip-tease*. Lisboa: Editorial Notícias.

- OLIVEIRA, A. & MANITA, C. (2002). Prostituição, violência e vitimação. In R. A. Gonçalves e C. Machado (Coords.) *Violência e vítimas de crimes (Vol. 1 – Adultos)*. Coimbra: Quarteto.
- O'NEILL, M. & BARBERET, R. (2000). Victimization and the social organization of prostitution in England and Spain. In R. Weitzer (Ed.) *Sex for sale: prostitution, pornography and the sex industry*. New York: Routledge.
- PORTER, J. & BONILLA, L. (2000). Drug use, HIV and the ecology of street prostitution. In R. Weitzer (Ed.) *Sex for sale: prostitution, pornography and the sex industry*. New York: Routledge.
- PRYEN, S., BARBOTIN, D. & MARY, C. (1997). *Étude sur les conditions de vie des personnes prostituées à Lille*. Rapport IFRÉsi présenté à AIDES Nord-Pas de Calais et au Conseil communal de prévention de la délinquance de Lille.
- SCHISSEL, B. & FEDEC, K. (1999). The selling of innocence: the gestalt of danger in the lives of youth prostitutes. *Canadian journal of criminology*, 1, 33-45.
- SILBERT, M. & PINES, A. (1981). Occupational hazards of street prostitutes. *Criminal justice and behavior*, 4, 395-399.
- SILBERT, M. & PINES, A. (1982). Victimization of street prostitutes. *Victimology*, 1-4, 122-133.
- THIO, A. (1983). *Deviant behavior* (2<sup>a</sup> ed.) Boston: Houghton Mifflin Company.
- WEITZER, R. (2000). Why we need more research on sex work. In R. Weitzer (Ed.) *Sex for sale: prostitution, pornography and the sex industry*. New York: Routledge.
- WELZER-LANG, D., BARBOSA, O. & MATHIEU, L. (1994) *Prostitution: les uns, les unes et les autres*. Paris: Editions Métailié.
- WHITTAKER, D. & HART, G. (1996). Research note: Managing risks: The social organization of indoor sex work. *Sociology of health and illness*, 3, 399-414.

# ANTIGUIDADES ORIENTAIS E CONFLITOS INTERNACIONAIS: (A PROPÓSITO DE) UM EPISÓDIO PORTUGUÊS EM PLENA 1.<sup>a</sup> GRANDE GUERRA MUNDIAL

por

Ana Cristina Martins\*

“Que continham [...] esses tijolos, esses granitos, páginas imperecíveis do livro de todo o saber, enterradas há 4240 anos num vale da Mesopotâmia? Certamente nas suas primeiras linhas o livro revelava o começo e a idade do Mundo”

(Eça de Queirós, *Notas Contemporâneas*, p. 379)

**Resumo:** Numa altura em que o assalto ao Museu de Bagdade atraiu as atenções de especialistas e amantes das Artes e Letras de todo o Mundo, pareceu-nos particularmente pertinente divulgar um evento assaz peculiar e oculto nas brumas da memória nacional. Em plena 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial, a secular Associação dos Arqueólogos Portugueses envidou todos os esforços no sentido de o Governo português nacionalizar o conteúdo inserto numa embarcação alemã, entretanto apresada ao largo de Lisboa, no âmbito dos acordos bilaterais previamente estabelecidos com o Reino-Unido. No interior de mais de cem contentores, encerrava-se um verdadeiro tesouro: artefactos arqueológicos exumados no solo da Antiga Mesopotâmia, de cujos exemplares os nossos principais estabelecimentos científicos tanto careciam. Com base neste episódio tão inusitado, trilhámos outros caminhos, intimamente relacionados com o lugar simbólico do Próximo Oriente no imaginário ocidental e a sua relevância geo-política para as forças europeias, reforçada através da implementação e desenvolvimento dos emergentes estudos arqueológicos, numa conjugação que não mais se dissolveria do seu horizonte.

**Palavras-chave:** Oriente; Associação dos Arqueólogos Portugueses; 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial.

## NOTA INTRODUTÓRIA

O Oriente exerceu sempre um enorme fascínio sobre o imaginário ocidental. Geográfica e culturalmente distantes, as suas paragens permaneceram no ideário europeu desde as conquistas de Alexandre, o Grande (356-323 a.C.) – que sonhara transpor para a Babilónia a capital do seu domínio territorial – até à extensão do

---

\* Associação dos Arqueólogos Portugueses. Arqueóloga e Investigadora da Evolução do Pensamento Arqueológico, Museológico e Patrimonial. E-mail: acnmartins@clix.pt

Império Romano. Foi, porém, graças ao historiador, filósofo e general grego Xenofonte (430-355 a.C.) que acedemos às primeiras descrições sobre as ruínas assírias. Mas também à própria Antiguidade Clássica, no seu todo, pelo modo como as concepções cosmogónicas do Próximo Oriente foram sincretizadas pelo – e no – pensamento judaico-cristão.

Terá sido, contudo, nos primórdios do Cristianismo que emergiu o interesse doravante votado aos territórios orientais próximos da vivência mediterrânica por parte dos mais cultos e abastados círculos alto-medievais que, à semelhança do mundo greco-romano, tão sabiamente souberam conjugar e fundir as suas díspares idolatrias. Entendido como berço da Humanidade e da revelação divina de carácter monoteísta, o Oriente parecia estar predestinado a ser resgatado pelos poderes políticos europeus, aos quais competiria preservar uma vasta memória cristalizadora da primeira fonte das suas próprias culturas e nacionalidades, salvaguardando-as das mãos intempestivas das populações (ditas) infiéis sedeadas nos seus territórios através da propagação da palavra de Maomé (570-632). Em nome da Fé cristã, organizaram-se cruzadas de *reocupação* de uma realidade que reclamavam como sua. Era, no entanto, uma forma de unir uma história que nunca se destacara pela convergência de pressupostos político-sociais desenvolvidos em torno do protótipo protagonizado pela Antiguidade romana, que atingiria o seu primeiro auge em pleno *renovatio carolingio*. Fabulavam-se, por isso, genealogias originadas na infância da Humanidade, ao mesmo tempo que os seus principais patriarcas eram *revistos* enquanto repositórios legítimos dos “heróis fundadores” de cidades e culturas ocidentais a fim de as prestigiar e validar aos olhos de “outros”. Enquanto isso, e após cumprirem a suprema missão de peregrinar até à Terra Santa, alguns eruditos descreviam as ruínas de Nínive, para cuja investigação oitocentista se mencionaria, entre nós, ser “[...] necessario expropriar todas as casas de que se compunha a aldeia de Korsabad, empreza dificil, porque os arabes suppõem que os europeus não fazem escavações senão para desenterrar thesouros escondidos; e quando vêem desentulhar monumentos que tenham esculptura, horrorizam-se, porque o seu fanatismo lhes faz crer que são obras do demonio”<sup>1</sup>.

Com o passar do tempo, substituiu-se (ou, melhor, associou-se) o deslumbramento por algumas das mais simbólicas páginas bíblicas – como a de *Noé* – por um profundo interesse pela História antiga das civilizações orientais referidas ao longo das suas inúmeras descrições. Partiu-se, então, em busca de uma realidade somente lembrada nos escritos, do seu esplendor, queda e submissão a gentes diversas, agora que o fim das invasões bárbaras imprimira uma maior segurança e organiza-

---

<sup>1</sup> “Antiguidades de Ninive”, *Archivo Pittoresco*, vol. V, Lisboa, Typ. de Castro & Irmão, 1862, p. 202.

ção administrativa nos territórios situados a Leste da mentalidade ocidental. Este encantamento manifestou-se de modo mais sistemático numa época pautada pelo florescimento citadino e afirmação de uma nova mundividência de pretensão universalista, mercê do reforço do poder papal, da hegemonia real, da consolidação das relações comerciais, do incremento da actividade bancária e da criação de novos centros de investigação científica. Este imaginário messiânico tocava de igual modo o sentir português quando, já em plena *Era* romântica, se rebuscou no fabulário redentor as origens da própria monarquia *lusitana*, que os séculos dezassete e dezoito se esforçaram por legitimar, e cujas lendas fascinarium de modo tão evidente a curiosidade de alguns dos nossos mais consagrados literatos, ao reverem-se como demiurgos civilizacionais e culturais. Reavivou-se, por isso, o conhecido mito de Túbal, filho de Jafé e neto do construtor da *Arca*, esse verdadeiro símbolo da remição da memória por intermédio da preservação (e empírica manipulação) mesológica, enquanto o mito da queda infernal da *axis mundi* babilónica e da *vanitas* humana cedia lugar à ascese citadina de Jerusalém. Na verdade, há muito que se enraizara na cultura portuguesa a pretensão de ver em Túbal o fundador de Setúbal e primeiro povoador da Península Ibérica, conferindo-se através dele o estatuto que Portugal parecia não mais ter alcançado após o domínio filipino. Uma vez mais, a escrita da História servia interesses políticos muito concretos, à semelhança do que sucederia com as letras inglesas, ao remeterem a fundação da sua monarquia aos feitos de Bruto, filho de Eneias. Na verdade, o interesse votado aos vestígios arqueológicos da Península de Tróia não se alhearia desta problemática, dado que a sua exploração – esporádica, nos primeiros tempos, e sistemática já na centúria de oitocentos – ocorreu sempre em períodos muito específicos da nossa História, ao longo dos quais se tornou fundamental consolidar a identificação nacional, sob pena de ser fragmentada em benefício de projectos exógenos. E, para tal, havia que reavivar o sentido de unicidade interna, que se remontava a um período tão remoto, quanto o diluviano.

Mas ainda nos tempos medievos se observou, a par de comerciantes (como o viajante veneziano Marco Polo – 1254-1324), aventureiros e peregrinos, uma crescente deslocação ao Próximo Oriente por parte de vários representantes da *Igreja*, não apenas para salvação e reapropriação dos primordiais locais cristãos, mas, sobretudo, para perscrutação de vestígios materiais ilustrativos dos eventos enunciados e preditos na *Bíblia*, numa terra e numa altura em que há muito teriam desaparecido, sido votados ao esquecimento ou, simplesmente, ignorados e reaproveitados nos novos ícones vivenciais e nas gramáticas decorativas islâmicas. Além disso, a proximidade que os cristãos latinos estabeleceram desde o século XIII com os nestorianos mesopotâmicos e os coptas egípcios e etíopes parecia concretizar um dos principais desígnios da época: a formação de uma frente anti-mulçumana, numa vontade suprema encarnada pelo “Imperador dos Últimos Dias”, Frederico II (1197-1250), o Salvador.

Expectantes perante a perspectiva de resgatar os seus irmãos à mão do “descrente”, cruzados, missionários e comerciantes lançaram-se rumo às esotéricas *sete partidas* do Mundo, em cujos recantos o *Oriente sagrado* ganhava um novo significado no quadro da contemplação ascética de lugares de trânsito. De facto, era ao longo destes últimos que o imaginário medieval cavaleiresco rebuscava de modo tenaz a incorruptibilidade da *Martirologia*, as ancestrais *mirabilia* (então confundidas com os transcendentais *miraculae*) – *mira res* ou *mira admirationis* – e as raízes do *senhorio oriental*, cujo esplendor perdera-se no tempo, cedendo lugar à cultura eclesiástica. Procurava-se, assim, realçar os míticos *reinos* paradisíacos de Pres-tes João, onde se ambicionava reencontrar a perfeição vivencial há muito diluída no pensamento e nas acções da Cristandade, com vista à *recriação* da força imprescindível à unidade mediterrânica, numa viagem quase fabulosa, num ciclo enciclopédico de contornos verdadeiramente iniciáticos, onde o *Itinerarium* ganhava nova força ao buscar reproduzir os sinuosos itinerários trilhados pelos primeiros cristãos, finalmente identificados como “Centros do Mundo”. Procurava-se, deste modo, enriquecer individualmente, assimilando-se e desvendando-se todo um percurso inscrito nas páginas do Novo e do Velho Testamento, bebendo nas fontes primevas do Cristianismo a inspiração essencial ao desenvolvimento interior, num caminho pontado por ruínas e relíquias fragmentadas de um passado milagroso, cujas mensagens urgia transmitir para manter acesa a chama do espírito que lhes estivera (está) subjacente. A espiritualidade era, assim, reavivada através da confirmação existencial dos *não-lugares* dos mais relevantes registos matéricos do discurso bíblico, mesmo que apenas visualizados e testemunhados por uma ínfima parte da população. Partia-se, assim, em busca de uma outra “idade de ouro”, também ela revalorizada pela gesta lusitana numa época em que o *tempo* cristão se tornara linear (orientado para um *fim*), mas não necessariamente mais venturoso, porquanto escatológico.

Numa altura em que a *Modernidade* europeia despontava com – e para – o Renascimento da Antiguidade Clássica e se transferia gradualmente de uma visão teocêntrica para uma filosofia antropocêntrica (leia-se, europocêntrica), força da acção papal e das principais Repúblicas italianas, alguns literatos expressaram um forte interesse em estudar as “antigualhas” egípcias e levantinas, que as próprias fontes clássicas evocavam e definiam como um dos mananciais do seu próprio saber e ser. A realidade europeia parecia ter, finalmente, alcançado a maturidade imprescindível ao progresso intelectual alicerçado numa consolidada expansão política, teológica e científica. Transportavam-se, deste modo, e muito antes da própria *Era Industrial*, as rivalidades latentes entre as principais potências da época para a esfera cultural mediante a sublimação de uma existência que lhes era bastante anterior e frequentemente incógnita.

Aos poucos, a Europa culta viu-se rodeada de uma série de símbolos desco-



dificados através da *ruína representada* e da *ruína referênci*a. Mas se na época medieva a ruína funcionara como valor de *memento mori* e os escombros do universo das trevas babilónicas relembavam os homens da sua intrínseca condição mortal e efemeridade das acções não divinas – representada no *Dilúvio* – no período pós-Tridentino as “antiguidades nacionais” pareciam conviver pacificamente com vestígios exumados naquela antiga cidade e em Persépolis, por mão de R. Pietro della Valle (1586-1652) e do viajante francês J. Chardin (1643-1713). Além disso, aparentavam harmonizar-se de igual modo com toda uma gramática decorativa que lhe parecia totalmente estranha, e que tão profundamente inspirara o gravador e arquitecto italiano G. B. Piranesi (1720-1778).

Mas só perante um primeiro olhar mais desprevenido.

Na realidade, enquanto as esfinges pareciam serenar as mentes face ao carácter inelutável do destino humano traçado pelos insondáveis desígnios celestiais (também figurado nos singulares *telamones*), os obeliscos e as pirâmides – tal como os *zigurates* – encarnavam a ascensão do espírito humano perante algo – o *Sublime* – que nunca se poderia apreender na sua real essência e dimensão. Além do mais, pareciam conformar-se à funcionalidade e ao simbolismo da arquitectura memorial e funerária, cujos exemplares eram com frequência observados e exumados na cidade de Roma. Mas era também, sem dúvida, uma maneira de reintegrar uma realidade que desejavam sua enquanto seus pretensos reais depositários. Com efeito, a reapropriação destes signos implicaria o apoderamento de uma tradição milenar que estabelecera as raízes do pensamento europeu no alvor da *Contemporaneidade*, mesmo que a sua estética se expressasse literariamente de um modo que permaneceria incompreensível até à decifração, por J.-F. Champollion (1790-1832), da “Pedra de Rosetta”, descoberta em 1799. Além disso, tratava-se de um duplo domínio: o de algo que a própria Roma Antiga soubera subjugar e que a Contra-Reforma transpusera para uma iconografia hermética plasmada nos movimentos *Maneirista*, *Barroco*, *Rococó* e *Rocaille*. No entretanto, a Maçonaria (liberal) *iluminista* elaborara um código eivado de elementos egípcios, numa altura em que o Egipto se tornara inacessível pela ocupação árabe ocorrida no século XVII. Mas graças aos conceptualismos evolucionistas, ele teria de ser apartado das velhas tradições pré-clássicas, o verdadeiro foco primordial da ontologia ocidental. Também por isso se valorizavam as pormenorizadas descrições quinhentistas e seiscentistas acerca de diversos tempos, gentes e locais, num espírito ecuménico e cosmopolita tão do agrado dos homens do *Racionalismo*, mesmo que à luz do primado da superioridade europeia, bem vincado no conceito de *République des Lettres*, o ideal de unidade cultural.

Reutilizava-se, todavia, não propriamente a simbólica das antigas civilizações do Crescente Fértil, mas, antes de mais, a egípcia. Na verdade, havia que esperar pelos diplomatas-arqueólogos de oitocentos para que aquelas renascessem para o

domínio público e gáudio dos investigadores. Foi nesta altura que, a par da atitude decorativa e romântica revelada perante este “novo” (“velho”) mundo, começou a imperar uma certa postura arqueológica, a partir da qual se observaram e registaram cientificamente os artefactos da Antiguidade Pré-clássica, em grande parte graças à expedição napoleónica empreendida no Egipto em finais de setecentos (1798-1801).

Mas este “Renascimento Oriental” não se circunscreveu ao território do Antigo Egipto.

Em meados do século XVIII, J.-J. Barthélemy (1716-1795) descobrira a língua aramaica gravada numas inscrições de *Palmira* e restabelecera o alfabeto fenício, relançando, assim, o interesse pela sua civilização e resquícios materiais descobertos em diversos pontos do Norte de África. A notoriedade então alcançada com estas investigações também obteria o devido impacte na nossa imprensa, em cujas páginas se sublinhava a incontornável fragilidade das glórias humanas:

Templos, palacios, e arcos triunfaes, onde as artes rivalisavam, foram em um momento convertidos em montões de ruinas. Comtudo, dessa prodigiosa serie de columnas corinthias, restam não poucas, intactas do furor dos homens e do correr dos seculos, como para servir de lição ás gerações futuras.

Alli existiu uma população immensa, rica e alegre, industriosa e forte; hoje o sopro da vida anima tão sómente fracos reptís, que divagam por entre esses magestosos restos de extinctas grandezas!... Outr’ora a procuravam como amiga os potentados da terra; hoje só a demandam as feras açoutadas pela tempestade do deserto!... Então, infundia respeito e assombro nos estrangeiros que a visitavam; agora desperta na alma do viajante um único pensamento – *como se confunde com o nada o orgulho e a ambição dos homens*<sup>2</sup>.

Na verdade, cria-se que,

Essas ruinas magestosas que nos recordam a existencia d’um grande povo, [...] servem para attestar ao viajante que um povo tambem morre, deixando como tumulo as ruinas da cidade que habitou. A grandeza de Deus e a impotencia dos homens acham-se symbolisadas n’essas ruinas, que servem hoje de guarida aos animaes ferozes. [...]. Ao contemplar os destroços de tantas grandezas, ao meditar sobre a fragilidade de todas as cousas humanas, a nossa alma eleva-se insensivelmente para Deus, e reconhece a sua omnipotencia sobre a sorte das nações<sup>3</sup>.

Não obstante, confirmava-se, uma vez mais, que a ciência arqueológica percorreria o caminho que a Filologia lhe desbravara, e para o qual tanto contribuía a expedição dirigida, entre 1761 e 1767, por K. Niebhur (1774-1837) ao Indo, Pérsia, Mesopotâmia, Egipto e Arábia do Sul, assim como a própria constituição dos

<sup>2</sup> “Syria. I. As ruinas de Palmyra”, *Universo Pittoresco. Jornal de Instrucção e Recreio*, 1839-1840, Lisboa, se, sd, p. 180.

<sup>3</sup> “Ruinas de Palmyra”, *Archivo Familiar*, vol. I, Lisboa, se, 1858, p. 49.

primeiros Institutos de Estudos Orientais em solo francês, aos quais se somaria o papel desempenhado, a partir de 1822, pela *Société Asiatique de Paris*. Aliada à Epigrafia e à Filologia, a Arqueologia permitiria, já em pleno século XIX, conduzir algumas das peças mais emblemáticas da glorificação das civilizações levantinas (sendo que, nos inícios de oitocentos, e em termos mentais, o *Oriente* principiava nos Balcãs) às principais colecções estatais europeias, ao mesmo tempo que os seus escritos eram decifrados por homens de excepção, como A. H. Layard (1817-1894), H. C. Rawlinson (1810-1895) e P.-É. Botta (1802-1870), na esteira dos estudos desenvolvidos por J. Claudius Rich (1787-1821), representante da Companhia das Índias Orientais em Bagdad, nos inícios do século XIX.

Firmava-se, assim, a Assiriologia enquanto estudo específico de uma das inúmeras civilizações Pré-clássicas mencionadas nos registos bíblicos, a qual depois de ocultada durante milénios sob a vontade dos homens e dos desígnios transcendentais, ganhava, por fim, forma, *valor de antiguidade* e *valor histórico*, além de um novo *valor científico*, mesmo que, em 1874, ainda se escrevesse num dos periódicos nacionais ser “[...] possível que a parte de leão nestas descobertas, caiba em sorte ao Antigo Testamento.”<sup>4</sup>. Mas além disso, um dos episódios fundamentais deste processo revelar-se-ia o próprio reconhecimento de culturas perdidas na memória colectiva e nas páginas do Antigo Testamento, como seriam os casos do Elão e da Suméria, esta última originária da própria escrita cuneiforme.

Abria-se, assim, um novo campo de estudo e de saber, que de modo tão profundo, quanto irreversível modificaria a concepção do Mundo Antigo, do passado e da própria mundividência contemporânea.

Contrariamente à secular tradição e crença cristã, a herança greco-latina deixava de ser absoluta e única. No fundo, as investigações realizadas em território norte africano e levantino comprovavam uma das principais ideias insertas nas linhas bíblicas: a de que outras civilizações bastante mais antigas teriam atingido um inigualável esplendor e influenciado de modo indubitável a própria forma de pensar e de estar ocidental, e cuja essência se materializara na obra artística das suas populações. De facto, entendia-se que “A historia da Babylonia é a dos tempos primitivos do genero humano, commemorados nos livros sagrados. A cidade de Babylonia foi capital d’um dos mais poderosos e por certo do mais antigo dos imperios do mundo”<sup>5</sup>, cuja fundação se atribuía “[...] aos primeiros descendentes de Noé; [...]”<sup>6</sup>. Estabelecia-se, deste modo, uma espécie de “elo perdido” entre as

---

<sup>4</sup> “A Biblia e a Assyriologia”, *Revista das Sciencias Ecclesiasticas*, t. IV, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1874, p. 173.

<sup>5</sup> “Tunulo de Zobeida”, *O Panorama*, vol. V, 3.ª série, Lisboa, se, 1856, p. 177.

<sup>6</sup> “Babylonia”, *Idem*, vol. V, 3.ª série, Lisboa, se, 1856, p. 141.

clássicas civilizações mediterrânicas e as orientais, ao mesmo tempo que se propunha um certo afastamento do postulado linear de carácter europocentrista estabelecido por J. J. Wincklemann (1717-1768) sobre a evolução artística. Deste modo, a Europa principiava a reconhecer a enorme dívida que acumulara para com o Oriente onde, ao que tudo indicava, germinara o próprio pensamento ocidental, mesmo que se tentasse sempre relacioná-lo com as culturas mediterrânicas.

Mas não só.

Possivelmente mais importante do que *reencontrar* a vertente material de uma memória intangível, os terrenos do Próximo e do Médio Oriente revelavam uma verdade para a qual a mente e o espírito ocidentais ainda não se encontravam devidamente preparados para interiorizar e aceitar. Os alicerces do mundo judaico-cristão iriam ser profundamente abalados pelo infundável número de evidências geológicas e arqueológicas acerca da grande antiguidade humana, que era, assim, remetida muito para além do dilúvio bíblico e dos 6004 anos estabelecidos dois séculos antes pelo arcebispo J. Ussher (1581-1656), apesar de alguns autores nacionais persistirem em segui-los:

Mais de dois mil annos antes da vinda de Christo, cem pouco mais ou menos depois do diluvio, Nemrod, filho de Chus, neto de Cham, bisneto de Noé, fundou em Babylonia o primeiro imperio dos assyrios<sup>7</sup>.

No entanto, ainda em 1862 – e algum tempo depois do denominado *annus mirabilis* da Pré-história, mas a certa distância do seu reconhecimento mundial em plena Exposição Universal de 1867 – recomendava-se nalguns artigos portugueses que se procurasse “[...] combater os outros argumentos, que uma falsa sciencia quis achar na chronologia e na geologia para dar ao mundo uma antiguidade muito maior, do que aquella que lhe assignalam as narrativas mosaycas”<sup>8</sup>.

Mas o próprio reconhecimento desta evidência observada em registos arqueológicos e em camadas estratigráficas motivaria uma acesa discussão ao longo de décadas entre alguns dos mais notáveis intelectuais da época, nomeadamente de origem britânica. Predominada pelos dogmas anglicanos e pelo ascendente “vitorianismo”, a sociedade inglesa tentava arredar do seu seio qualquer influência proveniente do além-mar, onde o extremismo revolucionário perigava e questionava os seculares interesses de uma aristocracia arregaçada aos valores campestres, numa época em que se associava o pretenso radicalismo científico ao fundamentalismo político. Mas se o conceito de *Homem Pré-histórico* era submetido a inúmeras

<sup>7</sup> M., “Assyria”, *Idem*, vol. V, 3.ª série, Lisboa, se, 1856, p. 178.

<sup>8</sup> D. M. Sotto Mayor, “Antiguidade do Mundo”, *Archivo Pittoresco*, vol. V, Lisboa, Typ. De Castro & Irmão, 1892, p. 390.

explicações no âmbito de uma atmosfera de ortodoxia irredutível, os estudos em território “bíblico” poderiam relativizar o conteúdo do Antigo Testamento e, por inerência, o de toda uma tradicional explicitação cristã sobre o lugar do *Homem* no mundo físico.

Despontou, então, um novo campo de investigação assente na leitura crítica das fontes do *Cristianismo* com vista à sua conformação às realidades exumadas e decifradas, mesmo que a “Inspiração Verbal” fosse questionada, tal como contestados tinham sido os textos da *Ilíada* e da *Odisseia*, os quais – concluíra-se – não derivavam de uma só pena nem de um só tempo e lugar. Constituiriam, antes sim, a súpula de múltiplas tradições legadas ao longo de séculos pela força da oralidade, com todas as consequências daí derivadas para a própria orientação quotidiana das populações ocidentais, milenarmente desenvolvida no âmago de uma religião interiorizada de modo quase acrítico. Havia, sobretudo, que sublinhar a relevância dos textos sagrados enquanto fonte histórica e, nalguns casos, aprofundar o entendimento dos episódios apenas conhecidos através da sua leitura, privilegiando-se a exploração das ruínas da antiga Assíria para ilustração bíblica com base num discurso metatemporal decorrente de uma análise orgânica dos fenómenos culturais.

Mas se os tesouros do Antigo Egipto foram eleitos pelos eruditos franceses após a campanha napoleónica contra o poderio britânico no Mediterrâneo, o Crescente Fértil foi essencialmente perscrutado até à década de quarenta de dezanove por individualidades inglesas, enquanto exerciam funções diplomáticas, tantas vezes dissimuladoras de missões de espionagem junto à *Sublime Porta*. Entretanto, entre finais dos anos quarenta e princípios dos cinquenta, foram exumados inúmeros monumentos, obras de arte e a própria biblioteca do rei assírio Assurbanipal (669-626) para enriquecimento do *British Museum*. Este facto despertou as autoridades francesas para a relevância de tais artefactos, não apenas para um maior e melhor conhecimento de uma realidade passada, como, sobretudo, para o combate cultural (entenda-se, político) que vinha disputando com a Grã-Bretanha. Contrariava-se, assim, e de certa forma, a tendência impressa por A. Mariette (1821-1881) na organização do património arqueológico egípcio através do Serviço de Antiguidades, além da própria imposição da ideia de constituir um museu nacional egípcio. Mas, para tal, havia que proceder a uma verdadeira revolução nas mentalidades europeias.

Foi, porém, no *Louvre*, em 1847, que se inaugurou o primeiro museu assírio europeu (sem, verdadeiramente, o ser), disposto ao longo do *Salon de Nineveh*, enquanto que a Inglaterra veria o produto das suas campanhas arqueológicas apenas em 1849, ano em que o *British Museum* consagrou algumas das suas galerias à exposição de antiguidades assírias, designadamente dos seus impressionantes baixos-relevos e, ainda, no *Nineveh Court* do *Fine Arts Courts* do *Crystal Palace*, quando este inaugurou em 1854. Mas estas demonstrações serviam de igual modo

para reabilitar uma das páginas mais simbólicas da tradição judaico-cristã, reapropriando-se vestígios daqueles que ditaram a sua má fortuna pela força de *Sodoma* e *Gomorra*, que *Deus* punira tão exemplarmente. Pré-ambulava-se, deste modo, em torno da *Terra Prometida*, para lá do próprio entendimento de *eukomenia*, em busca das (místicas) *sete maravilhas* do Mundo, essas verdadeiras elegias ao poder quase ilimitado da capacidade e da força humana, terrestre, em nome de algo transcendental, sem dúvida, um dos temas mais recorrentes do ideário romântico.

Os visitantes puderam, assim, percorrer os salões destas exposições temáticas, deslumbrando-se com uma expressão artística inédita, deveras dissemelhante de todas as conhecidas até então e amplamente reveladora da singular cultura que lhe dera forma. A Antiguidade deixava, por isso, de ser exclusivamente greco-latina e a Arqueologia fazia remontar muito para além das tradições bíblicas o início da espiritualidade ocidental. Pela primeira vez, era possível conhecer o quotidiano de sociedades há muito desaparecidas através da aplicação de métodos arqueológicos, eles próprios conformados às especificidades dos terrenos que as ocultavam. Desta maneira, abria-se o caminho à especialização da própria "Arqueologia científica", agora que se consolidava o fenómeno oitocentista de deslocação dos itinerários da latinidade europeia para o Norte cultural, onde se concentravam os principais centros do saber e da arte, embora moldados ao permanente ideal humano: o da busca do impossível traduzido na demanda medieval do *Paraíso* e do *Santo Graal*, da cidade ideal pelos renascentistas e do exotismo paradisíaco por parte de românticos e realistas, traduzida nas descrições de costumes, paisagens e monumentos, num esboço de contrastes civilizacionais.

Mas estas eram as páginas mais gloriosas e abnegadas. A realidade assumia, todavia, uma dimensão bastante mais profunda e encontrava-se acantoadada debaixo de uma estreita teia de interesses geo-políticos que a própria evolução histórica se encarregaria de revelar e transpor para o domínio público. A eles ficamos a dever todo o desenvolvimento operado nas ciências directa e indirectamente envolvidas no redescobrimento civilizacional do Antigo Próximo e Médio Oriente, com o qual o Ocidente continua a deslumbrar-se num sentimento de eterno encantamento perante uma realidade *inatingível*, mas ao mesmo tempo sonhada e desejada, como se tocassem o mais profundo do seu ser.

A partir do século XIX, a Arqueologia assumiria um lugar de destaque no enorme reforço da influência ocidental sobre estas regiões, elas próprias transformadas em autênticos palcos de disposições rivais de foro político, comercial e cultural, inicialmente acalentadas pela Inglaterra e pela França, seguidas de uma Alemanha movida por uma profunda aspiração imperial.

## 1. O IMAGINÁRIO ORIENTAL NA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

Tal como a maioria das sociedades eruditas europeias da época, também a *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (RAACAP)*<sup>9</sup> manifestou desde muito cedo um óbvio interesse pelo estudo das antiguidades orientais, esforçando-se por acompanhar o desenvolvimento das campanhas arqueológicas empreendidas em solo da antiga Mesopotâmia.

Não era, contudo, propriamente uma novidade entre nós, pois Portugal vira nascer no seu território algumas personalidades que, em dado momento das suas vidas, partiram rumo ao Próximo Oriente, descrevendo ruínas que acreditavam materializar as glórias descritas nos registos bíblicos, depois de perpassarem o território santo em busca de lugares de memória, contemplação e ascetismo, norteados pelas narrativas do Antigo Testamento e, muitas vezes, sem suspeitarem da enorme riqueza soterrada que percorriam. Eram, no entanto, quase inexistentes os exemplos comparativos ao exercício dos vários nomes ingleses e franceses que começavam a singrar no seio das investigações do Mediterrâneo e Próximo Oriente Pré-clássico, mesmo que as viagens portuguesas de quatrocentos, quinhentos e seiscentos constituíssem o verdadeiro embrião do “Renascimento oriental” dos séculos XIX e XX, na sua perpétua *Peregrinação* pelo desconhecido, como obscuros tinham sido os caminhos cantados nos *Lusíadas*. Na verdade, a tradição nacional nunca se notificara, propriamente, pelo estudo de antiguidades, de um modo geral, e das reportáveis a outros países, em particular, para mais de fontes tão longínquas, como seria o Mediterrâneo Oriental. A tendência portuguesa fôra sempre a de perscrutar os vestígios da presença romana, a fim de *sobrevalorizar* a imagem de Portugal junto dos pares europeus e legitimar a política interna orientada por princípios absolutistas assentes num ideário iluminista.

Não se resumiria, todavia, aos territórios das florescentes culturas do Antigo Egipto e do Crescente Fértil a consideração que os nossos intelectuais do século do *devir* humano nutririam. Na realidade, a sua atenção concentrar-se-ia com igual significado no mediterrâneo fenício como uma das fontes fundamentais das particularidades da cultura europeia.

Será, no entanto, indismantível que, comparativamente aos estudos sobre a antiga Grécia, a Roma clássica e o antigo Egipto, os vestígios fenícios atraíram mais tardiamente o interesse dos investigadores europeus de oitocentos, animados pela

---

<sup>9</sup> Para um breve olhar sobre as actividades desenvolvidas por esta agremiação oitocentista, veja-se Ana Cristina N. Martins, *Possidónio da Silva (1806-1896) e o Elogio da Memória. Um Percurso na Arqueologia de Oitocentos*, Lisboa, A.A.P., 2003.

figura ímpar do arqueólogo, numismata e epigrafista francês L. F. J. C. F. de Saulcy (1807-1880), o verdadeiro fundador da Arqueologia bíblica. Os seus feitos científicos seriam de igual modo glorificados nalguns periódicos nacionais, onde, uma vez mais, a principal tônica era dada ao Antigo Testamento como fonte documental por excelência: “Mr. De Saulcy [...]. Achou com o auxílio dos textos *bíblicos*, da tradição arabe, e pela inspeção dos logares as ruínas de Sodoma, de Gomorra e das outras cidades da Pentapolis, e descreveu-as como archeologo experiente”<sup>10</sup>.

Tal como sucedera com as demais realidades históricas, também o passado desta singular civilização foi indagado de início com base numa análise cuidada de diversos exemplares numismáticos. Entretanto, em 1846, o viajante, arqueólogo francês e pioneiro da Hititologia, Ch. F. M. Texier (1802-1871), reconheceu a língua fenícia inscrita em dois fragmentos de uma laje, conhecida como “Tarifa de Marselha”. Seria, no entanto, necessário esperar pela descoberta, em 1855, do famoso sarcófago do rei Eshmunazor de Sídón (c. 489-475 a.C.) para que o mundo académico despertasse em definitivo para o estudo desta civilização única. Fornecendo a primeira inscrição encontrada no próprio território fenício, este evento abriu, no fundo, as portas à perscrutação sistemática da região, em busca de uma das inúmeras raízes da matricial cultura ocidental, que veria na missão dirigida pelo escritor, filólogo e arqueólogo francês E. Renan (1823-1892), entre 1860 e 1861, o seu primeiro expoente. E tal como sucedera com a referencial Expedição de Bonaparte ao Egipto, E. Renan acabaria por ser integrado por Napoleão III (1808-1873) na incursão bélica operada na Síria com o aval das autoridades britânicas para sufocar os massacres perpetrados pelos Drusos contra os cristãos, o que lhe permitiu utilizar a própria organização militar aos fins que concebera, e que contemplaram, por exemplo, a abertura de escavações em sítios arqueológicos tão importantes, como Marathus, Biblos, Sídón e Tiro. E, uma vez mais, estes empreendimentos científicos ilustrariam algumas páginas do periodismo nacional de oitocentos. Ainda que com um forte cunho romântico, mas também incontestavelmente influenciadas pelo espírito subjacente à teorização dos “ciclos civilizacionais” e da “queda dos Impérios”, em 1874 publicavam-se as seguintes palavras:

A vista d'estas ruínas deve convencer os nossos queridos leitores, que todas as cousas d'este mundo acabam tarde ou cedo, ainda que sejam poderosas [...] [sendo que] Muitas cidades celebres da antiguidade, e outras que ainda existem como Cadix, Carthago e Utica, foram edificadas pelos tyrios, que fundavam colonias nos paizes afastados, como hoje fazem os europeis nas outras regiões do globo<sup>11</sup>.

<sup>10</sup> “Viagem á Palestina por M. de Saulcy. Sarcophago de David. Exploração do Mar-Morto”, *O Panorama*, vol. XVIII, Lisboa, se, 1867, p. 326.

<sup>11</sup> “Ruínas de Tyro”, *Recreio Infantil*, n.º 1, Lisboa, R. Nova dos Martyres, 1874, pp. 10-12.



Ou, ainda, nesse outro artigo, onde se reforçava a ideia da perenidade existencial com base na observação das ruínas de glórias de antanho:

Quem hoje buscar Ninive, Babylonia, Persepolis, Ecbatna, Balbek e tantas outras que as injúrias do tempo ou a mão do homem tem cruelmente assolado, ficará, certo, surpreendido de não achar em seu lugar senão restos informes de magnificência, civilização e grandeza que essas cidades atingiram<sup>12</sup>.

Na verdade, também esta missão arqueológica só poderá ser compreendida de modo pleno se a observarmos enquanto parte integrante da conquista destes territórios e da política colonial que a mesma preconizava, e da qual não deverá ser, nunca, dissociada, sob pena de se perder o real sentido destas novas movimentações imperialistas. De facto, para além da própria repetição simbólica do acto *Criativo*, Napoleão III pretendia restaurar o “Reino Árabe da Síria” como forma de alcançar futuramente o seu protectorado, o que, no entanto, nunca chegaria a concretizar-se devido à forte influência desfrutada pelos britânicos nestas paragens. Transferiria, então, este projecto tão ambicioso para o território argelino, onde iniciou uma política de miscegenação, como única forma passível de “regenerar” a raça árabe. Com efeito, parecia que a França só poderia aventurar-se por territórios tradicionalmente sob ascendência inglesa depois de ter consolidado as suas posições norte-africanas, como demonstraria, aliás, o reconhecimento do protectorado napoleónico sobre Marrocos, em 1912, e que Eça de Queirós (1845-1900) tão bem denunciaria com a sua habitual pena irónica:

Será possível, entre os grandes homens, não colocar logo, no melhor pedestal, Chateaubriand? E Champollion, que leu os hieróglifos dos monumentos do Egipto, e revelou ao mundo a antiguidade faraónica? Decerto Champollion é grande... Mas o marechal Bugeaud! O marechal Bugeaud, que, conquistando a Argélia, deu à França uma colónia magnífica!<sup>13</sup>

Fundador da arqueologia fenícia e criador do *Corpus Inscriptionum Semiticarum*, E. Renan configurou um determinado ideal de arqueólogo, no qual se deveriam congregar de modo fluente conhecimentos tão essenciais, quanto os linguísticos, históricos, arqueológicos, filosóficos e artísticos, sem os quais dificilmente se conseguiria ultrapassar a mera etapa técnica e penetrar no verdadeiro mundo da Arqueologia. Somente, assim, se poderia interpretar as observações registadas no terreno à luz de um contexto histórico muito preciso, sobretudo quando o interesse votado à Antiga Fenícia assentava em propósitos ideológicos muito específicos, designadamente de ordem religiosa.

<sup>12</sup> F. A. d'Almeida, “Cyrène”, *O Panorama*, vol. XVII, 2.º anno da 5.ª serie, Lisboa, se, 1867, p. 82.

<sup>13</sup> Eça de Queirós, *Notas Contemporâneas*, Lisboa, Livros do Brasil, sd, p. 171.

Deambulando por entre os trilhos que deveriam reafirmar a milenar pretensão de soberania ocidental sobre os territórios do Próximo Oriente, as campanhas de E. Renan permitiram definir as ansiadas ligações estabelecidas entre as civilizações do Mediterrâneo oriental e ocidental, num processo de helenização das regiões levantinas. Era, por isso, imprescindível examinar os materiais exumados em *sítios*, como Biblos. E, no caso particular do diplomata e orientalista francês Ch. Clermont-Ganneau (1846-1923), seria de igual modo praticável determinar a influência directamente exercida por esta zona asiática sobre o despontar etrusco, ao mesmo tempo que se procurava testemunhar a veracidade bíblica através da abertura de novos campos de estudos semíticos, designadamente com a exploração dos territórios da antiga Fenícia, da qual fôra incumbido em 1881 pelo Ministério da Instrução Pública. Além disso, pareciam estar, então, finalmente reunidas as condições essenciais à revisão da teoria winckelmanniana sobre o expoente do *Belo* na Arte da Antiga Grécia. Entendida, agora, como um fenómeno evolutivo sujeito às mais díspares ascendências, alguns dos principais propugnadores da investigação semítica pretenderam elevar as regiões do Levante mediterrânico ao estatuto de encruzilhada civilizacional ao longo da Pré-história recente e do Mundo clássico. De entre eles, e a par do próprio Ch. Clermont-Ganneau – conservador do Departamento das Antiguidades Orientais do *Louvre* constituído em 1881 – figurava o arqueólogo, helenista e orientalista francês Léon Heuzey (1831-1922), que pretendia reconstituir as relações outrora estabelecidas entre o Mundo Grego e o Mundo Oriental. Definiu, então, a teoria de “acção de retorno”, segundo a qual teria existido uma permanente inter-influência entre a Grécia e o Próximo Oriente, que o próprio estenderia ao Mediterrâneo ocidental após autenticar as estátuas tartessas de *Cerro de los Santos* (1869), cujas reproduções o arquitecto português Possidónio da Silva (1806-1896)<sup>14</sup> visionara na Exposição Universal de 1878.

Porém, esta questão não seria solucionada tão facilmente. Na verdade, ela pretextaria uma longa série de discussões, opondo os denominados “ocidentais” aos “orientais” em torno da “questão (creto)micénica”, sobejamente celebrizada ao problematizar a originalidade das civilizações pré-helénicas face às realidades culturais levantinas e mesopotâmicas. Mas a par destas teorizações, alguns autores pretendiam descortinar a presença de uma estreita relação que se mantivera entre as antigas culturas egípcia e fenícia (como, mais tarde, entre a Fenícia e os povos primitivos do Continente Americano<sup>15</sup>), que as escavações envidadas na localidade

---

<sup>14</sup> Sobre a vida e obra desta personalidade, veja-se Ana Cristina N. Martins, *Possidónio da Silva (1806-1896) e o Elogio da Memória...*

<sup>15</sup> Na página 154 do periódico nacional *O Novo Mundo* publicado em 1873, escrevera-se que “A sciencia moderna já está satisfeita com as provas da indubitavel influencia que os Phenicios exerceram na civilização

de Biblos e em Chipre – além da própria descoberta de Ugarit, em finais dos anos vinte – confirmaram, equilibrando os antigos debates ocorridos entre “Feniciomaníacos” e “Feniciofóbicos”. Foi o que sucedeu com o egiptólogo francês Pierre Montet (1885-1966), ao procurar testemunhos de tão fortes ligações nas escavações dirigidas em Biblos e Sídon, reavivadas após o término do primeiro grande conflito mundial, depois de terem sido retomadas em 1914. Pareciam estar, então, afastados todos os entraves que o Império Otomano colocara sucessivamente às pretensões ocidentais de efectuar escavações sistemáticas no território da Antiga Fenícia, à excepção da necrópole de Sídon, autorizada ainda em 1913, e que fôra objecto de um aturado estudo por parte do arqueólogo turco Osman Hamdy Bey (1842-1910), que descobrira uma outra necrópole real nas imediações de Saída.

Todo este contexto permitirá explicar o interesse que desde muito cedo se votou entre nós às investigações realizadas em torno da bacia mediterrânica, com evidente destaque para os territórios directa e indirectamente relacionados com a tradição bíblica. E a RAACAP dificilmente poderia ignorar todo este movimento, especialmente depois de alguns dos seus mais destacados membros terem frequentado exposições e congressos internacionais, que notificariam os principais protagonistas desta cruzada científica e exibiriam os seus valiosos resultados materiais, quer em termos históricos, quer artísticos. E constituído o seu núcleo museológico, o referencial *Muzeu Archaeologico do Carmo (MAC)*, nas ruínas da igreja do Carmo, em Lisboa, parecia, então, ter chegado o momento de repensar o seu acervo e equacionar a possibilidade de expor nas suas instalações exemplares ilustrativos de tão relevantes civilizações e culturas.

Foi, assim, que, em virtude das suas regulares deslocações ao estrangeiro para participação em reuniões científicas e da assídua correspondência que manteve com importantes representantes das emergentes ciências arqueológica, antropológica e etnográfica após a sua presença na matricial Exposição Universal de Paris de 1867, o histórico presidente da RAACAP, Possidónio da Silva, concentrou de igual modo a sua atenção no resultado das escavações empreendidas nestes territórios. E o Levante mereceu-lhe, sem dúvida, uma especial deferência. Foi, assim, que, em meados dos anos setenta, Possidónio recebeu uma carta do orientalista sueco, o Conde Carlo Landberg (1848-1924), onde este investigador o informava acerca do envio de três caixas contendo antiguidades com destino ao museu associativo a fim de serem estudadas por especialistas nacionais<sup>16</sup>. Entre outros objectos, fazia parte

---

dos povos primitivos deste continente [...] é que, como pensam muitos sabios, a mesma civilização da America seja devida originariamente aos Phenicios, assim como outros pensam que deva ser attribuida ora aos Malaios, ora ás dez tribuz de Israel que se perderam, ora aos habitantes de um grande continente que ao principio unia a Europa á America do Norte, ora, finalmente, aos proprios aborigenes do Novo Mundo.”

<sup>16</sup> A.H./A.A.P., *Actas da Assembleia Geral*, n.º 82. 27/11/1875. Inédito.

do vasto espólio ofertado por este especialista um certo número de lucernas, artefactos executados em vidro, lacrimatórios e moedas. Mas, ao que tudo parece indicar, estes exemplares nunca seriam expostos nas salas do MAC, quaisquer que tenham sido as razões de tal evidência<sup>17</sup>. Não obstante, este episódio constitui um testemunho inequívoco do impacto que o desenvolvimento das explorações arqueológicas na região levantina obteve junto dos nossos mais ilustrados representantes, suscitando a sua curiosidade e o desejo de adquirir alguns dos seus mais referenciais testemunhos. Esforçavam-se, assim, por equipar a nossa capital com artefactos há muito patentes nos principais museus do “velho” Continente, congregando-se, deste modo, todos os esforços necessários ao avanço científico e literário necessário à sua equiparação ao nível dos demais países.

## 2. CHERUSKIA, O NAVIO DA DISCÓRDIA

### 2.1. A Alemanha em solo *Pré-clássico*

Até finais de oitocentos foram poucos os doutos de origem germânica que se aventuraram por terras da antiga Mesopotâmia em busca da “infância” perdida da História europeia, cujos laivos progressistas de fundamento hegeliniano lhes permitia o confronto permanente com o “outro”. Não que a Alemanha não tivesse assistido ao nascimento de investigadores empenhados no estudo das suas milenares culturas e decifração das respectivas línguas. Mas a supremacia científica no Norte de África, Próximo e Médio Oriente encontrava-se, sem dúvida, quase exclusivamente restrita às esferas britânicas e francesas, embora se agregassem a elas pontualmente alguns elementos de outras nacionalidades. Não era, contudo, possível olvidar as brilhantes páginas ilustradas com o inexcédível contributo fornecido por alguns românticos alemães de maior nomeada ao conhecimento e divulgação da Itália clássica e da antiga Grécia, designadamente através da referencial Glipoteca de Munique. Seria, todavia, necessário esperar pela proclamação do “Império (*Reich*) Alemão” (1871) após o término da guerra franco-alemã, pela acção do estadista O. von Bismarck (1815-1898) e pela visão de Guilherme II (1859-1941) para que o enorme crescendo industrial da sua sociedade fortemente prussianizada e o movimento do *Kulturkampf* estimulassem os intentos expansionistas da “Grande Alemanha” e contrariassem o crescente Pan-eslavismo. E de entre as regiões não-europeias visadas neste ambicioso projecto constavam, precisamente, o Norte de África e a pátria das

---

<sup>17</sup> Esta ocorrência será desenvolvida no âmbito da tese de doutoramento que apresentaremos em breve à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

ancestrais civilizações mesopotâmicas, cuja produção artística denunciava um profundo carácter despótico, tão do seu agrado. O que não seria, propriamente, uma novidade, pois as suas linhas arquitectónicas e gramáticas decorativas tinham inspirado profundamente diversos criadores oitocentistas, que introduziram alguns dos seus elementos em ambientes neo-goticistas, embora sem alcançar as proporções e a magia propiciadoras ao surgimento da “Egiptomania”.

E todo este interesse germânico não seria fortuito.

Tal como sucedera com a Inglaterra e a França, também a Alemanha privilegiaria estas zonas para escoamento dos produtos das suas jovens indústrias, que a própria segunda revolução industrial impusera. Mas estas áreas eram sobretudo palcos (caso dos Balcãs) onde perfilava todo um mosaico de interesses geo-políticos, tantas vezes transformados em ostentação militar e resolvidos em cenários bélicos. E, destes, a 1.ª Grande Guerra Mundial seria tão somente o lado mais visível de uma História europeia eivada de profundas contradições, rivalidades e sentimentos revanchistas de origens seculares, profundamente agravadas pelo processo industrial. Em seu nome, tecia-se uma complexa trama de alianças e acordos circunstanciais – tantas vezes secretos – com alguns dos ancestrais inimigos europeus, contra os quais a *Era Romântica* combatera a fim de recuperar para o imaginário ocidental uma herança que c(que)ria sua. Todavia, ao mesmo tempo que se libertavam populações geograficamente europeias, estabeleciam-se novas plataformas de apoio a uma expedição ao âmago do Império Otomano que, em meados do século XIX, se encontrava assaz moribundo. Seria através dos seus meandros que se pretendia alcançar novos “mercados” e zonas de influência, como a vasta Rússia Czarista, ela própria considerada pela Inglaterra como a principal ameaça aos seus interesses económicos no continente asiático. Havia, por isso, que renovar o Império Otomano como forma de garantir o equilíbrio de forças que o Ocidente pretendia manter nesta zona politicamente tão sensível e crucial para o *devoir* europeu.

Há muito que a Europa romântica se desligara de um certo enfoque colocado no estudo sistematizado das denominadas “antiguidades nacionais”, agora que os processos de *reunificação* idealizada de países como a Alemanha careciam de uma política consistente e fortalecedora do seu desenvolvimento interno e de um processo de congregação mais agressivo. De contrário, algumas das ideologias que povoavam o pensamento e a acção “positiva” e “realista” poderiam perigar os regimes políticos recentemente instituídos. Organizavam-se, por isso, campanhas políticas dissimuladas com intentos científico-culturais aos territórios eleitos pela força divina como berço da Humanidade, bem como aos outrora dominados pela *Razão* das civilizações clássicas, suas herdeiras directas. Proclamando-se como sua legítima guardiã, a Alemanha bismarckiana tencionava apoderar-se da vital geografia mediterrânea para funcionalidade dos seus desígnios imperialistas assentes em nítidos

pressupostos económicos e financeiros, que a realidade hitleriana reutilizaria já em pleno século XX através das escavações reencetadas, por exemplo, em Olímpia. Seria, no fundo, a única via possível de se afirmar em definitivo no xadrez político da época sem recorrer de imediato à acção bélica, ela própria passível de ser assim justificada e legitimada. E, na verdade, cedo se concluiria que a única forma de lhe sobreviver seria imperar-lhe.

Em finais do século XIX, a Europa confrontou-se com a unificação de uma Alemanha pós-Crimeia reforçada pelo poder militar e eficácia económica. O apogeu europeu no alvor do século XX germinava, assim, as sementes de uma discórdia que extravasaria a sua própria realidade. As vésperas do primeiro grande conflito mundial ensombrevam irreversivelmente a *Belle Époque* que acreditara vãmente ter enterrado o fantasma da guerra em 1899, por ocasião da 1.ª Conferência Internacional de Paz.

Quanto aos epigrafistas, filólogos e arqueólogos, eles acompanhavam o espírito ampliador do *Reich*, entusiasmados que estariam com a possibilidade de vislumbrar *in loco* as preciosidades conhecidas através das reproduções inglesas e francesas e descobrirem outras tantas para glória da ciência alemã e gáudio dos seus súbditos. E em pleno *Fin de Siècle*, a antiga Mesopotâmia proporcionava-lhes a institucionalização de estruturas de apoio para realização destes seus intentos. À semelhança do que era praticado pelas principais potências industriais, o Império Alemão soubera transpor habilmente para o plano cultural os seus jogos de influência, criando, para o efeito, organismos arqueológicos tradutores da suas escolhas políticas. Fundou-se, então, o *Deutsche Institut für Ägyptische Altertumskunde*, em 1897, em grande parte graças à acção de homens tão iluminados, como os egiptólogos E. Brugsch (1873-1956), K. R. Lepsius (1810-1956) e J. Dümichen (1833-1894). Entretanto, o *Deutsche Orient Gesellschaft*, instituído em 1898 durante a viagem de Guilherme II ao Próximo Oriente, abriu de igual modo as portas iraquianas às campanhas arqueológicas alemãs dirigidas por Th. Wiegand (1864-1936) em Balbek até 1905, e onde, ainda em meados do século dezanove, se afirmava entre nós que “Entre Damasco e Tripoli da Syria, no valle do Libano, chamado El-Bequa (outr’ora *Coelesyria*) erguem-se as ruínas de Heliopolis, ou Balbeck, como hoje lhe chamam. Em parte alguma do mundo se encontram tão altos testemunhos da perfeição a que se elevaram certas artes na antiguidade”<sup>18</sup>.

Mas a ambição germânica assumiria nesta esfera um exemplo inaudito. Além disso, animava-os o sopro da pretensão de superioridade rática sobre todas as outras nações, designadamente europeias. E à semelhança de tantos outros países e de crenças transmitidas ao longo de gerações junto de diversas monarquias ocidentais, também a Alemanha pretendia ser a real depositária do legado cultural da Antiga

<sup>18</sup> “Ruínas de Balbeck”, *O Panorama*, vol. IV, 3.ª serie, Lisboa, se. 1855, p. 155.

Roma e, quase por inerência, da própria pátria bíblica. Remontou, então, a sua fundação aos actos heróicos do germânico *Arminius*, que servira as legiões romanas. Firmava-se, deste modo, a necessária aliança – política e sagrada – da qual cada monarquia parecia carecer para consolidar a sua posição no seu próprio seio e junto do palco internacional, onde se julgava e se decidia o futuro da Humanidade.

Na esteira do sucesso alcançado pela *Délégation en Perse*, o gabinete do *Kaiser* endereçaria as suas atenções para a exploração e restauro sistemático da antiga Babilónia (estimulada pela própria formação arquitectónica dos seus principais empreendedores), onde o investigador R. Koldewey (1855-1925), financiado por instituições germânicas, permaneceria desde 1899 até às vésperas do termino do primeiro confronto bélico mundial, em 1917, ano da tomada de Bagdad pelas tropas britânicas. Era uma nova realidade recolocada à luz do dia e ao conhecimento dos homens mediante a aplicação de novas metodologias, absolutamente incomparáveis aos trabalhos realizados em Pompeia e Herculano em pleno século XVIII. O interesse do *Reich* pela vastidão da antiga Mesopotâmia não se circunscreveria, no entanto, a estas duas localidades. Entre 1902 e 1914, W. Andrae (1875-1956) dirigiu os trabalhos arqueológicos em Assur, antiga capital da Assíria, onde, à semelhança da prática instituída em Susa pelo arqueólogo francês J. J. M. de Morgan (1857-1924) e, posteriormente, aperfeiçoada por W. M. F. Petrie (1853-1942) e R. Koldewey, procedeu a um registo minucioso e a rigorosas escavações estratigráficas com vista à reconstituição leal das diversas estruturas exumadas com base nos procedimentos implementados pela Arqueologia Pré-histórica.

Tal como no plano político, a concorrência arqueológica mantida entre os países ocidentais de “primeira linha” atingia proporções nunca observadas até então, instigando a constituição de missões permanentes em redor da bacia mediterrânica e de delegações na Ásia Ocidental. É, precisamente, neste contexto que se deverá entender o acordo assinado secretamente em 1899 entre o Império Otomano e a Alemanha de Guilherme II, autorizando os museus de Berlim a permanecerem com metade dos objectos e a guarda dos monumentos escavados em Milet, Baalbek e Babilónia. Na verdade, as ligações perigosamente mantidas entre estas duas potências prevaleceriam ainda em plena 1ª Guerra Mundial. Entre 1916 e 1918, o já citado Th. Wiegand (*vide supra*) desempenhou um papel fundamental na aplicação da *Kulturpolitik* em solo turco, em estreita colaboração com o comandante da sua quarta armada, A. Djemal Pasha (1872-1922), revestido que se encontrava dos poderes conferidos ao cargo de inspector das antiguidades orientais. Esta “cooperação” seria reforçada a partir de 1919, quando as tropas inglesas abandonaram Bagdad e, por consequência, a própria revolta árabe contra o longo domínio turco na região.

Mas não era a primeira vez que um conflito bélico condicionava o normal desenvolvimento das investigações arqueológicas no terreno. Em meados do século

precedente, a Guerra da Crimeia obrigara à suspensão das actividades inglesas e francesas nos territórios da antiga Mesopotâmia, abrindo, pela primeira vez a uma escala sem precedentes, as portas às pilhagens e ao tráfico de antiguidades, numa realidade que se tornaria endémica na contemporaneidade ocidental.

## 2.2. Uma carga preciosa em águas olisiponenses

Numa altura em que o assalto ao Museu Nacional de Bagdad atraiu todas as atenções e motivou (e continua a motivar) um profundo repúdio por parte de especialistas e de gentes sensíveis à relevância dos objectos furtados para a preservação da memória colectiva, pareceu-nos interessante divulgar um evento que permaneceu desconhecido e/ou olvidado ao longo de quase uma centúria. Os paralelos, podemos, provavelmente, encontrá-los no ambiente pós-Guerra da Crimeia (entre 1853 e 1856), quando a suspensão das actividades arqueológicas inglesas e francesas na antiga Mesopotâmia deram lugar aos furtos e ao crescendo dos mercados paralelos de antiguidades

Nos inícios do século XX, e a fim de concretizar a sua política expansionista e garantir os seus interesses ultramarinos, a Alemanha fortaleceu a Marinha de Guerra através da acção bélica de A. von Tirpitz (1849-1930) no âmbito da *Weltpolitik*. Não conseguiria, porém, anexar outros territórios extra-europeus para além dos obtidos durante as crises observadas no processo geral de partilha do Mundo. Entre as poucas posições sólidas que manteria no Próximo e Médio Oriente listava-se a concessão dos caminhos de ferro de Bagdad, absolutamente cruciais para a importação de matérias primas e exportação de excedentes da produção alemã, tal como ocorrera com o domínio britânico sobre o território do Antigo Egipto. Pertencendo desde meados do século XVII ao Império Otomano, durante a 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial o actual território iraquiano encontrava-se sob influência directa do *Reich* alemão, numa realidade geo-política designada por “eixo Berlim-Bagdad”, que fôra formada pelos “impérios centrais” e reforçada pela entrada da Bulgária no conflito. Bagdad constituía parte integrante do Império Otomano que dependia, assim, económica e financeiramente da Alemanha.

Depois de se ter aventurado cientificamente no Iraque, a Alemanha acordaria com o Império Otomano o início da exploração de um traçado construído a suas próprias expensas, que determinaria o desenrolar de alguns episódios fundamentais da 1.<sup>a</sup> Grande Guerra. Efectivamente, o projecto do *Bagdabahn* traduzira-se no lançamento de um troço de caminho de ferro destinado a ligar, de modo vital, o principal polo urbano iraquiano ao único porto de águas profundas do território, Bassorá, o que permitira, aliás, a descoberta de sítios arqueológicos tão indispensáveis para a



compreensão da Pré-história oriental, como o sítio de *Tell Halaf*, no Noroeste sírio, identificado pelo arqueólogo alemão Max von Oppenheim (1860-1946). Possibilitava-se, assim, a sua definitiva inserção na famosa “rota das Índias”, contra a qual se tinham oposto de forma tão acérrima os interesses político-económicos britânicos. E a partilha deste comércio ocorrera expressivamente no mesmo ano em que se fundava o já mencionado *Deutsche Orient Gesellschaft* que via, então, os seus intentos científicos e colecionistas francamente facilitados. Mas este plano confirmava também uma outra realidade: a da estreita aliança entre os estudos arqueológicos e o desenvolvimento industrial, que há muito se estabelecera nos horizontes ocidentais e preconizaria (embora, talvez, inconscientemente) os actuais “estudos de impacte ambiental”.

E nas antevésperas do despontar do primeiro conflito mundial, o Império alemão reforçava a sua posição geo-política nestas regiões milenares. Pela primeira vez na História da investigação arqueológica nesta vasta zona, os arqueólogos alemães preponderavam sobre os ingleses, franceses e norte-americanos, como nos casos de Samarra – descoberta por E. Hertzfeld (1879-1948) no vale do rio Tigre, a norte de Bagdad – e de *Warka-Uruk*, no sul mesopotâmico, onde se destacaria a figura do arqueólogo J. Jordan (1877-1945).

Mas esta expansão não se resumiria à antiga Mesopotâmia.

Em declarado confronto com os interesses económicos e geo-políticos da coroa britânica, a Alemanha reunificada assumiria definitivamente a sua intenção de conhecer os países bíblicos através da fundação, entre 1876 e 1877, do *Deutsche Verein von heiligen Lände* e do *Deutsche Verein zur Erforschung Palästinas*, num evidente contraponto ao *Palestine Exploration Fund*, constituído na cidade de Londres em 1867. A sua fundação permitiu o relançamento da investigação arqueológica em terras sírias, que a guerra deflagrada entre as coroas francesa e prussa interrompera. Fortalecido com os acordos firmados com a *Sublime Porta*, numa aliança que visava dirimir a influência czarista na zona e a supremacia deste novo “eixo” no Mediterrâneo oriental, o Império Alemão desenvolveu toda uma estratégia que pretendia assentar em pressupostos tão concretos, quanto transcendentais. Ao materializar os principais episódios do Antigo Testamento, enquanto se recuperava para a memória histórica uma ancestralidade ausente no “Grande Livro”, os políticos germânicos aspiravam à reconstituição do seu próprio passado estreitamente relacionado com as grandes civilizações bíblicas, verdadeiras precursoras da cultura grega e da essência europeia. Sabemos, no entanto, que o carácter demasiado forçado destes intentos estimularam o desenvolvimento da investigação pré-histórica, a única que, no entender de G. Kossina (1858-1931), poderia, de facto, comprovar a superioridade rática dos germânicos, nomeadamente sobre os povos eslavos.

E, pouco tempo antes do início do primeiro grande conflito bélico, já se dese-

nhava a partilha que ocorreria no Próximo Oriente após o seu termino. Com a vitória aliada, a Síria e o Líbano permaneceriam sob o protectorado francês, enquanto a fortuna iraquiana e palestina seria ditada pela administração britânica. Nalguns casos, esta resolução permitiu arrear a – indesejada – influência alemã que se fazia sentir na zona, designadamente através das actividades empreendidas por algumas sociedades arqueológicas.

Assim, em pleno primeiro conflito mundial (1914-1918), a Associação dos Arqueólogos Portugueses teve conhecimento da provável existência de cerca de cento e quarenta e oito arcas depositadas no armazém geral franco de Alcântara, que se supunha encerrarem artefactos arqueológicos e artísticos provenientes do Próximo Oriente, pertencentes à carga do vapor alemão *Cheruskia*. Esta embarcação teria saído de Bassorá com destino à Alemanha, possivelmente depois de as peças terem sido transportadas através do rio Tigre desde Bagdad até Mossoul, que seria ocupada pelas tropas britânicas em 1917, tal como sucederia com Kirkuk no ano seguinte. Na verdade, o país permaneceu sob mandato inglês ao longo de um ano até à proclamação do Reino do Iraque, em 1921. Mas, até então, Bassorá era um destino diplomático, por excelência, pois era a partir do seu centro (tal como tem sucedido actualmente) que vários estudiosos de renome internacional coordenavam campanhas arqueológicas, como no caso das escavações promovidas pelo francês G. Ch. E. Ch. de Salzec (1837-1901) em *Tello*, que trariam à luz do dia vários milhares de tabuletas inscritas.

Na verdade, o episódio do *Cheruskia* transformara-se num assunto bastante delicado, pois colocaria em causa algumas questões importantes de ordem política e diplomática que urgia solucionar da melhor forma possível a fim de evitar desentendimentos entre algumas das principais nações beligerantes da época, agora que o Império Otomano fôra desmembrado. Uma dessas problemáticas dizia directamente respeito ao trânsito de antiguidades entre diferentes países, enquanto que os exemplares do mítico passado pré-Europeu continuavam a engrandecer as salas dos principais museus ocidentais e a consagrar os textos bíblicos e a infinita justiça do *Deus* judaico-cristão. Para além do periclitante momento então vivido, o facto de se transportarem artefactos pertencentes à Antiga Assíria para um destino, presumivelmente, europeu, questionava, sobretudo, várias das anteriores directrizes claramente emanadas da *Sublime Porta*. Muito possivelmente inspiradas nos procedimentos defendidos por A. Mariette para a preservação dos monumentos do Antigo Egipto, as autoridades turcas tinham promulgado, em 1889, uma lei específica sobre antiguidades, proibindo a sua saída dos termos que dominava sem o correspondente consentimento, enquanto o conservador do Museu de Constantinopla, O. Hamdy Bey, constituía um serviço de protecção patrimonial e fiscalização arqueológica. Não obstante, a realidade no terreno demonstrava bem como estas intenções falhavam num Império

que parecia ser demasiado extenso para afastar pretensões exógenas de foro hegemónico, a falta de escrúpulos por parte dos líderes locais e a ambição de populações há muito subjugadas. Não se evitou, assim, o saque operado em territórios, como o sírio, onde, até à instauração do Alto Comissariado e do Serviço de Antiguidades por parte das potências mandatárias (Inglaterra e França), se abria caminho à destruição perpetrada por amadores unicamente interessados em exumar tudo o que pudesse ser facilmente valorizado no crescente mercado ilícito das antiguidades.

Foi, assim, que, perante um facto tão inusual, quanto interessante, os principais membros da – agora – Associação dos Arqueólogos Portugueses<sup>19</sup> tomaram a iniciativa de discutir entre si a fortuna mais apropriada destes importantes objectos com base numa análise criteriosa dos princípios do direito internacional prevalecentes em plena 1.ª Grande Guerra Mundial.

Defendendo que, tal como a restante carga existente a bordo do navio, os volumes em causa deveriam ser considerados *bôa presa*<sup>20</sup>, a Associação, na pessoa da sua Direcção, decidiu dirigir-se ao Governo português a fim de requerer que os referidos objectos fossem incorporados num espaço museológico de carácter público, como forma de enriquecer de modo assaz notório as colecções arqueológicas e artísticas existentes entre nós. Além disso, o aprisionamento da embarcação enquadrava-se na perfeição na política britânica estabelecida durante este primeiro conflito beligerante de dimensão mundial. Conhecendo com certa profundidade as enormes dificuldades financeiras com as quais o Governo de Afonso Costa (1871-1937) se vinha debatendo há algum tempo, a Inglaterra prontificou-se, por fim, em Fevereiro desse mesmo ano, a emprestar a quantia de que o seu Gabinete necessitava em troca da captura dos barcos alemães que procurassem refúgio nos portos portugueses. Mas este procedimento só foi concretizado depois de a velha *Albion* ter acedido invocar a antiga aliança anglo-portuguesa, uma das poucas estratégias vislumbradas por Portugal para que a sua jovem República pudesse ser devidamente reconhecida no amplo e intrincado palco das relações internacionais. Só, então, a Alemanha declarou guerra ao nosso país. Porém, o envolvimento directo de Portugal neste conflito bélico fôra tão somente um meio encontrado para fazer face a algumas pretensões imperialistas britânicas. De facto, o poder político nacional temia que a nossa “velha” aliada utilizasse alguns dos principais territórios coloniais portugueses na mesa das negociações de paz, embora o primeiro projecto nesse sentido tivesse sido delinéado pela própria Alemanha que, ainda em 1914, contemplara a obtenção dos

---

<sup>19</sup> Assim denominada após a instauração do regime republicano e a constituição autónoma da Associação dos Arquitectos Portugueses.

<sup>20</sup> A.H./A.A.P., *Actas da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses (10/12/1912-10/03/1917)*, 16/11/1916. Inédito.

territórios de Angola, do Norte de Moçambique, de Cabo Verde e dos próprios Açores e Madeira, após a eventual firmação de um tratado de paz. Mas apesar de se levantarem várias vozes contra a Alemanha bismarckiana, muitas outras opunham-se profundamente ao envolvimento do país numa contenda que ninguém parecia, de facto, desejar.

Apesar de alguma desorientação que caracterizou as decisões governamentais lisboetas imediatamente após o deflagrar do conflito (28 de Junho de 1914) o poder português reafirmou, a 7 de Agosto, a tradicional aliança com a Inglaterra, sem declarar, no entanto, guerra à Alemanha, embora tivesse entrado nela oficiosamente logo no início, nos territórios que dominava em solo africano, para onde fizera embarcar uma expedição militar logo em Setembro desse ano. Na verdade, parecia que o novo regime fazia depender a sua sobrevivência político-ideológica das boas relações que pretendia manter com a ilha dos feitos arturianos, ultrapassadas que estariam as tormentas despontadas com o *Ultimatum Inglês* que o próprio Integralismo Lusitano parecia querer olvidar. E, coincidência, ou não, o primeiro gabinete político a reconhecer oficialmente a jovem República portuguesa foi, precisamente, o do representante do Reino Unido, através do qual se intentava enfrentar as crescentes pretensões hegemónicas evidenciadas pelo poder alemão e espanhol. E depois de ter colocado as suas tropas no cenário de guerra, em 1916, Portugal principiou, a pedido de Londres, a apreender as embarcações alemãs fundeadas nos portos nacionais, como forma de sufocar as sucessivas afrontas germânicas lançadas contra o domínio naval britânico e de minimizar a sua poderosa frota submarina, com a qual tentara desafiar os seus tradicionais circuitos comerciais marítimos.

Mas quanto às peças, propriamente ditas, as antigas civilizações do Próximo Oriente encontravam-se, de facto, escassamente representadas nos museus nacionais<sup>21</sup>, ao contrário do que sucedia nas principais colecções europeias, mercê das campanhas arqueológicas promovidas pelos seus governos desde meados de oitocentos. Na verdade, também a prática museológica revelara-se um dos palcos privilegiados de contracenação dos principais interesses políticos europeus do século XIX. Representando duas realidades ancestrais e fortemente apoiados pelos respectivos poderes políticos, o *British Museum* e o *Louvre* entraram numa estonteante concorrência para obtenção das antiguidades que mais notabilizassem o seu próprio poder imperial e a força da sua intelectualidade. Em 1897, e traduzindo o pensamento de muitos literatos nacionais relativamente a – mais – esta discrepância cultural, José

---

<sup>21</sup> De facto, a maioria das escassas peças representativas das culturas do Próximo e Médio Oriente integravam algumas colecções de nomes particulares, como os de Bustorff Silva e de Barros e Sá, todas elas formadas já em pleno século XX, algum tempo depois do evento brevemente aqui analisado. (*Um gosto privado. Um olhar público*, Lisboa, IPM, 1995)

Leite de Vasconcelos (1858-1941) escreveu que,

Lá fóra os estudos archeologicos e em geral os ethnographicos são muito estimados e cultivados: a França, a Allemanha, a Italia sustentam missões scientificas e escolas em Athenas e em Roma, para estudarem os monumentos archeologicos d'estas duas capitães do mundo classico: outras missões europeias há na Africa, na Asia Menor, na Persia, na India; por toda a parte se criam grandes museus, se fundam sociedades, se publicam jornaes e riquissimos livros, se abrem cursos. Este movimento do mundo civilizado chega apenas a Portugal pouco mais do que em echo; o pouco que se faz cá é quasi sempre devido apenas aos esforços de um ou outro individuo ordinariamente insulado<sup>22</sup>.

E, tal como sucedia nestes países, os mais notórios dirigentes associativos acalentavam uma evidente esperança de que através da inserção de um tão vasto e diversificado número de objectos nos nossos museus se promovesse, por fim, o interesse científico pelas culturas descritas no Antigo Testamento, estimulando a especialização linguística, ao mesmo tempo que o estudo das suas instituições políticas e sociais, crenças e práticas religiosas, expressões artísticas, usos e costumes quotidianos e respectivas actividades económicas. Longe estavam, com efeito, os anos em que, ainda demasiado colados ao modelo winckelmanniano, vários estudiosos ocidentais entenderam os artefactos assírios como destituídos de qualquer valência artística, comparativamente aos mais ilustres exemplares dos territórios da Antiga Grécia e Roma. Na verdade, figuras como a do arqueólogo inglês Austen H. Layard (1817-1894), opuseram-se de modo assaz veemente a este movimento, aproximando-se, pelo contrário, dos denominados *Pré-Rafaelitas*, designação pela qual ficariam conhecidos os anti-classicistas. Além disso, a exposição dos objectos assírios apesados em Lisboa poderia ilustrar a própria passagem dos tempos, a evolução histórica a partir das mais profundas raízes da civilização ocidental, mesmo que uma tal visão não corroborasse os anseios mais secretos de relacionar solidamente a sua descoberta com todas as histórias inscritas no Antigo Testamento. Além disso, esta consideração parecia coadunar-se ao que o escritor António Sérgio de Sousa (1883-1969) afirmara em 1914: “Na decadência nacional ou no esplendor, há sempre o culto do passado. A nossa história lhe demonstra: onde houve idolatria do passado como no Portugal da decadência? Nas épocas de fraqueza, porém, esse culto é frio, retórico, bolorento, como a própria alma do presente; e nos tempos de vigor é vivo, forte, ditirâmico, como a própria alma que o fabrica. *Não são as energias do passado que suscitam as do presente, mas as energias do presente que ressuscitam as do passado* [itálico nosso].”<sup>23</sup>

<sup>22</sup> José Leite de Vasconcelos, “Museu Municipal de Braga”, *O Archeologo Português*, n.º 4, t. III, Lisboa, Museu Ethnológico Português, 1897, p. 80.

<sup>23</sup> António Sérgio, “Regeneração e Tradição, Moral e Economia”, *A Águia*, s. II, n.º 25, 1914, pp. 1-9.

Mas a importância da aquisição de tão ilustrativas peças poderia assumir outros contornos. Com efeito, os associados entendiam que a sua figuração em museus nacionais poderia conduzir a um aumento do número de visitantes atraídos pela originalidade e raridade das peças apresentadas. Contribuiriam, desse modo, não apenas para o crescimento financeiro das instituições que os expusessem, como para o engrandecimento do prestígio que pretendiam granjear ao nível nacional e internacional. E podia ser que as próprias instituições eclesiásticas se interessassem por este assunto, cuja natureza poderia contribuir para o projecto que acalentavam desde a implementação republicana de restaurar a fé cristã na sociedade portuguesa, que o episódio mariano do ano seguinte consolidaria.

Não obstante, e mesmo que remotamente, não afastavam a possibilidade de as autoridades germânicas reclamarem a devolução legítima do conteúdo apresado, o que poderia impedir a sua inclusão num qualquer museu português. E foi ao equacionar este eventual cenário que a Associação entendeu que o Governo português deveria, pelo menos, assegurar as condições necessárias à exibição temporária de todos aqueles exemplares que, pela sua natureza intrínseca, oferecessem maior interesse junto de um maior público visitante. E se, por qualquer motivo inesperado, fosse impossível viabilizar tal pretensão, os sócios requeriam que o seu exame fosse facultado a todos os investigadores empenhados no estudo das civilizações que os teriam concebido, produzido e fruído. Mas além de ser um repto lançado a favor do progresso dos estudos arqueológicos entre nós, a Associação pretendia de igual modo despertar desta forma os poderes políticos para um motivo de tão notória excepção, que poderia influir positivamente no ambiente cultural vivido no – e pelo – país, numa altura em que a instabilidade política parecia ser uma regra constante<sup>24</sup>.

Imbuída deste espírito e desta convicção, a Direcção associativa decidiu entregar uma exposição ao Ministro das Finanças, para que fizesse valer a sua posição governamental e interferisse directamente em tão pertinente assunto. Porém, a Associação não se moveu isoladamente. Ciente da força que a opinião pública poderia assumir em casos similares, os seus órgãos dirigentes promoveram várias acções particulares com o objectivo de alcançar uma abrangente plataforma de apoio a esta sua interpelação. Quer pelo lugar de destaque que desde cedo assumira no seio da sociedade intelectual regeneradora do país, quer pelo facto de os seus mais destacados membros pertencerem às principais instituições culturais portuguesas, tanto públicas, quanto particulares, o associativismo erudito parecia ter alcançado, uma vez mais, alguns dos seus primaciais intentos. É o que parece comprovar o facto de o presidente da conhecida “Sociedade de Propaganda de Portugal” ter de igual modo manifestado ao Governo a sua intenção de conjugar todos os esforços no sentido de

---

<sup>24</sup> *Ibid.*

assegurar a permanência dos mencionados artefactos em território nacional, o que evidenciava bem a forma como os seus membros perfilhavam a orientação definida pela Associação dos Arqueólogos sobre este assunto tão singular.

Esta questão parece, no entanto, ter caído no mais completo esquecimento e indiferença institucional, pois o assunto seria retomado no seio associativo dois anos volvidos, durante os quais se assistiria às mais acesas polémicas em torno do papel desempenhado por Portugal na 1.ª Guerra Mundial e do descrédito em que o Governo nacional entretanto tombara, como denunciava o *Rol da Desonra*, panfleto anónimo distribuído nas ruas de Lisboa em finais de 1917. Além disso, os anos que se seguiram ao aprisionamento do *Cheruskia* revelaram-se pouco propícios ao aprofundamento de assuntos culturais entre nós, sobretudo de todos aqueles que implicassem a resolução de questões de direito internacional de contornos tão delicados quanto este. De facto, a Europa deixara amargamente para trás os tempos áureos de auto-suficiência económica, e os ataques alemães às embarcações procedentes da Austrália e da América do Norte interromperam a habitual importação das matérias-primas e dos produtos industrializados absolutamente vitais ao “velho” Continente. Mas, infelizmente, as fragilidades europeias não foram apenas originadas pela acção humana. De facto, o rigorosíssimo Inverno que fustigara o território europeu entre 1916 e 1917 agravara sobremaneira a, já de si, precária situação económico-social do “Velho Mundo”, que os inúmeros e crescentes golpes de Estado não melhoravam. Pelo contrário, parecia que a instabilidade político-social se transformara numa fatalidade quotidiana. Em Lisboa, este ambiente propiciaria o surgimento de uma longa série de contendas e comportamentos extremistas, a raiar as próprias franjas anárquicas, num tortuoso processo finalizado com a queda do “afonsismo” e a implantação do “sidonismo”, na sequência da sublevação militar ocorrida em 5 de Dezembro de 1917. Mas também este período seria breve. E se o término do primeiro conflito bélico à escala mundial parecia alimentar algumas esperanças mais recônditas, o mês de Novembro de 1918 denunciaria os gravíssimos problemas sentidos na esfera da subsistência pública e Dezembro ditaria o fim de Sidónio Pais (1872-1918) – acusado de ser “germanófilo” – e da “Nova República”.

Serenados que se encontravam alguns espíritos política, ideológica e socialmente inquietos, o ano de 1919 pôde, finalmente, assistir à retoma da questão sobre as antiguidades apresadas no interior do vapor *Cheruskia*. Por esta altura, um dos consócios, Frederico G. G. Perry Vidal (1889-1953), referiu, numa das sessões plenárias da Associação, encontrar-se em condições de fornecer algumas informações mais detalhadas sobre o assunto, porquanto, embora imerecidamente – no seu entender – fôra nomeado pelo juiz-presidente da 1.ª vara do Tribunal do Comércio de Lisboa para avaliar e descrever pormenorizadamente tão preciosa (ao que parecia) carga. Depois de, em 14 de Agosto, ter obtido o mandado que lhe conferia todos os

poderes necessários ao início desta sua missão, tentou verificar de imediato as condições em que se encontravam armazenados os 448 caixotes, nos quais se guardariam diversas “preciosidades assírias”. Deparou-se, todavia, com a inesperada impossibilidade de inspecionar convenientemente os volumes no local onde se encontravam armazenados, como fôra, aliás, acordado com a “Exploração do Porto”. Mas não desanimou. Dirigiu-se de imediato ao juiz da 1.<sup>a</sup> vara do Tribunal do Comércio de Lisboa para que este autorizasse a transferência das caixas para um local onde pudessem ser abertos em segurança e o seu conteúdo minuciosamente analisado, sugerindo, para o efeito, que se requisitasse a Sala do Risco, no Terreiro do Paço, ou o Palácio Mayer, junto à Avenida da Liberdade, que fôra distinguido em 1902 com o “Prémio Valmor”.

Entretanto, o período de férias, correspondente aos meses de Agosto, Setembro e Outubro, assumiu contornos algo penosos para o desenvolvimento interno do país, o que acabaria por condicionar o desenrolar de todo este processo. De facto, a inspecção dos objectos seria remetida para os idos de Novembro, apesar das diligências movidas por P. Vidal junto da Intendência dos Bens dos Portos Nacionais e do próprio Tribunal, que só a 26 de Outubro daria andamento à informação que solicitara oficialmente semanas antes. Era, no entanto, um adiamento relativamente compreensível em face da profunda instabilidade política então vivida entre nós, pautada por sucessivas revoltas e proclamações de cariz monárquico, a par de inúmeras greves e ajuntamentos ocorridos na cidade de Lisboa em finais de 1919 para obtenção de bens de primeira necessidade, que em nada facilitavam as decisões e os projectos governamentais.

E para acentuar todos os imprevistos e vicissitudes, a resposta entregue ao consócio P. Vidal sublinhava, de modo assaz lacónico, que a mencionada Intendência não dispunha dos meios requeridos. Este enunciado surpreendera, porém, P. Vidal, pois, aos imóveis anteriormente referidos, fizera questão de adicionar a indicação do Palácio Saldanha (entretanto adquirido pelo Ministério das Colónias) como um dos locais passíveis de serem utilizados para a avaliação do conteúdo dos caixotes, já que, em breve, aquele conhecido edifício integraria a lista dos “bens nacionais”. Seria, pois, relativamente fácil ao Estado dispensá-lo para a finalidade estipulada, mesmo que a título temporário, assim o pretendesse e se encontrasse verdadeiramente empenhado na resolução deste assunto. E nada parecia indicar o contrário. Na verdade, e talvez pela primeira vez no desenrolar de todo este longo processo, o Governo português deu sinais de estar, ele próprio, interessado em adquirir o conteúdo inserto nos contentores apesados no porto de Lisboa desde 1916. Terá sido nesse sentido que aconselhou o mesmo P. Vidal a consultar um avalista indicado pela própria Intendência dos Bens dos Portos Nacionais, para examinar e estipular uma soma final, que se desejava comportável, atendendo às reais possi-



bilidades do Gabinete do Primeiro-ministro do presidente António José de Almeida (1866-1929) e coadunável aos interesses nacionais. Esta aparente precipitação decorria de uma certa convicção geral, segundo a qual Portugal se via impedido de cumprir atempadamente a missão que lhe fôra, deste modo, confiada. Na verdade, a escassez de investigadores na área dos estudos orientais parecia confirmar este receio. De facto, a falta de especialistas em antiguidades orientais dificultaria seriamente toda a acção inerente a uma aturada descrição dos objectos guardados e, sobretudo, a sua criteriosa avaliação. Todavia, para P. Vidal, estas não seriam mais do que meras falsas questões, discordando em absoluto com as razões assim enunciadas. E apesar de tencionar concretizar a tarefa que lhe fôra designada pelo juiz-presidente, este notável membro da Associação dos Arqueólogos Portugueses oficiou-lhe o seu mais veemente repúdio pelos aparentes entraves que lhe eram sucessivamente colocados<sup>25</sup>.

Poucos dias depois, seria a vez de o famoso historiador da cerâmica portuguesa José Queirós (1856-1920) tomar a iniciativa de aflorar o assunto, então reavivado pelos crescentes rumores que circulavam sobre o desaparecimento de alguns dos contentores armazenados três anos antes, e cuja responsabilidade P. Vidal imputava exclusivamente ao Administrador do Porto de Alcântara. Analisando com certa cautela as notícias entretanto publicadas nalguns periódicos, J. Queirós considerou a eventualidade dessa perda referir-se, antes de mais, ao extravio de alguns objectos, e não, propriamente, de caixas completas, ao mesmo tempo que tentava desfazer qualquer ideia que pudesse relacionar tal episódio à acção malevolente de cidadãos nacionais.

Não será, talvez, despidiendo questionar as razões que o terão induzido a uma semelhante conclusão. Seria o facto de os estudos orientais não se encontrarem razoavelmente implementados entre nós? Talvez a ausência de artefactos ilustrativos das milenares civilizações mesopotâmicas nos nossos espaços museológicos? Ou, antes de mais, a evidência de que a esmagadora maioria da população desconhecia, por completo, o real valor de tais objectos? Não sabemos. Parece-nos, contudo, no mínimo peculiar que este investigador se demonstrasse tão convicto da natureza inocente da população portuguesa em todo este acontecimento. É possível que este estudioso da azulejaria nacional considerasse improvável que se concretizasse o furto dos objectos unicamente para figurarem em museus nacionais em razão da enorme possibilidade de os seus mentores e executantes poderem ser rapidamente denunciados e localizados. Em todo o caso, havia que reconhecer que, independentemente das opções tomadas, os usurpadores teriam sempre mercados garantidos para o fruto das suas actividades ilícitas. Com efeito, para além dos próprios colec-

---

<sup>25</sup> *Ibid.*

cionadores particulares, seriam vários os museus estrangeiros que estariam dispostos a obter tais preciosidades, sobretudo agora que o conflito bélico terminara e o interesse pela valência económica da prática museológica parecia reavivar-se e fortalecer-se no âmbito das ancestrais rivalidades políticas. E havia, ainda, que contabilizar a hipótese de os agiotas terem actuado por ordem de outrém, tanto para usufruto próprio, quanto para intermediação com os potenciais compradores. Além do mais, tais práticas não constituíam, propriamente, uma novidade entre nós. Há muito que os principais intelectuais portugueses bradavam contra a venda indiscriminada do património histórico-cultural a entidades estrangeiras, muitas vezes com o apanágio das próprias instituições que o deveriam preservar e sob cuja tutela directa se encontrava. E se o cenário relativo às riquezas nacionais era, tristemente, este, o que dizer, então, de artefactos oriundos de outras paragens, para mais transportados num navio pertencente ao principal causador da primeira grande mortandade mundial de origem bélica?

Todavia, é possível que a principal razão deste manifesto – embora inconsciente – residisse no facto de a Associação dos Arqueólogos Portugueses se encontrar profundamente implicada em todas as questões relacionadas com a carga do navio *Cheruskia* como, aliás, em todos os assuntos respeitantes à salvaguarda patrimonial. Talvez na sequência da meritória iniciativa protagonizada pela sua Direcção dois anos antes, o Governo nomeara um dos seus mais notáveis consócios, Vergílio Correia (1888-1944), para o cargo de administrador depositário dos artefactos então aprisionados, conforme lembrou o conhecido crítico de arte, Francisco Nogueira de Brito (1883-1946), enquanto se discutia acerca do verdadeiro responsável político pelo desaparecimento dos objectos<sup>26</sup>. Agora que a Associação se via, deste modo, directamente envolvida em todo este assunto, os seus principais dirigentes e associados ponderaram, uma vez mais, sobre o destino mais imediato a conferir ao conteúdo dos contentores. A par de outros consócios, J. Leite de Vasconcellos entendia que a única forma passível de garantir a sua permanência em território português passaria, obrigatoriamente, pela obtenção de instalações adequadas e de funcionários minimamente vocacionados para a sua conservação e exposição. E no caso de o país não reunir condições tão primárias, quanto essenciais, o único destino lógico seria a própria Alemanha, onde estes requisitos se encontravam há muito reunidos, como o próprio tivera a oportunidade de constatar durante os périplos que vinha realizando pela Europa desde os inícios do século. Esta sua opinião não era, porém, perfilhada por todos. Para muitos, a continuidade dos artefactos em solo português era um assunto há muito resolvido e um motivo de honra nacional. A

---

<sup>26</sup> Id., *Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes (25-6-1918/12-3-1921)*. 15/11/1919. Inédito.

única questão parecia residir no destino a conceder aos objectos e na definição dos cuidados a manter durante o seu desempacotamento, que deveria ocorrer apenas quando se garantisse a aquisição das vitrines onde permaneceriam expostos ao olhar público<sup>27</sup>, num exercício assaz precursor para a época em termos de conservação preventiva de bens culturais móveis.

Mas o problema parecia encontrar-se bastante mais enraizado do que a própria direcção associativa certamente desejaria. Na verdade, este assunto motivaria a instalação de um certo desconforto no seio da Associação, reabrindo certas feridas e aprofundando desentendimentos antigos. Sem razões verdadeiramente consistentes, o conteúdo de alguns artigos publicados nos principais jornais lisboetas parecia denunciar determinados desacertos internos e insinuar eventuais responsabilidades associativas na fortuna dos caixotes provenientes de Bassorá, desde que a carga fôra apresada em 1916. Indignado com algumas frases que lera e incomodado com as palavras redigidas pelo próprio consócio Virgílio Correia, Maria da Silva José Pessanha (1865-1939) protestou contra os comentários inscritos, adjectivando-os de injustos e falsos, ao mesmo tempo que propunha que o problema fosse amplamente apurado e decidido em plena Assembleia Geral da Associação dos Arqueólogos. Parecia, no entanto, evidente que o episódio do *Cheruskia* vinha apenas confirmar a opinião anteriormente formulada por alguns consócios sobre o carácter daquele membro. Entre outros, J. Leite de Vasconcellos exigiu que se exarasse na acta da sessão que “[...] depois que o Sr. Dr. Virgilio Correia saiu de empregado do Museu Etonologico nunca mais, por motivos varios, leu nada por êle escrito quer contra [ele próprio] [...] quer sôbre outros assuntos nem tenciona ler o que êle de futuro escreva. Despreza-os, completamente, e é como se não existissem para êle”<sup>28</sup>.

Depois de uma animada e prolongada discussão, J. Queirós referiu que, apesar de todos os contratemplos, fôra encarregado oficialmente de avaliar de novo a carga do navio, caracterizando com algum detalhe os objectos arqueológicos que o anterior consócio Perry Vidal examinara com a maior cautela, de modo a evitar a sua deterioração. Finda a comunicação, o polígrafo e educador Felix B. da C. Alves Pereira (1865-1936) colocou à apreciação da restante assembleia uma proposta de elucidação sobre toda a polémica em que a Associação se vira envolvida a propósito deste assunto, que José Pessanha pretendia ver celeramente publicada num dos periódicos da capital, assim como uma moção sobre a conveniência que haveria em reter os referidos objectos em Portugal. E, por fim, sugeria-se que se protestasse de modo veemente contra uma certa leviandade com a qual se redigiam e imprimiam deter-

---

<sup>27</sup> *Ibid.*

<sup>28</sup> *Id.*, *Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (25-06-1918/12-03-1921)*. 29/11/1919. Inédito.

minadas notícias difamatórias relacionadas com a Associação<sup>29</sup>.

Mas, se tudo parecia indiciar que a trama chegara a um fim consensual, nada parecia ser mais ilusório. Volvidos que se encontravam mais outros dois anos, Afonso de D. Cisneiros D'Ornellas (1880-1944) apresentou à assembleia de consócios os estudos que efectuara durante as férias de 1921 sobre a carga do *Cheruskia*<sup>30</sup>, cujo assunto central acabaria por se esfumar dos anais da própria Associação dos Arqueólogos Portugueses e da memória dos principais intelectuais lisboetas. De facto, parecia que certas questões de outra índole tinham passado a dominar a atenção dos principais dirigentes nacionais, em cujas mãos se encontrava o futuro próximo de assuntos culturais tão específicos e peculiares, quanto este. Com efeito, pouco antes desta intervenção de Afonso D'Ornellas, o país e as ruas da capital pareciam ter mergulhado num círculo de intenções revolucionárias mal ocultadas, porém vagamente definidas, mas, com certeza, de raízes militares. Agravado com as sublevações monárquicas de 1919, o período crítico de 1914 a 1921 culminaria com a "noite sangrenta" de 19 de Outubro, quando o arrebatamento se apoderou das hostes políticas da nação, apenas apaziguado pela lúcida intervenção de alguns círculos civis, mesmo que insuficiente para segurar o novo Ministério do coronel Manuel Maria Coelho (1857-1943), que acabaria por cair a 5 de Dezembro desse mesmo ano. Rapidamente substituído pelo Executivo do coronel Carlos Henriques da Silva Maia Pinto (1866-1932), também este seria extinto em finais do mês seguinte, numa altura em que se pressentia o despontar de uma breve mudança nos desígnios políticos do país, que passaria pelo regresso dos democráticos ao poder, em 1922.

O panorama nacional passava a ser, assim, ilustrado com outras cores e imagens, em cujas entrelinhas parecia já não haver espaço para a ponderação de assuntos tão delicados, quanto este. O destino do país encontrava-se, agora, num momento de evidente viragem, mas para o qual não se vislumbrava um futuro tão risonho como seria, decerto, ansiado pela principal frente republicana, resultante do afastamento monárquico dos ideais setembristas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O episódio brevemente analisado nestas páginas reafirmará, no entanto, uma outra realidade.

A 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial demonstrou até que ponto o equilíbrio de forças políticas condicionara sempre a actividade arqueológica. E se alguns estudiosos de reno-

<sup>29</sup> *Ibid.*

<sup>30</sup> *Id.*, *Ibid.*(22-02-1921/16-02-1924). 26/11/1921. Inédito.

me internacional pereceram durante este conflito e várias sociedades eruditas viram as suas portas encerradas, o fim das actividades bélicas permitiu a projecção de uma série de campanhas arqueológicas de forma mais sistematizada. Mas pretextou-se também a abertura das denominadas “Escolas” e “Missões” por parte das forças aliadas, algumas das quais se veriam, pela primeira vez, envolvidas de modo bastante directo em tais desígnios. De facto, o conturbado período que mediou entre 1914 e 1918 foi de igual modo crucial para a História da Arqueologia ao estabelecer uma fronteira muito nítida na sua evolução geral, e não apenas em termos de metodologia teórica e prática. O caminho encontrava-se doravante aberto de modo irreversível à reconstituição científica do quotidiano da antiguidade omissa nos registos bíblicos com base em escavações criteriosamente dirigidas.

A partir de então, pareciam estar reunidas as condições imprescindíveis à germinação de conceitos patrimoniais que ditariam a sorte de parte significativa de *sítios* tradicionalmente explorados pelos ocidentais. Deu-se, assim, início à elaboração de uma legislação específica sobre o património monumental e arqueológico do Iraque, por mão de Gertrude L. Bell (1868-1926), então secretária dos assuntos orientais do Alto Comissariado Britânico sediado em Bagdad. Estipulando medidas muito precisas contra a pilhagem, esta investigadora lançou o Iraque na gestão autónoma do seu património arqueológico de carácter único. Mas ao contrário da acção precursora de A. Mariette que, ainda no século anterior, fundara, em Boulaq, o primeiro museu nacional de todo o Próximo Oriente e estabelecera a permanência das antiguidades descobertas em solo egípcio, G. Bell tentou conciliar os interesses nacionais com os das potências “protectoras”, ao confiar ao jovem Estado iraquiano todos os artefactos encontrados após a sua partilha entre o responsável pelas escavações e as colecções nacionais iraquianas. Esta prática seria, contudo, afastada a partir de 1933, numa altura em que o ressurgimento da influência germânica na região do Crescente Fértil imprimiria um carácter bastante mais rigoroso a toda esta legislação. Mas não terá sido, decerto, estranho a tão radical decisão o facto de o Iraque ter entretanto alcançado o estatuto de Estado independente em 1932, quando passou a integrar a Sociedade das Nações como membro de pleno direito. Estas ocorrências suscitarium, de modo quase inevitável, o reacendimento da velha chama nacionalista traduzida nos estudos do enorme legado árabe, que os ocidentais preferiram a favor da investigação do período Pré-histórico e Proto-histórico e, especialmente, de *sítios* sumérios, naquela que ficaria conhecida como a “Idade de Ouro” da História da prática arqueológica.

E, uma vez mais, um novo conflito mundial circunstanciará o destino imediato das investigações arqueológicas, nesta, como em tantas outras áreas do globo terrestre, num período em que os interesses científicos pareciam ter, finalmente, aproximado eruditos de países política e economicamente rivais, incentivando a

abertura de novos campos, missões e escolas arqueológicas. Vislumbrava-se, assim, uma oportunidade inigualável de analisar o passado mediterrânico da única forma possível de entendê-lo na sua globalidade e plena veracidade: enquanto um todo coerente, coevo e inter-influente com base na sua multiplicidade, como confluências eram as realidades vividas nos inícios do século XX, perante uma Europa que se queria crescentemente *comum* e *comunitária* na sua diversidade identitária.

Mas o meio arqueológico não se modificaria apenas com o desaparecimento de alguns dos seus nomes mais marcantes durante as inúmeras contendas mundiais. De facto, ao alterar de modo tão significativo, quanto irreversível, o equilíbrio (aparentemente) mantido ao longo dos séculos entre as principais nações europeias, a 1.<sup>a</sup> Grande Mundial constituiu um marco decisivo na História da evolução do pensamento e da prática arqueológica, cuja fortuna seria doravante ditada de maneira mais evidente por contextos geo-políticos muito concretos, como expressaria a vontade francesa face ao prevalente domínio britânico nos territórios do Próximo e Médio Oriente. Além disso, nos inícios do século vinte foi possível confirmar, com base em escavações conduzidas de modo criterioso, uma das principais ideias dos pioneiros da Arqueologia Oriental, segundo a qual se deveria rebuscar as origens das civilizações mediterrâneas nas culturas do Crescente Fértil. Pareciam estar, assim, justificadas todas as acções empreendidas no século precedente e as projectadas para as décadas vindouras, num esforço conjunto de várias nações, para as quais o principal desígnio das investigações arqueológicas passara a residir no entendimento do desenvolvimento da(s) realidade(s) mediterrânica(s). Tentava-se desamarrar, desta forma, de uma notória tendência anterior para exultar o carácter estético e monumental dos artefactos encontrados para deslumbramento de visitantes, contentamento de especialistas e utilização política dos países que os encerrassem em museus de características ainda demasiado generalistas e descontextualizantes.

Hoje, passadas que se encontram várias décadas sobre os eventos em epígrafe, o Mundo culto foi, uma vez mais, confrontado com a avidez humana, que tudo parece mover em nome de enunciados financeiros absolutamente alheios aos interesses de toda uma colectividade, de feição local, regional e/ou internacional, a denunciar, no fundo, a influência e determinação das potências ocidentais. Todas as infracções têm sido cometidas à revelia do bom senso e dos conteúdos insertos em acordos firmados entre a maior parte das nações registadas na UNESCO, que tudo promove em prol da integridade cultural e da preservação da(s) memória(s) nacional(is) no quadro de um crescente – mas, tantas vezes, indesejável – movimento globalizante e globalizador. E no caso dos acontecimentos ocorridos recentemente em solo da antiga Mesopotâmia, a situação assumiu contornos bastante mais gravosos, pois, à semelhança do espírito que incentivara os pioneiros da Arqueologia dos Próximo e Médio Orientes, o espólio arqueológico exposto no Museu de Bagdad pertencia a

toda a Humanidade, não apenas pela sua inquestionável importância para o entendimento e ilustração do seu próprio passado, como, sobretudo, por se encontrar, em parte, inscrito na lista de Património Mundial da UNESCO.

Na verdade, já em 1956, a Convenção de Haia estabelecera um conjunto de normas relativas à protecção do conceito de “bem cultural” em contexto de conflito armado, posteriormente consubstanciada em 1966 pela “Declaração de Princípios de Cooperação Cultural Internacional”, assinada por aquele mesmo organismo supranacional. Afirmava-se no seu primeiro artigo que “Pela sua imensa variedade, diversidade e pela influência recíproca que exercem umas sobre as outras, todas as culturas constituem parte integrante do património comum da Humanidade”. Doravante, a sua salvaguarda assumir-se-ia como um dos primaciais propósitos estabelecidos pela UNESCO, que não mais deixaria de se empenhar e de reforçar o seu papel orientador em todo o processo de internacionalização dos problemas inerentes à tutela e conservação dos bens culturais de relevância transnacional. Este longo despertar de consciências culminaria, em 1970, com a Conferência intergovernamental de Veneza, onde se discutiu a categoria de “Património Mundial”, finalmente consagrada na convenção sobre a “Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural”, adoptada pela Conferência Geral da UNESCO, na sua décima sétima reunião, celebrada em Paris dois anos depois.

A par destas Convenções eram assinados documentos de indiscutível valência para a salvaguarda de alguns vestígios de antanho. Foram os casos dos relacionados com a protecção contra o roubo e exportação ilegal de bens culturais, assim como dos referentes à sua preservação contra danos bélicos. Em conjunto, perfaziam toda uma campanha e estratégia delineada de modo concertado por várias potências mundiais para fazer face à criminalidade organizada de redes internacionais. Investia-se, assim, na cooperação transfronteiriça no combate ao roubo constituído, à exportação e comércio ilegal de bens culturais, à qual a Convenção de 1995 conferiu o devido carácter vinculativo, e que as principais organizações mundiais passaram a reconhecer como uma das mais importantes premissas das suas actuações na esfera política.

Não obstante, os vários episódios que pontuaram a última Guerra do Golfo parecem desmentir a verdadeira força de lei destas convenções e esvaziar de sentido todas as negociações desenroladas entre as principais partes beligerantes e os especialistas em História e Antiguidades do Crescente Fértil com vista à salvaguarda de todos os *sítios* arqueológicos e acervos museológicos de valor incalculável pelas memórias únicas que encerra(va)m. Pelo contrário, elevaram-se múltiplas vozes contra o que muitos ainda consideram como um plano devidamente estabelecido para furtar determinados tesouros artísticos e arqueológicos dos museus iraquianos, que o próprio *modus operandi* parece ter denunciado. Além disso, é sobejamente conhecido o que sucedeu durante a 1.ª Guerra do Golfo (1991), quando um número conside-

rável de artefactos pertencentes aos antigos vales do Tigre e do Eufrates desapareceu dos seus locais habituais de exposição pública para reaparecerem pouco depois no mercado de tráfico ilegal de antiguidades, cujos primaciais epicentros se localizarão em cidades como Londres e Nova Iorque. E se a sua preservação poderá ser garantida através de compradores conscienciosos e sabedores dos métodos de conservação e restauro aos quais deverão ser sujeitas as peças adquiridas para satisfação de um gosto privado e deslumbramento de um olhar – pouco – público, o seu saque implicará algo bastante mais gravoso e quase irreparável: a descontinuidade do seu sistemático e criterioso estudo científico por parte de diletantes e amantes das artes e das letras.

Esperamos que este episódio possa alertar, em definitivo, as consciências políticas de todo o Mundo para a enorme fragilidade em que se encontram as grandes preciosidades “nacionais” de cada país, quando o rentável mercado ilícito das antiguidades se prontifica a actuar de modo – ainda – espantosamente eficaz para os arrancar aos seus únicos contextos lógicos e transportá-los através de redes de comunicação sabiamente tecidas até aos seus destinos preferenciais, ou seja, aos coleccionadores privados, agora que os museus dificilmente poderão adquiri-los em razão das severas sanções que a transgressão das directrizes da UNESCO nesta matéria parecem impor.

E se nos encontramos assaz apartados de acontecimentos, como aquele que pretextou a redacção deste pequeno texto, a verdade é que a essência humana não evoluiu – ou modificou – substancialmente. Tal como há quase um século atrás, as gentes parecem correr atrás de fama, prestígio e dividendos de toda a ordem, não reconhecendo fronteiras, nem respeitando autonomias. Mas, acima de tudo, o que parece não ter sofrido qualquer alteração foi a prevalência de um gosto muito particular pela aquisição de pequenas peças de um enorme *puzzle* que dificilmente alguém poderá concluir e entender em toda a sua grandeza. A perscrutação do mais profundo das nossas memórias colectivas parece ainda animar vivamente as mentes mais brilhantes do mundo da Arqueologia e da História da Antiguidade Pré-clássica, bem como as de coleccionadores particulares que, graças aos meios de que dispõem, revelam-se autênticos privilegiados por poderem tactear sem regras a materialização de um passado que, na verdade, também é deles, que deles faz parte e através do qual desejam imortalizar-se. Pena é que essa possibilidade não mais seja colocada à vontade e à premência de toda uma população, que com ela engrandeceria o seu ser e saber ao longo de gerações. Na verdade, o passado revela-se a nossa principal – senão, mesmo, única – bússola vivencial, aquela que nos permite conceder algum sentido à sucessão infundável das horas, dos dias e dos anos, com a esperança de que a nossa passagem pela Terra possa ser, de algum modo, registada e fruída futuramente para gáudio de investigadores, coleccionadores e populações, mais ou menos



anónimas, como continua a ser apanágio dos membros da secular Associação dos Arqueólogos Portugueses.

## REFERÊNCIAS ARQUIVÍSTICAS E BIBLIOGRÁFICAS

### 1. Fontes

#### 1.1. Arquivos

Arquivo Histórico da Associação dos Arqueólogos Portugueses (A.H./A.A.P.).

#### 1.2. Periódicos

*A Águia.*

*Arquivo Familiar.*

*Arquivo Pittoresco.*

*O Novo Mundo.*

*O Panorama.*

*Recreio Infantil.*

*Revista das Sciencias Ecclesiasticas.*

*Universo Pittoresco. Jornal de Instrução e Recreio.*

### 2. Bibliografia Sumária

- AMORIM, MARIA ADELINA (1999). "Viagem e *mirabilia*: monstros, espantos e prodígios", *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens. Estudos e Bibliografias*, coord. Fernando Cristóvão, Lisboa, Edições Cosmos.
- BAHRANI, ZAINAB (1998). "Conjuring Mesopotamia: imaginative geography and a world past", *Archaeology under Fire. Nationalism, politics and heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East*, ed. by Lynn Meskell, London, Routledge.
- BOTTERO, JEAN; STEVE, MARIE-JOSEPH (1993). *Il était une fois la Mésopotamie*, Paris, Gallimard.
- BUESCU, ANA ISABEL (2000). *Memória e Poder. Ensaio de História Cultural (séculos XV-XVIII)*, Lisboa, Edições Cosmos.
- CARREIRA, JOSÉ NUNES (1980). *Do Preste João às Ruínas da Babilónia. Viajantes portugueses na rota das civilizações orientais*, Lisboa, Editorial Comunicação.
- \_\_\_\_\_, (1999). "Jerusalém...", *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens. Estudos e Bibliografias*, coord. Fernando Cristóvão, Lisboa, Edições Cosmos.
- COELHO, MARIA TERESA PINTO (1996). *Apocalipse e Regeneração. O Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular*, Lisboa, Edições Cosmos.
- CORREIA, MARGARIDA SÉRVULO (2000). *As Viagens do Infante D. Pedro*, Lisboa, Gradiva.
- CRISTÓVÃO, FERNANDO (1999). "Para uma teoria da Literatura de Viagens", *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens. Estudos e Bibliografias*, coord. Fernando Cristóvão, Lisboa, Edições Cosmos.

- DIAS, J. S. DA SILVA (1988). *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do Século XVI*, Lisboa, Ed. Presença.
- Egéria. *Viagem do Ocidente à Terra Santa, no séc. IV*, ed. Alexandra B. Mariano e Aires A. Nascimento, Lisboa, Edições Colibri, 1998.
- ELIADE, MIRCEA (1969). *O Mito do Eterno Retorno*, Lisboa, Ed. 70.
- FAGAN, BRIAN M. (1996). *Eye Witness to Discovery. First-person accounts of more than fifty of the world's greatest archaeological discoveries*, Oxford, Oxford University Press.
- Fernão Mendes Pinto. *O outro lado do mito*, Lisboa, Terra Livre, 1985.
- FIGACCI, LUIGI (2000). *Piranesi. The complete etchings*, Taschen, Köln.
- FRANÇA, JOSÉ-AUGUSTO (1992). *Os anos vinte em Portugal*, Lisboa, Ed. Presença.
- GIL, FERNANDO; MACEDO, HELDER (1998). *Viagens do Olhar. Retrospeção, Visão e Profecia no Renascimento Português*, Porto, Campo das Letras.
- GONZÁLEZ-VARAS, IGNACIO (1999). *Conservación de Bienes Culturales. Teoría, historia, principios y normas*, Madrid, Ediciones Cátedra.
- GRAN-AYMERICH, ÉVE (2001). *Dictionnaire Biographique d'Archéologie. 1798-1945*, Paris, CNRS.
- \_\_\_\_\_, (1998). *Naissance de l'Archéologie Moderne. 1798-1945*, Paris, CNRS.
- Archaeology under Fire. Nationalism, politics and heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East*, ed. by Lynn Meskell, London, Routledge, 1998.
- História de Portugal*, dir. José Mattoso, t. VI, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.
- História Religiosa de Portugal*, vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000.
- KUBIE, NORA BENJAMIM (1864). *Road to Nineveh: the adventures and excavations of Sir Austen Henry Layard*, New York, Doubleday & Company, .
- LARSEN, MOGENS TROLLE (2001). *La conquête de l'Assyrie. 1840-1860*, Paris, Hachette.
- MARTINS, ANA CRISTINA (2003). *Possidónio da Silva (1806-1896) e a Elogio da Memória. Um Percurso na Arqueologia de Oitocentos*, Lisboa, A.A.P.
- MATOS, SÉRGIO CAMPOS (1998). *Historiografia e Memória Nacional. 1846-1898*, Lisboa, Edições Colibri.
- MOURÃO, JOSÉ AUGUSTO MIRANDA (1988). *A Visão de Túndalo. Da Fornalha de Ferro à Cidade de Deus*, Lisboa, INIC.
- QUEIRÓS, EÇA DE. *Notas Contemporâneas*, Lisboa, Livros do Brasil, sd.
- RUSSELL, JOHN MALCOLM (1997). *From Nineveh to New York. The strange story of the Assyrian reliefs in the Metropolitan Museum and the hidden masterpiece at Canford School*, Yale, Yale University Press.
- SAMUEL, PAULO (1990). *A Renascença Portuguesa. Um Perfil Documental*, Porto, Fund. Eng. António de Almeida.
- SANTOS, ALFREDO RIBEIRO (1990). *A Renascença Portuguesa. Um Movimento Cultural Portuense*, Porto, Fund. Eng. António de Almeida.
- SANTOS, ANTÓNIO RAMOS DOS (2003). "Da Mítica Babel à histórica Babilónia", *Artis* n.º 2, Lisboa, Instituto de História da Arte da FLUL.
- SERRÃO, JOAQUIM VERÍSSIMO (1995). *História de Portugal*, t. X-XII, Lisboa, Verbo.
- STOCZKOWKI, WIKTOR (2002). *Explaining Human Origins. Myth, Imagination and Conjecture*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Um gosto privado. Um olhar público*, Lisboa, IPM, 1995.
- VASCONCELOS, JOSÉ LEITE DE (1897). "Museu Municipal de Braga", *O Archeologo Português*, n.º 4, t. III, Lisboa, Museu Ethnológico Português.



Fig. 1 – A Destruição de Babilônia – Cópia d'um quadro de Mr. Martin  
*O Panorama*, vol. III, 2.ª série, 1839, p. 121

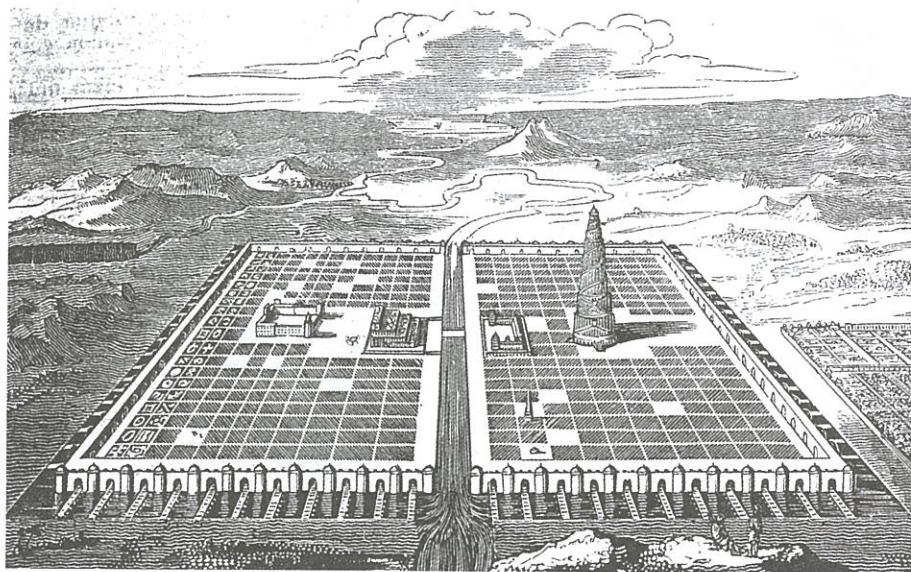


Fig. 2 – Babilônia  
*O Panorama*, vol. V, 3.ª série, 1856, p. 141



Fig. 3 – Minotauro achado nas escavações de Ninive  
*Archivo Pittoresco*, vol. V, Lisboa, 1862, p. 253

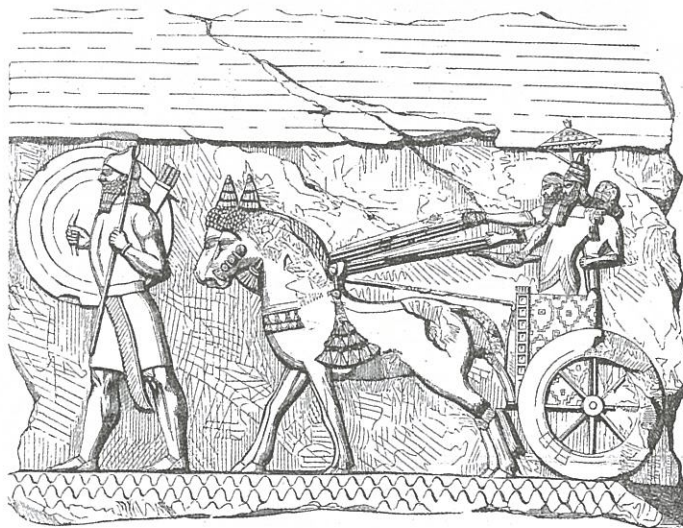
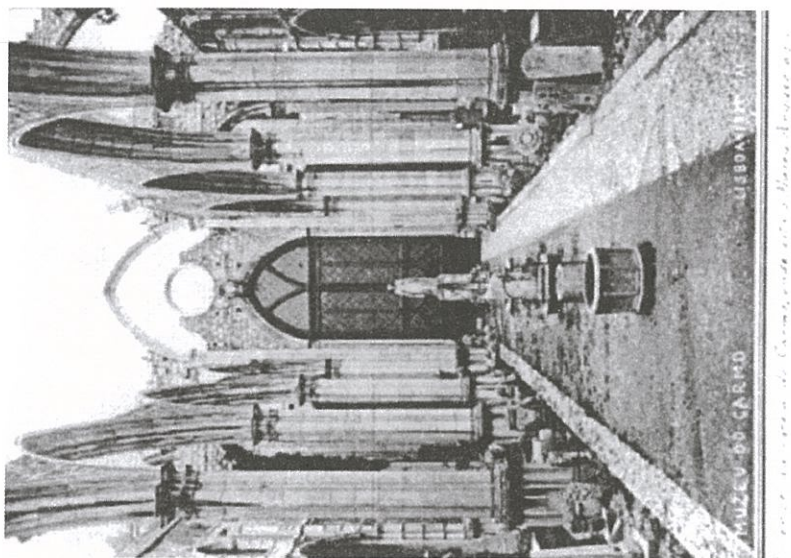
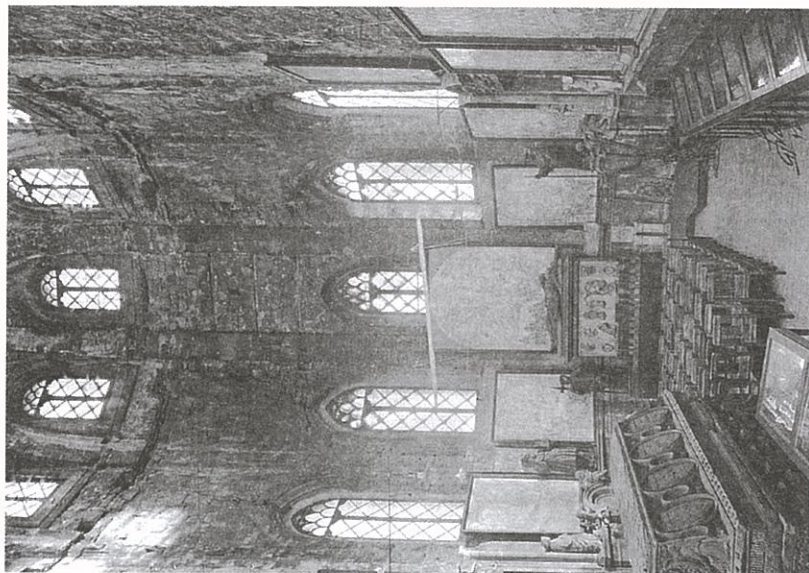


Fig. 4 – Baixo-relevo achado nas escavações de Ninive  
*Archivo Pittoresco*, vol. V, Lisboa, 1862, p. 261



**Fig. 5** – O Museu Arqueológico do Carmo nos  
inícios do século XX.  
AH/AAP



**Fig. 6** – O Museu Arqueológico do Carmo  
nos inícios do século XX.  
AH/AAP

# UMA PROPOSTA PARA RECONCEPTUALIZAR A MATERIALIDADE ARQUEOLÓGICA: O CAMPANIFORME NO NORTE DE PORTUGAL E REGIÕES CONTÍGUAS\*

por

João R. P. Rebuge\*\*

**Resumo:** O trabalho que de seguida se apresenta foi desenvolvido com o objectivo principal de analisar e rever as propostas metodológicas e interpretativas que têm sustentado o discurso arqueológico sobre as cerâmicas campaniformes. A temática do *Campaniforme* surge assim, antes de mais, como forma de ilustrar aquilo que julgo tratar-se de uma prática arqueológica “desumanizada”, i.e. que se tem progressivamente afastado do que deveria ser o seu centro de análise enquanto ciência social: as “pessoas”.

Tenta-se assim demonstrar que o conjunto de metodologias e modelizações recorrentemente utilizadas para caracterizar e conceptualizar estas cerâmicas, têm contribuído, exclusivamente, para a perpetuação de um modelo interpretativo (ponto 1) – ao qual se vão acrescentando ligeiras variantes em função das especificidades formais dos registos arqueológicos locais (ponto 2) – para a objectivação extrema de uma materialidade e para uma homogeneização contínua do discurso arqueológico sobre as sociedades do passado (ponto 3).

Assim, após uma breve exposição dos discursos interpretativos que têm sustentado a problematização desta materialidade – ponto 1 – apresentam-se quatro sínteses regionais que pretendem demonstrar como estes discursos têm sido aplicados de forma quase acrítica a contextos e registos variados, dando-se especial destaque à análise da problematização desta temática desenvolvida no Norte de Portugal – ponto 2.4.

Estes discursos são posteriormente criticados no ponto 3, onde se pretende demonstrar como alguns princípios conceptuais que os sustentam (a forma como concebem a materialidade do “registo” arqueológico e como essa materialidade tem sido objectificada e modelizada segundo um processo analítico-interpretativo circular que sustenta a sua própria continuidade) têm limitado a possibilidade de desenvolver outras formas de “fazer arqueologia” e de pensar a materialidade que façam mais sentido no contexto de uma ciência historiográfica.

Finalmente, no ponto 4 procurou-se expor uma forma diferente de conceptualizar a materialidade e as sociedades – baseada em contributos de outras áreas das ciências sociais e humanas (como a Filosofia ou a Sociologia) e em trabalhos de análise arqueológica centrados noutras materialidades – com o objectivo de delinear princípios interpretativos e perspectivas analíticas diferentes para o estudo das cerâmicas campaniformes, que considero poderem contribuir para abrir um novo leque de possibilidades interpretativas para estes materiais.

**Palavras-chave:** Campaniforme; Norte de Portugal; arqueo-historiografia.

---

\* Relatório de Seminário de licenciatura em Arqueologia apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Departamento de Ciências e Técnicas do Património – F.L.U.P / D.C.T.P. (Rebuge 2003), orientado pela Professora Doutora Susana Oliveira Jorge.

A opção pela publicação integral deste Seminário (possível pela disponibilidade dos T.A.E., na pessoa do Professor Vítor Oliveira Jorge) deve-se à opção de manter a coerência dos aspectos caracterizadores da “construção” deste trabalho na sua vertente académica e *narrativa*.

\*\* Licenciado em Arqueologia pela F.L.U.P / D.C.T.P.

## 1. INTRODUÇÃO À PROBLEMÁTICA DO CAMPANIFORME

A história da Arqueologia tem sido fortemente marcada pela corrente histórico-culturalista, em alguns casos (não raros) até aos nossos dias. Esta “corrente” surge em meados do século XIX influenciada principalmente por dois movimentos de pensamento: o *evolucionismo cultural* e o *nacionalismo* (Trigger 1992: 144-146). A adopção do método taxonómico na classificação de materiais arqueológicos e a concepção de *cultura* fortemente associada ao conceito de estado-nação (Thomas 1999: 20) são marcas da influência destes dois movimentos no discurso e prática arqueológica. É neste contexto que surge o conceito de *área cultural* que agrega as concepções de *cultura*, territorialidade de grupos e cultura material e que V. Gordon Childe (1929: v-vi, citado em Johnson 2000: 33) define da seguinte forma: “Encontramos cierto tipo de restos – vasijas, implementos, ornamentos, ritos de enterramiento y formas de habitación – muy recurrentes. A este complejo de rasgos asociados lo podríamos denominar «grupo cultural». Suponemos que cada uno de esos complejos es la expresión material de lo hoy llamaríamos un «pueblo».”

Esta concepção de *cultura* é ao mesmo tempo *materialista, normativa e metafísica*: entende-se que os *objectos* são reflexo de *normas culturais* que apenas se podem encontrar na *mente dos indivíduos* (Thomas 1999: 25; Johnson 2000: 34) e que por isso se encontram perdidas no passado, ou seja inacessíveis à análise do arqueólogo. Consequentemente, enquanto arqueólogos e segundo esta posição, poderemos apenas ter acesso aos restos materiais destas normas culturais, não às normas em si. Desta forma, enquanto a *materialidade* é assumida como a base do trabalho e análise arqueológica o indivíduo é, necessariamente, anulado do discurso arqueológico, restando somente a possibilidade de referência a colectividades abstractas identificadas por um conjunto homogéneo de vestígios arqueológicos (Thomas 1999: 25). Tal como Johnson (2000) evidencia, “las tipologías de la cerámica parecía que funcionaban solas, ajenas a los seres humanos que las produjeron. (...) Las tipologías cerámicas y las clases de vivienda parecía que desarrollaban unas pequeñas piernas y empezaban a funcionar solas” (*idem*: 39-40).

Na última afirmação encontra-se implícita a noção de *migração* que juntamente com a noção de *difusão* se constituem como os modelos interpretativos essenciais ao discurso arqueo-histórico-culturalista. Ambos os modelos implicam “movimento”, mas enquanto o primeiro pressupõe necessariamente a deslocação de populações para áreas diferentes, o segundo permite assumir somente o movimento de ideias e materialidades entre áreas geográficas. Uma vez que a pressuposição de uma normatividade cultural e a definição de uma *cultura* através da homogeneidade da sua materialidade implica que uma ideia/materialidade só poderia ser “inventada” uma vez e posteriormente difundida, estes modelos permitiam justificar

a identificação de materialidades iguais ou semelhantes do ponto de vista formal em áreas geográficas distintas (Thomas 1999: 23-24).

No âmbito da “corrente” histórico-culturalista a análise do *Campaniforme* centra-se na definição da sua área de origem, da cronologia da migração ou da difusão deste e quais as razões destas (Garrido Pena 2000: 6).

Relativamente à discussão sobre a origem do *Campaniforme* o discurso arqueo-historiográfico desta “corrente” vai-se alterando ao longo do tempo: se no princípio do século o Egipto e a Ásia Menor eram vistos como possíveis pontos de origem, rapidamente a análise do ponto de origem se centrou no continente europeu (Garrido Pena 2000: 3), surgindo assim teses que divergem quanto à localização geográfica da génese do *Campaniforme* – entre outras desenvolve-se uma tese pangermanista defendendo uma origem setentrional para o *Campaniforme* e associando-o aos povos indo-germanos (*ibidem*). No entanto, é a proposta de Alberto del Castillo Yurrita (1928) – seguidor das ideias de Schmidt e Bosh Gimpera (Garrido Pena 2000: 3) – que encontra maior aceitação num primeiro momento (*ibidem*).

A tese de Castillo (1928: 34) propõe a Península Ibérica (mais precisamente o vale do Guadalquivir e a “cultura de las cuevas”) como área de origem e cultura percursora desta cerâmica, i.e., da “cultura campaniforme”. Pensava-se, na altura, que os recipientes campaniformes decorados com *estilo inciso* seriam anteriores àqueles decorados com *estilo pontilhado*, pelo que faria sentido aceitar as cerâmicas neolíticas da “cultura de las cuevas” (decoradas por incisão) como precursoras das cerâmicas campaniformes decoradas com *estilo inciso*. Esta posição baseava-se não só numa análise formal das cerâmicas, que determinava uma relação de continuidade entre os dois tipos cerâmicos – e logo entre as duas “culturas” – mas também na análise estratigráfica da estação arqueológica de *Somaén* (Garrido Pena 2000: 7).

Castillo estabelece o conjunto material que corresponderia à “cultura campaniforme”<sup>1</sup>, define os diferentes tipos cerâmicos campaniformes<sup>2</sup> e divide cronologicamente esta “cultura” em duas fases: a primeira que decorre de 2400 a 2200 a.C. e a segunda estabelecida entre 2200 e 2000 a.C. (Garrido Pena 2000: 6) – correspondendo estas a fases distintas do “pleno eneolítico de la Península Ibérica” (Castillo Yurrita 1928: 197). Relativamente à migração/difusão da “cultura campaniforme”, Castillo

---

<sup>1</sup> “a) pontas de flecha pedunculadas ou de base côncava, de sílex, b) punhais de lâmina triangular e espigão de encaixe (cobre ou bronze), c) punções de secção quadrangular (cobre), d) machados trapezoidais de gume encurvado (cobre?), e) pontas de flecha amigdalóides, generosamente pedunculadas (cobre ou bronze), f) lâminas ou espirais (ouro), g) ‘braçais de arqueiro, h) botões de osso com perfuração em V, redondos, quadrangulares, em forma de tartaruga, i) contas de colar (geralmente de calaíte)” (Gonçalves 1971: 94).

<sup>2</sup> “I Vaso Campaniforme Marítimo: a) Atlântico, b) Mediterrâneo; II Vaso Campaniforme Almeriense; III Vaso Campaniforme Continental ou da Meşeta; IV Tipos Secundários: a) piriformes, b) tulipiformes; V Tipos Híbridos; VI Tipos Ultra-Pirenaicos” (Gonçalves 1971: 95).



(idem: 201) propõe como justificação do despoletar das movimentações de grupos humanos (documentadas através da análise da dispersão do *Campaniforme*) a busca do cobre. No entanto, este autor não assume para a Península Ibérica a associação grupos culturais/grupos étnicos, afirmando que os “restos antropológicos no respondem aquí a una unidad étnica” ao contrário do que defendia para as regiões além Alpes (idem: 202); ainda assim considerava os grupos campaniformes da França, das Ilhas do Mediterrâneo ocidental e da Itália como derivados directos dos peninsulares (ibidem).

A tese proposta por Castillo (1928), a primeira obra de fundo a nível peninsular para explicar o *Campaniforme*, constitui-se como exemplo do quadro geral da problematização histórico-culturalistas desta temática. Esta teoria<sup>3</sup> acabou por ser refutada por alguns investigadores que abandonaram, ainda que parcialmente, a tese da origem peninsular do *Campaniforme* (Garrido Pena 2000: 7-8).

As teorias histórico-culturalistas<sup>4</sup> que se vão definindo posteriormente, apesar de variadas e matizadas, revêm-se nas problemáticas teóricas e nos critérios metodológicos utilizados por este autor em 1928 (Garrido Pena 2000: 12). Pode aliás afirmar-se que, no caso da Península Ibérica, a transposição de um ambiente conceptual histórico-culturalista para a “corrente” processual ainda decorre de um modo lento e incompleto (idem: 10). De uma forma geral, denota-se ainda na abordagem desta temática uma preocupação constante com a definição dos *tipos* campaniformes identificados, com a discussão da sua cronologia e com a definição de paralelos formais para estes materiais, sem que a aplicação destas metodologias de trabalho sejam conceptualizadas de forma a permitirem a definição de novas linhas de investigação e problematização sobre o tema (ibidem). Em última análise poderá falar-se numa prática arqueológica de adopção acrítica de modelos metodológicos e explicativos (Valera *no prelo*).

Nas décadas de 60 e 70, a “corrente” processual nasce da reacção de um grupo de novos arqueólogos que espera conseguir ultrapassar as deficiências que atribui ao discurso e à prática arqueológica histórico-culturalista. Lewis Binford e David. L. Clarke são dois dos mais importantes investigadores que desenvolveram o programa teórico-prático processualista: o primeiro no continente americano com estudos etno-arqueológicos (Binford 1991), o segundo no Reino Unido desenvolvendo modelos analíticos (Clarke 1968).

Estes autores acusam a Arqueologia tradicional de ser acientífica e de não comportar preocupações antropológicas (Johnson 2000: 38). A primeira destas críticas relacionava-se com o facto da Arqueologia tradicional ser essencialmente

---

<sup>3</sup> Embora tenha apresentado a primeira tese sobre a origem do *Campaniforme* com maior aceitação geral, Castillo encontrara desde o início algumas vozes mais cépticas, como Childe (1950: 76, citado em Garrido Pena 2000: 3) que chegara a afirmar: “(...) increíble no teniendo nada mejor que ofrecer la acepto”.

<sup>4</sup> Exemplos desta “corrente” são as obras de: Savory 1968; Sangmeister 1963; Ferreira 1966; Gonçalves 1971; Harrison 1974, 1977a; Delibes de Castro 1977; Bernabeu 1984; Suárez Otero 1997a, 1997b.

recolectora e sequenciadora de materiais arqueológicos e de não ambicionar colocar hipóteses interpretativas, confrontá-las com os dados e daí extrair generalizações (*ibidem*); algo que apenas seria possível se a investigação fosse conduzida por problemáticas e modelos definidos *a priori* (*idem*: 45). O carácter não antropológico da Arqueologia histórico-culturalista prende-se com o que se procurou afirmar na sua caracterização: confundindo-se materiais com pessoas criaram-se entidades culturais que se caracterizavam por normas sociais rígidas que, por sua vez, se reflectiriam na cultura material documentada (*idem*: 38-39). No decorrer destas críticas a Arqueologia Processual procurou desenvolver caminhos para constituir uma Arqueologia mais científica e um discurso com maiores preocupações antropológicas que procurasse a explicação de “fenómenos” ao invés da descrição de materialidades e de acontecimentos.

A procura de uma maior cientificidade passou pela reflexão epistemológica (Thomas 1999: 25), que implicou uma explicitação e objectivação dos conceitos e métodos utilizados, numa tentativa de anular a “subjectividade” inerente ao discurso histórico-culturalista (Johnson 2000: 43). Este caminho para a cientificidade levou à adopção do método das “ciências naturais” – “hipotético-deductivo-nomológico” (*idem*: 60) – que “permitiria” à Arqueologia formular *leis* gerais do comportamento humano (Thomas 1999: 26) e, por conseguinte, à adopção de métodos das “ciências exactas”<sup>5</sup> (Johnson 2000: 43-45).

A Arqueologia Processual atribui particular ênfase à análise, discussão e explicação do *processo cultural* (Johnson 2000: 43) no contexto de uma abordagem em que as sociedades humanas são compreendidas e conceptualizadas seguindo a *Teoria de Sistemas* (*idem*: 41). Ou seja, as sociedades humanas são compreendidas e analisadas como um ecossistema, um todo composto por diferentes subsistemas interactuantes, cada um com uma *função* particular (económica, cultural, religiosa, social), que no conjunto das suas relações de *feedback* tendem para a homeostase (*idem*: 96).

Neste contexto, a *cultura* constitui-se como um subsistema, sendo definida por Binford (1964, citado em Johnson 2000: 42) como “la forma extrasomática de adaptación al medio de los seres humanos”. Uma definição que se pode considerar algo ambígua: por um lado, *cultura* não é considerada simplesmente como equivalente do comportamento humano documentado pelo registo arqueológico, por outro lado não é também assumida como algo localizado simplesmente no limiar das ideias. Assim sendo, resta situar esta noção de *cultura* num “limiar metafísico/operatório”, ou seja

---

<sup>5</sup> Tais como os estudos de fauna, a paleontologia, as datações por  $C_{14}$ , a dendrocronologia e os métodos estatísticos para análise da variabilidade que levaram às simulações computadorizadas de modelos (Johnson 2000: 43-45).

a *cultura* só existiria no momento da sua activação, como um comportamento produtor de adaptabilidade do ser humano ao meio, através da materialidade (Thomas 1999: 25-29). Desta forma, para Binford o objectivo da Arqueologia não passa pela produção de discursos que remetam para uma paleopsicologia (*idem*: 27), mas sim para a análise do registo arqueológico estático a partir do qual será possível alcançar as dinâmicas dos comportamentos humanos que o produziram. Tal é possível pela aplicação da *Middle Range Theory* à análise do registo arqueológico (*idem*: 26). Esta constitui-se como um corpo de argumentos explanatórios, baseados em estudos etno-arqueológicos, a partir dos quais se estabeleceriam regras gerais de comportamento humano aplicáveis, portanto, à explicação do registo arqueológico pré-histórico (Thomas 1999: 26; Johnson 2000: 72).

Exactamente porque pretende estabelecer regras universais que possam ser aplicadas na explicação de qualquer fenómeno humano, o discurso processualista tende a sustentar as suas teorias explicativas em conceitos generalistas como *intensificação*, *interacção* e *adaptação*, contribuindo assim para a criação de modelos interpretativos homogéneos e, em última análise, para a (re)criação de um passado uniforme independentemente do contexto em análise.

Exemplo desta prática arqueológica é a forma como se conceptualiza a evolução interna das diferentes comunidades (Sahlins e Service 1960). Esta baseia-se numa visão neo-evolucionista da sociedade, onde as transformações internas de uma qualquer comunidade se processam seguindo uma série de estádios evolutivos, do mais simples para o mais complexo – bandos, tribos, chefaturas e estado (Sahlins e Service 1960; Johnson 2000: 40; Jones 2002: 15). Trata-se de uniformizar a variabilidade arqueológica (a um nível extremo) com base numa série de características formais que permitem secundarizar as possíveis particularidades de diferentes contextos humanos, de forma a categoriza-los num número restrito de tipos de sociedade. Uma vez que estes tipos são generalizáveis a diferentes comunidades de todo o mundo, estas tornam-se passíveis de comparações transculturais. A interpretação da evolução interna das sociedades é assim conceptualizada de forma linear, analisada de forma sistémica e recriada por um discurso explicativo que se centra em factores relacionados com a intensificação económica/social: é através da produção de excedentes, da alteração dos meios de produção<sup>6</sup> ou ainda do controlo de certas produções ou materiais que se explicam alterações internas do sistema, que por sua vez terão consequências nas interacções intra e inter sistemas, caracterizando-se estas últimas pela procura e troca de “bens de prestígio” entre as “elites” de diferentes grupos humanos (Johnson 2000: 97).

---

<sup>6</sup> Exemplo do aproveitamento da ideia das alterações dos meios de produção será o modelo da Revolução dos Produtos Secundários proposto por Sherratt (1981).

Este modelo de análise será desenvolvido na discussão da problemática *Campaniforme* por David L. Clarke (1976) numa tentativa de ultrapassar as limitações que o próprio atribui aos modelos interpretativos desenvolvidos no âmbito da “corrente” histórico-culturalista. Estas críticas referem-se à excessiva preocupação com a origem e cronologia da difusão do *Campaniforme* e ainda ao facto de se apontar sempre uma causa singular para a difusão desta materialidade ainda que esta se relacione com uma multiplicidade de realidades (*idem*: 461).

A sua maior crítica refere-se, no entanto, ao facto da cerâmica campaniforme ser considerada pelos histórico-culturalistas como uma cerâmica comum (Clarke 1976: 462). Em contraposição, Clarke coloca a hipótese da cerâmica campaniforme se tratar de um “bem de prestígio”, distinguindo-a das restantes cerâmicas encontradas em contextos habitacionais<sup>7</sup> (*ibidem*). Para consubstanciar esta hipótese recorre a exemplos etnográficos de produção cerâmica, chegando à conclusão que a produção de um vaso campaniforme poderia demorar cerca de 4 a 6 horas, enquanto as restantes cerâmicas demorariam apenas 3 a 4 horas de trabalho (*idem*: 470). Segundo Clarke (*idem*: 471), o tempo disponível para a demorada produção de um vaso campaniforme explica-se como resultado da intensificação da economia do grupo, ou seja: numa situação de produção de excedentes haveria a possibilidade de libertar mão-de-obra, anteriormente necessária para a produção de bens essenciais, que estaria agora disponível para se dedicar à produção de outros bens. A demorada produção deste tipo cerâmico faria com que lhe fosse atribuída uma valorização correspondente (*idem*: 470-471).

Em conclusão, Clarke (1976: 471-472) assume estar perante uma cerâmica de excepção que, em função da sua dispersão, permite ser pensada também como um elemento de prestígio envolvido em redes de intercâmbio – que existiriam já anteriormente ao seu aparecimento e onde circulavam outros materiais também considerados de prestígio<sup>8</sup> – controladas agora por “elites”<sup>9</sup>. Estes “bens de prestígio”, associados ao *Campaniforme*, seriam utilizados por sociedades ainda no início do seu processo de complexificação, caracterizadas com base em paralelos etnográficos de sociedades onde os líderes alcançam o seu estatuto diferenciado durante a sua

---

<sup>7</sup> A reflexão de Clarke (1976) aqui seguida analisa exclusivamente a cerâmica campaniforme identificada em povoados.

<sup>8</sup> Estes materiais seriam segundo Clarke (1976: 471): “stone axes and bracers, flint axes, copper and bronze daggers and points, copper, gold and silver trinkets, ivory, amber, callais, shells and perhaps salt, textiles, women and pots?” Será interessante salientar a hipótese de Clarke (*ibidem*) para a possível ligação entre a produção têxtil e a produção cerâmica, pois considera que ambas são fruto do trabalho feminino, e a importância do casamento inter comunitária para a circulação das cerâmicas campaniformes.

<sup>9</sup> Para a análise da troca de cerâmicas o autor propõe métodos como a petrologia e a mineralogia, para o estudo da presença desta cerâmica em povoados, Clarke (1976: 472) vê a necessidade da utilização de métodos quantitativos para estabelecer a variabilidade existente entre estações e entre diferentes regiões.

vida e não de forma hereditária<sup>10</sup> (*idem*: 471). O “desaparecimento” do *Campaniforme* do registo arqueológico seria resultado não do desaparecimento das redes de troca entre elites, mas simplesmente da evolução para uma forma mais complexa de sociedade caracterizada pela transmissão hereditária de estatuto social diferenciado<sup>11</sup>, que utilizaria outros materiais como “bens de prestígio” (*ibidem*).

Tal como já se expôs para a “corrente” histórico-culturalista, também na “corrente” processualista são numerosos os trabalhos produzidos que se centram no estudo do campaniforme, mas o modelo conceptualizado por Clarke (1976) serve para fornecer uma imagem das problemáticas e dos métodos usados por outros autores processualistas<sup>12</sup>.

Em conclusão, no que diz respeito à problematização do *Campaniforme*, a primeira destas “correntes” caracteriza-se por um discurso arqueo-historiográfico marcado pela preocupação em definir a origem, a forma e a cronologia da disseminação das materialidades identificadas no registo arqueológico. Uma vez que estas materialidades eram equacionadas com um “povo” do passado, a simples prática arqueológica de descrever a primeira era assumida como construção de conhecimento sobre a segunda. Como foi referido anteriormente, relativamente à análise desta temática são utilizados unicamente dois argumentos interpretativos para explicar a disseminação deste tipo cerâmico: o mecanismo da *migração*, que implicava assumir a movimentação no espaço de um grupo étnico; e o mecanismo da *difusão*, que implicava assumir somente a dispersão de uma moda ou de um conjunto de ideias entre grupos diferentes.

Reagindo às limitações que os próprios apontavam ao histórico-culturalismo, os autores processualistas procuram a explicação da variabilidade registada na documentação das materialidades recuperadas em escavação. A prática arqueológica pretende ser, a partir de então, mais que uma tarefa descritiva da materialidade recuperada no registo arqueológico, para passar a ser uma reconstituição dos processos (da dinâmica) que produziram essa materialidade. Uma vez que as realidades humanas do passado são pensadas como sistemas interactuantes compostos por subsistemas que funcionam mediante relações de *feedback* (muitas das vezes pensados como simples causa/efeito!), a análise da materialidade arqueológica procede através de uma sequência de descrição/uniformização da variabilidade/explicação/modelização (adoptada das “ciências exactas”) com o objectivo de definir leis gerais do comportamento humano e

---

<sup>10</sup> Como no caso das sociedades “lideradas” pela figura dos “*Big Man*” (Clarke 1976: 471).

<sup>11</sup> Clarke (1976: 471) associa a esta nova forma social, que surgiria na Idade do Bronze, a figura dos “*Chiefs*”.

<sup>12</sup> Como são os casos de: Burgess e Shennan 1976; Harrison e Gilman 1978; Harrison 1980; Criado Boado e Vázquez Varela 1982; Jorge 1986; Sherratt 1987; Senna-Martinez 1994; Alday Ruiz 1996; Garrido Pena 2000.

promover a Arqueologia ao estatuto de ciência. No caso da temática do *Campaniforme*, a análise arqueológica centra-se na definição dos graus de dispersão espacio-temporais deste tipo cerâmico e na criação de modelos sistémicos que possam explicá-la. Estes modelos caracterizam-se por uma grande uniformidade recorrendo na sua generalidade ao argumento explicativo *do processo de complexificação das sociedades* que teria conduzido necessariamente ao aparecimento de “elites” em afirmação. Ou seja, numa situação de intensificação económica uma determinada esfera da sociedade teria a possibilidade de se diferenciar por meio do controle dos meios de produção e da sua implementação e também do controle dos mecanismos de interacção entre diferentes comunidades; situação que por sua vez conduziria a uma ainda maior intensificação económica e à possibilidade de criação de monopólios da manipulação de determinadas materialidades, identificadas, por isso mesmo, como “bens de prestígio”. A intensificação e a interacção económica e social conduziriam por seu lado a uma (necessária) evolução da sociedade para níveis de estratificação social mais elevados e consolidados, onde de um processo de afirmação de determinados estratos sociais, se passaria a uma situação de transmissão hereditária do poder.

Em ambas as perspectivas acima expostas as “pessoas” e o passado pré-histórico são substituídos por conceptualizações abstractas: na primeira as materialidades produzidas e usadas por “pessoas” surgem como personificação das mesmas; enquanto na segunda, apesar da aparente nomeação de “pessoas”, estas são substituídas por modelos que as apresentam como sistemas funcionalistas de comportamentos uniformizados e gerais, apresentados como leis científicas que permitem a previsibilidade do comportamento humano. Na minha opinião, estes discursos não problematizam aquele que deveria ser o centro de análise das ciências humanas e sociais, i.e.: a “vivência” intersubjectiva no interior de uma comunidade de “pessoas” e as teias de relacionabilidade que estas podem criar com a materialidade que as rodeia.

## 2. ANÁLISE ARQUEO-HISTORIOGRÁFICA DO CAMPANIFORME NA GALIZA, MESETA, BEIRA ALTA E NORTE DE PORTUGAL

O objectivo deste segundo ponto é expor, de forma sucinta, alguns contributos arqueo-historigráficos sobre o *Campaniforme*, realizados nos últimos vinte anos para o Norte de Portugal e regiões contíguas – Galiza, Meseta e Beira Alta – com o intuito de apresentar que tipo de metodologias de análise e modelos interpretativos têm sido utilizados na abordagem desta temática. Dado o papel que o quadro cronológico do *Campaniforme* tem assumido nas interpretações destes materiais, as datações absolutas existentes para cada uma das regiões mereceram uma exposição mais particularizada.

## 2.1. Galiza

### a) Metodologias de análise e interpretações

O primeiro trabalho de síntese relativo à análise de cerâmicas campaniformes provenientes da província da Galiza é da autoria de Felipe Criado Boado e de J.M. Vázquez Varela (1982). Este trabalho pretendia ultrapassar as perspectivas e limitações de estudos anteriores de pendor histórico-culturalistas, através de um estudo de carácter antropológico que permitisse analisar os graus de interacção entre o “fenómeno campaniforme” e as materialidades que o antecediam (*idem*: 11). Boado e Vázquez Varela (*idem*: 67) desenvolvem também uma análise comparativa entre os resultados do seu estudo e as informações disponíveis sobre cerâmicas campaniformes de outras áreas geográficas, com o intuito de estabelecer um relacionamento entre a Galiza e outras regiões.

Embora apresentem um *corpus* de informação relativo a um total de vinte e duas estações arqueológicas<sup>13</sup>, do qual constam informações sobre as cerâmicas campaniformes aí identificadas e sobre outros materiais associados a estas (Criado Boado e Vázquez Varela 1982: 15-46), Boado e Vázquez Varela (*idem*: 12) centram a sua análise exclusivamente nos recipientes campaniformes que na Galiza não surgem associados a outros materiais tipicamente considerados como parte do chamado “pacote campaniforme”<sup>14</sup> ou à produção metalúrgica<sup>15</sup>.

Da análise morfo-tipológica destas cerâmicas resulta a definição de dois tipos de formas (Criado Boado e Vázquez Varela 1982: 47): vasos campaniformes (na sua quase totalidade) e “cazuelas” (representadas apenas por dois recipientes). Aos aspectos da produção tecnológica (*idem*: 48) é feita uma breve referência: com base na similitude da composição das pastas cerâmicas (analisadas macroscopicamente) afirma-se a produção local deste tipo cerâmico (*idem*: 88). Relativamente à análise das técnicas decorativas<sup>16</sup>, os autores concluem que a cerâmica campaniforme da Galiza é predominantemente decorada segundo a técnica de pontilhado (*ibidem*),

<sup>13</sup> Sendo que apenas três destas se tratariam de povoados (Criado Boado e Vázquez Varela 1982: 55). Por sua vez o vaso recuperado na estação arqueológica do *Coto da Laborada*, uma necrópole formada por quatro fossas, não se trata de um vaso campaniforme embora se coloca a hipótese da sua decoração se tratar de uma pervivência da decoração campaniforme (*idem*: 44-45).

<sup>14</sup> No caso dos materiais em cobre, a sua ausência dos registos arqueológicos estudados poderá relacionar-se com as “violações” que foram alvo diferentes sítios, visto estarem documentadas oralmente “violações” em que foram pilhados exclusivamente artefactos metálicos (Criado Boado e Vázquez Varela 1982: 12).

<sup>15</sup> Contudo, registam-se excepções como nos casos das estações de *Fisterra* e de *Roupar* onde se documentou a associação entre cerâmicas campaniformes e artefactos metálicos de cobre (Criado Boado e Vázquez Varela 1982: 62). Existem também evidências que poderiam documentar o *horizonte de Montelavar* em coexistência com a cerâmica campaniforme (*idem*: 12-13).

<sup>16</sup> Criado Boado e Vázquez Varela (1982: 52), apontam a cestaria e a produção têxtil como focos de inspiração para as decorações campaniformes.

representada pelos *estilos marítimo, variante internacional; marítimo, variante linear e pontilhado geométrico*, muito embora estes apresentem alguma variabilidade ao nível das organizações decorativas e da representatividade destas (*idem*: 50). Ainda quanto às técnicas decorativas, a incisão<sup>17</sup> “penteada”<sup>18</sup> e a impressão com matriz de concha<sup>19</sup> (*Chlamis opercularis*) são registadas como excepções (*idem*: 48-49) e interpretadas como reinterpretações/“estilos locais” campaniformes<sup>20</sup>. Finalmente, a decoração (em particular a decoração pontilhada) é entendida pelos autores (*idem*: 49) como tendo apenas “una función decorativa: “su presencia en el cacharro ennoblecería a este, haciendo ressaltar más su decoración”.

No que diz respeito à análise dos contextos em que foi recuperada cerâmica campaniforme, estes são divididos em dois grupos principais: povoados<sup>21</sup> e contextos funerários (Criado Boado e Vázquez Varela: 55); sendo que os últimos são ainda divididos em quatro variantes: monumentos megalíticos<sup>22</sup>, mamoa<sup>23</sup>, cistas-megalíticas<sup>24</sup> e *tumulus* sem câmara<sup>25</sup> (*idem*: 56-59). Em alguns destes contextos funerários surgem outros materiais<sup>26</sup> que embora não analisados neste trabalho são referidos como

<sup>17</sup> No presente trabalho segue-se a proposta de António Valera (1997a: 84) para a denominação e caracterização desta técnica decorativa, que se entende tal como este autor a descreve: “elementos básicos correspondentes a riscos, mais ou menos paralelos, em número correspondente ao número de dentes do pente, realizados de forma corrida, portanto *incisa*, sobre a pasta húmida ou semi-seca”. Esta opção pretende valorizar esta técnica enquanto uma *acção*, contrariamente à opção de valorizar o objecto com o qual se produziu a decoração, ideia que me parece subjacente à denominação – *impressão penteada* – e caracterização definidas por Susana Jorge (1986) e Maria de Jesus Sanches (1997a: 96 – anexo IV) –: “a utilização de uma matriz múltipla, o pente, que ao enterrar-se e deslizar num movimento único ao longo da pasta, produz, ou *multiplica*, motivos sempre idênticos” (*ibidem*).

<sup>18</sup> Representada por um vaso campaniforme recuperado na mamoa de *Gándaras de Budiño* (Criado Boado e Vázquez Varela 1982: 35-37 e 52).

<sup>19</sup> Documentada numa “cazuela” recolhida no dólmen da *Parxubeira* (Criado Boado e Vázquez Varela 1982: 20-22 e 52). É também em fragmentos cerâmicos campaniformes deste monumento que se encontra documentada a utilização de incrustações de pasta branca (*idem*: 49).

<sup>20</sup> “Productos locales”, fruto da reinterpretação do “fenómeno [campaniforme] artístico inovador que se introduce en el NO” (Criado Boado e Vázquez Varela 1982: 52-53).

<sup>21</sup> *A Fontenla, Morcigueira e Os Pericos* (Criado Boado e Vázquez Varela 1982: 55).

<sup>22</sup> *Parxubeira, Argalo, Lousada 1 e 3, Buriz, Chan de Arquíña, Oirós e Maus de Salas* (Criado Boado e Vázquez Varela 1982: 56). Fábregas Valcarce (1988: 68) refere esta última estação em paralelo com a mamoa 1 de *Chã de Carvalhal* (Cruz 1991) como possibilidade da pervivência da construção megalítica até momentos tardios da Pré-História Recente a par das habituais reutilizações. Num artigo mais recente Fábregas Valcarce e Ruíz-Gálvez Priego (1997: 201) referem também a mamoa 5 de *Cotogrande* como pertencente a este grupo de monumentos, neste último detectou-se também a presença de cerâmica campaniforme, aqui associada a cerâmica tipo *Penha* e a utensílios líticos (*idem*: 200).

<sup>23</sup> *Santiago, Gándaras de Budiño e Mugeimes* (Criado Boado e Vázquez Varela 1982: 58).

<sup>24</sup> Representado pela estação arqueológica de *Pontes de García Rodríguez*, no seu túmulo 245 (Criado Boado e Vázquez Varela 1982: 58).

<sup>25</sup> *Tecedeiras, Roupas e Pontes de García Rodríguez* – túmulos 219 e 242 – (Criado Boado e Vázquez Varela 1982: 59).

<sup>26</sup> Os materiais referidos por Criado Boado e Vázquez Varela (1982: 59) são essencialmente artefactos em pedra polida e *maças*, estas últimas consideradas como “fóssil director” do *horizonte Rechaba*.



materialidades possivelmente associadas à cerâmica campaniforme mas não de modo seguro devido aos revolvimentos documentados na totalidade destas estações e à falta de escavações rigorosas (*idem*: 60-62).

Segundo Criado Boado e Vázquez Varela (1982: 62), a análise da relação contextos/*estilos campaniformes* demonstra que o *estilo marítimo, variante internacional* e o *estilo marítimo, variante linear* se encontram associados na Galiza: documentaram-se vasos em que se encontram associados os dois estilos decorativos e no dólmen de *Buriz* estes dois estilos surgem associados embora em vasos distintos (*idem*: 64). Para além disso, nos monumentos megalíticos documentam-se apenas cerâmicas campaniformes decoradas com estes dois estilos<sup>27</sup>, levando os autores a correlacionar: “las formas campaniformes más antiguas con el tipo de cámara y ajuares megalíticos más recientes (*ibidem*). Por sua vez, o *estilo pontilhado geométrico*, em função dos contextos em que foi recolhido e dos materiais que se lhe associam<sup>28</sup>, corresponderia a uma “línea innovadora” (*idem*: 65).

Através de uma análise comparativa das decorações e morfologias destas cerâmicas com cerâmicas campaniformes de outras regiões, os autores concluem ainda que as comunidades da Galiza teriam estabelecido intercâmbios não com a Bretanha francesa mas com as comunidades do Vale do Tejo, onde teriam origem os recipientes decorados segundo as duas variantes do *estilo marítimo*, (Criado Boado e Vázquez Varela 1982: 67-72 e 77). Relativamente ao *estilo pontilhado geométrico*, e através do mesmo tipo de análise comparativa, os autores colocam duas hipóteses quanto à sua origem: o Vale do Tejo, ou uma ligação aos estilos da Meseta Norte espanhola através de um refluxo vindo de este (*idem*: 72-74 e 77). Esta última hipótese acaba por ser valorizada pelos autores que formulam o seu modelo interpretativo sobre o *Campaniforme* galego segundo a *Teoria do Refluxo* de E. Sangmeister (1963).

Assim, a presença na Galiza do *estilo marítimo* nas suas variantes corresponderia a um “fenómeno complejo de contacto e aculturación, en el cual la cerámica campaniforme penetra en la Cultura Megalítica de NW y se funde con ella”<sup>29</sup> (Criado Boado e Vázquez Varela 1982: 90). Esta “Cultura Megalítica” estaria numa fase inicial de hierarquização caracterizada, pelos autores, como uma fase de conflito bélico (*ibidem*). O *pontilhado geométrico*, associado a uma “metalurgia innovadora”<sup>30</sup>,

<sup>27</sup> Ainda que no caso do dólmen da *Parxubeira* se tenha identificado também um vaso decorado com matriz de concha (Criado Boado e Vázquez Varela 1982: 64).

<sup>28</sup> Este estilo surge em estações do grupo dos *tumulus* sem câmara, que corresponderia a um tipo de inumação mais recente, associado a materiais líticos de “un momento avanzado” (Criado Boado e Vázquez Varela 1982: 65).

<sup>29</sup> Posição partilhada por Fábregas Valcarce (1988: 60) e Delibes de Castro (1989: 56).

<sup>30</sup> Beatriz Comendador Rey (1995: 515) rebate a possibilidade de relação entre o *Campaniforme* e a entrada de um novo tipo de metalurgia no Noroeste Peninsular, critica também o faseamento da produção metalúrgica nesta região – mesmo a suposta inovação que se constataria na adição de arsénio ao cobre parece

marcaria o culminar de tensões internas desta “Cultura” e o seu lento desaparecimento, evidenciado pelo início da prática de inumações individuais nos *tumulus* sem câmara<sup>31</sup> (*idem*: 91) no contexto de uma sociedade hierarquizada na qual as tensões internas continuariam a despoletar conflitos bélicos<sup>32</sup> (*ibidem*).

Em função desta proposta, e na ausência de datações absolutas para contextos arqueológicos com cerâmica campaniforme à altura deste trabalho, as cronologias avançadas para estas cerâmicas baseiam-se numa extrapolação dos quadros cronológicos definidos para as áreas geográficas que se estabelecem como pontos de origem e de refluxo destes materiais: na Galiza os *estilos marítimos* são enquadrados cronologicamente no intervalo entre 2100 e 2000 a.C., enquanto o *estilo pontilhado geométrico* é situado entre 1900 e 1800 a.C. (*idem*: 80).

Numa abordagem mais recente embora de cariz mais tradicionalista, Suárez Otero (1997a, 1997b) propõe um modelo interpretativo para a presença de cerâmicas campaniformes na Galiza com base no estudo de um único tipo cerâmico campaniforme – o *estilo cordado* (*All Over Corded* – *AOC*) – que se regista apenas em duas estações arqueológicas galegas: o povoado aberto de *A Fontenla*<sup>33</sup> (Suárez Otero 1997a) e o abrigo *Arca dos Penedos*<sup>34</sup> (Eguileta Franco *et alii* 1993/1994). Numa terceira estação, o dólmen de *Forno dos Mouros*, registou-se ainda a ocorrência de uma cerâmica com decoração *estilo Corded Zone Maritime* (*CZM*).

A falta de contextos seguros e bem estudados não invalida que Suárez Otero defina a importância (mesmo que a caracterize como ainda não provada!) destes fragmentos cerâmicos para a explicação da presença de cerâmicas campaniformes na

---

não ser uma inovação deste período. O seu estudo baseia-se em análises arqueometalúrgicas de materiais da Galiza, Norte de Portugal e Astúrias, em número desigual, 86, 4 e 2 amostras, respectivamente (*idem*: 510). Fábregas Valcarce e Ruíz-Gálvez Priego (1997: 198) referem também a possibilidade da existência da metalurgia do cobre e do ouro para um momento pré-campaniforme no Noroeste Peninsular.

<sup>31</sup> Numa brevíssima síntese em que analisam o Campaniforme galego, Fábregas Valcarce e Meijide Cameselle (2000: 70), argumentam a valorização do indivíduo devido à inumação individual e ao surgimento de um *bem de prestígio* – o vaso campaniforme – no depósito funerário que o acompanhava. Defendem, no entanto, que esta diferenciação não seria total, visto que esta valorização do indivíduo não encontra paralelo nos povoados, nem nas estratégias de produção, facto que demonstraria estarmos na presença de “elites” ainda incipientes (*ibidem*).

<sup>32</sup> Num artigo mais recente Vázquez Varela (1995) continua a manter esta opinião em relação às estruturas sociais destas sociedades na transição do Calcolítico para a Idade do Bronze.

<sup>33</sup> Suárez Otero (1997a: 13) considera segura a associação entre a cerâmica campaniforme *cordada* e cerâmica campaniforme com outras técnicas decorativas (pontilhada e incisa), apesar dos problemas de interpretação estratigráfica desta estação devido à ausência de informação sobre o processo de escavação da mesma (*idem*: 12). No entanto a estratigrafia aí documentada pode caracterizar-se por um nível superior onde se registou a presença de cerâmica campaniforme e um nível inferior sem presença de cerâmica campaniforme (*idem*: 11). As cerâmicas campaniformes poderiam encontrar-se associadas a cerâmicas calcolíticas locais e duas pontas de seta de base recta (Suárez Otero 1997b: 29).

<sup>34</sup> Neste abrigo foram recuperados à superfície cinco fragmentos cerâmicos pertencentes a um mesmo vaso decorado segundo o *estilo cordado* (*AOC*) (Eguileta Franco *et alii* 1993/1994: 57-59).

Galiza (Suárez Otero 1997b: 33) ao interpretar a sua presença como resultante de movimentações de populações originárias da Europa Central (*idem*: 42). Segundo o autor, as movimentações populacionais associadas ao *estilo cordado* estariam também relacionadas com o aparecimento de *maças* (*horizonte Rechaba*) na Galiza<sup>35</sup> (*ibidem*).

Maria P. Prieto Martínez (1999; Cobas Fernández e Prieto Martínez 1999; Prieto Martínez 2001) publicou vários trabalhos sobre a cerâmica da Idade do Bronze da Galiza, onde desenvolve uma abordagem baseada em conceptualizações propostas no âmbito da *Arqueologia da Paisagem*<sup>36</sup> e do estruturalismo de Lévi-Strauss<sup>37</sup> (Cobas Fernández e Prieto Martínez 1999: 9-10) e através da qual se propõe abandonar as perspectivas histórico-culturalistas e processualistas sobre a questão do *Campaniforme*.

O estudo que apresenta tem como base essencial a exploração metodológica e interpretativa de dois conceitos (Prieto Martínez 1999: 75-76): *cadeia operatória* (conceito que permite à autora ultrapassar as limitações impostas por uma análise morfo-tipológica, substituindo-a por uma metodologia que inclui a análise dos diferentes momentos da produção das cerâmicas e explorar o significado social e simbólico das opções tecnológicas da produção, *idem*: 76-77) e *estilo* (conceito que utiliza para abordar a relação da decoração cerâmica com a “formalización externa del poder”<sup>38</sup>, *idem*: 75); e inclui na amostragem de análise exemplos da totalidade do conjunto cerâmico característico da Idade do Bronze da Galiza: *cerâmica decorada campaniforme*<sup>39</sup>, *cerâmica decorada não campaniforme*<sup>40</sup> e *cerâmica não decorada*<sup>41</sup> – recuperada tanto em contexto doméstico<sup>42</sup> como em contexto funerário<sup>43</sup> (*idem*: 71-72).

<sup>35</sup> Hipótese já colocada por Delibes de Castro (1989: 58) que define dois possíveis caminhos para a entrada destes materiais no Noroeste Peninsular: uma via marítima a partir da Bretanha ou um caminho terrestre entre a Europa Central e a Galiza, que explicaria o aparecimento de *maças* também no País Basco. Esta possibilidade foi também defendida por outros autores (Eguileta Franco *et alii* 1993/1994: 61).

<sup>36</sup> Cf. Criado Boado 1989, 1993.

<sup>37</sup> Permitindo a esta autora abandonar as tipologias e as denominações clássicas dos diferentes tipos de cerâmica campaniforme (Prieto Martínez 1999: 78). Contudo a opção de não utilizar as denominações tradicionais da cerâmica campaniforme levanta dificuldades no entendimento da desconstrução que faz da perspectiva histórico-culturalista e processualista.

<sup>38</sup> A autora remete a sua noção de poder (Prieto Martínez 1999: 75) para a forma como este é problematizado por Foucault (1981).

<sup>39</sup> A autora define quatro sub-estilos para a cerâmica campaniforme, definido em função das suas características formais: o sub-estilo 1 encontra-se quase exclusivamente em contexto funerário; o sub-estilo 2 quase exclusivamente em contexto doméstico; os sub-estilos 3 e 4 encontram-se exclusivamente em contexto doméstico (Prieto Martínez 1999: 80) Como já se referiu é difícil estabelecer-se relações entre estes sub-estilos e os estilos campaniformes tradicionais pois a autora não explora essa problemática, limitando-se a desenvolver uma nova classificação.

<sup>40</sup> Este grupo cerâmico é dividido em dois sub-estilos: o 1 regista-se exclusivamente em contexto doméstico; o 2 encontra-se exclusivamente em contexto funerário (Prieto Martínez 1999: 80).

<sup>41</sup> Este grupo cerâmico foi dividido em dois sub-estilos, também caracterizados por uma dicotomia relativamente aos contextos em que são recuperados (Prieto Martínez 1999: 81).

<sup>42</sup> Estão referenciadas 117 estações arqueológicas com cerâmica da Idade do Bronze da Galiza, no entanto no estudo desta autora apenas se puderam estudar sistematicamente as cerâmicas provenientes de 69 sítios

Da análise realizada resultou a definição de três *cadeias operatórias* que permitem diferenciar, em termos de produção, os seguintes grupos: *cerâmica decorada campaniforme*, *cerâmica decorada não campaniforme* e *cerâmica não decorada* (Prieto Martínez 2001: 133). Com base nesta diferenciação estabelecida para a *cerâmica decorada campaniforme*<sup>44</sup>, Prieto Martínez relaciona este tipo cerâmico com o consumo de bebidas alcoólicas<sup>45</sup> (Prieto Martínez 1999: 21; Prieto Martínez 2001: 129) e com um uso ritual restrito – tanto em contexto doméstico como em contexto funerário – (Prieto Martínez 2001: 129), referindo-as mesmo como representantes dos “valores del grupo de guerreros”<sup>46</sup> (*idem*: 130).

Relativamente aos restantes grupos cerâmicos analisados, a autora sugere a seguinte interpretação: em contexto doméstico as *cerâmicas não decoradas* teriam funções variadas associadas ao conjunto de actividades que aí decorreriam e seriam de uso colectivo, enquanto as *cerâmicas decoradas não campaniformes* serviriam para as mesmas funções mas a um “nível más específico” (Prieto Martínez 1999: 84); em contexto funerário estes dois grupos cerâmicos assumiriam as mesmas funções das *cerâmicas decoradas campaniformes*, i.e., uma utilização individual e ritual (*ibidem*).

Seguindo os pressupostos da *Arqueologia da Paisagem* (Prieto Martínez 1999: 84-85), a autora distingue também os grupos cerâmicos analisados relativamente à sua visibilidade ou ocultação: a *cerâmica decorada campaniforme* e a *cerâmica não decorada* em contextos funerários associar-se-iam a uma tentativa de visibilidade; a *cerâmica decorada não campaniforme* e a *cerâmica não decorada* doméstica estariam associadas a uma tentativa de ocultação (*ibidem*).

---

arqueológicos, dos quais 32 correspondem a contextos domésticos (Prieto Martínez 1999: 72). A cerâmica estudada proveniente destas estações (851 recipientes) corresponde a 70% da cerâmica conhecida para este tipo de contexto atribuíveis à Idade do Bronze (*ibidem*).

<sup>43</sup> Foram estudadas cerâmicas de 37 estações arqueológicas – monumentos, cistas e fossas – correspondendo a 106 recipientes cerâmicos, representando 63% da cerâmica da Idade do Bronze conhecida para este tipo de contextos (Prieto Martínez 1999: 72). Contudo apenas as cerâmicas de duas estações (*A Forxa* e o dólmen de *Forno dos Mouros*) foram estudadas de forma directa, as restantes foram analisadas através de consulta bibliográfica (*ibidem*).

<sup>44</sup> Segundo a autora as cerâmicas campaniformes analisadas podem ser diferenciadas das restantes em função das diferenças que apresentam ao nível das seguintes variáveis: capacidade dos recipientes; morfologia dos recipientes (bordo/ paredes/ fundo); técnicas de acabamento (tratamentos de superfície e técnicas de decoração); e pastas (tipos de e.n.p. e texturas) (Prieto Martínez 2001: 128).

<sup>45</sup> A autora informa que os recipientes campaniformes não apresentam vestígios de fuligem (Prieto Martínez 1999: 21) e que por conseguinte não serviriam para a confecção de comida ao contrário dos restantes sub-estilos cerâmicos, não estando também relacionadas com o armazenamento (*idem*: 22). Os estudos de Sherratt (1987) e de Dumézil (1990a, 1990b) são expostos como argumentos da utilização destes recipientes cerâmicos no consumo de bebidas alcoólicas (Prieto Martínez 1999: 21; Prieto Martínez 2001: 129).

<sup>46</sup> Parece-me estranho a utilização dos estudos de Dumézil (1990a, 1990b), pois estes são utilizados pela autora de forma a associar as cerâmicas campaniformes com a ritualidade indo-europeia, quer em rituais de confraternização, quer em rituais de hospitalidade que envolvessem o consumo de bebidas alcoólicas (Prieto Martínez 1999: 21; Prieto Martínez 2001: 129).

Finalmente, Prieto Martínez define as comunidades produtoras destes grupos cerâmicos como sociedades em início de um processo de estratificação social<sup>47</sup>, no âmbito do qual a cerâmica serviria para estabelecer diferenciação a nível local (Prieto Martínez 1999: 86-87). Já a nível regional a autora detecta uma certa uniformização da produção cerâmica, que relaciona com uma homogeneização da identidade social das diferentes comunidades (*ibidem*).

### b) Datações absolutas

A cronologia absoluta do *Campaniforme* na Galiza encontra-se limitada a um número diminuto de datações de radiocarbono, sendo que algumas delas só indiretamente se lhe associam. Assim, as extrapolações que se podem retirar dos intervalos cronológicos obtidos são bastante reduzidas.

O povoado de *O Fixón* forneceu duas datações: a primeira situa-se no intervalo  $Gak - 4820 \pm 120$  B.P.<sup>48</sup>, que calibrado a 2 sigma<sup>49</sup> permite estabelecer um intervalo de 3935-3357 a.C., e corresponde a um nível de ocupação em que não se registou cerâmica campaniforme; por sua vez num dos níveis onde se registou cerâmica campaniforme<sup>50</sup> foi obtido o intervalo  $Gak - 3830 \pm 130$  B.P.<sup>51</sup>, que calibrado a 2 sigma permite estabelecer um intervalo de 2620-1893 a.C.<sup>52</sup> (García-Lastra Merino 1988: 176).

Na estação arqueológica de *A Chan de Coiro* foi possível obter a datação de  $Gak - 3830 \pm 80$  B.P.<sup>53</sup>, que calibrado a 2 sigma permite estabelecer um intervalo de 2545-2032 a.C.<sup>54</sup>, num “fondo de cabaña” onde se registou cerâmica campaniforme com decoração segundo o *estilo marítimo, variante internacional*<sup>55</sup> (García-Lastra Merino 1988: 179).

A datação para o nível “pré-campaniforme” do povoado de *A Fontenla* corres-

<sup>47</sup> Esta estratificação social estaria associada a uma intensificação da exploração agrícola e pecuária (Prieto Martínez 1999: 86).

<sup>48</sup> O autor não menciona na publicação o número da amostra.

<sup>49</sup> A data publicada não se encontra calibrada, pelo que se procedeu à calibração da mesma por meio do programa *Calib 4.1.2* fazendo uso da curva de calibração *Intcal 98* (Stuiver *et alii* 1998). Na calibração a 2 sigma apenas se faz referência ao intervalo cronológico procedente da utilização do *Método A* de calibração. Agradece-se a Alexandre Canha a calibração desta data.

<sup>50</sup> Nos dois níveis estratigráficos em que se registou a presença de cerâmica campaniforme encontra-se documentado o *estilo marítimo* nas suas duas variantes, *internacional* e *linear* (García-Lastra Merino 1988: 176-177). No nível superior surge ainda o pontilhado geométrico e a variante linear do estilo marítimo associada à incisão. Em ambos os níveis a cerâmica campaniforme aparece associada a cerâmicas lisas e a indústria lítica em quartzo (*ibidem*).

<sup>51</sup> Ver nota 48.

<sup>52</sup> Ver nota 49.

<sup>53</sup> Ver nota 48.

<sup>54</sup> Ver nota 49.

<sup>55</sup> Associada a cerâmica lisa e indústria lítica talhada em quartzo (García-Lastra Merino 1988: 179).

ponde a Gak – 4410 ±50 B.P.<sup>56</sup>, calibrado a 2 sigma permite estabelecer um intervalo de 3332-2905 a.C.<sup>57</sup>, permitindo apenas estabelecer uma datação *post quem* relativamente ao nível com cerâmicas campaniformes (García-Lastra Merino 1988: 177).

Por sua vez o povoado de *A Lagoa*<sup>58</sup> forneceu quatro datações para duas estruturas, localizadas em sectores diferentes da estação, onde se registou a presença de cerâmica campaniforme: a estrutura que se situa no sector 45.01 forneceu dois intervalos cronológicos com as datações CSIC – 900 1080 ±50 a.C. e CSIC – 901 1190 ±30 a.C.; uma outra estrutura que se situa no sector 45.04 permitiu a obtenção de outras duas datações, CSIC – 899 1950 ±70 a.C. e a CSIC – 1000 1850 ±30 a.C. (Méndez Fernández 1994: 85). O primeiro par de intervalos cronológicos demonstra-se demasiado recente para a realidade arqueológica em questão, no entanto, Méndez Fernández (*ibidem*) assume a possibilidade de aceitar estas datas e a semelhança estilística entre as cerâmicas das duas estruturas no contexto de uma longa perduração da “campaniformidade”.

A estação arqueológica de *Guidoiro-Aeroso*<sup>59</sup> permitiu a recolha de uma amostra que forneceu a datação 4020 ±40 B.P.<sup>60</sup>, que calibrado a 2 sigma permite estabelecer um intervalo de 2826-2463 a.C.<sup>61</sup>. Trata-se de uma datação obtida a partir de uma concha, pelo que não merece total confiança por parte de Suárez Otero (1997b: 40).

No dólmen de *Dombate* foi possível definir-se um *momento 4* de utilização associado à presença da cerâmica campaniforme<sup>62</sup>, que se encontra datado pela média

<sup>56</sup> Ver nota 48.

<sup>57</sup> Ver nota 49.

<sup>58</sup> A análise deste povoado, juntamente com o povoado de *O Fixón*, permitiu a Méndez Fernández (1994) o desenvolvimento de um modelo interpretativo para a ocupação da paisagem galega durante a Idade do Bronze, a denominada *Área de Acumulação*. Esta definição de ocupação da paisagem é definida por Méndez Fernández (*idem*: 82) “como suma de dos tipos de terreno: la cuenca húmida y la zona llana aneja, coincidiendo com la isócrona de diez minutos”. Estas ocupações são definidas como recorrentes pois não se tratam de uma só ocupação sedentária mas de várias que se vão concentrando numa *Área de Acumulação* (*idem*: 81). Estas áreas seriam zonas de exploração dos recursos como a caça, agricultura e a pecuária, especialmente de gado bovino, (*idem*: 85-86), dentro de um plano de intensificação económica definida por Sherratt (1981) como *Revolução dos Produtos Secundários*. Esta posição foi igualmente defendida por Fábregas Valcarce e Ruíz-Gálvez Priego (1997: 196-198), embora mostrando-se mais prudentes quanto à extensão espacial deste fenómeno. Será interessante referir a aparente dicotomia que Eguileta Franco (1997, 1999) constatou na Baixa Limia Galega, relativamente à localização dos povoados pré-campaniformes e dos povoados com cerâmicas campaniformes: os primeiros ocupariam zonas de vale, enquanto os segundos se situariam nas terras altas, i.e., nas mesmas áreas dos monumentos megalíticos, em que se verificou a presença de cerâmicas campaniformes (Eguileta Franco 1997: 432, 1999: 332).

<sup>59</sup> Não se pode definir com mais exactidão o contexto da recolha desta amostra e dos materiais aí recuperados pela insuficiente informação fornecida sobre esta estação (Suárez Otero 1997b: 40).

<sup>60</sup> O autor não referencia o laboratório ou o número da amostra datada.

<sup>61</sup> Ver nota 49.

<sup>62</sup> Segundo Suárez Otero (1997b: 40) a cerâmica campaniforme recuperada neste monumento estará decorada segundo o *estilo marítimo*.

ponderada de duas datas de  $C_{14}^{63}$  no intervalo de maior segurança entre 2589 e 2469 a.C. (Alonso Mathías e Bello Díeguez 1995: 166 e 168).

## 2.2. Meseta

### a) Metodologias de análise e interpretações

O primeiro trabalho sobre o *Campaniforme* da Meseta a apresentar uma abordagem diferente das propostas mais tradicionalistas (Delibes de Castro 1977) e a argumentar a favor de uma continuidade cultural e étnica entre as populações pré-campaniformes e as populações campaniformes, é da autoria de Delibes de Castro e Manuel Santonja (Delibes de Castro 1987; Delibes de Castro e Santonja 1987). Os autores recorrem, no entanto, a um modelo interpretativo generalista, segundo o qual, as cerâmicas campaniformes são consideradas símbolos de poder de uma “elite”, e relacionadas com um processo de hierarquização local demonstrado pela introdução de um novo espólio funerário e de uma nova prática funerária (inumações individuais), em contraponto a uma interpretação (Delibes de Castro, 1977) segundo a qual estas cerâmicas eram consideradas “fósseis directores” e relacionadas com a entrada de um novo grupo populacional na região (Delibes de Castro 1987: 24; Delibes de Castro e Santonja: 190). Ao nível das metodologias de análise utilizadas, este trabalho limita-se a caracterizar formalmente esta materialidade (em termos morfológicos e decorativos) e a correlaciona-la com o tipo de contextos (essencialmente funerários) em que foi recuperada, com o intuito de demonstrar que se trata de uma continuidade local e não de uma novidade fruto de movimento de populações.

Numa síntese mais recente realizada por Delibes de Castro e Fernández Manzano (2000), centrada num estudo comparativo entre momentos pré-campaniformes e campaniformes<sup>64</sup>, estes autores mantêm a afirmação da continuidade entre os grupos pré-campaniformes e os grupos campaniformes.

A abordagem de Nicolás Benet, Rosário Pérez e Manuel Santonja (1997) para o *Campaniforme* do Vale Médio do Tormes, segue claramente um discurso processualista, apresentando um modelo interpretativo baseado na hipótese de uma evolução social autóctone (resultante de factores de *intensificação* económica) (*idem*:

<sup>63</sup> A primeira datação, calibrada a 2 sigma permitiu obter, o intervalo de máxima possibilidade de CSIC – 962 2584-2464 a.C.; a segunda datação, também calibrada a 2 sigma, permitiu obter o intervalo CSIC – 1066 2780-2470 a.C. (Alonso Mathías e Bello Díeguez 1995: 163).

<sup>64</sup> Da análise resulta a definição de uma evolução entre os dois momentos, documentada a nível funerário, artefactual, social e na localização dos povoados (Delibes de Castro e Fernández Manzano 2000: 101-104) – seguindo o que já tinha sido afirmado nos artigos anteriormente referidos (Delibes de Castro 1987; Delibes de Castro e Santonja 1987).

464) que teria permitido o acesso a estas cerâmicas por via de contactos com o Norte e Centro da Europa<sup>65</sup> (*idem*: 466-467). É de salientar a crítica desenvolvida por estes autores às abordagens realizadas por alguns investigadores<sup>66</sup> que consideraram a presença de cerâmicas campaniformes como um mero processo de adição formal aos espólios pré-existentes sem consequências a nível cultural para as comunidades (*idem*: 460).

O estudo realizado por Rafael Garrido Pena (2000) constitui o último grande trabalho de síntese realizado para o *Campaniforme* da Meseta espanhola. Este autor inicia o seu trabalho com uma crítica às abordagens histórico-culturalistas que procura ultrapassar (*idem*: 2) através de uma análise que tem como propósito avaliar a aplicabilidade<sup>67</sup> de modelos interpretativos generalistas sobre o *Campaniforme* (Clarke 1976; Sherratt 1987) à região da Meseta (*idem*: 25-35): no seguimento da proposta de Clarke (1976) o autor assume a cerâmica campaniforme como um objecto de valor social particular, que associa, tal como Sherratt (1987), ao consumo de bebida e a “líderes” que utilizariam um conjunto de materiais (o “pacote campaniforme”) como forma de se distinguir do restante grupo (Garrido Pena 2000: 25); o autor assume ainda o modelo interpretativo da *Revolução dos Produtos Secundários* proposto por Sherratt (1981), para explicar as alterações no tecido social como resultantes de um processo de intensificação económica (Garrido Pena 2000: 30). Em termos analíticos, o autor procede à definição e caracterização morfológico-estilística dos materiais que considera parte integrante do “pacote campaniforme”, define o tipo de contextos em que estes são encontrados e elabora uma análise comparativa destes últimos no que diz respeito à sua localização e às diferenças que apresentam relativamente aos “espólios campaniformes”.

Segundo este autor, a cerâmica campaniforme da Meseta pode dividir-se em seis tipos morfológicos diferentes (Garrido Pena 2000: 81): o vaso campaniforme (*idem*: 82-88), a “cazuela” (*idem*: 88-92), o “cuenco” (*idem*: 93-97), a “copa” (*idem*: 97), a “cazuelilla” (*idem*: 97-99) e os vasos de armazenagem (*idem*: 99-100). A este conjunto de materiais cerâmicos o autor associa ainda uma “cerâmica lisa de acompanhamento” de “fundo comum” que pervive entre o Calcolítico e a Idade do Bron-

---

<sup>65</sup> Segundo estes autores o *estilo marítimo* e a associação deste *estilo* com a decoração cordada (CZM) seriam originários do eixo formado pelos rios Reno e Ródano (Benet *et alii* 1997: 466-467).

<sup>66</sup> Benet (*et alii* 1997: 460) refere os trabalhos de Criado Boado e Vázquez Varela 1982; Jorge 1986 (*sic*); por sua vez António Valera (2000: 275) inclui também os trabalhos de Delibes de Castro (1989) e de Senna-Martinez (1994) no conjunto de trabalhos que interpretam a presença de cerâmica campaniforme apenas como uma adição formal aos espólios matérias pré-existentes.

<sup>67</sup> O autor assume a necessidade de se considerar os particularismo do fenómeno campaniforme devido à sua grande extensão geográfica, contudo a sua análise procura mais estabelecer pontos comuns entre as várias regiões que enfatizar diferenças, acabando assim por reforçar a ideia de um mesmo fenómeno a nível europeu (Garrido Pena 2000: 26).



ze<sup>68</sup>, somente identificada em povoados e não considerada parte do “pacote campaniforme” (*idem*: 40).

Relativamente aos “estilos campaniformes”, Garrido Pena documenta para esta região a presença do *estilo marítimo, variante internacional*<sup>69</sup> (Garrido Pena: 110-111); do *estilo marítimo, variante linear*<sup>70</sup> (*idem*: 112-113); da associação destes dois últimos num mesmo vaso<sup>71</sup> (*idem*: 111); da associação entre *estilo marítimo, variante internacional* e *estilo cordado (CZM)*<sup>72</sup> (*idem*: 111-112); do *estilo pontilhado geométrico*<sup>73</sup> (*idem*: 113-116); *estilo Ciempozuelos*<sup>74</sup> (*idem*: 116-125); da associação de formas campaniformes e “decoração simbólica” considerada variante do *estilo Ciempozuelos*<sup>75</sup> (*idem*: 125-126); da variedade “Silos-Vaquera” e “Molino”, também analisada como uma variante do *estilo Ciempozuelos* (*idem*: 126-129); e de cerâmi-

<sup>68</sup> “formas esféricas simples como cuencos (...) Grandes ollas globulares de paredes entrantes (...) vasos de paredes rectas (...) ollitas globulares de paredes entrantes (...) y de cuello insinuado (...) formas ovóides de paredes entrantes (...) perfiles em S (...) vasos de almacenaje” (Garrido Pena 2000: 40). Esta cerâmica pode por vezes apresentar decoração plástica (particularmente “mamilos”) ou decoração unglada (*ibidem*). As denominadas “queijeiras” também se encontram representadas, embora em número reduzido, e são englobadas neste conjunto de “cerâmicas de acompanhamento” (*ibidem*).

<sup>69</sup> Este *estilo* encontra-se documentado em trinta e sete estações arqueológicas da Meseta, oito destas situam-se na Meseta Norte e as restantes na Meseta Sul (Garrido Pena 2000: 110). O *estilo marítimo, variante internacional* encontra-se presente quase exclusivamente em vasos campaniformes, sendo que em apenas um caso esta se registou numa “cazulilla” (o autor não especifica qual das variantes se encontra representada, *ibidem*).

<sup>70</sup> O *estilo marítimo, variante linear* apenas se encontra representado em três sítios arqueológicos, dois deles junto a Madrid, e o terceiro junto a Guadalajara (Garrido Pena 2000: 112).

<sup>71</sup> Esta associação foi detectada em cerâmicas provenientes de cinco estações arqueológicas da Meseta, duas das quais na Meseta Norte, as restantes na Meseta Sul (Garrido Pena 2000: 111).

<sup>72</sup> O *estilo CZM* encontra-se documentado em sete estações da Meseta, cinco das quais na zona Norte desta e duas na zona Sul (Garrido Pena 2000: 111-112).

<sup>73</sup> Na Meseta conhecem-se sessenta e três sítios arqueológicos onde se documentou a existência de cerâmica campaniforme decorada segundo o *estilo pontilhado geométrico*, representando 15,14% do total de estações com cerâmicas campaniformes (Garrido Pena 2000: 113). Destas, dezoito situam-se na Meseta Norte e as restantes na Meseta Sul (*ibidem*). O *estilo pontilhado geométrico* encontra-se representado nas seguintes formas cerâmicas: vasos campaniformes; “cuencos”; “cazuelas”; “cazulillas” (*ibidem*).

<sup>74</sup> O *estilo Ciempozuelos* encontra-se representado em trezentas e sessenta e quatro estações arqueológicas mesetanhãs, representando 87,5% do total de estações em que foi detectada cerâmica campaniforme nesta região (Garrido Pena 2000: 116). Na Meseta Norte situam-se duzentas e uma destas estações, as restantes cento e sessenta e três localizam-se na Meseta Sul (*ibidem*). Este *estilo* encontra-se presente em todas as formas cerâmicas que Garrido Pena (*idem*: 117) definiu como campaniformes na Meseta. Interessante parece ser a conclusão a que Garrido Pena (*idem*: 108-110) chegou sobre a técnica decorativa utilizada no *estilo Ciempozuelos*, a análise meticolosa de alguns fragmentos cerâmicos revelou que em alguns casos se tratam de impressões e não de incisões.

<sup>75</sup> Apenas são conhecidas quatro fragmentos de cerâmica campaniforme com este tipo de decoração na Meseta espanhola, correspondendo a igual número de sítios arqueológicos (Garrido Pena 2000: 126). Este tipo decorativo associado a formas campaniformes é interpretado por Garrido Pena (*idem*: 35-36) como uma forma de sincretismo entre as pervivências neolíticas mesetanhãs e o novo ritual representado pelas cerâmicas campaniformes.

cas campaniformes lisas<sup>76</sup> (*idem*: 129-131)<sup>77</sup>.

Para além destas cerâmicas, Garrido Pena (2000) inclui também no “pacote campaniforme” dois conjuntos diferentes de artefactos metálicos<sup>78</sup>: um conjunto constituído por punções (*idem*: 171-172) e machados (*idem*: 172) denominado por “herramientas”<sup>79</sup> (*idem*: 36); e um segundo grupo denominado por “armas”<sup>80</sup> (*idem*: 37) e constituído por machados (*idem*: 172), alabardas (*idem*: 184 e 186), punhais de lingueta (*idem*: 179-185) e pontas tipo *Palmela*<sup>81</sup> (*idem*: 172-179). Para além destes objectos em cobre, são ainda incluídos no “pacote campaniforme” da Meseta, os “braçais de arqueiro” (*idem*: 38 e 188-190), os “botões com perfuração em V” (*idem*: 38 e 190-191) e objectos de adorno em ouro (*idem*: 186-188).

Segundo Garrido Pena (2000) foram identificados artefactos pertencentes a este “pacote campaniforme” tanto em povoados<sup>82</sup> (*idem*: 39-49) como em contextos funerários<sup>83</sup> (*idem*: 49-59), sendo que relativamente a estes últimos o autor apresenta uma categorização mais particularizada, dividindo-os em: fossas simples<sup>84</sup> (*idem*: 50-51); *tumulus*, com fossa ou cista<sup>85</sup> (*idem*: 51-52); “outras estruturas pétreas”<sup>86</sup>

<sup>76</sup> A cerâmica campaniforme lisa está documentado em vinte e nove estações arqueológicas, das quais, treze situam-se na Meseta Norte e dezasseis na Meseta Sul (Garrido Pena 2000: 130).

<sup>77</sup> Estudos realizados demonstraram que a incrustação de pasta branca nas cerâmicas campaniformes mesetanhãs pode resultar de factores pós-deposicionais (caso das cerâmicas das estações de *Arenero de Soto II*, *J.Fco. Sánchez, Soto/Km 9.500* e *Fuente Olmedo*), ainda que na estação de *Pajares de Adaja* se tenha verificado que essas incrustações eram intencionais (Garrido Pena 2000: 80). No entanto o autor não considera que se trate de um *estilo campaniforme* distinto.

<sup>78</sup> A metalurgia é conhecida em momentos pré-campaniformes, mas será apenas no período de manipulação de cerâmicas deste tipo que a metalurgia se generaliza e desenvolve (Garrido Pena 2000: 36). Para este autor (*idem*: 37-38), a metalurgia representaria um desenvolvimento tecnológico e económico, embora interprete que a sua principal função seria desempenhada no plano ideológico e ritual.

<sup>79</sup> A denominação de ferramentas não implica para Garrido Pena que quando são registados artefactos como punções e machados em enterramentos estes não tenham uma “función (...) simbólica y representativa” (Garrido Pena 2000: 36).

<sup>80</sup> Garrido Pena (2000: 36) associa as “armas” ao exercício do poder, i.e., estariam associadas à nova ideologia de poder tal como as cerâmicas campaniformes, afirmando a autoridade pessoal no uso da força física.

<sup>81</sup> As pontas tipo *Palmela* e os punhais de lingueta apareceriam já num momento de circulação das cerâmicas campaniformes, representando os punhais de lingueta uma afirmação do indivíduo e do exercício do poder (Garrido Pena 2000: 211). Estes ao contrário das pontas tipo *Palmela* encontram-se não só representados na Península Ibérica, mas também em toda a Europa ocidental (*ibidem*).

<sup>82</sup> Foi possível identificar cerca de duzentos povoados mesetanhos com cerâmicas campaniformes, cerca de 19% destes foram alvo de escavação, sendo os restantes identificados em prospecção (Garrido Pena 2000: 39). O autor centra quase totalmente a sua análise deste tipo de contextos no povoado de *El Ventorro* (*idem*: 43-44 e 198).

<sup>83</sup> Os contextos funerários assinalados por Garrido Pena para a Meseta saldaram-se no número de setenta e seis estações arqueológicas (Garrido Pena 2000: 49). Destas apenas vinte e quatro foram alvo de escavação, as restantes tratam-se de achados de superfície ou de achados acidentais, doze e quarenta respectivamente (*ibidem*).

<sup>84</sup> São conhecidas treze estações arqueológicas deste tipo na Meseta, nove das quais na Meseta Norte e as restantes quatro na Meseta Sul (Garrido Pena 2000: 50).

<sup>85</sup> Foram identificados sete sítios arqueológicos enquadráveis neste sub-contexto funerário: seis na Meseta Norte e apenas um na Meseta Sul (Garrido Pena 2000: 51).

<sup>86</sup> Deste sub-contexto funerário conhecem-se cinco sítios arqueológicos (Garrido Pena 2000: 52).

(*idem*: 52-53) monumentos megalíticos<sup>87</sup> (*idem*: 53-58); e grutas<sup>88</sup> (*idem*: 58-59). As escavações realizadas em contextos funerários permitiram documentar a presença de restos antropológicos em quarenta e seis destes contextos, contudo em apenas onze<sup>89</sup> se procedeu ao seu estudo, podendo-se assim referir que os inumados se dividiriam da seguinte forma, tendo em conta o género e a idade: oito homens, quatro mulheres e uma criança (*idem*: 60).

Da análise que faz destes contextos, resulta a percepção que a localização dos contextos domésticos e dos contextos funerários teria obedecido a escolhas distintas (Garrido Pena 2000: 39): a maioria dos povoados (67%) localiza-se em pontos dominantes da paisagem<sup>90</sup> enquanto a maioria dos contextos funerários calcólíticos (33%) se situa em sítios planos, embora 27% dos contextos funerários com “espólio campaniforme” seja constituídos por monumentos megalíticos de construção neolítica que ocupam espaços destacados na paisagem<sup>91</sup> (*ibidem*). Para além disso, Garrido Pena encontrou também uma diferenciação entre contextos funerários e domésticos relativamente às decorações das cerâmicas campaniformes, mais simples e monótonas nestes últimos e com uma “mayor riqueza y variedad” nos primeiros (*idem*: 77).

Relativamente à seriação cronológica das cerâmicas campaniformes, Garrido Pena (2000: 108) coloca a hipótese do *estilo Ciempozuelos* ser mais tardio que os *estilos marítimo* e *pontilhado geométrico*, visto que estes três *estilos* surgem associado somente em nove povoados relativamente aos quais o autor coloca reticências quanto à segurança da sua contextualização<sup>92</sup> (*ibidem*). Para além disso, esta associação não se confirma em contextos funerários, onde apenas o *estilo marítimo* e o *estilo pontilhado geométrico* se associam entre si<sup>93</sup> (*ibidem*). No que diz respeito às cerâmicas campaniformes lisas, o autor refere que estas surgem associadas a todos os estilos decorativos identi-

<sup>87</sup> São vinte os monumentos megalíticos onde se detectou a presença de cerâmicas campaniformes (Garrido Pena 2000: 53). Garrido Pena (*idem*: 55) quantifica a presença dos diferentes materiais campaniformes presentes neste tipo de sub-contexto funerário: “Cerâmicas de todos los estilos, como el Marítimo (siete casos, 35%), Puntillado geométrico (cinco casos, 25%), Ciempozuelos (trece casos, 65%) y Liso (cuatro casos, 20%), elementos metálicos (nueve casos, 45%) como las Puntas Palmela (siete casos, 35%), los puñales de lengüeta (tres casos, 15%), los punzones (dos casos, 10%), las hachas (un caso, 5%) y la orfebrería áurea (cinco casos, 25%), así como brazaletes de arquero (tres casos, 15%) y botones de perforación (un caso, 5%).”

<sup>88</sup> Apenas se conhecem dez contextos funerários deste tipo com presença de cerâmicas campaniformes em toda a Meseta (Garrido Pena 2000: 58).

<sup>89</sup> Em sete destes onze enterramentos foi possível registrar a posição do cadáver ao ser inumado: cinco deitados sobre o lado esquerdo e dois sobre o lado direito (Garrido Pena 2000: 61).

<sup>90</sup> Em contraponto aos 24,5% localizados em zonas aplanadas e aos 4,5% em grutas (Garrido Pena 2000: 39).

<sup>91</sup> As grutas representam 13% dos contextos funerários com “espólio campaniforme” (Garrido Pena 2000: 39).

<sup>92</sup> Tratam-se de achados recuperados por meio de prospecção ou de achados recuperados por meio de escavações que o autor considera não rigorosas (Garrido Pena 2000: 108).

<sup>93</sup> Ainda assim refira-se que a fossa de Agoncillo, um contexto funerário, permitiu documentar associação do *estilo Ciempozuelos* com os *estilos marítimo* e *pontilhado geométrico* (Garrido Pena 2000: 197), informação que o autor parece desvalorizar.

ficados na Meseta, não avançando com qualquer proposta de seriação relativa a estes materiais (*idem*: 108).

Após a análise dos diferentes contextos e dos artefactos incluídos no “pacote campaniforme” Garrido Pena apresenta uma interpretação sobre o *Campaniforme* que parece sugerir a validação da proposta interpretativa colocada inicialmente. A cerâmica campaniforme e o restante espólio incluído no “pacote campaniforme” são interpretados pelo autor como elementos definidores de um processo de transformação social (Garrido Pena 2000: 206), no âmbito do qual seriam utilizadas ritualmente como forma de manifestação pública de um poder ainda não institucionalizado (*idem*: 26 e 29). Mais ainda, com base na análise da capacidade volumétrica das cerâmicas campaniformes, o autor define que tipos de funcionalidade mais específica serviriam no contexto dos rituais a que estariam associados: dada a sua volumetria, os vasos campaniformes serviriam para consumo de bebidas alcoólicas em contextos funerários e domésticos<sup>94</sup> (*idem*: 210); as “cazuelas” seriam utilizadas no consumo e manipulação de sólidos (*ibidem*); enquanto os “cuencos” serviriam para o consumo de sólidos e de bebidas alcoólicas dependendo a qual das duas outras formas se associassem (*ibidem*).

Dentro do mesmo quadro interpretativo, Garrido Pena (2000) considera que a inumação individual constitui uma alteração do ritual funerário relacionada com um novo tipo de relação entre o indivíduo e a restante comunidade (*idem*: 34), também evidenciada pelo facto das deposições secundárias serem menos frequentes<sup>95</sup> que nos períodos anteriores. Para o autor estaríamos assim perante uma sociedade em processo de hierarquização em contraponto com uma forma de sociedade anterior que demonstrava maior interesse na construção de estruturas funerárias de maiores dimensões (os monumentos megalíticos) utilizadas para inumações colectivas (*idem*: 34 e 68). Por sua vez, a reutilização dos monumentos megalíticos – onde o ritual funerário praticado corresponderia agora à inumação individual – é vista por Garrido Pena (*idem*: 34 e 213) como uma forma de manipulação do passado para legitimação das “elites” em emergência e corresponderia a uma alteração do significado destes contextos.

Estas alterações no sistema social destes grupos são ainda demonstradas nos contextos funerários pela alteração dos espólios<sup>96</sup> – onde se encontram representados

---

<sup>94</sup> No caso dos contextos domésticos o autor sugere que o uso de cerâmicas campaniformes para consumo de bebidas alcoólicas estaria relacionado com rituais de hospitalidade (Garrido Pena 2000: 211).

<sup>95</sup> As excepções registadas dizem respeito aos casos documentados na estação arqueológica de *Aldeagordillo* e na de *Valdeprados* (Garrido Pena 2000: 213).

<sup>96</sup> Um dos factores mais importantes para a avaliação do grau de estratificação social das sociedades mesetanas que manipulavam cerâmicas e materiais campaniformes seria a análise de enterramentos individuais de crianças com a presença desses materiais (Garrido Pena 2000: 29). Exemplo de um destes enterramentos é o caso da inumação individual, na estação arqueológica de *Aldeagordillo*, de uma menina de 6 a 10 anos de idade, acompanhada por materiais campaniformes (*ibidem*). Contudo este autor prefere desvalorizar o caso

todos elementos do “pacote campaniforme” definido para a região, com excepção dos vasos de armazenagem<sup>97</sup> – que tendem a ser mais “ricos” nos contextos funerários mais tardios (*idem*: 214).

Como forma de explicar o estabelecimento de “elites”, Garrido Pena associa a sua emergência a um processo de *intensificação* económica relacionada com a *Revolução dos Produtos Secundários* (Sherratt 1981) na Meseta<sup>98</sup>, comprovada pelo aumento do número de povoados junto às terras férteis dos vales e pela alteração do meio ambiente através da desflorestação (Garrido Pena 2000: 193), e pelas informações arqueológicas fornecidas pelo povoado de *El Ventorro* onde estudos polínicos comprovam a presença de cereais e estudos faunísticos documentam a presença de animais adultos que seriam explorados para outros fins além dos estritamente alimentares<sup>99</sup> (*idem*: 198).

Ainda relativamente à análise da estilística decorativa das cerâmicas campaniformes, a sua distribuição espacial permitiu a Garrido Pena (2000: 162) determinar um elevado grau de standardização das decorações, que explica como resultado de intercâmbios regionais<sup>100</sup> que poderiam assumir diferentes formas (como os intercâmbios matrimoniais) ou de outros processos, como o uso de símbolos de pertença a um grupo. Ainda assim, o autor aponta como mais plausível a hipótese desta standardização estar relacionada com o estabelecimento de redes de intercâmbio social (*idem*: 207) entre “elites” e com a afirmação e difusão ideológica de um novo tipo de poder (*idem*: 166) que utilizava estes materiais como uma forma intencional de comunicação que seria utilizada num contexto de transformação e alteração das relações sociais (*idem*: 206).

---

e apresentar exemplos etnográficos de sociedades ainda não plenamente hierarquizadas onde acontecem inumações de crianças com espólios funerários que representariam estatuto social diferenciado, mas que não poderia pertencer à criança (*ibidem*). Garrido Pena (*ibidem*) prefere levantar a questão se o estatuto social apresentado nesta inumação não pertenceria à família da criança inumada. Por outro lado surge o caso registado na necrópole epónima de *Cienpозuelos*, em que um indivíduo idoso apresenta uma trepanação, tendo sobrevivido a esta (*ibidem*). Mantendo, apesar do seu estado de saúde, o seu estatuto social, que assim não poderia ter mantido pelas suas capacidades pessoais mas por uma posição social adquirida e que se revela no tratamento da sua inumação, correspondente ao seu estatuto social (*ibidem*).

<sup>97</sup> O espólio cerâmico típico das “inumações campaniformes” da Meseta é a associação entre vaso campaniforme, “cuenco” (que surge, por vezes, no interior das “cazuelas” e dos vasos campaniformes, Garrido Pena 2000: 70) e “cazuela” (*idem*: 34).

<sup>98</sup> Apesar de Garrido Pena não negar que a *Revolução dos Produtos Secundários* se poderia localizar ainda num momento Neolítico, esta constata-se com mais segurança já no Calcolítico (Garrido Pena 2000: 193). Garrido Pena compreende assim que se terá tratado de um processo progressivo e não de um acontecimento súbito (*ibidem*).

<sup>99</sup> Documenta-se ainda neste povoado a produção metalúrgica (Garrido Pena 2000: 198).

<sup>100</sup> Os estudos das cerâmicas das estações de *El Ventorro* e *El Perchel* parecem demonstrar a produção local destes materiais, ainda que no caso de *El Ventorro* não se refira especificamente se foram analisadas cerâmicas campaniformes (Garrido Pena 2000: 80).

Para além desta estandardização, o autor refere também um processo de complexificação estilística das cerâmicas campaniformes da Meseta associado a um “enriquecimento” progressivo do “pacote campaniforme”, que compreende como resultado de um processo de *emulação* (Garrido Pena 2000: 206), ou seja: as “elites” teriam necessidade de diversificar os seus “bens de prestígio” consoante estes eram emulados pelos estratos inferiores da sociedade (*idem*: 214).

### b) Datações absolutas

Garrido Pena (2000: 196-197) define a cronologia do *Campaniforme* mesetanho com base nas datações de  $C_{14}$  que lhe merecem maior confiança. Tratam-se apenas de seis datações absolutas, referentes a quatro estações arqueológicas, que permitiram a este autor definir o intervalo cronológico entre 2500 e 2000 a.C. para a presença das cerâmicas campaniformes na Meseta espanhola.

A estação arqueológica de *Aldeagordillo* permitiu a obtenção da seguinte datação: GrN – 3685  $\pm$ 25 B.P., correspondendo ao intervalo, a 1 sigma, de 2130-1984 a.C. (Garrido Pena 2000: 197). Por sua vez a estação arqueológica de *Cerro del Bu* forneceu duas datações: I – 13.959 3970  $\pm$ 100 B.P., ou seja, a 1 sigma, corresponde ao intervalo de 2582-2327 a.C.; e a datação I – 14.416 3830  $\pm$ 100 B.P., i.e., a 1 sigma, corresponde ao intervalo de 2457-2061 a.C. (*ibidem*). Na estação de *Fuente Olmedo* obtiveram-se também duas datações absolutas: a primeira é a CSIC – 483 3620  $\pm$ 50 B.P., a 1 sigma, corresponde ao intervalo de 2032-1890 a.C.; a segunda trata-se da OxA – 2907 3730  $\pm$ 65 B.P., a 1 sigma, corresponde ao intervalo de 2199-2028 a.C. (*ibidem*). Por fim, na estação arqueológica de *Quintanilla de Arriba* obteve-se a datação absoluta de 3750  $\pm$ 60 B.P.<sup>101</sup>, correspondendo ao intervalo, a 1 sigma, de 2273-2038 a.C. (*ibidem*).

*Aldea Gordillo* e *Fuente Olmedo* tratam-se de contextos funerários em que se documentaram cerâmicas campaniformes decoradas segundo o *estilo Ciempozuelos* (Garrido Pena 2000: 197). Por sua vez, os sítios arqueológicos de *Cerro del Bu* e *Quintanilla de Arriba* tratam-se de contextos domésticos. No primeiro recuperaram-se cerâmicas campaniformes com técnica decorativa pontilhada (*ibidem*), no segundo foram recolhidas cerâmicas campaniformes com decorações segundo o *estilo Ciempozuelos* (*ibidem*).

<sup>101</sup> A data foi publicada sem referência do laboratório e sem número da amostra datada.

### 2.3. Beira Alta

#### a) Metodologias de análise e interpretações

O *Campaniforme* na Beira Alta enquadra-se na transição do Calcolítico Final/Bronze Inicial<sup>102</sup>, em função das associações verificadas entre cerâmicas campaniformes, pervivências de taxonomias cerâmicas enquadráveis no Calcolítico local e cerâmicas atribuíveis à Idade do Bronze (Senna-Martinez 1994; Valera 1995/1996, 1997b, 1999a, 1999b, 2000).

As comunidades deste período<sup>103</sup> foram caracterizadas, por Senna-Martinez (1994: 184) como sociedades “conservadoras”, que teriam mantido as suas práticas de inumação em monumentos megalíticos, e que teriam evoluído para formas sociais em processo de hierarquização através de um processo de *interacção* com outras regiões, aliada a uma lenta *intensificação* da economia, onde se verificaria um aumento da pecuária transumante e a introdução de novas culturas agrícolas<sup>104</sup>, embora se verificasse a manutenção da caça e da recollecção (*ibidem*). Segundo Senna-Martinez, a interacção com outras áreas geográficas é evidenciada no registo arqueológico pela existência de um sistema de volume transregional formalizado nos vasos troncocónicos invertidos (Senna-Martinez 1993) e pela presença de artefactos compreendidos como “bens de prestígio” – como os primeiros artefactos metálicos identificados na região e as cerâmicas campaniformes (Senna-Martinez 1994: 184-185) – considerados pelo autor como marcadores culturais<sup>105</sup> do processo de complexificação destas sociedades. (*idem*: 184 e 186).

Esta modelização da transição Calcolítico Final/Bronze Inicial foi prontamente criticada<sup>106</sup> por António Carlos Valera (1995/1996). Para este autor não existiria uma continuidade entre o “*horizonte Moinhos de Vento/Ameal*” e a Idade do Bronze, pois este *horizonte* corresponderia ao Neolítico Final regional e não a um momento do Calcolítico local (*idem*: 235), sendo que este estaria representado em várias estações

<sup>102</sup> Esta transição situar-se-ia cronologicamente entre o final do III milénio a.C. e o início do II milénio a.C. (Senna-Martinez 1994; Valera 1995/1996, 1997b, 1999a, 1999b, 2000).

<sup>103</sup> Senna-Martinez conceptualiza a Idade do Bronze da Beira Alta como um *horizonte cultural* em continuidade com o “*horizonte Moinhos de Vento/Ameal*” (Valera 1995/1996: 227).

<sup>104</sup> A introdução de novas culturas, o centeio, foi detectada nos estudos polínicos das turfeiras da Serra da Estrela (Senna-Martinez 1994: 184).

<sup>105</sup> A modelização proposta por Senna-Martinez emprega em conjugação conceitos histórico-culturalistas, como *horizonte cultural* e conceitos processualistas, como *intensificação*, *interacção* e *complexificação*.

<sup>106</sup> A crítica proposta por António Valera propõem que variáveis como *intensificação*, *interacção* e *complexificação*, se não objectificadas as razões da sua utilização, não explicarão nada (Valera 1995/1996: 247). Consequentemente, pergunta porque não utiliza-las em conjugação com outras variáveis como: “a monumentalização, a visibilidade, a violência, o desenvolvimento tecnológico e a especialização. Contudo a análise arqueográfica e o discurso historiográfico não se podem limitar a afirmar a simples presença destas variáveis, deverão sim, propor modelos do seu “*comportamento contextual*” na área ou estação em estudo” (*ibidem*).

da Beira Alta e em algumas reutilizações de monumentos megalíticos<sup>107</sup> (*ibidem*).

Este autor (Valera 1995/1996: 236) critica também a sustentabilidade de uma hipótese explicativa sobre a complexificação social destas comunidades baseada numa intensificação económica próxima do modelo da *Revolução dos Produtos Secundários* proposto por Sherratt (1981), uma vez que esta não parece ser totalmente verificada pelo registo arqueológico. Contudo, o autor assume a possibilidade de se verificar uma certa complexificação social e intensificação económica desde a primeira metade do III milénio a.C. (Valera 1995/1996: 236), embora relacionada com processos anteriores que se prolongariam pela Idade do Bronze (*idem*: 237).

O modelo do padrão volumétrico desenvolvido por Senna-Martinez (1993) para os vasos troncocónicos invertidos também não encontra validação nas propostas interpretativas avançadas por António Valera (1995/1996: 237-241), dada a variabilidade morfológica que caracteriza este conjunto de recipientes. O autor introduz como alternativa de interpretação, a hipótese destes recipientes se relacionarem com o consumo de uma bebida (*idem*: 241) – como já teria sido apontado para os campaniformes (Sherratt 1987) – valorizando, desta forma, o papel deste materiais enquanto *recipientes* (Valera 1995/1996: 241).

Ao contrário da proposta de Senna-Martinez (1994: 184-185) que valoriza o papel das cerâmicas campaniformes relativamente ao papel dos artefactos metálicos no processo de complexificação social, António Valera (1995/1996: 243) propõe uma interpretação segundo a qual as cerâmicas campaniformes poderiam ser produzidas localmente, ao contrário do que aconteceria com os metais. Assim teriam sido os artefactos metálicos “a facilitar a introdução e divulgação da cerâmica campaniforme na região, isto independentemente [*sic*] das discussões em torno ao significado social que esta possa ter mantido, perdido ou acumulado” (*ibidem*).

Na Beira Alta, foram recuperadas cerâmicas campaniformes tanto em contextos habitacionais como em contextos funerário (Valera 1995/1996: 226), sendo que estes últimos se tratam na sua totalidade de dólmenes de corredor (Senna-Martinez 1994; Valera 1995/1996) distribuídos por duas áreas geográficas distintas: a plataforma do Mondego e a área do Alto Paiva, Alto Vouga e Alto Dão (Valera 1995, 1996: 224). Nesta última área geográfica situam-se os seguintes monumentos megalíticos: *Arca do Penedo do Com*<sup>108</sup>, *Orca dos Moinhos de Rua*<sup>109</sup>,

<sup>107</sup> Tal como se tratam de reutilizações os casos em que se regista a presença de materiais cerâmicos campaniformes (Valera 1996/1996: 235, 2000: 273).

<sup>108</sup> Para esta estação arqueológica encontra-se apenas documentado um fragmento de bordo de um vaso campaniforme, decorado segundo o *estilo marítimo* (Senna-Martinez 1994: 179; Valera 1995/1996: 226).

<sup>109</sup> A presença de cerâmica campaniformes na Orca dos *Moinhos de Rua* encontra-se representada por um fragmento de bojo a decoração representada neste fragmento associa o *estilo marítimo*, variante internacional e o *estilo marítimo*, variante linear (Senna-Martinez 1994: 179; Valera 1995/1996: 226).



*Orca de Castenairas*<sup>110</sup>, *Orca de Seixas*<sup>111</sup> (*ibidem*). Na plataforma do Mondego localizam-se o dólmen da *Bobadela*<sup>112</sup>, dólmen da *Sobreda*<sup>113</sup>, dólmen do *Seixo da Beira*<sup>114</sup> e o dólmen do *Outeiro do Rato*<sup>115</sup> (*ibidem*). O conjunto dos contextos habitacionais resume-se aos seguintes povoados: Complexo 1 do *Penedo da Penha*<sup>116</sup>, *Linhares*<sup>117</sup> e *Fraga da Pena*<sup>118</sup> (*idem*: 220-222 e 226).

Estes dois tipos de contextos totalizam assim um total de onze estações arqueológicas<sup>119</sup>, representando um número muito reduzido de sítios arqueológicos com presença de cerâmicas campaniformes, se comparados com as restantes regiões analisadas.

A associação dos diferentes tipos de materiais procedentes dos monumentos megalíticos não é segura uma vez que todos os monumentos megalíticos referidos

<sup>110</sup> Neste sítio arqueológico documentou-se a presença de dois vasos campaniforme: o primeiro decorado segundo o *estilo marítimo, variante linear* e o segundo não apresentando decoração (Senna-Martinez 1994: 179; Valera 1995/1996: 226). No dólmen de *Castenairas* encontra-se documentada a presença de oito vasos troncocónicos invertidos (Valera 1995/1996: 241).

<sup>111</sup> A *Orca de Seixas* apresenta o espólio mais alargado para esta região: um vaso campaniforme apresentando decoração segundo o *estilo marítimo* e um vaso carenado de “estilo tardio” decorado segundo o *estilo marítimo, variante internacional* (Senna-Martinez 1994: 179; Valera 1995/1996: 226). Esta estação apresenta também um número razoável de artefactos metálicos: um machado plano em cobre arsenical; uma ponta *tipo Palmela* no mesmo tipo de liga; e um braçal de arqueiro em xisto (*ibidem*).

<sup>112</sup> No dólmen da *Bobadela* encontram-se representados o *estilo marítimo* e o *estilo pontilhado geométrico*: o primeiro encontra-se documentado em dois vasos campaniformes; o segundo regista-se numa caçoila de “estilo local” (Senna-Martinez 1994: 179; Valera 1995/1996: 226). Documentou-se também a presença de uma possível ponta *tipo Palmela* em cobre (*ibidem*).

<sup>113</sup> A associação entre o *estilo marítimo, variante internacional* e o *estilo marítimo, variante linear* está documentada em dois vasos campaniformes recuperados neste dólmen (Senna-Martinez 1994: 179; Valera 1995/1996: 226). Encontram-se também documentados quatro recipientes troncocónicos invertidos (Valera 1995/1996: 241).

<sup>114</sup> Nesta estação apenas se encontra documentada a presença do *estilo pontilhado geométrico* num vaso carenado de “estilo tardio” (Senna-Martinez 1994: 179; Valera 1995/1996: 226). Está registado também um recipiente troncocónico invertido (Valera 1995/1996: 241).

<sup>115</sup> O sítio arqueológico do *Outeiro do Rato* apresenta o espólio mais significativo recuperado em monumentos megalíticos da plataforma do Mondego, no que concerne a materiais campaniformes. A cerâmica campaniforme encontra-se representada por dois vasos campaniformes, um decorado segundo o *estilo marítimo, variante internacional* e outro associando este *estilo* ao *estilo marítimo, variante linear* (Senna-Martinez 1994: 179; Valera 1995/1996: 226). Recuperam-se ainda artefactos metálicos: um punção em cobre arsenical e uma espiral em ouro nativo (*ibidem*). Entre os materiais recuperados deste monumento encontra-se também registado um vaso troncocónico invertido (Valera 1995/1996: 241).

<sup>116</sup> No povoado do *Penedo da Penha* encontram-se documentados três fragmentos cerâmicos possivelmente pertencentes ao mesmo recipiente – um vaso acampanado – decorados com bandas incisadas em espinha (Senna-Martinez 1994: 179; Valera 1995/1996: 226).

<sup>117</sup> Nesta estação arqueológica a decoração presente num vaso campaniforme corresponderá a uma decoração de “estilo local” (Valera 1995/1996: 226, 1999a: 53 e 60)

<sup>118</sup> A contextualização deste sítio arqueológico será alvo de uma análise particular, devido ao número de estudos efectuados e aos seus resultados (Valera 1995/1996, 1997b, 1999b, 2000; Dias *et alii* 2000).

<sup>119</sup> Encontra-se ainda noticiada a presença de cerâmicas campaniformes na *Casa da Moura de Pendilhe* (Cruz 1997: 14), embora o autor não refira o número de fragmentos ou de recipientes, nem os estilos decorativos representados nessas cerâmicas.

parecem ter sido alvo de violações, com a excepção da *Orca de Seixas* (Senna-Martinez 1994: 180, Valera 1995/1996: 227), considerada a única deposição primária do conjunto destes contextos (Valera 1995/1996: 227).

O povoado aberto de Linhares, embora bastante revolvido devido ao plantio de um eucaliptal (Valera 1999a: 52), foi caracterizado como um sítio de ocupação temporária, localizado numa área planáltica e por isso diluída na paisagem, sem defesas naturais (*idem*: 55). A escavação deste sítio permitiu estabelecer a associação também observada em outros contextos da transição Calcolítico Final/Bronze Inicial entre cerâmicas com decoração “penteadas”<sup>120</sup>, vasos troncocónicos invertidos, recipientes campaniformes (neste caso apenas um exemplar) e recipientes com decorações plásticas<sup>121</sup> (*idem*: 54).

A estação arqueológica do *Penedo da Penha* caracteriza-se por um aglomerado de penedos graníticos que formam abrigos e cavidades, permitindo a ocupação humana desses espaços (Valera 1995/1996: 220). Os materiais da Idade do Bronze<sup>122</sup> recolhidos neste sítio arqueológico são provenientes de escorrimentos detectados nas salas 1 e 2 do complexo 1 e de cavidades próximas localizadas na mesma vertente deste complexo mas a uma cota superior (*ibidem*).

Assim, o povoado fortificado da *Fraga da Pena* trata-se do único sítio arqueológico de carácter habitacional<sup>123</sup> em que se registou a presença de cerâmicas campaniformes numa estratigrafia preservada (Valera 1995/1996, 1997b, 2000). Para além deste facto, o estudo da *Fraga da Pena* desenvolvido por António Valera apresenta uma problematização do *Campaniforme* algo diferente das anteriormente apresentadas aqui, criando novas possibilidades interpretativas sobre esta materialidade.

Esta estação caracteriza-se por aproveitar um *tor* granítico para a construção de dois recintos fortificados: o recinto superior designado por sector 1 e o recinto inferior denominado por sector 2 (Valera 2000: 269-270); o sector 3<sup>124</sup> desta estação

---

<sup>120</sup> António Valera expõe uma breve problematização sobre a associação recorrente entre a decoração incisa “penteadas” e as cerâmicas campaniformes em estações arqueológicas da Beira Alta, Norte de Portugal e Galiza (Valera 1999a: 53-56).

<sup>121</sup> Foi ainda possível documentar indústria lítica talhada, em sílex e em quartzo, pedra polida, um movente, um polidor e seixos rolados (Valera 1999a: 53). Em termos de cultura material cerâmica foi documentada ainda a presença de bases planas e de um possível fragmento de peso de tear (*ibidem*).

<sup>122</sup> A identificação destes materiais como pertencentes à Idade do Bronze é feita através de paralelos tipológicos com cerâmicas recuperadas em contextos similares da Beira Alta (Valera 1995/1996: 220). No complexo 1 do *Penedo da Penha* encontra-se documentada a presença de três recipientes troncocónicos (*idem*: 241), de cerâmicas com decorações plásticas (simples ou digitadas) e de cerâmicas com decoração incisa “penteadas” (Valera 1999a: 55).

<sup>123</sup> Contudo António Valera (2000: 277) refere que “a interpretação doméstica não sendo de excluir, parece manifestamente insuficiente para justificar e explicar a globalidade das características deste contexto”.

<sup>124</sup> A cultura material presente neste sector 3 apresenta-se em contraste com as materialidades registadas no interior dos dois recintos fortificados, pois nesse sector não se registou a presença de cerâmica campaniformes,

situa-se no exterior das estruturas arquitectónicas que compõem a *Fraga da Pena*, numa área localizada a cota mais elevada (*idem*: 270). Esta localização destacada na paisagem e as suas características geomorfológicas terão contribuído, segundo António Valera, para que este sítio arqueológico, mesmo antes das construções arquitectónicas aí detectadas, se definisse como um “local com um nome” (Tilley 1996 citado em Valera 2000: 276), constituindo-se assim como “um *lugar*” (Valera 2000: 276).

A cultura material<sup>125</sup> deste povoado revelou uma continuidade com a cultura material cerâmica conhecida para povoados calcolíticos desta área<sup>126</sup>, embora se tenham registado novas formas cerâmicas já integráveis nas taxonomias atribuíveis à Idade do Bronze da Beira Alta<sup>127</sup>, e cerâmicas campaniformes<sup>128</sup> (Valera 1995/1996: 221 1997b; 2000; Dias *et alii* 2000). Documentou-se ainda a presença nesta

---

encontrando-se presente pesos de tear, materialidade não registada no interior do povoado fortificado da *Fraga da Pena* (Valera 2000: 277). De realçar será o facto da decoração incisa “penteada” representar mais de 90% das organizações decorativas presentes neste sector, face à sua relativa pouca representatividade no interior dos recintos fortificados (Valera 1999a: 54).

<sup>125</sup> Na qual se incluem de forma pouco significativa alguma industria lítica talhada (em quartzo, sílex, dolerito e sobre seixo rolado), artefactos de pedra polida e elementos de moagem (Valera 1997b: 75-80). Será ainda de salientar para a caracterização deste sítio arqueológico a presença de pinturas nos afloramentos da *Fraga da Pena* (Valera 2000: 277), bem como a presença de um pendente sobre seixo rolado e de um “ídolo” antropomórfico em xisto polido (Valera 1997b: 77 e 79).

<sup>126</sup> Neste conjunto inserem-se as formas “(...) tipo 2 – taças; 4 – tigelas; 5 – esféricos; 6 – globulares; 9 – recipientes de colo troncocónico (...)” (Valera 1997b: 64-65), as decorações como espinhas enquadadas ou não por caneluras e a decoração incisa “penteada” embora surgindo aqui com maior representatividade que nos povoados calcolíticos (*idem*: 66).

<sup>127</sup> As formas cerâmicas atribuídas a este período presentes na *Fraga da Pena* são: “(...) tipo – 16 recipientes troncocónicos invertidos; tipo 17 – pote de base plana e bocal ligeiramente fechado; tipo 18 – grandes potes de colo troncocónicos com ligeiro estrangulamento junto ao bordo; tipo 19 – grande pote de colo muito estrangulado; tipo 20 – recipientes de colo acentuadamente estrangulado; tipo 21 – potes de colo estrangulado (por vezes com asas abaixo do bordo); tipo 22 – taças de carena média e colo ligeiramente estrangulado; tipo 23 – recipientes de carena média ou baixa e colo alto e fechado (tipo caçoila); tipo 24 – pequeno pote de base plana e bordo invertido” (Valera 1997b: 64-65). A nível decorativo nota-se a introdução de novas temáticas decorativas essencialmente decorações plásticas (mamilos, pastilhas e cordões), por vezes digitadas (*idem*: 66).

<sup>128</sup> As cerâmicas campaniformes correspondentes ao vaso campaniformes enquadram-se no “tipo 15” (Valera 1997b: 64-65). Estas não se dividem de forma igual pelos recintos fortificados já que apenas seis recipientes provêm do sector 1 e vinte e seis do sector 2 (Valera 2000: 270). As decorações presentes nestas formas campaniformes são bastante diversificadas assim encontram-se presentes o *estilo marítimo*, *variante internacional*, o *estilo marítimo*, *variante linear* e o *pontilhado geométrico* (*ibidem*). Mas o estilo liso também se encontra bem representado, quer em vasos campaniformes, quer em caçoilas, carenada ou de ombro (*ibidem*).

No entanto pela sua particularidade destacam-se aqui os vasos campaniformes com decorações que não se enquadram nos *estilos* “clássicos”: impressões unguladas (realizadas com o polegar e o indicador), que não encontram paralelo a nível peninsular, que se distribuem de uma forma abrangente e destruturada, mas homogénea; o puncionamento seguindo o estilo marítimo variante linear; e a impressão com espátula (Valera 2000: 270). Estas diversas decorações impressas são o grupo mais representativo dos motivos decorativos presentes nos recipientes campaniformes da *Fraga da Pena*, entre estas destacam-se as impressões unguladas (*ibidem*).

As cerâmicas campaniformes recuperadas na *Fraga da Pena* correspondem a trinta e dois recipientes, estes representam 65% dos quarenta e nove vasos campaniformes documentados em toda a Beira Alta (Valera 2000: 272).

estação arqueológica de um punção em cobre<sup>129</sup> (Valera 1995/1996: 222, 1997b: 80, 2000: 277).

António Valera (1999b, 2000) propõe uma conceptualização deste sítio que implica o desenvolvimento de uma análise interpretativa à escala local e que concebe a estação como um “todo”, enquanto espaço numa paisagem, espaço construído e categorizado, espaço onde se desenvolveram determinadas práticas sociais e espaço que contém determinadas materialidades: “Trata-se da noção de que [sic] as actividades que ali ocorriam e os materiais que por ali circulavam, com os seus simbolismos próprios associados aos destacados elementos geomorfológicos e arquitectónicos, poderiam ser componentes centrais na nova conceptualização deste *lugar* e do seu papel estruturante na organização mental do espaço local e das relações sociais que nele ocorriam. Ou seja, a relação objecto e contexto é dialéctica: se o objecto ganha significado num determinado contexto esse contexto também retira sentido da presença desse mesmo objecto” (Valera 2000: 278).

No seguimento desta perspectiva “os materiais campaniformes que [a *Fraga da Pena*] forneceu, entendidos como uma parcela do seu todo, poderão ser perspectivados de uma forma mais alargada, susceptível de lhes revelar sentidos mais activos e diversificados (...) além da perspectiva que lhes reserva exclusivamente um papel de elementos de consumo diferenciado adicionados e ao serviço de uma elite” (Valera 2000: 278). Desta forma, as cerâmicas campaniformes neste contexto estariam relacionadas – tal como as restantes materialidades aí recuperadas e as próprias estruturas arquitectónicas – com um processo mais amplo de criação de uma nova leitura da *paisagem* local “que se (...) [articula] com novas estratégias de ocupação de *lugares* que facilitam a demarcação e o controlo de novos território e das relações sociais a que estes servem de palco, mas também com a afirmação de identidade local” (*idem*: 277).

Ainda assim, e apesar de afirmar a necessidade de estudos mais contextualizado, a nível regional ou mesmo local, que permitam problematizar as especificidades do *Campaniforme*, António Valera (2000: 275) sugere a possibilidade do “fenómeno campaniforme se (...) [poder] integrar em momentos semelhantes de mudança estrutural das relações sociais (...) à escala peninsular e extra peninsular”.

Para além de analisadas de forma contextualizada e relacional, as cerâmicas campaniformes da *Fraga da Pena* foram também submetidas a análise de proveniência e de produção tecnológica<sup>130</sup> (Dias *et alii* 2000), estudo que se destaca, antes

<sup>129</sup> Na área mais próxima desta estação apenas se conhece a presença de um achado avulso, uma espada em cobre arsenical, encontrada no *Pinhal dos Melos*, que se poderá situar no mesmo âmbito cronológico (Valera 1995/1996: 222, 1997b: 80).

<sup>130</sup> Neste estudo procederam-se a análises químicas das pastas cerâmicas (Dias *et alii* 2000: 254), bem como análises petrográficas das mesmas (*idem*: 259).

de mais, pelo seu carácter quase singular<sup>131</sup>, e pelo facto de permitir determinar que a maioria destes materiais são, de facto, produções locais, e ainda por permitir compreender a especificidade destes materiais a um nível não meramente formal, visto que se verificou tratar-se de uma categoria cerâmica produzida de forma mais cuidada no que diz respeito à “obtenção de matérias-primas e (...) [à] tecnologia de produção” (Dias *et alii* 2000: 261).

Este trabalho teve como base uma amostragem representativa de todos grupos cerâmicos identificados<sup>132</sup> no inteiro dos recintos fortificados da *Fraga da Pena* (Dias *et alii* 2000: 254 e 256) e amostras de barreiros recolhidas em áreas próximas deste povoado de forma a permitir a comparação entre as pastas cerâmicas e as matrizes químicas, mineralógicas e texturais desses barreiros (*idem*: 256-257). Daqui resultou a definição de quatro grupos composicionais para as cerâmicas analisadas, na sua totalidade determinados como locais visto apresentarem uma caracterização similar às definidas para as amostras dos barreiros (*idem*: 261): apenas no grupo composicional I<sup>133</sup> se enquadram exclusivamente cerâmicas campaniformes<sup>134</sup>, nos restantes grupos associam-se as pastas de recipientes campaniformes com recipientes dos restantes grupos taxonómicos<sup>135</sup> (*idem*: 258). Registou-se ainda a adição de têmpera às matrizes argilosas, quer sobre a forma de grãos de base granítica, quer sobre a forma de cerâmica moída (*idem*: 259).

<sup>131</sup> Apenas se conhecem outros dois estudos de proveniência e de tecnologia de produção realizados com base na análise de cerâmicas campaniformes (Melo e Gonçalves 1986; Cabral *et alii* 1988).

<sup>132</sup> Num conjunto total de dez grupos cerâmicos: “campaniformes impressos pontilhados”; “campaniformes impressos de bandas não pontilhados”; “campaniformes lisos”; “campaniformes impressos pontilhados”; “campaniformes – base em *omphalos*”; “recipientes com decoração penteada”; “formas de tradição calcolítica lisas”; “formas de tradição calcolítica decoradas”; “formas da Idade do Bronze lisas”; e “formas da Idade do Bronze decoradas” (Dias *et alii* 2000: 256).

<sup>133</sup> Nas palavras dos signatários deste artigo poderia afirmar-se que “(...) embora existam recipientes campaniformes (cerca de 50% dos analisados) que se enquadram nos outros grupos composicionais e, por isso, as suas pastas se assemelham às das outras morfologias cerâmicas presentes neste sítio, verifica-se que em nenhuma outra categoria cerâmica se observa um tão grande cuidado na obtenção de matérias-primas e na tecnologia de produção como o evidenciado pelos campaniformes do grupo I” (Dias *et alii* 2000: 261).

<sup>134</sup> Neste grupo I estão presentes as pastas dos seguintes onze recipientes campaniformes: seis impressos unglados; três lisos; um de base em *omphalus*; e um impresso de bandas não pontilhado (Dias *et alii* 2000: 258).

<sup>135</sup> O grupo II reúne as pastas de oito vasos campaniformes: três impressos unglados; dois impressos pontilhados; um de base em *omphalus*; um impresso de bandas não pontilhado (Dias *et alii* 2000: 258). Neste grupo associam-se ainda as pastas de dois recipientes cerâmicos lisos com formas tradicionais da Idade do Bronze e três recipientes com formas tradicionais decoradas do Calcolítico (*ibidem*).

No grupo III encontram-se presentes as pastas dos seguintes recipientes: um campaniforme impresso unglado; dois recipientes com decoração “penteada” com formas tradicionais da Idade do Bronze; e uma forma tradicional do Calcolítico também com decoração “penteada” (*ibidem*).

Por fim, o grupo IV reúne os seguintes recipientes: dois campaniformes lisos; um impresso de bandas não pontilhado; dois campaniformes com decoração pontilhada; quatro recipientes com decoração penteada; seis formas lisas tradicionais da Idade do Bronze; e seis formas tradicionais do Calcolítico, três com decoração e três sem decoração (*ibidem*).

Por fim, saliente-se o facto de existirem seis recipientes cerâmicos<sup>136</sup> que não foi possível associar a qualquer um dos grupos composicionais definidos, ou seja, que não se coadunam com as restantes pastas, nem com as amostras de matéria-prima recolhidas localmente (Dias *et alii* 2000: 260 e 262). Assim colocam-se duas hipóteses interpretativas relativamente a estes materiais: a possibilidade das argilas utilizadas na produção destas cerâmicas serem locais, embora não tenham sido ainda detectadas; ou a hipótese de estes recipientes se tratarem de importações (*ibidem*).

#### b) Datações absolutas

A única datação absoluta para um contexto em que se encontram presentes cerâmicas campaniformes na Beira Alta foi obtida de uma amostra recolhida na base do solo de ocupação do sector 1 da *Fraga da Pena*: Sac – 1543 3710 ± 60 B.P., que corresponde, calibrado a dois sigma, ao intervalo 2282-1922 a.C. (Valera 2000: 271).

### 2.4. Norte de Portugal

#### a) Metodologias de análise e interpretações

A presença de cerâmica campaniforme no Norte de Portugal foi registada em vinte e duas estações arqueológicas (ver anexo 1 e anexo 2), que podem ser divididas em cinco grupos de contextos: funerários, povoados, abrigo/área de armazenagem, *monumentos*<sup>137</sup> (Jorge 2002: 37-38) e achados ocasionais (ver anexo 3). O conjunto dos contextos funerários pode ainda dividir-se em: mamoa; dólmenes simples; dólmenes de corredor; e um caso de uma câmara megalítica cistóide (ver anexo 3).

Relativamente à distribuição dos contextos funerários, é possível definir três concentrações: a Serra da Aboboreira, o núcleo megalítico do *Alto da Portela do Pau* e o litoral minhoto (nos concelhos de Caminha e Viana do Castelo)<sup>138</sup>. Os restantes monumentos funerários constituem casos isolados de contextos com cerâmica campaniforme no interior de núcleos megalíticos (ver anexo 2 e anexo 1 – n.º 1, 7, 9, 16 e 18).

---

<sup>136</sup> Destes seis recipientes cerâmicos quatro são campaniformes (um pontilhado de bandas, um pontilhado linear, um com punctionamentos e um liso), outro trata-se de um recipiente com decoração penteada, e por último, uma forma lisa de tradição calcolítica (Dias *et alii* 2000: 260).

<sup>137</sup> Maria de Jesus Sanches (2000/2001: 8) não denominado o sitio arqueológico do Crasto de Palheiros como um *monumento*, mas sim, como um *povoado-monumento*. Este conceito procura reflectir o entendimento que a autora tem das diferentes facetas que esta estação arqueológica terá apresentado durante as fases Crasto I e Crasto II (*idem*: 7-8).

<sup>138</sup> Ver anexo 2.

Na primeira destas concentrações aglomeram-se numa área relativamente próxima os seguintes monumentos funerários: dólmen 1 de *Chã de Parada*<sup>139</sup> (Jorge e Bettencourt 1988), mamoa 2 de *Outeiro de Ante*<sup>140</sup> (Gonçalves 1984), mamoa 1 de *Chã de Carvalhal*<sup>141</sup> (Cruz 1991), mamoa de *Monte Maninho*<sup>142</sup> (Cruz 1987) e mamoa de *Vale de Juros*<sup>143</sup> (Carneiro *et alii.* 1987). Existe ainda a possibilidade do povoado do *Tapado da Caldeira*<sup>144</sup> (Jorge 1980) se relacionar com as reutilizações destes monumentos e com a construção da câmara megalítica cistóide de *Chã de Carvalhal* (Cruz 1991), contudo não foi possível perceber as características deste povoado devido ao seu estado de destruição, provocada pela implantação de uma necrópole da Bronze Final na área ocupada por este (Jorge 1980).

Dos monumentos que fazem parte do núcleo megalítico do *Alto da Portela do Pau*<sup>145</sup> pelo menos dois dos quatro monumentos intervencionados<sup>146</sup> (possivelmente três) revelaram a presença de cerâmica campaniforme (Jorge *et alii* 1997).

No litoral minhoto, foram detectadas cerâmicas campaniformes em três monumentos relativamente próximos: o dólmen da *Barrosa*<sup>147</sup> (Cruz 1991), a mamoa de *Aspra*<sup>148</sup> (Silva 1989) e a mamoa da *Eireira*<sup>149</sup> (Silva 1988).

Os achados de cerâmica campaniformes nestes contextos têm sido considerados como produtos de reutilizações<sup>150</sup> (Cruz 1991: 163), com excepção do caso da *Chã do Carvalhal*, monumento construído num momento tardio do megalitismo, no qual foi possível identificar *in situ* dois conjuntos de artefactos metálicos aí depositados aquando da construção desta câmara megalítica cistóide (*idem*: 42).

Por sua vez os povoados em que se documentou a presença de cerâmica campaniforme encontram-se dispersos por diferentes áreas, e são apenas dois: *Tapado da Caldeira*, já referido; *Pastoria* (ver anexo 1 – n.º 17).

Na estação arqueológica da *Pastoria*, povoado aberto da área de Chaves, foi possível recolher cerâmicas campaniformes associadas a “cerâmicas domésticas calco-

<sup>139</sup> Ver anexo 1 – n.º 10.

<sup>140</sup> Ver anexo 1 – n.º 11.

<sup>141</sup> Ver anexo 1 – n.º 13.

<sup>142</sup> Ver anexo 1 – n.º 14.

<sup>143</sup> Ver anexo 1 – n.º 15.

<sup>144</sup> Ver anexo 1 – n.º 12.

<sup>145</sup> Este núcleo megalítico reúne, pelo menos, 75 monumentos funerários divididos entre o Norte de Portugal e a Galiza (Jorge *et alii* 1997: 7).

<sup>146</sup> Neste trabalho atribui-se, devido à sua proximidade, o mesmo número de inventário a todos os monumentos (1, 3 e possivelmente no 2) deste núcleo megalítico em que se detectou cerâmica campaniforme (ver anexo 1 – n.º 2).

<sup>147</sup> Ver anexo 1 – n.º 4.

<sup>148</sup> Ver anexo 1 – n.º 5.

<sup>149</sup> Ver anexo 1 – n.º 6.

<sup>150</sup> Embora não tenha sido possível compreender como estas reutilizações se processavam uma vez que nenhum dos sítios intervencionados se encontrava totalmente preservado

líticas decoradas do Alto Tâmega” e a artefactos metálicos (Jorge 1986: 855). Foi possível nesta estação analisar as pastas e a tecnologia de produção das cerâmicas campaniformes e concluir que se tratavam de produções locais (Jorge 1986: 939; Melo e Gonçalves: 1061).

O abrigo/área de armazenagem do *Buraco da Pala* I<sup>151</sup> (ver anexo 1 – n.º 22) constitui um caso particular no que diz respeito às características das cerâmicas campaniformes aí identificadas, uma vez que se registaram formas campaniformes decoradas, exclusivamente, segundo um “estilo local” (com decoração incisa “penteadá”). Talvez seja esta a razão pela qual esta estação não foi incluída no inventário de estações arqueológicas com cerâmicas campaniformes realizado por Susana Jorge (2002: 36-37). Ainda assim, no presente trabalho estes materiais são considerados como cerâmicas campaniformes. Neste contexto surgem associadas a estas cerâmicas campaniformes, artefactos metálicos em cobre arsenical e em ouro<sup>152</sup> (*idem*: 131) e cerâmicas de âmbito doméstico (*idem*: 126-127).

No grupo de contextos aqui denominados por *monumentos* incluem-se as estações do *Crasto de Palheiros*<sup>153</sup> (Barbosa 1999; Sanches 2000/2001), de *Castelo Velho*<sup>154</sup> (Jorge 2002) e de *Castanheiro do Vento*<sup>155</sup> (Jorge et alii 2002a, 2002b).

A informação disponível para *Castelo Velho* não permite ainda relacionar o único fragmento cerâmico campaniforme aí encontrado com a estação no seu conjunto (Jorge 2002); no caso de *Castanheiro do Vento* esta situação é ainda mais flagrante, já que esta estação se encontra ainda em início de investigação (Jorge et alii 2002a, 2002b). Assim, do conjunto dos três *monumentos* referidos apenas o *Crasto de Palheiros* permite uma maior problematização da relação das cerâmicas campaniformes com este tipo de contexto, uma vez que somente para este sítio se realizou um trabalho que analisa a cerâmica campaniforme e a sua relação com o conjunto da estação (Barbosa 1999). No entanto, é num trabalho de Maria de Jesus Sanches (Sanches 2000/2001) que se coloca uma hipótese interpretativa para a distribuição espacial das cerâmicas campaniformes nesta estação. Segundo esta autora existiria uma segregação espacial deste tipo cerâmico no interior da estação, uma vez que este só foi documentado na plataforma superior da mesma (*idem*: 13).

Por fim, os achados ocasionais que são apenas dois, o *Castelo de Fraião*<sup>156</sup> e

---

<sup>151</sup> Documentou-se a presença de pinturas esquemáticas no abrigo do *Buraco da Pala* (Sanches 1997a: 259 – anexo VIII) para as quais não foi ainda definida uma cronologia (*idem*: 221), não sendo assim possível relacionar estas pinturas com as ocupações registadas neste abrigo.

<sup>152</sup> A metalurgia deste tipo de metal pode ter sido praticada nesta estação arqueológica, como possivelmente a dos artefactos em cobre (Sanches 1997a: 131).

<sup>153</sup> Ver anexo 1 – n.º 19.

<sup>154</sup> Ver anexo 1 – n.º 21.

<sup>155</sup> Ver anexo 1 – n.º 20.

<sup>156</sup> Ver anexo 1 – n.º 3.



o *Lugar do Vargo*<sup>157</sup>: no primeiro caso os autores do achado colocam a hipótese de se poder tratar de um povoado (Almeida *et alii* 1995: 318-319); no segundo caso estar-se-ia segundo Bettencourt (1991/1992: 234) perante um provável contexto funerário.

A distribuição de estilos decorativos campaniformes, bem como de outros tipos de decoração associados a formas campaniformes pelas diferentes estações arqueológicas do Norte de Portugal onde se detectaram estas materialidades encontra-se inventariado neste trabalho (ver anexo 1, anexo 2 e anexo 3). Será de salientar apenas os inúmeros casos em que as decorações não são produzidas segundo os denominados “estilos decorativos clássicos”<sup>158</sup> da cerâmica campaniforme: a incisão “penteada; a associação num mesmo vaso de diferentes técnicas decorativas; e a utilização de matriz de concha”<sup>159</sup>.

Na consulta bibliográfica realizada para a elaboração deste trabalho identificaram-se aproximadamente 94 vasos atribuíveis a cerâmicas campaniformes. Estes distribuem-se, pelos tipos de contextos definidos, da seguinte forma: contextos funerários – 33 recipientes; povoados – 17; abrigo/área de armazenagem – 22; “monumentos” – 20; achados ocasionais – 2 (ver anexo 3).

São diversas as perspectivas de modelização que se foram desenvolvendo desde meados da década de 80, do século passado, para o *Campaniforme* no Norte de Portugal. Embora centrados numa análise ao nível da estação arqueológica, a maioria destes estudos remetem para uma problematização do *Campaniforme* a uma escala mais alargada (Jorge 1986, Jorge 1988, Jorge 1990; Cruz 1991, Jorge *et alii* 1997; Sanches 1997a; Barbosa 1999; Jorge 2002).

Susana O. Jorge (1986) elabora uma análise do *Campaniforme* no Norte de Portugal, abordado tanto a nível regional, como a nível local. O seu trabalho tem como base o estudo de quatro estações da área de Chaves e Vila Pouca de Aguiar: *Pastoria*, *Vinha Soutilha*, *Castelo de Aguiar* e *São Lourenço* (*idem*).

Como já se referiu apenas no sítio arqueológico da *Pastoria* foi documentada cerâmica campaniforme<sup>160</sup>, num contexto doméstico, associado a materiais caracte-

<sup>157</sup> Ver anexo 1 – n.º 8.

<sup>158</sup> No Norte de Portugal dos ditos “estilos decorativos clássicos” encontram-se presentes: o *estilo marítimo*, *variante internacional*; o *estilo marítimo*, *variante linear*; o *estilo pontilhado geométrico*; as cerâmicas campaniformes lisas; e o *estilo cordado* (AOC) – ver anexo 3.

<sup>159</sup> Presente no dólmen I de *Chã de Parada* numa organização decorativa *estilo marítimo*, *variante linear*, os autores apontam que a concha utilizada poderá ter sido a *Chlamis opercularis* (Jorge e Bettencourt 1988: 111) – a exemplo do que já tinha sido detectado na Galiza (Criado Boado e Vázquez Varela 1982: 48-49); a matriz de concha foi também detectada na mamoa I de *Madorras* (Cruz 1991: 135; Gonçalves e Cruz 1994: 205).

<sup>160</sup> Na estação arqueológica do *Castelo de Aguiar* documentou-se a presença de organizações decorativas que podem representar tentativas de “imitação” do *estilo marítimo*, *variante internacional*, embora não se trate de uma forma campaniforme (Jorge 1986: 935-936), ao contrário do que acontece no *Buraco da Pala* (Sanches 1997). As organizações decorativas mencionadas acima têm como base a técnica decorativa da incisão “penteada”.

rísticos da cultura material da região (Jorge 1986: 855). Segundo esta investigadora, através da análise dos materiais cerâmicos recuperados nesta estação é possível observar um processo de transformação que envolve a cerâmica campaniforme: de produto de excepção e acesso restrito distinguido pela sua morfologia, organizações e técnicas decorativas específicas, para um momento em que as suas organizações decorativas seriam imitadas embora utilizando técnicas decorativas e formas locais (*idem*: 936). Susana Jorge (*idem*: 939) sugere que este processo reflecte uma transformação ao nível da forma como estes materiais seriam conceptualizados pela comunidade da *Pastoria*: num primeiro momento a cerâmica campaniforme serviria como elemento distintivo de uma “elite nascente”, que ao ser assimilado por um grupo mais alargado da população se transforma numa cerâmica de “uso quotidiano”, o que por sua vez implicaria a necessidade da criação de novos “bens de prestígio” por parte das “elites”.

No entanto, o contributo mais importante desta autora para a problematização do *Campaniforme* no Norte de Portugal, é o facto de afirmar a inexistência de uma “unidade do fenómeno campaniforme”, uma vez que em certos contextos arqueológicos não era possível identificar a totalidade dos elementos materiais definidos como parte integrante do denominado “pacote campaniforme”<sup>161</sup> (Jorge 1986: 939). Para além de colocar a formalidade do “fenómeno” em causa, Susana Jorge coloca também em questão a unicidade do significado das cerâmicas campaniformes: “será lícito perguntar, se tal tipo de artefacto [cerâmica campaniforme] desempenhou um papel simbólico similar nos vários locais onde se inseriu, ou se, pelo contrário devemos olhar tal cerâmica como um objecto padronizado exercendo *funções* plurais” (Jorge 1988: 88).

No entanto, a argumentação da autora desenvolve-se no âmbito de uma abordagem processualista, remetendo a sua interpretação para “fenómenos” de *intensificação*, *interacção*<sup>162</sup>, surgimento de estratificação social, “bens de prestígio” e *emulação* (Jorge 1986: 935-939, Jorge 1988: 88-92; Jorge 1990: 197-212). Este último conceito explicaria para esta autora a adopção de “bens de prestígio” de sociedades mais complexas por parte de sociedades menos desenvolvidas (Jorge 1988: 91). Mas esta assimilação da cerâmica campaniforme é vista apenas como uma adição formal, já que para a autora: “a cerâmica [campaniforme] é assimilada sem rupturas arqueologicamente visíveis, por algumas comunidades locais, cujas

---

<sup>161</sup> Esta dissociação apesar de ser feita com base num estudo arqueográfico “débil”, já que se baseia numa oposição cultural entre sociedades megalíticas e sociedades das cerâmicas decoradas, como no aparecimento do *horizonte de Montelavar*, revela-se importante (Jorge 1986; Jorge 1988: 88-89).

<sup>162</sup> Procurando avaliar as áreas com as quais o Norte de Portugal teria estabelecido ligações (Jorge 1986: 935), como atestam a utilização de expressões como *complexo Palmela* ou *complexo Ciempozuelos* (*idem*: 857).

elites desejam possuir um novo *status* de poder, sem que isso actue de forma significativa no sistema cultural total” (*idem*: 89).

O estudo realizado por Domingos Cruz (1991: 105-164) sobre o *Campaniforme* do Norte de Portugal tem como base o estudo da mamoa 1 de *Chã de Carvalhal*, no entanto a sua análise faz-se a nível regional. Domingo Cruz (*ibidem*) procedeu a um inventário de todos os materiais considerados por este autor como sendo campaniformes<sup>163</sup>: organizados segundo os *tipos* de artefactos identificados e pelas respectivas estações arqueológicas onde foram recuperados. O autor realiza uma análise meramente formal dos objectos procurando estabelecer paralelos, cronologias relativas e origens para cada um dos *tipos* de materiais analisados. Através desta análise Domingos Cruz (*idem*: 163) estabelece a Estremadura portuguesa e a Meseta espanhola como os dois pontos de origem das influências que se fizeram sentir no Norte de Portugal. As aproximações cronológicas para o *Campaniforme* do Norte de Portugal estabelecidas por este autor têm como base as datações assumidas para as duas áreas geográficas referidas atrás (*ibidem*).

A cerâmica campaniforme é considerada, por Domingos Cruz (1991: 164) como um “bem de prestígio”, que associada aos outros “materiais campaniformes”, revelaria o surgimento “das primeiras verdadeiras elites e sociedades estratificadas, correspondendo ao culminar de um paulatino processo de mudanças sociais, cuja origem mais próxima se situará no período calcolítico”.

Num breve apontamento sobre a natureza das reutilizações que se realizaram nos monumentos do núcleo megalítico do *Alto da Portela do Pau*, os autores responsáveis por essa intervenção, apontam a deposição das cerâmicas campaniformes como “um princípio de distinção social” (Jorge *et alii* 1997: 119).

Maria de Jesus Sanches (1997a: 128) interpreta as formas cerâmicas campaniformes presentes no abrigo do *Buraco da Pala I*, decoradas segundo a técnica da incisão “penteadas”<sup>164</sup> – organizações decorativas V3 e V5, que procuram no entender desta autora reproduzir o *estilo marítimo, variante internacional* – como “imitações” de cerâmicas campaniformes.

A ocorrência destas “imitações” será fruto, no entender da autora, de relações entre comunidades, através destas relações aconteceria a transmissão do conheci-

---

<sup>163</sup> Assim, este autor procede à inventariação de todas as cerâmicas campaniformes recolhidas no Norte de Portugal, bem como de outros materiais, tais como: pontas *tipo Palmela*; punhais; alabardas; elementos de adorno em ouro (diademas/gargantilhas, lúnulas, aros, espirais, discos e “braçais”); braçais de arqueiro; contas de colar e pendentes (Cruz 1991: 144). Contudo apenas na estações arqueológicas da *Pastoria*, *Buraco da Pala I* e *Chã de Carvalhal* se poderá fazer uma associação segura entre as cerâmicas campaniformes e alguns destes materiais (Jorge 1986; Cruz 1991; Sanches 1997a). Na mamoa de *Chafé* a associação da cerâmica campaniforme com os restantes materiais aí encontrados será mais problemática (Cruz 1991: 112).

<sup>164</sup> Esta técnica decorativa teria, no entender de Maria de Jesus Sanches (1997a: 130), “um elevado peso social/cosmológico ao nível regional”.

mento social e técnico necessário à sua produção, pois segundo Maria de Jesus Sanches (1997a: 129) estas cerâmicas seriam produzidas localmente. O significado que caracterizaria as “imitações” de cerâmicas campaniformes presentes no *Buraco da Pala I* ou as cerâmicas campaniformes “clássicas” seria, segundo Maria de Jesus Sanches (*ibidem*), distinto de região para região.

O relacionamento destas comunidades seria estabelecido através de “percursos”, redes de troca e de intercâmbio de produtos raros, pré-existentes, que teriam permitido uma rápida difusão da cerâmica campaniforme (Sanches 1997a: 129). Estas redes de troca e de intercâmbio funcionariam entre “elites locais”, permitindo a “partilha” de identidades” (*ibidem*). Assim para esta autora: “A manipulação da cerâmica campaniforme como estilo iconológico, com grande carga simbólica, deveria assim inscrever-se na esfera de relações sociais cerimonializadas entre linhagens regionalmente destacadas, quer aquelas cerimónias tivessem lugar nos povoados ou fora deles” (*ibidem*)<sup>165</sup>.

A caracterização do *Crasto de Palheiro* realizada por Sandra Barbosa<sup>166</sup> (1999: 186-187) destaca a “monumentalização” desta estação arqueológica através da construção das estruturas arquitectónicas aí detectadas. Esta construção corresponderia a uma necessidade de “novas formas de apropriação e utilização do território”, por parte “das primeiras sociedades agrárias” (*idem* 1999: 186). Assim, este *povoado-monumento* (Sanches 2000/2001: 8) funcionaria como um “marcador” espacial e identitário no âmbito de uma nova relação com o território (Barbosa 1999: 188).

Sandra Barbosa (1999: 186-185), caracteriza a *Unidade Interna* do *Crasto de Palheiros* como uma área “multifuncional ou polivalente”, pois não consegue identificar áreas funcionais especializadas. Do mesmo modo que não consegue definir a funcionalidade específica dos recipientes campaniformes<sup>167</sup> (*ibidem*). No entanto a autora coloca duas hipóteses para a funcionalidade destas cerâmicas: o consumo de alimentos ou a armazenagem (*idem*: 190). Estas funcionalidades são atribuídas por não se terem detectado indícios de fuligem nestes recipientes, por isso não seriam utilizados na confecção de alimentos (*ibidem*).

---

<sup>165</sup> No entender da autora: “a associação do estilo ‘campaniforme’ (nas suas diversas variantes e ‘imitações/transfigurações’) – que veicula um sentido ou que comunica uma ou mais mensagens implícita ou explicitamente delineadas –, a outros artefactos e/ou cenários de valor social elevado – estes também portadores dos seus próprios sentidos ou significados –, é que deve ter criado em cada contexto ‘valores/sentidos particulares’, ligados ao plano das relações político-sociais e ideológicas, tanto dentro do grupo – entre diferentes segmentos sociais –, como fora dele – entre elites distintas (Sanches 1997a: 130).

<sup>166</sup> Na análise desta autora o *Crasto de Palheiros* é classificado como um povoado (Barbosa 1999: 191-192).

<sup>167</sup> No entanto como já se referiu existe uma possível segregação espacial da cerâmica campaniforme no *Crasto de Palheiro*, pois esta cerâmica apenas foi documentada na *Unidade Interna* desta estação arqueológica, nenhum fragmento foi recuperado da *Unidade Externa* (Sanches 2000/2001: 13).

As cerâmicas campaniformes, segundo Sandra Barbosa (1999: 189-190), poderão ter assumido diferentes papéis dependendo do “cenário” em que se desenrolasse a sua utilização. Para esta autora estes materiais caracterizar-se-iam essencialmente pelo seu “significado simbólico” enquanto marcadores do aparecimento de “assimetrias sociais entre alguns segmentos/grupos de parentesco ou mesmo entre “elites” de grupos distintos” (*idem*: 190). No entanto, os recipientes campaniformes associados a um “cenário”, composto por elementos imóveis como estruturas arquitectónicas, juntamente com elementos móveis como outros tipos cerâmicos ou outras materialidades, poderiam, segundo Sandra Barbosa (*ibidem*), corresponder ao mesmo tempo a “elementos identificadores de uma identidade e elementos identificadores de uma elite em ascensão”.

*Castelo Velho* e outras estações arqueológicas conceptualizadas por Susana Jorge (2000: 46) como *monumentos*, são definidos por esta autora como: “espaços monumentais de natureza multifuncional, vinculados à afirmação identitária de grupos calcolíticos”. No entender desta autora o aparecimento de cerâmica campaniforme nestes espaços levanta duas questões, entre outras, que parecem essenciais: começa-se a afirmar a raridade de cerâmica campaniforme em contexto funerário e por outro lado, cada vez mais se tornam multifacetados os contextos de recolha de cerâmica campaniforme (*ibidem*).

O restante artigo corresponde apenas ao inventário actualizado das estações com cerâmicas campaniformes no Norte de Portugal, e à descrição dos estilos campaniformes que ocorrem em cada estação, e a uma pequena problematização do *estilo cordado* (AOC) na península Ibérica e no Norte de Portugal (Jorge 2002).

### b) Datações absolutas

As únicas datações absolutas para níveis em que se encontram cerâmicas campaniformes pertencem às estações arqueológicas do *Crasto de Palheiros*<sup>168</sup> (Barbosa 1999, Sanches 2000/2001), *Buraco da Pala I*<sup>169</sup> (Sanches 1997a) e *Castelo Velho*<sup>170</sup>

<sup>168</sup> As duas datações existentes para a camada I da *Unidade Interna* do Crasto de Palheiros não se recobrem estatisticamente, no entanto Maria de Jesus Sanches mostra maior confiança pelo contexto da primeira data (Sanches 2000/2001: 23): CSIC 1280 4087±34 BP, que calibrada a dois sigmas fará corresponder ao intervalo 2860-2496 a.C.; a segunda datação CSIC 1216 3727±39 BP que a calibração a dois sigmas fará corresponder ao intervalo 2277-1981 a.C. (*idem*: 21).

<sup>169</sup> Para o nível I do Buraco da Pala existem quatro datações absolutas, todas elas calibradas a 2 sigma: ICEN – 310 4120 ±80, que corresponde a 2887-2503 a.C.; ICEN – 311 4120 ±50, que corresponderá ao intervalo 2871-2532 a.C.; GrN – 19101 3955 ±25, que corresponde a 2563-2456 a.C.; por último, ICEN – 933 4010 ±160, 2914-2091 a.C. (Sanches 1997a: 108). As datações do nível II são muito similares às do nível I recobrando ambos os níveis o período que decorre entre cerca de 2800 a 2500 a.C. (*idem*: 138).

<sup>170</sup> Para a camada 3 de Castelo Velho, na qual se recolheu o fragmento cerâmico campaniforme conhecem-se dezasseis datas de C<sub>14</sub> (Jorge e Rubinos 2002: 98), numa avaliação geral, o intervalo em que se pode situar cronologicamente a ocupação desta camada decorre de “c. de 2900 A.C. e, eventualmente, os inícios do 2º

(Jorge 2002; Jorge e Rubinos 2002). Contudo demonstra-se difícil fazer uma valorização das diferentes datas de cada uma das estações: o intervalo cronológico das datações de *Castelo Velho* é demasiado amplo (todo o III milénio a.C.); as datações do *Buraco da Pala* e uma das datações do *Craсто de Palheiros* recobrem-se estatisticamente no período que decorre entre 2800 e 2500 a.C., mas não são totalmente correlacionáveis com as datações disponíveis para as restantes regiões analisadas neste trabalho<sup>171</sup>.

A datação Gif – 7672 3940 ±80 BP, que calibrada a 2 sigma corresponde ao intervalo cronológico 2615-2147 a.C., obtida de uma amostra recolhida no monumento megalítico 1 de *Chã de Parada*<sup>172</sup> é atribuída por Domingos Cruz (1995: 88) a uma reutilização deste monumento, eventualmente *Campaniforme*. Também atribuída a uma possível reutilização da Idade do Bronze é a datação GrA – 884 3500 ±40 BP, que calibrada a 2 sigma corresponde ao intervalo cronológico 1918-1688 a.C. (Cruz e Gonçalves 1995: 153 e 155) – que poderá ainda estar relacionada com uma reutilização *Campaniforme* na mamoa 1 de *Madorras*<sup>173</sup>.

### 3. AS LIMITAÇÕES DOS MODELOS PROPOSTOS PARA O CAMPANIFORME NO NORTE DE PORTUGAL E REGIÕES CONTÍGUAS

As limitações interpretativas das correntes histórico-culturalista e processualista referidas no ponto 1 deste trabalho tornam-se evidentes quando se expõem as diferentes modelizações para a presença de cerâmicas campaniformes em cada uma das quatro regiões analisadas (ver ponto 2). Os modelos interpretativos propostos para as diferentes regiões baseiam-se fundamentalmente em pressupostos teóricos de índole processualista<sup>174</sup> muito embora se verifique uma quase constante preocupação com

---

milénio A.C.” (*idem*: 102). Pois Susana Jorge valoriza nove destas dezasseis datas: ICEN – 785 2877-2495 a.C., Sac – 1518 2884-2492 a.C., CSIC – 1706 2860-2472 a.C., GrN – 23512 2876-2290 a.C., ICEN – 1165 2872-2202 a.C., ICEN – 536 2875-2145 a.C., Ua – 17647 2623-2200 a.C., Ua 17648 – 2492-2041 a.C. e CSIC 1655 – 2474-2292 a.C. (Jorge 2002: 35).

No entanto devido ao grande intervalo cronológico é difícil de avaliar a situação cronológica do fragmento cerâmico campaniforme recuperado nesta estação, pois nenhuma das datas absolutas se encontra relacionada com o contexto em que se recolheu o material cerâmico (Jorge 2002: 36).

<sup>171</sup> Ver pontos 2.1, 2.2 e 2.3 deste trabalho.

<sup>172</sup> Segundo Domingos Cruz (1995: 88) esta amostra corresponde a: “carvões recolhidos nos interstícios das pedras da ‘estrutura de fecho do ‘átrio’”.

<sup>173</sup> Ver anexo 1 – n.º 18.

<sup>174</sup> Na análise do *Campaniforme* galego pode-se observar esta situação na abordagem que Criado Boado e Vázquez Varela (1982) fazem da presença deste tipo cerâmico. Para a Meseta espanhola podem-se observar modelizações processualistas nos trabalhos de Garrido Pena (2000), Delibes de Castro (1987), Delibes de

problemáticas que se relacionam com a historiografia histórico-culturalista (cronologia, origens, dispersão). Para além disso, é ainda possível enquadrar a totalidade do discurso de alguns dos autores apresentados nesta última corrente<sup>175</sup>. São ainda poucas as análises que se podem enquadrar numa corrente pós-processualista<sup>176</sup>, sendo que por vezes os autores se limitam a enunciar princípios de análise diferentes dos tradicionalmente utilizados e a aplicar metodologias diferentes, sem que desse trabalho resultem desenvolvimentos interpretativos alternativos<sup>177</sup>.

A construção do discurso arqueológico sobre o campaniforme baseado nos pressupostos teóricos destas correntes (ver ponto 1) condicionou, na minha opinião, o desenvolvimento de uma prática arqueológica que conceptualiza o registo arqueológico como uma *realidade estática*, situação que se reflecte na criação de modelos interpretativos *estáticos* e *unitários* aplicáveis na reconstrução da história de todas as sociedades que utilizaram cerâmica campaniforme. Assim, e na ausência de uma re-problematização dos princípios de análise e interpretação das realidades materiais produzidas por sociedades diferentes (em tempos e contextos diferentes), estamos ainda perante o que se poderá classificar de uma interpretação *estática* e *unitária* deste tipo cerâmico.

O registo arqueológico tem sido, genericamente, conceptualizado segundo dois modelos: o “physical model” (Patrik 2000: 123; Jones 2002: 11), associado a concepções processualistas da realidade arqueológica; e o “textual model” (Patrik 2000: 123; Jones 2002: 17), associado a perspectivas pós-processualistas/estruturalistas. Seguindo o primeiro modelo, as materialidades recuperadas pelos arqueólogos constituem os *restos estáticos do comportamento humano* que as produziu no passado (Patrik 2000: 123; Barrett 2001: 144). Assim, embora seja possível reconstituir as actividades que originaram as materialidades a que temos acesso não se considera possível recuperar o *significado* dessas actividades (Jones 2002: 13). No segundo modelo as materialidades recuperadas correspondem a um *texto*, pelo que a sua

---

Castro e Santonja (1987) e no de Benet (*et alii* 1997). Na Beira Alta regista-se a presença de modelos interpretativos processualistas nos trabalhos de Senna-Martinez (1994) e de António Valera (1995/1996), embora neste último trabalho já se aponte a necessidade de uma análise contextual para o estudo da presença de cerâmica campaniforme nesta região. As análises com bases processualistas no Norte de Portugal estão presentes em todos os trabalhos registrados para esta região, em particular nos trabalhos de Susana Jorge (1988, 1990), de Domingos Cruz (1991) e de Vítor Jorge (*et alii* 1997), no entanto também se pode encontrar perspectivas que se desvinculam de forma ligeira desta corrente arqueológica (Jorge 1986; Sanches 1997; Barbosa 1999).

<sup>175</sup> Estas ideias histórico-culturalistas apenas se podem observar com maior clareza nas modelizações propostas por alguns autores (Delibes de Castro 1989; Eguileta Franco *et alii* 1993/1994; Suárez Otero 1997a, 1997b) para a cerâmica campaniforme decorado segundo o *estilo AOC*, presente na Galiza.

<sup>176</sup> Apenas um investigador parece iniciar uma problematização num sentido que incorpora algumas das perspectivas pós-processualistas (Valera 1999, 2000).

<sup>177</sup> Como são exemplo os trabalhos de Maria P. Prieto Martínez (1999, 2001).

análise é considerada uma leitura/ tradução que permite recuperar o significado e as regras que estiveram na base da sua formação (Patrik 2000: 123; Jones 2002: 17). Embora baseados em princípios teóricos diferentes, os dois modelos acabam por produzir visões estáticas e normativas do registo arqueológico: as materialidades documentadas são pensadas como padrões, a partir dos quais se podem enunciar leis gerais de comportamento humano (Jones 2002: 16) ou que podem ser lidos como regras estruturais que regem o comportamento de um determinado grupo humano (Barrett 2001: 150). Estas formulações do registo arqueológico impossibilitam a conceptualização da materialidade como produto e produtora de uma determinada *vivência* que teve lugar no passado. Ao invés, de uma análise da materialidade que nos permitisse alcançar as pessoas que a produziram, i.e. de uma análise relacional entre materialidade e “pessoas”, esta forma de encarar o registo arqueológico tende a problematizar a materialidade como uma entidade puramente formal. Ou seja, a materialidade é analisada e interpretada na total ausência de uma teorização da sua relação com as pessoas que a produziram e utilizaram, sendo que estas últimas surgem novamente no discurso arqueológico já ao nível da definição de um modelo interpretativo de um todo social. Na generalidade o que acontece é uma cisão entre a prática arqueográfica – centrada na materialidade somente como *objecto* – e a prática historiográfica – a modelização e tipificação de grupos humanos em termos socio-económicos.

Estas conceptualizações do registo arqueológico implicam também aceitar a possibilidade de uma determinada sociedade se poder conter num só momento “congelada” no registo arqueológico, comprometendo assim um princípio essencial da análise social: as sociedades – tal como se discutirá mais adiante neste trabalho – não são entidades estáticas mas sistemas complexos de relações em continua construção (Barrett 2001; Jones 2002: 6).

Desta forma, talvez seja necessário abandonar as noções da materialidade arqueológica como “registo” (Barrett 2001: 156) ou como “texto” (no sentido estruturalista) e centrar a análise e a interpretação arqueológica na narrativa do processo estruturado e relacional que envolveu a construção dessa materialidade, pois tal como Barrett sugere “actions may have left a material trace, but between the material conditions and the material trace stood the knowledgeability [*sic*] of (...) [the] agency. It is these inhabited conditions which the archaeologists must investigate” (*ibidem*).

A cerâmica campaniforme, enquanto materialidade arqueológica, tem sido sistematicamente abordada como uma entidade em si mesma, algo que é evidente na maioria dos estudos referidos (ver ponto 2): a análise centra-se essencialmente na descrição de características formais e, na maioria dos casos, este tipo cerâmico é estudado separadamente do restante material, sendo que as análises procedem pela identificação/reforço daquilo que o particulariza e raramente se procuram desenvol-



ver níveis de análise que permitissem identificar semelhanças com as restantes materialidades presentes no mesmo contexto arqueológico em análise. Daqui resulta que o processo de análise e interpretação das cerâmicas campaniformes tende a ser circular: em primeiro lugar a análise é particularizada por se tratar de uma materialidade que se considera *a priori* diferente das restantes; esta análise resulta numa modelização que (necessariamente) particulariza esta materialidade das restantes, recorrendo sistematicamente ao argumento interpretativo dos “bens de prestígio”; a definição destes últimos implica pressupor a existência de um grupo social diferenciado – uma “elite” – que os manipule, ou seja definir as sociedades em análise como sociedades com/ou em processo de hierarquização social; visto que as sociedades são pensadas como sistemas, a explicação para o processo de hierarquização social “documentado” é encontrada numa hipotética intensificação económica que teria permitido uma produção de excedentes e/ou uma diversificação das produções que seriam então controlados por um grupo social restrito que se constituiria então como uma “elite”; finalmente, estas “elites” estabeleceriam sistemas de trocas e redes de intercâmbio – nas quais circulariam as cerâmicas campaniformes ou uma “ideia” de um produto de distinção com valor social associado – com outras “elites”, o que lhes permitiria manter um estatuto social diferenciado no seio da sua comunidade.

A circularidade destes argumentos e o tipo de modelização permite apenas que as interpretações já expostas se perpetue *ad eternum*, sem que seja necessário estabelecer novos níveis de análise para a cerâmica campaniforme, quer numa escala local quer numa escala regional ou transregional.

Se nos modelos histórico-culturalistas a conceptualização do *Campaniforme* se baseava na existência de povos originários de determinadas áreas que se dispersavam por outras regiões, nos modelos processualistas o *Campaniforme* é sinónimo de um estágio social, sendo a dispersão geográfica desta cerâmica vista como o marcador da dispersão desse estágio de evolução sócio-económica. Em nenhuma das propostas é problematizado o papel da materialidade na construção de práticas e relações sociais, algo que julgo essencial num projecto de reconceptualização da prática arqueológica. Assim, e no seguimento do uso que Barret (2001: 152) faz do pensamento de Giddens (1984), neste trabalho a materialidade é, antes de mais compreendida como: “both medium and outcome of the practices they recursively organize” (*idem*: 25).

O modo como a *paisagem* tem sido pensada e incorporada na interpretação de sítios arqueológicos e das materialidades aí recuperadas, também me parece constituir uma limitação às possibilidades de construir um discurso arqueológico sobre as “vivências” do passado. Embora seja frequente encontrar nos discursos processualistas uma análise do espaço que rodeia os sítios arqueológicos, este tem sido exclusivamente tratado como um *objecto* que se encontra à disposição do *homem* para explo-

ração, enquanto fonte de recursos naturais (Thomas 2001: 167). Se pensarmos a *paisagem* enquanto entidade exterior ao *sujeito*, esta torna-se objectivável e por isso passível de análise quantitativa (*idem*: 171). O uso de métodos quantitativos – aceites como científicos e objectivos – possibilita a obtenção de informação sobre a *paisagem* considerada universal e a-histórica: ou seja, ainda que a análise seja feita no presente, segundo princípios de percepção de espaço do presente, estes são assumidos como tendo sido significativos para qualquer comunidade do passado.

No meu entender, este procedimento transforma a *paisagem* apenas num espaço cartografável, um espaço euclidiano (Pasqua 1997: 60; Thomas 2001: 167, 169 e 171) de distâncias métricas e horárias, um espaço que faria parte da vida das comunidades apenas como um recurso. Ao criar um discurso (baseado numa conceptualização moderna e europeia da relação *homem/natureza*) funcionalista e economicista sobre a *paisagem* (Thomas 2001: 167), a arqueologia processualista tem limitado a compreensão da relação entre “pessoas” e *paisagem* à descrição de um processo de sobrevivência, negligenciando as possibilidades de um discurso qualitativo e relacional sobre esta, que permita pensar a forma como o *espaço* constitui um elemento estruturante da vida de uma comunidade (Pasqua 1997: 60; Barrett 2001; Thomas 2001: 172).

Como alternativa a uma forma funcionalista e economicista de enquadrar a *paisagem* na prática arqueológica, Thomas (2001: 173) sugere uma concepção de *paisagem* como “(...) a network of related places, which have gradually been revealed through people’s habitual activities and interactions, through the closeness and affinity that they have developed for some locations (...)”. Ou seja, ao invés de uma representação da *paisagem* como um *objecto* ou *entidade* (*ibidem*) a Arqueologia deve aspirar à construção de *narrativas* sobre a forma como as “pessoas” do passado integraram a (sua) *paisagem* nas suas práticas sociais e como esta constitui também um elemento estruturante das mesmas.

A conceptualização não relacional (i.e. *estática* e *unitária*) das cerâmicas campaniformes tem sustentado também a sua compreensão (e uso) como marcador cronológico associado ao seu carácter de marcador de um estado de evolução socio-económica. Este processo é evidente quando diferentes estilos decorativos são conceptualizados como diferentes momentos temporais enquadráveis no “fenómeno campaniforme” (exemplo disso: Criado Boado e Vázquez Varela 1982; Delibes de Castro 1987; Delibes de Castro e Santonja 1987; Cruz 1991; Garrido Pena 2000). No entanto, com as datações absolutas disponíveis para as quatro regiões em análise neste trabalho (ver ponto 2), é de algum modo difícil definir uma periodização para a presença de cerâmicas campaniformes e para os diferentes estilos aí identificados que seja coerente entre todas as áreas geográficas: na Galiza e na Meseta a presença de cerâmica campaniforme enquadra-se na segunda metade do III milénio a.C./

/inícios do II milénio a.C.; na Beira Alta esta parece surgir num momento tardio se comparado com as restantes regiões, visto que, a única data existente aponta para a transição do III para o II milénio a.C.; no Norte de Portugal a presença destas cerâmicas faz-se recuar à primeira metade do III milénio a.C., podendo a sua presença manter-se até aos finais do III milénio e mesmo inícios do II milénio a.C. Ou seja, face a um número tão reduzido de datações de  $C_{14}^{178}$ , parece-me impossível, de momento, retirar qualquer tipo de ilação relativamente ao significado das cronologias apresentadas para as diferentes regiões: para além de não ser possível sistematizar um quadro cronológico coerente que se enquadre nas periodizações tradicionalmente atribuídas ao *Campaniforme*, também não me parece possível conferir inteligibilidade a estas cronologias uma vez que estas se limitam a ordenar temporalmente *entidades formais semelhantes* e não *narrativas* sobre determinadas materialidades e a sua relação com as “pessoas” que as produziram e usaram – algo que se discutirá no ponto seguinte.

#### 4. RECONCEPTUALIZAÇÃO TEÓRICA E ANALÍTICA SOBRE A MATERIALIDADE E A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO ARQUEOLÓGICO: UMA PROPOSTA PARA REPENSAR O ESTUDO DO CAMPANIFORME

*“The beaker is like other problems in archaeology. It appears to be merely a matter of fact, simply requiring more data, a finer classification and a more detailed chronology for its ultimate solution. This promised solution to the beaker ‘problem’ has been imminent for almost half a century now and yet recedes from our grasp. In reality, the problem is not a matter of data but a matter of alternative assumptions and approaches, alternative models and concepts, alternative questions and explanations – in short, a matter of theory. The data that we take is already theory-laden and a product of our selection, modified by the limitations and obscurities of archaeological record, our methods of recovery and examination, and by our languages of expression. Finally, this contaminated and impure information becomes the victim of archaeological reasoning, classification, interpretative modelling and explanation. Dare we suspect, perhaps, that the beaker ‘problem’ is a philosophical artefact of our own manufacture, an unreal problem, an insoluble problem or perhaps a problem not worth the effort of solution?”* (Clarke 1976: 460).

A citação em epígrafe, apesar de retirada da introdução de um modelo interpretativo de índole processualista (Clarke 1976), sintetiza os problemas que

<sup>178</sup> Mesmo que surjam novas datações absolutas é necessário ter em conta, na sua interpretação, os problemas relacionados com a calibração das datas que se enquadrem na primeira metade do III milénio a.C. resultantes do perfil “acidentado” da curva de calibração para este período (Harrison 1988: 467; Cardoso e Soares 1990/1992: 215 e 221-222).

existem no estudo da Pré-História e em particular no caso do estudo das cerâmicas campaniformes. Sentido a necessidade de reproblematicar o “problema campaniforme”, procurar-se-á, neste ponto, encontrar novos princípios e perspectivas de análise para o *Campaniforme* utilizando como exemplo trabalhos desenvolvidos por alguns autores tratando de outras problemáticas arqueológicas.

Antes de mais, parece-me importante reflectir sobre as possibilidades da construção de um discurso arqueológico sobre vivências do passado. Mais de que uma explicação ou descrição do passado – pretensões das Arqueologias processualista e histórico-culturalista – no presente trabalho a tentativa de atingir uma inteligibilidade do passado identifica-se com um processo hermenêutico, i.e. de compreensão ou de “encontro”, como é problematicado por Johnsen e Olsen (2000). Estes autores seguem as propostas de Hans-Georg Gadamer (1975: 269) e a sua teoria da  *fusão de horizontes* segundo a qual o passado não é entendido apenas como uma construção do presente, mas um “encontro” entre o presente e o passado (*idem*: 268-274). Tal posição permite ultrapassar o carácter historicista muitas vezes apontado como limitação dos discursos da Arqueologia Contextual (Johnsen e Olsen 2000).

No entanto, como referem Burns e Rayment-Pickard (2000: 229-231) Jürgen Habermas (1970) critica o facto de Gadamer (1975) não problematicar na sua reflexão a forma como o discurso historiográfico pode estar impregnado (implícita ou explicitamente) pelas concepções políticas e sociais do próprio investigador.

Parece-me ainda assim possível conciliar as duas propostas – a  *fusão de horizontes* (Gadamer 1975) e a crítica da carga ideológica do presente no discurso histórico (Habermas 1970) – através de um processo de  *reflexividade* (também proposto para outras áreas do saber, Bourdieu 2001) da prática arqueológica, não apenas ao nível da construção historiográfica mas também a nível arqueográfico (Barrett 1994: 97; Jones 2002: 25; Valera  *no prelo*). Desta forma acredito ser possível produzir uma  *narrativa* sobre o passado (Thomas 1999: 88-91), ainda que seja necessário compreender que os princípios de plausibilidade dessas  *narrativas* são sempre fruto da historicidade em que se situa o investigador, visto estruturalmente existirem sempre instituições (como o ensino, os próprios investigadores, a linguagem) que procuram estabelecer princípios de “verdade” para o discurso produzido (Valera  *no prelo*). Assim, ao mesmo tempo que todo o conhecimento é relativo será também objectivo (Valera  *no prelo*), pois é produto de um meio social estruturado (Giddens 1984). Pelo que aqui defendo, em resposta a Clarke (1976: 460), que embora o  *Campaniforme* se possa identificar como uma “criação” do presente, é também um ponto de encontro de inteligibilidades distintas entre as “pessoas” que os produziram e utilizaram no passado e a procura de  *narrativa* desse passado por parte dos arqueólogos.

Como se referiu no ponto 1 são vários os trabalhos (Barrett 1994; Dobres 1999; Thomas 1999; Dobres 2000; Barrett 2001; Thomas 2001; Jones 2002), que

têm procurado contribuir para a criação de narrativas do passado centradas numa análise relacional entre “pessoas”, materialidade e paisagem. Estes trabalhos utilizam concepções teóricas desenvolvidas noutras áreas de estudo como a Filosofia (Heidegger 1962) ou a Sociologia (Giddens 1984, 2000).

Julian Thomas (1999) propõe a desconstrução de algumas conceptualizações da realidade que estão na base do pensamento moderno europeu – como a dicotomia estabelecida entre *sujeito* e *objecto* desenvolvida por René Descartes (Pasqua 1997: 54-55; Vattimo 1998: 94-95) – como forma de ultrapassar algumas das limitações do discurso arqueológico enunciadas anteriormente (ver ponto 1 e ponto 3). Para tal o autor faz uso do trabalho do filósofo alemão Martin Heidegger (1962, 1992), que enuncia esta dicotomia *sujeito/objecto* como o principal obstáculo na problematização da vivência humana (Heidegger 1962, 1992; Thomas 1999).

A desconstrução que Heidegger faz das concepções metafísicas da filosofia moderna ocidental, tem como fundamento a reformulação do *sujeito* como *Dasein* – *ser-aí* (Heidegger 1962; Guignon 1983; Pasqua 1997; Vattimo 1998; Thomas 1999). Ao contrário do sujeito cartesiano de características metafísicas que se poderia distanciar objectivamente do mundo e adquirir uma posição privilegiada para o compreender/explicar (Pasqua 1997: 43), o *ser-aí* de Heidegger é um ser relacional, desde sempre *lançado* numa teia de inteligibilidade: o *mundo*. Este *mundo* de Heidegger pode compreender-se como a totalidade das materialidades e das paisagens com que o sujeito se relaciona enquanto *Dasein*. O sujeito de Heidegger é, portanto, compreendido como um *ser-aí-no-mundo* – *In-der-Welt-Sein* (Pasqua 1997: 73; Vattimo 1998: 33-34), o que significa que o *mundo* não existe sem o *Dasein*, mas o *Dasein* também não existiria sem o *mundo*. Não existe assim a possibilidade de um distanciamento entre o *Dasein* e o seu *mundo*<sup>179</sup> (Pasqua 1997; Vattimo 1998; Thomas 1999), ou seja, “(...) the world in which we find ourselves is an horizon of intelligibility, a relational background which provides the context that enables anything that we focus upon to be rendered comprehensible” (Thomas 2001: 172). Este carácter relacional entre *Dasein* e *mundo* permite ultrapassar conceptualizações subjectivistas ou relativistas, do mesmo modo que permite desconstruir perspectivas positivistas sobre a realidade (Pasqua 1997; Vattimo 1998, Thomas 1999).

No que diz respeito à prática arqueológica, a perspectiva desta relacionabilidade necessária entre *sujeito* e *mundo*, ao mesmo tempo que implica o desenvolvimento de interpretações que não objectifiquem a materialidade, reabilita também a possi-

---

<sup>179</sup> “Being-in-the-world involves an everyday way of ‘getting on with things’ in which we skilfully negotiate and make sense of our surroundings, without having to think about them analytically for much of the time (...). But it is not something that we could extract ourselves from: there is no other way to be then in the world. Moreover, our involvement in a world is always presupposed in any comprehension of things: they only make sense because they have a background to stand out from” (Thomas 2001: 172).

bilidade de estarmos a produzir *narrativas* sobre “pessoas” ainda que o façamos através da sua materialidade.

Embora o trabalho de Heidegger permita reformular a forma como se problematiza a relação do *sujeito* com a materialidade que o rodeia – o *mundo* – a sua discussão não inclui uma teorização mais aprofundada sobre o *Dasein* enquanto ser social (Giddens 2000: 13). Para uma teorização da forma como este *ser-á-no-mundo* se relaciona em sociedade é necessário recorrer a trabalhos de sociólogos como Giddens (1984, 2000).

Giddens (1984, 2000) pretende ultrapassar as abordagens formais e normativas da sociedade, tanto estruturalistas como funcionalistas, através do desenvolvimento de teoremas e conceitos como: *teoria da estruturação*, *estrutura* e *agência/acção*. O ponto central do seu trabalho reside na tentativa de estabelecer analiticamente uma relação dialéctica entre *agente* e *estrutura* (Giddens 1984, 2000). *Agência* e *acção* são conceitos que surgem no vocabulário de Giddens com o mesmo significado, associados a um “*sujeito-agente*” que conceptualiza como “sujeito capaz de agir” e não como “sujeito passivo” que se encontra simplesmente inserido no objecto da nossa análise: a sociedade. O *agente* de Giddens não é apenas um “joguete” de algo exterior a ele (como nas teorizações funcionalistas da sociedade), nem uma “vítima” da actuação de normas rígidas e determinísticas interiorizadas (como nas teorizações estruturalistas da sociedade): conceptualizações que sustentam uma percepção da sociedade onde não é o agente que *se* “move” mas o espaço social em que se encontra que *o faz* “mover”. Assim, a *estrutura social* é compreendida simultaneamente como resultado da acção dos *agentes* e como espaço social de acção. Ou seja, enquanto princípio organizativo a *estrutura* contém em si o conjunto de possibilidades e constrangimentos da acção dos *agentes*, sendo que no entanto, a sua existência é unicamente possível em função da sua continua reprodução e/ou reformulação através dessas mesmas acções (Giddens 1984: 25).

Será então importante reflectir um pouco mais sobre a citação em epígrafe (Clarke 1976: 460) considerando a forma como estas concepções de relacionabilidade entre o *sujeito*, a materialidade, a *paisagem* e o seu meio social (juntamente com a conceptualização da prática arqueológica argumentada acima) poderão auxiliar a Arqueologia pré-histórica – limitada ao estudo dos materiais e sem ter acesso às “pessoas” – a construir um discurso que confira inteligibilidade às vivências do passado.

A questão principal é saber até que ponto uma teorização diferente da relação *sujeito/materialidade* e *sujeito/sociedade* poderá, na Arqueologia, sustentar o desenvolvimento de modelos analíticos que abram um novo leque de possibilidades interpretativas para realidades materiais até agora recorrentemente analisadas e interpretadas de forma *estática* e *unitária*, como é o caso da cerâmica campaniforme.

Embora centrados no estudo de outras materialidades, alguns autores têm desenvolvido *análises relacionais* com base em dois conceitos-operatórios similares: *cadeia operatória*<sup>180</sup> (Dobres 1999, 2000) e *biografia* (Kopytoff 1985; Jones 2002). Embora não se tratem do que se possa chamar de “novidades” metodológicas, a aplicação destes não centrada na formalidade das materialidades, tem permitido desenvolver uma prática analítica e interpretativa da materialidade que não se distancia da ideia que esta se trata de uma realidade com a qual os sujeitos se relacionaram – não só enquanto produtores e utilizadores mas, essencialmente, enquanto elementos participantes num processo de prática de construção de si mesmos, da sua sociedade, em última instância do seu *mundo*.

Exemplo destes estudos é o trabalho que Marcia-Anne Dobres (1999, 2000) tem desenvolvido em torno da conceptualização de “tecnologia” e da análise de tecnologias líticas do Paleolítico europeu. O seu trabalho analítico, desenvolvido em torno da definição das *cadeias-operatórias* de materiais líticos, tem como base teórica o seguinte princípio: “the preservable traces of gestural acts of prehistoric artifact production and use can serve as an inferential link to the social agency of the technicians themselves” (Dobres 1999: 125). Ou seja, embora partindo daquilo que se pode equacionar com uma análise/descrição puramente formal dos artefactos – algo que se tem que considerar como a base essencial de qualquer trabalho arqueológico, visto tratarmos de materialidade na ausência de “pessoas” – aquilo que interessa a esta autora é utilizar essa análise na compreensão da forma como as práticas de produção e uso de artefactos se constituíram como um determinado conhecimento tecnológico e social integrando no processo de construção da sociedade em análise. Esta proposta implica reconhecer, analítica e interpretativamente, que tanto a produção quanto o uso de artefactos constituem “dynamics acts of social and material transformation (...) [that] serve as media through which social relations and world views are expressed and mediated; they materialize and make concrete people’s attitudes about the right (and wrong) ways to make and use things” (*idem*: 128).

Desta forma, o que Dobres propõe não é a análise e descrição *per si* de artefactos que resultaria numa construção de tipologias formais às quais no fim seria acrescentada uma interpretação da entidade social que lhe corresponderia, tal como

---

<sup>180</sup> Como se referiu na análise da forma como as cerâmicas campaniformes foram conceptualizadas na Galiza (ver ponto 2.1 deste trabalho) Prieto Martínez (1999, 2001) utiliza este conceito na formulação do seu modelo analítico. Contudo a escala de análise regional de que esta autora parte para estudar as cerâmicas da Idade do Bronze galega não lhe permite atingir os objectivos formulados por Dobres (1999, 2000), na utilização do conceito analítico de *cadeia operatória*. Será essa a razão pela qual Prieto Martínez (1999, 2001) acaba por utilizar modelos de índole processualista na explicação da funcionalidade dos recipientes campaniformes, bem como a utilização das teses de Dumézil (1990a, 1990b) para a funcionalidade social desses mesmos recipientes. Apesar de possibilitar a desconstrução da visão unitária da cerâmica campaniforme ao defender, tal como Boast (1995), diferentes opções de fabrico para contextos distintos (Prieto Martínez 1999: 81; 2001).

parece acontecer com a análise e estudo da cerâmica campaniforme. Pelo contrário, a autora faz uso de metodologias “típicas” da Arqueologia, repensadas à luz de uma proposta teórica que anula a dicotomia *sujeito/objecto* e a substitui por uma dialéctica *sujeito/objecto* consubstanciada na prática dos agentes enquanto construtores do seu mundo. Ou seja, aquilo que resulta do estudo de Dobres é a análise de um processo que oferece à autora possibilidades de pensar como foram criadas e mantidas (ou desafiadas) dinâmicas de acção (“vivências”) – entre diferentes agentes e entre agentes e materialidade – que fazem parte do que significaria pertencer a (ser) uma determinada comunidade.

Por seu lado, Andrew Jones (2002) apresenta uma problematização de como podem ser utilizados vários métodos científicos, já frequentemente utilizados em Arqueologia, no seio de um estudo que equaciona a materialidade em termos da sua relacionabilidade com o *sujeito* e não como *objectos neutros*. Neste trabalho Jones debate-se com a um problema base da prática arqueológica já antes mencionado: a cisão entre arqueografia e historiografia (ver ponto 3). Segundo o autor a forma como procede a prática arqueológica – os materiais são descontextualizados, sistematicamente, desde o momento da sua recuperação em campo, no seu estudo em laboratório e posterior publicação – resulta num espartilhamento de informação (formal) sobre as materialidades em análise que dificilmente poderá voltar a ser relacionada ao nível de uma interpretação que pretende pensar a forma como *sujeito* e materialidade se relacionaram. Esta descontextualização seria provocada por um registo arqueológico pouco rigoroso no acto da escavação (*idem*: 55), mas essencialmente devido ao espartilhamento das diferentes áreas do conhecimento analisam (isoladamente) diferentes características formais da materialidade (*idem*: 55-56).

Como forma de ultrapassar as limitações interpretativas resultantes deste uso de diferentes métodos científicos de análise, o autor propõe um processo constante de “back and forth” entre a análise formal dos diferentes materiais e a interpretação contextual dos mesmos (Jones 2002: 25 e 61). Esta interpretação contextual dependeria, em primeiro lugar, de um registo de escavação cuidadoso, que permitisse localizar diferentes materiais no interior do sítio em estudo (cf. *idem*: 55-56). Para além disso, implicaria também desenvolver novos níveis de análise que permitissem relacionar diferentes materialidades separadas analiticamente em função das suas características formais “mais evidentes” (por exemplo, cerâmicas e líticos, ou mesmo cerâmicas campaniformes e não campaniformes): “we need to begin to create interpretative connections between different kinds of material, rather than simply studying material in isolation and then presenting these isolated studies in publications has objective reality” (*idem*: 55). Desta metodologia de análise resultaria um conjunto de informações relacionáveis (e relacionais) que permitissem pensar como se estruturam – em termos de práticas e vivências sociais dos agentes – as diferentes



áreas da estação e os diferentes materiais (*idem*).

Jones (2002) propõe como elemento estruturante da sua metodologia de análise o conceito-operatório de *biografia*, que tem por base a seguinte ideia: “things are often considered to possess some of the qualities of people (...) then it seems reasonable that objects have lives that conform to the same structure as those of people: they are born, they live and they die” (*idem*: 83). Ou seja, Jones define teoricamente uma analogia entre “pessoas” e materialidade (ou seja anula a perspectiva de uma cisão *sujeito/objecto*) que lhe serve para conceptualizar esta última não como uma entidade estática mas (e tal como as “pessoas”) como uma realidade em continua construção e por isso de significado contextual e fluido: “we must not forget that as an artefact progresses through life, it is likely to change its meaning and status” (*idem*: 102).

No seguimento deste princípio, Jones (2002) apresenta um estudo de *âmbito local*, sobre recipientes cerâmicos provenientes de um sítio arqueológico Neolítico nas Ilhas Orkney. Centrado na análise de três momentos da “vida” destes objectos, relacionados directamente com diferentes práticas estruturadas levadas a cabo pelos agentes (produtores/utilizadores e essencialmente conhecedores destas materialidades), este estudo procede por três etapas de análise, embora não de forma linear: (1) estudos de proveniência de matérias-primas; (2) estudos de produção tecnológica; (3) estudos de conteúdos. Visto que a análise é desenvolvida num processo de “back and forth”<sup>181</sup> e compreende o estudo da materialidade em diferentes momentos da sua “vida”<sup>182</sup>, esta metodologia permite-lhe definir diferentes níveis de categorização para os materiais. Estas categorizações, embora definidas com base nas características formais das cerâmicas, não são fixas ou unitárias: tal como foi delineado, o processo de análise potencia uma situação em que categorizações que correspondam a um momento da “vida” de um recipiente cerâmico podem ser reformuladas quando a análise se reporta a um momento distinto<sup>183</sup>. Desta forma, o autor pode avaliar diferentes níveis de interação (que correspondem, em termos analíticos, às várias categorizações que vão sendo criadas e reformuladas) entre “pessoas” e objectos, entre “pessoas e pessoas” e entre estas e o seu espaço circundante (*idem*: 85).

Os estudos de proveniência de matérias-primas associados aos estudos de produção tecnológica e à distribuição espacial dos materiais cerâmicos no sítio arqueológico

---

<sup>181</sup> I.e. as informações obtidas por meio de um determinado método analítico criam problemáticas que são avaliadas por meio da aplicação de outro método analítico, que podem ou não alterar interpretações anteriores e suscitar mesmo o desenvolvimento do uso de um método de análise diferente.

<sup>182</sup> Diferentes níveis de percepção desta materialidade por parte dos agentes?

<sup>183</sup> “The biographical approach to artefacts informs our understanding of the ‘cultural life of things’ at a number of scales of analysis” (Jones 2002: 85). “This means that we are able to examine how an artefact may change its meaning over the course of its life as it shifts from one context to another” (*idem*: 84)

lógico, permitem a Jones avaliar a relação da comunidade com a *paisagem*<sup>184</sup> e a forma como as diferentes opções de produção se relacionam na estação arqueológica<sup>185</sup> (Jones 2002: 86-95). As análises de conteúdos dos recipientes permite relacionar diferentes tipos de cerâmica com diferentes produtos e assim estabelecer diferentes estratégias de consumo e a sua distribuição espacial. Estas informações permitem ao autor pensar como os recipientes cerâmicos fizeram parte da construção (e foram por ela construídos) de uma prática social estruturada, como seria o *consumo*<sup>186</sup> (*idem*: 95-99).

Relativamente à definição da *escala de análise* que um estudo arqueológico deve assumir, Jones (2002: 98) defende que também aqui se deve proceder segundo um movimento de “back and forth” entre a *escala local* (a estação arqueológica) e uma *escala mais alargada* de análise: se o que a Arqueologia pretende estudar, enquanto ciência social, são “pessoas” e as práticas sociais estruturadas que constituem uma comunidade, o ponto de partida deverá ser o “local” onde essas práticas e essas “pessoas” se constituíram. Tal como Jones afirma, só é possível compreender a forma como estas práticas se estruturam a uma escala mais alargada de interação humana, depois estas terem sido compreendidas a uma escala local: “modes of analysis that only attend to large-scale structures have little to tell us about how people lived and structured their lives on a daily basis (...) we have to consider temporal and spatial scales of a more limited nature and duration, and work from these to consider how activities performed at these smaller scales transforms larger-scale structures” (*idem*: 83). No entanto, este procedimento não implica uma linearidade

---

<sup>184</sup> A análise que Jones apresenta da relação *sujeito/paisagem*, no contexto da produção cerâmica, remete para uma forma de pensar esta última em termos *qualitativos e não meramente quantitativos*: “Since landscapes are made of different kinds of place, each associated with different memories and identities, the use and incorporation of materials derived from different places is an important means by which, through production, the identity of material culture may be initiated. Indeed, the incorporation of materials from a series of different places may be an important means of expressing particular types of identity through production” (Jones 2002: 87).

<sup>185</sup> A análise da produção tecnológica de cerâmicas campaniformes tem sido utilizada por Laure Salanova (2000a, 2000b, 2001). A linha interpretativa seguida por Salanova não é a que se defende no presente trabalho: ao contrário da proposta de Jones (2002) a autora não cria diferentes categorizações destas cerâmicas que lhe permitissem interpretar estes materiais de forma contextualizada; Salanova parte de uma categorização unitária inicial – o *Campaniforme* – que se sobrepõe interpretativamente a qualquer uma das sub-categorias posteriormente definidas em função de determinadas características tecnológicas destes materiais; estas sub-categorias servem somente para comprovar a existência de mecanismos de difusão entre diferentes áreas geográficas e definir “áreas culturais”, abrangidas por este “fenómeno”. Apesar da utilização de um método analítico distinto, Salanova mantém a problematização tradicional do *Campaniforme*.

<sup>186</sup> “(...) the involvement of an artefact in specific consumption practices is a critical element of that artefact’s biography; it determines how the artefact is culturally perceived and socially deployed. (...) the way in which objects are categorised structures the way in which they are consumed. So one way of ‘getting at’ the issue of consumption archaeologically is to look at the differences in the construction and subsequent use of artefacts in different contexts” (Jones 2002: 97).

interpretativa, mas sim um processo de *reflexividade* contínua entre as interpretações que vão sendo elaboradas a diferentes escalas de análise (*idem*: 78-82).

A proposta de estudar o “problema campaniforme” a uma escala de análise local foi já avançada por John Barrett (1994: 97-98, *meu itálico*):

“The distribution of beakers and their associations represents the concretion of material laid down over the centuries. That concretion was precipitated from local practices and there seems little point in attempting a synthesis of all these processes. *Our understanding of the period will emerge from attempts to situate each strategy in a context of local practice and tradition, and it should not be surprising to find that these local studies provide increasingly divergent views on the bell ‘beaker problem’ rather than a common thread of coherency.*”

Iniciar o estudo da cerâmica campaniforme a uma escala de análise de nível local fará ainda mais sentido se pensarmos que a extensão geográfica que tem sido definida para o *Campaniforme* poderá ser mais uma *imagem do presente* do que um “facto” relacionado com práticas sociais (intencionais) do passado: “*Who would have seen or have known of the geographical extent of these artefacts in the second millennium BC?*” (Barrett 1994: 97, *meu itálico*). Se partirmos desta premissa, a imposição de um único modelo interpretativo sobre estas materialidades – formalmente semelhantes – deixa de fazer sentido; assim, definir, *a priori*, o “problema campaniforme” como uma questão de *uma materialidade (formalmente) similar com uma vasta dispersão geográfica*, constitui uma forma de limitar as possibilidades da Arqueologia conferir inteligibilidade às “vivências” do passado, ou seja:

“[The beaker problem] is defined empirically by the widespread distribution of beaker-type vessels and associated artefacts. The definition of such a distribution pattern raises issues of ‘exchange’ (even ‘long-distance’ exchange implying a distinct set of exchange mechanisms) and *the language of description slips into the language of a proposed explanation* with the introduction of such terms as ‘exotica’. Internal mechanisms now appear to operate with reference to external exchange. *Consequently, the prestige-goods model is employed, not from a clear analysis of any local political situation, but from an adherence to the beaker problem*” (Barrett 1994: 98, *meu itálico*)

É, no entanto possível desenvolver estudos de âmbito regional sobre as cerâmicas campaniformes que permitam desconstruir a ideia das cerâmicas campaniformes como um fenómeno unitário<sup>187</sup>. Como exemplo, refiro os trabalhos de Robin Boast (1995) e Humphrey Case (1995) para o Reino Unido e Irlanda.

---

<sup>187</sup> Tese já defendida por Susana Jorge (1986: 939) e Maria de Jesus Sanches (1997a: 129) para o Norte de Portugal – apesar destas modelizações se formularem com base em perspectivas processualistas (ver ponto 2.4).

Boast (1995) realizou o estudo da produção tecnológica de cerâmicas campaniformes procedentes de diferentes contextos arqueológicos. Este estudo permitiu relacionar opções de fabrico distintas com diferentes tipos de contextos: entre outras diferenças, registou-se que, comparativamente ao que se passa em contextos domésticos, as cerâmicas campaniformes recuperadas em contexto funerário apresentam pastas de menor qualidade e uma maior preocupação com a decoração e os tratamentos de superfície (*idem*: 72 e 75). Esta diferença permite a Boast concluir que haveria uma produção diferenciada destes recipientes, sendo alguns produzidos intencionalmente para serem depositados em contextos funerários e que por isso teriam um significado diferente daquele que assumiriam os recipientes produzidos para serem usados em contextos domésticos (*idem*: 72). No entanto, Boast afirma que aquilo que conferiria um significado diferente às cerâmicas campaniformes de contexto funerário não seriam as suas características formais distintas, mas o contexto em que eram depositadas. Ou seja, por se tratar de um espaço conceptualizado de forma diferente do espaço do quotidiano, também os materiais aí depositados seriam conceptualizados e produzidos de forma distinta: “Modes of production and contexts within which these pots were created, used and discarded are (...) the processes which structured and were structured (...) by these pots”. (*idem*: 79).

Humphrey Case (1995) procura desconstruir o modelo de Sherratt (1987), segundo o qual as cerâmicas campaniformes estariam associadas ao consumo de bebidas alcoólicas e a rituais essencialmente reservados ao sexo masculino.

Case (1995) analisou a capacidade volumétrica de diferentes recipientes campaniformes recuperados em contextos distintos, verificando que existe uma grande variabilidade entre estes, o que o levou a concluir que nem todos os recipientes seriam de uso individual. Para além disso, Case demonstra que as cerâmicas campaniformes faziam também parte do espólio funerário de inumações de mulheres e crianças<sup>188</sup>. Case conclui que, embora os recipientes campaniformes depositados em contexto funerário possam ter sido (até um certo ponto) seleccionados em função de certos parâmetros formais, esta selecção e uso não estariam relacionados com qualquer tipo de culto específico.

Também Neil Brodie (1998: 47) refuta o modelo interpretativo proposto por Sherratt (1987), afirmando que: “there is still no unequivocal evidence which would suggest that any Beaker contained alcohol when placed in a grave”. De facto, apenas na análise de conteúdo realizada a um recipiente campaniforme proveniente da inumação de *Ashgrove* se registou a possibilidade deste vaso conter hidromel (Brodie 1998: 48). Em contrapartida Brodie refere casos em que os campaniformes estariam vazios

---

<sup>188</sup> Tal como se verifica para a Meseta espanhola – ver ponto 2.2 (Garrido Pena 2000: 60).

ou conteriam outros materiais, como ossos humanos ou restos de cremações (*ibidem*).

No caso dos estudos relativos à cerâmica campaniforme do Norte de Portugal (e salvo referência de Maria de Jesus Sanches (1997a: 129) para a importância da transmissão de conhecimento técnico e social necessários ao fabrico das cerâmicas campaniformes presentes no *Buraco da Pala I*) pouco trabalho tem sido desenvolvido para procurar compreender estas materialidades no âmbito de uma abordagem que dê primazia a uma análise a nível local que permitisse desenvolver propostas interpretativas desvinculadas dos modelos tradicionais. Com a excepção das análises realizadas em cerâmicas da estação da *Pastoria* (Melo e Gonçalves 1986), que apontam para uma produção local destas cerâmicas, em mais nenhuma estação arqueológica do Norte de Portugal se efectuaram análises similares ou outras que permitissem ambicionar a níveis diferentes de interpretação. Parece-me, no entanto, que face à diversidade de contextos onde se recuperaram cerâmicas campaniformes no Norte de Portugal (ver anexo 2), à diversidade dos próprios materiais e dos materiais que a estes se associam (ver anexo 1, anexo 2 e anexo 3), será difícil aceitar um modelo interpretativo homogéneo.

Para além desta diversidade de informação arqueológica, também o quadro cronológico disponível para esta região levanta a necessidade de reavaliar as modelizações cronológicas habitualmente estabelecidas para o *Campaniforme*, procedimento que foi já levado a cabo no Reino Unido. Nesta região alguns autores (Kinnes *et alii* 1991; Boast 1995: 73-74) colocaram de parte o significado cronológico atribuído aos estilos decorativos, uma vez que estes parecem perdurar ao longo de todo o período de produção e utilização das cerâmicas campaniformes. Também para o Norte de Portugal não parece ser possível manter as periodizações estilísticas campaniformes utilizadas até ao momento, segundo as quais os estilos denominados como *locais* constituiriam imitações ou reformulações estilísticas dos estilos campaniformes ditos *clássicos*. Tal preposição implicaria que os *estilos locais* fossem mais tardios, facto que não parece verificar-se pelo menos segundo a informação arqueológica recolhida na estação do *Buraco da Pala I* (Sanches 1997a). Aqui registou-se a presença de formas campaniformes associadas a decorações de estilo local que deveriam corresponder a um momento tardio do *Campaniforme*, embora as datações de radiocarbono disponíveis para o nível I desta estação (onde foram recolhidos estes materiais) apontem para uma ocupação datável de 2800 a 2500 a.C. (*idem*: 138). Também na estação arqueológica do *Crasto de Palheiros* (Barbosa 1999), onde a ocupação Calcolítica foi datada por radiocarbono entre 2860-2496 a.C. (Sanches 2000/2001: 21), se verifica uma situação similar uma vez que se registou a presença de diferentes *estilos decorativos campaniformes* (*estilo marítimo, internacional e linear; estilo pontilhado geométrico; estilo inciso*) que deveriam corresponder a diferentes momentos do *Campaniforme*.

Finalmente, resta perguntar quais são, de momento, as possibilidades de criar uma narrativa sobre o *Campaniforme* do Norte de Portugal que atente aos princípios teóricos e metodológicos que têm vindo a ser expostos?

Na minha opinião além da sistematização da informação arqueográfica (ver ponto 2.4) e da desconstrução das modelizações desenvolvidas em torno desta, apenas se poderá apontar caminhos e possibilidades de investigação futura. Antes de mais, parece-me necessário abandonar uma prática arqueológica que consiste na “importação” de modelos interpretativos transregionais que têm servido de base ao discurso historiográfico sobre o *Campaniforme* do Norte de Portugal (e regiões contíguas). Ao invés de utilizar estes modelos como ponto de partida para pensar a informação arqueográfica (de modo a que esta acabe por os confirmar) penso que é necessário inverter a ordem do processo de análise arqueológico: começar por pensar a informação arqueográfica (artefactos, contextos, datações, etc.) não como elemento de avaliação da veracidade de modelos, mas como ponto de partida para a construção de *narrativas* contextualizadas sobre “vivências” do passado. Por conseguinte, é essencial começar por definir no âmbito de que problemáticas mais gerais se pretende analisar a cerâmica campaniforme e procurar metodologias de análise apropriadas para cada contexto em estudo, ou seja determinar a escala de análise, os métodos analíticos (estudos de proveniência, estudos de produção, análise de conteúdos, programas de datação de radiocarbono, análises morfo-tipológicos e estilísticas, etc.) a utilizar e, conseqüentemente, as amostragens apropriadas aos mesmos. Obviamente, a aplicação da metodologia definida terá que ser desenvolvida no âmbito de um processo de análise e interpretação *reflexivo* (Barrett 1994; Jones 2002).

Em função do que foi exposto, penso também que a reconceitualização do *Campaniforme* no Norte de Portugal deve iniciar-se com o desenvolvimento de análises de nível local que permitam compreender a forma como estas cerâmicas foram conceptualizadas pelos seus produtores e utilizadores em diferentes contextos e o modo como participaram na estruturação das práticas sociais de diferentes comunidades<sup>189</sup>. Somente a partir da construção de diferentes *narrativas* locais me parece possível avançar para a problematização do *Campaniforme* a uma escala mais alargada: apesar de defender a necessidade de uma desvinculação de análises meramente formais, não se pode deixar de reconhecer (ainda) que a cerâmica campaniforme, em termos puramente formais, constitui uma recorrência no registo arqueológico a uma

---

<sup>189</sup> Salienta-se aqui o estudo do povoado-fortificado da *Fraga da Pena* realizado por António Valera (1999b, 2000) em conjunto com outros autores (Dias *et alii* 2000) – ver ponto 2.3 – como um estudo que poderá ser referido como exemplo, apesar de ainda se encontrar infirmado pela dicotomia *sujeito/objecto*, do tipo de investigação que se propõe no presente trabalho.

escala regional. Ainda assim, entendo que ao invés de uma análise regional que compare formalidades, se deveria desenvolver uma prática arqueológica que procure criar um discurso relacional entre diferentes *narrativas* de escala local, i.e. pensar como comunidades distintas estruturaram práticas sociais de relacionamento entre si.

### A continuar...

*“Os historiadores apresentam-nos, do passado, sistemas excessivamente completos, séries de causas e efeitos exactos e claros de mais para terem sido alguma vez inteiramente verdadeiros (...)”* (Yourcenar 1998: 24).

*“É curioso como, seduzidos pelas palavras, rotulamos e condenamos pessoas, destinos, ruas, mediante a pura e indolente força do hábito”* (Schnitzler 2003: 81).

Chegados a este ponto, não seria lógico esperar deste trabalho a construção de um modelo interpretativo sobre as cerâmicas campaniformes do Norte de Portugal. Aliás, a proposta avançada no ponto 4, relativamente à forma como julgo que esta temática deve ser (re)problematizada, sustenta uma opção de “fazer arqueologia” que não passa pela construção de modelos interpretativos regionais ou mesmos locais; mas que, pelo contrário, remete para uma prática arqueológica centrada na construção de *narrativas*. Isto é, na minha opinião, a Arqueologia deveria constituir-se como um exercício de construção do passado, constantemente aberto a novas possibilidades interpretativas. Estas, não as considero como explicações de processos cristalizados num conjunto de formalidades materiais que nos restam de um passado remoto, mas como formas de conferir inteligibilidade a uma determinada materialidade que se reconhece como parte integrante de uma comunidade do passado e parte integrante da nossa comunidade.

Consequentemente, deste trabalho pode apenas concluir-se a necessidade de abandonar uma prática que tende (e procura) a compatibilizar as, possivelmente, diferentes “histórias” regionais do *Campaniforme*; e a necessidade de estabelecer programas de estudo de escala local (ao nível da estação arqueológica) aplicando métodos e linhas de interpretação como as expostas no ponto anterior (Barrett 1994; Dobres 1999, 2000; Jones 2002), adaptadas a cada contexto de análise e às problemáticas colocadas pelo investigador, num constante processo de *reflexividade* analítico-interpretativa resultante de um contínuo “feedback” do trabalho arqueológico (Valera 1997a: 9-10). Daqui poderão então resultar diferentes *narrativas historiográficas* que permitam, não o abrir de caminho a um relativismo exacerbado e manipulador sobre a materialidade arqueológica (Valera *no prelo*), mas sim uma abertura e expansão à discussão e crítica da historiografia, por meio da qual seja também possível

construir uma relação com as nossas heranças (Guignon 1983: 248) que, nas palavras de Guignon (1983: 249), “forms, enriches, and expands our life-horizons”.

## AGRADECIMENTOS

No momento em que publico este trabalho não posso deixar de agradecer a quatro pessoas: ao Professor Doutor Vítor Oliveira Jorge agradeço o convite que me possibilita a actual publicação; à Professora Doutora Susana Oliveira Jorge agradeço a sua imensa disponibilidade e paciência aquando da orientação deste trabalho, no âmbito curricular da disciplina de Seminário da Licenciatura de Arqueologia da F.L.U.P / D.C.T.P.; ao António Carlos Valera agradeço por me teres “incentivado” a ser “arqueólogo”; e “last but not least”, à li, para quem as reticências são o melhor agradecimento e dedicatória...

Coimbra, 01 de Dezembro de 2003

## REFERÊNCIAS CITADAS

- ALDAY RUIZ, A. (1996). *El entramado campaniforme en el País Vasco: los datos y el desarrollo del proceso histórico*. Veleia, Anejos – Series Mayor. 9.
- ALMEIDA, C.A.B., SOEIRO, T. e BARROCA, M.J. (1995). Estação arqueológica do Castelo de Fraião (Boivão, Valença). *Portugália*, Nova Série. 26: 311-322.
- ALONSO MATHÍAS, F. e BELLO DIÉGUEZ J.M. (1995). Aportaciones del monumento de Dombate al Megalitismo noroccidental: dataciones de carcono 14 y su contexto arqueológico. In Vítor O. Jorge (coord.) *1º Congresso de arqueología Peninsular – Actas VII*, pp. 153-168. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 35(3).
- BARBOSA, S.P. (1999). *O Crasto de Palheiros – Murça. Contributo para o entendimento do fenómeno campaniforme em contexto doméstico no Norte de Portugal*. Porto. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (policopiada).
- BARRETT, J.C. (1994). *Fragments from antiquity: an Archaeology of social life in Britain – 2900-1200 BC*. Oxford: Blackwell Publishers.
- BARRETT, J.C. (2001). Agency, the duality of structure, and the problem of the archaeological record. In I. Hodder (ed.) *Archaeology Theory Today*, 141-164. Cambridge: Polity Press.
- BENET, N., PÉREZ, R. e SANTONJA, M. (1997). Evidencias campaniformes en valle medio del Tormes. In R. Balbín Behrmann e P. Bueno Ramírez (eds.), *II Congreso de Arqueología Peninsular: Tomo II – Neolítico, Calcolítico y Bronce*, pp. 449-4470. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques.
- BERNABEU, J. (1984). *El vaso campaniforme en el País Valenciano*. Servicio de Investigación Prehistorica, Serie de Trabajos Varios. 80.
- BETTENCOURT, A.M.S. (1991/1992). Achado de um vaso campaniforme na Serra de Maroiço – Fafe. *Cadernos de Arqueologia*. 8-9: 233-236.
- BINFORD, L.R. (1964). A consideration of archaeological research design. *American Antiquity*. 29: 425-441.



- BINFORD, L.R. (1991). *Em busca do passado*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- BOAST, R. (1995). Fine pots, pure pots, beaker pots. In I. Kinnes e G. Varndell (eds.) *Unbaked urns of rudely shape: essay on British and Irish pottery for Ian Longworth*, pp. 69-80. Oxbow Monographs. 55. Oxford: Oxbow.
- BRODIE, N.J. (1998). British Bell Beakers: twenty five years of theory and practice. In *Some new approaches to the Bell Beaker Phenomenon... Lost Paradise?*, pp. 43-56. British Archaeological Reports, International Series. 690.
- BOURDIEU, P. (2001). *Science da la science et réflexité*. Paris: Éditions Raisons d'Agir.
- BURNS, R.M. e RAYMENT-PICKARD, H. (2000). *Philosophies of History: from Enlightenment to Postmodernity*. Oxford: Blackwell Publishers.
- BURGESS, C. e SHENNAN, S. (1976). The Beaker phenomenon: some suggestions. In C. Burgess e R. Miket (eds.), *Settlement and economy in the third and second millennia B.C.*, pp. 309-331. British Archaeological Reports. 33.
- CABRAL, J.M.P., PRUDÊNCIO, M.I., GOUVEIA, M.A. e ARNAUD, J.E. (1988). Chemical and mineralogical characterization of pre-beaker and beaker pottery from Ferreira do Alentejo (Beja, Portugal). In R.M. Faroehar, R.G.V. Hancock e L.A. Pavlish (ed.), *Proceedings of the 26th International Archaeometric Symposium: the archaeometric laboratory*, pp. 172-178. Toronto.
- CARDOSO, J.L. e SOARES, A.M.M. (1990/992). Cronologia absoluta para o campaniforme da Estremadura e do Sudoeste de Portugal. *O Arqueólogo Português*, Série IV. 8-10: 203-228.
- CARDOZO, M. (1951). "Monumentos da Sociedade Martins Sarmento". *Revista de Guimarães*. 61: 5-80.
- CARNEIRO, A.L., CLETO, J., MOREIRA, M. e FARO, S. (1987). "Novas mamoaas no concelho de Baião". *Arqueologia*. 15: 158-160.
- CASE, H.J. (1995). Beakers: loosening a stereotype. In I. Kinnes e G. Varndell (eds.) *Unbaked urns of rudely shape: essay on British and Irish pottery for Ian Longworth*, pp. 55-67. Oxbow Monographs. 55. Oxford: Oxbow.
- CASTILLO YURRITA, A. (1928). *La cultura del vaso campaniforme*. Barcelona: Universidad de Barcelona - Facultad de Filosofía y Letras.
- CHILDE, V.G. (1929). *The Danube in Prehistory*. Oxford: Oxford University Press.
- CHILDE, V.G. (1950). *Prehistoric migrations in Europe*. Oslo: Aschehaug.
- COBAS FERNÁNDEZ, I e PRIETO MARTÍNEZ, M.P. (1999). Introducción a la cerámica Prehistórica y Protohistórica de Galicia. *Trabalhos en Arqueología da Paisaje*. 17.
- COIXÃO, A.S. (2000). *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal de Foz Côa.
- COMENDADOR REY, B. (1995). La primera producción metálica del Noroeste Peninsular. In R. Balbín Behrmann e P. Bueno Ramírez (eds.), *II Congreso de Arqueología Peninsular: Tomo II - Neolítico, Calcolítico y Bronce*, pp. 509-516. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques.
- CLARKE, D.L. (1968). *Analytical Archaeology*. Londres: Methuen.
- CLARKE, D.L. (1976). The Beaker network - social and economic models. In J.N. Lanting e J.D. van der Waals (eds.), *Glockenbecher Symposium*, pp. 459-477. Bossum/Haarlem: Fibula - van Dishoeck.
- CRiado BOADO, F. (1989). Megalitos, espacio y pensamiento. *Trabajos de Prehistoria*. 46: 75-98.
- CRiado BOADO, F. (1993). Visibilidad e interpretación del registro arqueológico. *Trabajos de Prehistoria*. 50: 39-56.
- CRiado BOADO, F. e VÁZQUEZ VARELA, J.M. (1982). *La cerámica campaniforme en Galicia*. Cuadernos

- do Seminário de Sagardelos. 42. Sada, Corunha: Ediciós Castro.
- CRUZ, D.J. (1983). Escavação da mamoa 1 de Chã de Carvalhal – Serra da Aboboreira (conc. de Marco de Canavezes). *Arqueologia*. 7: 74-75.
- CRUZ, D.J. (1987). “Escavação da mamoa de “Monte Maninho” (Serra da Aboboreira – Baião). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 27 (1-4): 65-84.
- CRUZ, D.J. (1991). *A mamoa 1 de Chã de Carvalhal no contexto arqueológico da Serra da Aboboreira e da Pré-história recente do Norte de Portugal*. Trabalho apresentado em Provas Públicas de Aptidão Pedagógica e Científica na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (policopiado).
- CRUZ, D.J. (1995). Cronologia dos monumentos com *tumulus* do Noroeste Peninsular e da Beira Alta. *Estudos Pré-Históricos*. 3: 81-119.
- CRUZ, D.J. (1997). Escavação arqueológica da mamoa 4 do “Rapadouro” (Pendilhe, Vila Nova de Paiva, Viseu). *Conimbriga*.36: 5-26.
- CRUZ, D.J. E GONÇALVES, A.A.H.B. (1995). Mamoa 1 de Madorras (Sabrosa, Vila Real): Datações radiocarbónicas. *Estudos Pré-Históricos*. 3: 151-159.
- DELIBES DE CASTRO, G. (1977). *El Vaso Campaniforme en la Meseta Norte Española*. *Studia Archaeologica*. 46. Valladolid: Universidad de Valladolid.
- DELIBES DE CASTRO, G. (1987). El significado del Campaniforme de Ciempozuelos. In W.H. Waldren e R.C. Kennard (eds.), *Bell Beakers of the western Mediterranean: definition, interpretation, theory and new site data*, pp. 23-24. British Archaeological Reports, International Series. 331(i).
- DELIBES DE CASTRO, G. (1989). Calcolítico y vaso campaniforme en el Noroeste Peninsular. *Boletín del Seminario de Estudos de Arte y Arqueología*. 55: 41-59.
- DELIBES DE CASTRO, G. E SANTONJA, M. (1987). Sobre la supuesta dualidad Megalitismo/Campaniforme en la Meseta Superior. In W.H. Waldren e R.C. Kennard (eds.), *Bell Beakers of the western Mediterranean: definition, interpretation, theory and new site data*, pp. 173-206. British Archaeological Reports, International Series. 331(i).
- DELIBES DE CASTRO, G. E FERNÁNDEZ MANZANO, J. (2000). La trayectoria cultural de la Prehistoria Reciente (6400-2500 BP) en la Submeseta Norte española: principales hitos de un proceso. In V.O. Jorge (coord.), *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular – vol. 4 – Pré-História Recente da Península Ibérica*, pp. 95-122. Porto: Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular.
- DIAS, I., PRUDÊNCIO, I., PRATES, S., GOUVEIA, A. E VALERA, A.C.N. (2000). Tecnologias de produção e proveniência de matéria-prima das cerâmicas campaniformes da Fraga da Pena (Fornos de Algodres – Portugal). In V.O. Jorge (coord.), *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular – vol. 4 – Pré-História Recente da Península Ibérica*, pp. 255-270. Porto: Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular.
- DOBRES, M.-A. (1999). Technology links and chains: the processual unfolding of technique and technician. In M.-A. Dobres e C.R. Hoffman (eds.) *The social dynamics of technology: practice, politics and world views*, pp. 124-146. Washington: Smithsonian Institution Press.
- DOBRES, M.-A. (2000). *Technology and social agency*. Oxford: Blackwell.
- DUMÉZIL, G. (1990a). *Los dioses de los germanos*. Madrid: Siglo XXI.
- DUMÉZIL, G. (1990b). *El destino del guerrero*. Madrid: Siglo XXI.
- EGUILETA FRANCO, J.M. (1997). Prehistoria Reciente de la Baja Limia gallega (Ourense, Galicia): propuestas para un análisis en el espacio y en el tiempo. In R. Balbín Behrmann e P. Bueno Ramírez (eds.), *II Congreso de Arqueología Peninsular: Tomo II – Neolítico, Calcolítico y*

- Bronze, pp. 425-436. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques.
- EGUILETA FRANCO, J.M. (1999). *A Baixa Limia Galega na Prehistoria recente: Arqueologia dunha paisaxe na Galicia Interior*. Ourense: Deputación Provincial de Ourense.
- EGUILETA FRANCO, J.M., FERNANDEZ IBÁÑEZ, C. E SEARA CARBALLO, A. (1993/1994). Un campaniforme cordado procedente de A Limia (Ourense). *Brigantium*. 8: 57-67.
- FÁBREGAS VALCARCE, R. (1988). Megalitismo de Galicia. In Vitor O. Jorge (coord.), *Coloquio de Arqueología do Noroeste Peninsular – vol. 1 – Pré-História*, pp. 51-73. Trabalhos de Antropologia e Etnologia. 28(1-2).
- FÁBREGAS VALCARCE, R. E RUÍZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1997). El Noroeste de la Península en el III<sup>er</sup> y II<sup>o</sup> Milénios: propuesta para una síntesis. *Sangvntvm*. 30: 191-216.
- FÁBREGAS VALCARCE, R. E MEIJDE CAMESELLE, G. (2000). Prehistoria Reciente en Galicia: evolución ou ruptura. In V.O. Jorge (coord.), *Actas do 3<sup>o</sup> Congreso de Arqueologia Peninsular – vol. 4 – Pré-História Recente da Península Ibérica*, pp. 67-74. Porto: Associação para o Desenvolvimento da Cooperaçã em Arqueologia Peninsular.
- FERREIRA, O.V. (1966). *La cultura du vase campaniforme au Portugal*. Memoria, Nova Série. 12. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- FOUCAULT, M. (1981). *Diálogos sobre el poder*. Madrid: Alianza Editorial.
- GADAMER, H.-G. (1975). *Truth and Method*. Londres: Sheed & Ward.
- GARCÍA-LASTRA MERINO, M. (1988). Aportación a la cronología campaniforme del Noroeste. In Vitor O. Jorge (coord.), *Colóquio de Arqueologia do Noroeste Peninsular – vol. 1 – Pré-História*, pp. 175-179. Trabalhos de Antropologia e Etnologia. 28(1-2).
- GARRIDO PENA, R. (2000). *El Campaniforme en La Meseta Central de la Península Ibérica (c. 2500-2000 AC.)*. British Archaeological Reports, International Series. 892.
- GIDDENS, A. (1984). *The Constitution of Society: outline of the Theory of Structuration*. Cambridge: Polity Press.
- GIDDENS, A. (2000). *A dualidade da estrutura: agência e estrutura*. Oeiras: Celta Editora.
- GONÇALVES, A.A.H.B. (1984). Escavações da Mamoa n.º 2 de Outeiro de Ante – Serra da Aboboreira. *Arqueologia*. 9: 22-41.
- GONÇALVES, A.A.H.B. E CRUZ, D.J. (1994). “Resultados dos trabalhos de escavação da mamoa 1 de Madorras (S. Lourenço de Ribapinhão, Sabrosa, Vila Real). *Estudos Pré-Históricos*. 2: 171-231.
- GONÇALVES, V.S. (1971). *O Castro da Rotura e o vaso campaniforme*. Setúbal: Junta Distrital de Setúbal.
- GUIGNON, C.B. (1983). Heidegger and the problem of knowledge. Indianapolis: Hackett.
- GUIMARÃES, F.J.S. (1987/1988). Manuscritos inéditos de Francisco Martins Sarmiento. Antiqua (Informes, reconhecimentos e prospecções). Revista de Guimarães. 97-98: 5-40.
- HABERMAS, J. (1970). A review of Gadamer’s *Truth and Method*. In F. Dallmayr e T. McCarthy (ed.) *Understanding and social enquiry*, pp. 335-363. Notre Dame: University of Notre Dame Press.
- HARRISON, R.J. (1974). Origins of the Bell Beakers Cultures. *Antiquity*. 48: 99-109.
- HARRISON, R.J. (1977a). *The Bell Beaker Cultures of Spain and Portugal*. American School of Prehistoric Research Bulletin. 35. Cambridge, Massachusetts: Peabody Museum – Harvard University.
- HARRISON, R.J. (1977b). Beaker Cultures of Iberia, France and the West Mediterranean Islands, 2200-1500 B.C. In R. Mercer (ed.) *Beakers in Britain and Europe: four studies*, pp. 5-26. British Archaeological Reports, Supplementary Series. 26.

- HARRISON, R.J. (1980). *The Beaker Folk: Copper Age archaeology in Western Europe*. Londres: Thames & Hudson.
- HARRISON, R.J. (1988). Bell Beakers in Spain and Portugal: working with radiocarbon dates in the 3<sup>rd</sup> millennium BC. *Antiquity*. 62: 464-472.
- HARRISON, R.J. e GILMAN, A. (1978). Trade in the second and third millennia BC: between the Maghreb and Iberia. In V. Markotice (ed.), *Ancient Europe and the Mediterranean: studies presented in honor of Hugh Hencken*, pp. 90-104. Warminster: Aris & Philips Ltd.
- HEIDEGGER, M. (1962). *Being and Time*. Oxford: Blackwell.
- HEIDEGGER, M. (1992). *Que é uma coisa?* Lisboa: Edições 70.
- JOHNSEN, H. e OLSEN, B. (2000). Hermeneutics and Archaeology: on the philosophy of contextual archaeology. In J. Thomas (ed.) *Interpretive Archaeology: a reader*, pp. 97-117. Londres: Leicester University Press.
- JOHNSON, M. (2000). *Teoría arqueológica: una introducción*. Barcelona: Ariel.
- JONES, A. (2002). *Archaeological theory and scientific practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- JORGE, S.O. (1980). A estação arqueológica do Tapado da Caldeira – Baião. *Portugália*, Nova Série. 1: 29-50.
- JORGE, S.O. (1986). *Povoados da Pré-história Recente da região de Chaves – Vila Pouca de Aguiar*. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto.
- JORGE, S.O. (1988). Reflexões sobre a Pré-História Recente do Norte de Portugal. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 28(1-2): 85-112.
- JORGE, S.O. (1990). Desenvolvimento da hierarquização social e da metalurgia. In J. Alarcão (coord.), *Nova História de Portugal: Portugal das Origens à Romanização*, pp. 163-212. Lisboa: Editorial Presença.
- JORGE, S.O. (1993). O povoado de Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa) no contexto da Pré-história recente do Norte de Portugal. In Vítor O. Jorge (coord.) *1º Congresso de Arqueologia Peninsular – Actas VII*, pp. 179-216. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 35(3). Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.
- JORGE, S.O. (1998). Colónias, fortificações, lugares monumentalizados: trajectórias das concepções sobre um tema do Calcolítico peninsular. In S.O. Jorge e V.O. Jorge (ed.), *Arqueologia percursos e interrogações*, pp. 69-150. Porto: Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular (ADECAP).
- JORGE, S.O. (1999). Castelo Velho (Vila Nova de Foz Côa, Portugal): breve genealogia de uma interpretação. *Estudos Pré-Históricos*. 6: 279-293.
- JORGE, S.O. (2002). Um vaso campaniforme cordado no Norte de Portugal: Castelo Velho de Freixo de Numão (V.<sup>a</sup> N.<sup>a</sup> de Foz Côa). Breve Notícia. *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*. 1: 27-50.
- JORGE, S.O. e RUBINOS, A. (2002). Cronologia absoluta de Castelo Velho de Freixo de Numão: os dados e os problemas. *Côavisão*. 4: 95-111.
- JORGE, V.O. e BETTENCOURT, A.M.S. (1988). Sondagens arqueológicas na mamoa 1 de Chã de Parada (Baião, 1987). *Arqueologia*. 17: 73-118.
- JORGE, V.O., JORGE, S.O., SILVA, E.J.L. e BAPTISTA, A.M. (1997). *As Mamoas do Alto da Portela do Pau: (Castro Laboreiro, Melgaço) trabalhos de 1992 a 1994*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.
- JORGE, V.O., CARDOSO, J.M., PEREIRA, L.S., COIXÃO, A.S. (2002a). Castanheiro do Vento and the significance of monumental Copper and Bronze Age sites in northern Portugal. In C. Scarre

- (ed.), *Monuments and landscape in Atlantic Europe*, pp. 36-50. Londres: Routledge.
- JORGE, V.O., CARDOSO, J.M., PEREIRA, L.S., COIXÃO, A.S. (2002b). Castanheiro do Vento, um sítio monumental pré-histórico do Concelho de Vila Nova de Foz Côa (Horta do Douro). *Côavisão*. 4: 73-93.
- KINNES, I., GIBSON, A., AMBERS, J. E BOAST, R. (1991). Radiocarbon dating and British Beakers. *Scottish Archaeological Review*. 8: 35-68.
- KOPYTOFF, I. (1985). The cultural biography of things: commoditization as a process. In A. Appadurai (ed.) *The social life of things: commodities in cultural perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LOPES, T.C. (1986). Análise do material ósseo das estações da Vinha Soutilha (Mairos) e da Pastoria (Chaves). In S.O. Jorge (ed.), *Povoados da Pré-história recente da Região de Chaves – V.ª P.ª de Aguiar*, pp. 1099-1123. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- MELO, M.F. E GONÇALVES, C. (1986). Estudos de caracterização mineralógica e microestrutural de cerâmicas pré-históricas de estações da área de Telões – Chaves. In S.O. Jorge (ed.), *Povoados da Pré-história recente da Região de Chaves – V.ª P.ª de Aguiar*, pp. 1057-1083. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- MÉNDEZ FERNÁNDEZ, F. (1994). La domesticación del paisaje durante la Edad del Bronce Gallego. *Trabajos de Prehistoria*. 51(1): 77-94.
- NUNES, J.C. (1951). Escavação no dólmen da Barrosa (Âncora). *Revista de Guimarães*. 61: 196-204.
- PAÇO, A. E PINTO, E. (1961). Vasos campaniformes da mamoa de Guilhabreu, *Boletim Cultural da C. M. de Vila do Conde*. 2: 9-24.
- PASQUA, H. (1997). *Introdução à leitura do Ser e Tempo de Martin Heidegger*. Lisboa: Instituto Piaget.
- PATRIK, L.E. (2000). Is there a archaeological record? In J. Thomas (ed.) *Interpretive Archaeology: a reader*, pp. 118-144. Londres: Leicester University Press.
- PRIETO MARTÍNEZ, M.P. (1999). Caracterización del estilo cerámico de la Edad del Bronce en Galicia: cerámica campaniforme y cerámica no decorada. *Complutum*. 10: 71-90.
- PRIETO MARTÍNEZ, M.P. (2001). *La cultura material cerámica en la Prehistoria Reciente de Galicia: yacimientos al aire libre*. Trabalhos em Arqueología da Paisaje. 20.
- REBUGE, J.R.P. (2003). Uma proposta para reconceitualizar a materialidade arqueológica: o Campaniforme no Norte de Portugal e regiões fronteiras. Relatório de Seminário de Licenciatura em Arqueologia apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto/Departamento de Ciências e Técnicas do Património (policopiado).
- SAHLINS, M. E SERVICE, E. (1960). *Evolution and culture*. Ann Arbor, Michigan: University of Michigan Press.
- SALANOVA, L. (2000a). *La question du campaniforme en France et dans les Îles Anglo-Normandes. Productions, chronologie et les rôles d'un standard céramique*. Paris: Comité des Travaux Historiques et Scientifiques e Société Préhistorique Française.
- SALANOVA, L. (2000b). Mecanismos de diffusion des vases campaniformes: les liens franco-portugais. In V.O. Jorge (coord.), *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular – vol. 4 – Pré-História Recente da Península Ibérica*, pp. 399-409. Porto: Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular.
- SALANOVA, L. (2001). Technological, ideological or economic European union? The variability of Bell Beaker decoration. In F. Nicolis (ed.) *Bell Beakers today: pottery, people, culture*,

- symbols in Prehistoric Europe (1), pp. 91-102. Trento: Provincia Autonoma di Trento – Servizio Beni Culturali – Ufficio Beni Archeologici.
- SANCHES, M.J. (1997a). *Pré-história Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.
- SANCHES, M.J. (1997b). O Crasto de Palheiros – Murça: notícia preliminar das escavações de 1995 e de 1996. In R. Balbín Behrmann e P. Bueno Ramírez (eds.), *II Congreso de Arqueología Peninsular: Tomo II – Neolítico, Calcolítico y Bronce*, pp. 389-399. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques.
- SANCHES, M.J. (2000/2001). O Crasto de Palheiros (Murça): do Calcolítico à Idade do Ferro. *Portugália*, Nova Série. 21-22: 5-39.
- SANGMEISTER, E. (1963). La civilisation du vase campaniforme. In *Actes du Premier Colloque Atlantique: les civilisations atlantiques du néolithique à l'Age du Fer*, pp. 25-56. Rennes.
- SAVORY, H.N. (1968). *Spain and Portugal: the Prehistory of the Iberian Peninsula*. Londres: Thames and Hudson.
- SCHNITZLER, A. (2003). *A história de um sonho*. Porto: Público.
- SENNA-MARTINEZ, J.C. (1993). Duas contribuições arqueométricas para o estudo do Bronze Antigo/Médio do Centro e Noroeste de Portugal. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. 1: 77-91.
- SENNA-MARTINEZ, J.C. (1994). Notas para o estudo da génese da Idade do Bronze na Beira Alta: o fenómeno campaniforme. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. 2: 173-200.
- SHERRATT, A.G. (1981). Plough and pastoralism: aspects of the secondary products revolution. In I. Hodder, G. Isaac e N. Hammonds (eds.), *Pattern of the past: studies in honour of David Clarke*, pp. 261-305. Cambridge: Cambridge University Press.
- SHERRATT, A.G. (1987). Cups that cheered. In W.H. Waldren e R.C. Kennard (eds.), *Bell Beakers of the western Mediterranean: definition, interpretation, theory and new site data*, pp. 81-114. British Archaeological Reports, International Series. 331(i).
- SILVA, E.J.L. (1988). A Mamoa de Afife: breve síntese de 3 campanhas de escavação. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 28 (1-2): 127-132.
- SILVA, E.J.L. (1989). Escavação da Mamoa de Aspra. Vila Praia de Âncora (Caminha). *Revista de Ciências Históricas*. 4: 13-38.
- SILVA, E.J.L. e MARQUES, J.A.T.M. (1986). Escavação da mamoa de Chafé – Viana do Castelo (notícia preliminar). *Arqueologia*. 13: 207-208.
- STUIVER, M., REIMER, P., BARD, E., BECK, J., BURR, G., HUGHEN, K., KROMER, B., MCCORMAC, F., PLICH, J. e SPURK, M. (1998). Intcal 98 radiocarbon age calibration 24 000 – 0 cal BP. *Radiocarbon*. 40: 1041-1083.
- SUÁREZ OTERO, J. (1997a). Um vaso campaniforme con decoracion cordada em Galicia: A Fontenla (Moaña, Pontevedra). *Boletín Avriense*. 25: 9-36.
- SUÁREZ OTERO, J. (1997b). Cerámica campaniforme con decoración cordada en la Península Ibérica. Acotaciones en torno e una problemática. *Boletín Avriense*. 26: 27-46.
- TILLEY, C. (1996). The power of rocks: topography and monument construction on Bodmin Moor. *World Archaeology*. 28(2): 161-176.
- THOMAS, J. (1987). Relations of production and social change in the Neolithic of North-West Europe. *Man*. 22(3): 405-430.
- THOMAS, J. (1999). *Time, Culture and Identity: an interpretive archaeology*. Londres: Routledge.
- THOMAS, J. (2001). Archaeologies of place and landscape. In I. Hodder (ed.) *Archaeology Theory Today*, 165-186. Cambridge: Polity Press.
- TRIGGER, B.G. (1992). *Historia del pensamiento arqueológico*. Barcelona: Editorial Crítica.

- VALERA, A.C.N. (1995/1996). A génese da Idade do Bronze no Mondego Interior análise de alguns aspectos das suas construções arqueográficas e historiográficas. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. 3-4: 215-251.
- VALERA, A.C.N. (1997a). *O Castro de Santiago (Fornos de Algodres, Guarda): aspectos da calcolitização da Bacia do Alto Mondego*. Lisboa: Câmara Municipal de Fornos de Algodres.
- VALERA, A.C.N. (1997b). Fraga da Pena (Sobral Pichorro, Fornos de Algodres): uma primeira caracterização no contexto da rede local de povoamento. *Estudos Pré-Históricos*. 5: 55-84.
- VALERA, A.C.N. (1999a). O habitat pré-histórico de Linhares (Santa Comba Dão – Viseu). *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. 5: 51-62.
- VALERA, A.C.N. (1999b). The re-creation of territorialities and identities in the III millennium BC: research problems in Central Portugal. *Journal of Iberian Archaeology*. 1: 119-126.
- VALERA, A.C.N. (2000). O fenómeno campaniforme no interior centro de Portugal: o contexto da Fraga da Pena. In V.O. Jorge (coord.), *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular – vol. 4 – Pré-História Recente da Península Ibérica*, pp. 269-290. Porto: Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular.
- VALERA, A.C.N. *no prelo*. Teoria da Acção e passado histórico: algumas perspectivas ibéricas. *Era Arqueologia*. 6.
- VATTIMO, G. (1998). *Introdução a Heidegger*. Lisboa: Instituto Piaget.
- VÁZQUEZ VARELA, J.M. (1997). Aspectos sociales de la transición del Calcolítico a la Edad del Bronce en el Noroeste de la Península Ibérica. In R. Balbín Behrmann e P. Bueno Ramírez (eds.), *II Congreso de Arqueología Peninsular: Tomo II – Neolítico, Calcolítico y Bronce*, pp. 565-567. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques.
- YOURCENAR, M. (1998). *Memórias de Adriano*. Editora Ulisseia.

## ANEXO 1

### Inventário das estações em que se documentaram a presença de cerâmicas campaniformes no Norte de Portugal

#### 1. Chã de Arcas (Arcos de Valdevez)

**Contexto:** Mamoa, da qual se desconhece a estrutura interna (Jorge 1986: 855-856).

**Cerâmicas Campaniformes:** Estão documentados dois fragmentos decorados com motivos do *estilo marítimo*, possivelmente da *variante linear* (Jorge 1986: 856).

**Bibliografia:** Jorge 1986; Cruz 1991; Jorge 2002.

#### 2. Mamoa 1 da Portela do Pau (Melgaço)

**Contexto:** Mamoa com cerca de 14,5 a 15 m de diâmetro, actualmente com uma altura de 1,28 m (Jorge *et alii* 1997: 15). A estrutura dolménica no seu interior não apresenta corredor, sendo a câmara composta na actualidade por 7 esteios (*idem*: 15). Este monumento integra-se no núcleo megalítico do Alto da Portela do Pau (*idem*: 7).

**Cerâmicas Campaniformes:** Estão documentados diversos fragmentos cerâmicos, que permitiram colagens, que poderão corresponder a três vasos campaniformes: dois com decoração *estilo pontilhado geométrico*; o terceiro, apenas representado por um pequeno fragmento, corresponderia a um vaso com decoração *estilo marítimo, variante linear* (Jorge *et alii* 1997: 17).

**Bibliografia:** Jorge *et alii* 1997; Jorge 2002.

#### Mamoa 2 e 3 da Portela do Pau (Melgaço)

**Contexto:** O monumento megalítico designado por mamoa 2 do Alto da Portela do Pau, caracteriza-se por um *tumulus* com cerca de 21 – 22 m de diâmetro e cerca de 2, 5 m de altura máxima (Jorge *et alii* 1997: 41). A câmara megalítica aberta, de planta poligonal, registada no interior deste *tumulus* é composta por sete esteios com alturas entre 2,35 e 2,40 m (Jorge *et alii* 1997: 41-52). A mamoa 3 do Alto da Portela do Pau corresponde a um monumento com um *tumulus* com cerca de 13 m de diâmetro e 1 m de altura máxima (Jorge *et alii* 1997: 85). No que concerne a estruturas pétreas este monumento seria composto por um anel pétreo periférico, e um outro central, este último com uma planta ovóide, de 2 m de comprimento máximo, por 1 metro de largura máxima (*idem*: 85).

**Cerâmicas Campaniformes:** Encontram-se documentados dois fragmentos cerâmicos com decoração *estilo pontilhado geométrico*: um deles encontrado em prospecção no topo da mamoa (Jorge *et alii* 1997: 86); o segundo encontrado num monturo de terras no sector sul do monumento (*idem*: 86), não se sabendo se no seu contexto original teria sido depositado na mamoa 2 ou 3 deste núcleo megalítico (*idem*: 119).

**Bibliografia:** Jorge *et alii* 1997; Jorge 2002.

#### 3. Castelo de Fraião (Valença)

**Contexto:** Trata-se de um achado ocasional que poderá estar relacionado com um povoado, foi possível observarem-se fossas abertas no saibro, mas terras daí retiradas não se recolheu qualquer material arqueológico (Almeida *et alii* 1995: 318-319).

**Cerâmicas Campaniformes:** Trata-se de um único fragmento cerâmico com decoração *estilo marítimo, variante linear* (Almeida *et alii* 1995: 319; Jorge 2002: 36).

**Bibliografia:** Almeida *et alii* 1995; Jorge 2002.

#### 4. Dólmen da Barrosa (Caminha)

**Contexto:** Monumento megalítico, de câmara poligonal alongada de nove esteios, possui um corredor que não se diferencia em planta, constituído por seis esteios de ambos os lados (Cruz 1991: 108).

**Cerâmicas Campaniformes:** Encontram-se documentados dois fragmentos cerâmicos decorados com o *estilo pontilhado geométrico* (Cruz 1991: 110).

**Bibliografia:** Nunes 1951; Cardozo 1951; Jorge 1986; Cruz 1991; Guimarães 1987/1988; Jorge 2002.



5. Mamoa de *Aspra* (Caminha)

**Contexto:** Mamoa de grandes dimensões, com uma altura de 3,40 m (Silva 1989: 15), e um diâmetro entre os 22 e 23 metros (Cruz 1991: 110)

**Cerâmicas Campaniformes:** Estão registados três fragmentos cerâmicos campaniforme: um decorado segundo o *estilo marítimo, variante internacional*; um segundo fragmento cerâmico decorado segundo o *estilo pontilhado geométrico*; e o terceiro fragmento, um fundo de vaso, que apresenta um *omphalus* e tem como decoração duas linhas pontilhadas (Silva 1989: 18-19 e 30-31). Na descrição do segundo fragmento segue-se a opinião de Susana O. Jorge (2002: 36), segundo a qual a decoração presente se trata o *estilo pontilhado geométrico* e não do *estilo marítimo, variante internacional*, como é opinião de outros autores (Silva 1989: 18-19; Cruz 1991: 111).

**Bibliografia:** Silva 1989; Cruz 1991; Jorge 2002.

6. Mamoa de *Eireira* (Viana do Castelo)

**Contexto:** Mamoa, com cerca de 28 m de diâmetro (Silva 1988: 128), possuindo uma estrutura dolménica composta por dezasseis esteios, com corredor indiferenciado, já que os ortostatos deste não se diferenciam em altura dos da câmara (*idem*: 129). A descrição de Domingos J. Cruz (1991: 111), difere no número de esteios, seriam originalmente dezoito, restando quinze *in situ*, com cerca de 2 m.

**Cerâmicas Campaniformes:** Foi recuperado um fragmento cerâmico decorado, com grande probabilidade, segundo o *estilo marítimo, variante internacional* (Cruz 1991: 112).

**Bibliografia:** Silva 1988; Cruz 1991; Jorge 2002.

7. Mamoa de *Chafé* (Viana do Castelo)

**Contexto:** Mamoa, possuindo ainda cinco esteios *in situ* (Silva 1986: 208).

**Cerâmicas Campaniformes:** Em nenhuma das publicações sobre esta estação se especificam o número de fragmentos recuperados durante a escavação, pode-se apenas registrar um número indeterminado de fragmentos, pertencentes a formas acampanuladas e a uma taça, sendo a decoração segundo o *estilo marítimo, variante internacional* (Silva 1986: 207; Jorge 1986: 853; Cruz 1991: 112).

**Outros Materiais:** Será de destacar a hipótese de associação das cerâmicas campaniformes com um braçal de arqueiro e com um rebite e uma "sovela" (Silva 1986: 207), note-se o revolvimento existente na câmara do monumento (Cruz 1991: 112).

**Bibliografia:** Silva 1986; Jorge 1986; Cruz 1991; Jorge 2002.

8. Lugar do *Vargo* (Fafe)

**Contexto:** A autora do achado, Ana M. S. Bettencourt (1991/1992: 234), coloca de parte a existência de um povoado por se tratar de uma achado isolado, coloca contudo a hipótese de se ter tratado de um contexto sepulcral entretanto destruído.

**Cerâmicas Campaniformes:** Neste caso documenta-se um vaso inteiro, de forma acampanulada, com decoração *estilo pontilhado geométrico*, esta decoração seria preenchida por pasta branca (Bettencourt 1991/1992: 234), e com um *omphalus* pouco acentuado.

**Bibliografia:** Bettencourt 1991/1992; Jorge 2002.

9. Mamoa de *Guilhabreu* (Vila do Conde)

**Contexto:** Mamoa de grande tamanho, com cerca de 2 m de altura (Paço e Pinto 1961: 12), os autores da escavação não fazem qualquer menção de uma estrutura dolménica no interior deste monumento (*idem*: 13).

**Cerâmicas Campaniformes:** Um primeiro conjunto de cinco fragmentos que permitiram colagens, pertencendo por isso ao mesmo vaso de forma acampanulada, com decoração *estilo marítimo, variante linear* (Cruz 1991: 117). Documentou-se ainda mais um fragmento, de uma forma acampanulada, com decoração semelhante aos anteriormente mencionados, mas que não pertenceria ao mesmo vaso (*ibidem*). Foram ainda recuperados dois fragmentos cerâmicos que possibilitaram colagem, reconstituindo-se um fundo de vaso com *omphalus* (*ibidem*), a decoração é no *estilo*

*pontilhado geométrico*. Por fim, um fragmento cerâmico decorado segundo o *estilo marítimo* (*ibidem*).

**Bibliografia:** Paço e Pinto 1961; Jorge 1986; Cruz 1991; Jorge 2002.

10. Dólmen 1 de *Chã de Parada* (Baião)

**Contexto:** Mamoa de grandes dimensões 22 a 24 m de eixo maior, no sentido Oeste-Este e de 18 m no eixo Norte-Sul (Cruz 1991: 120). No seu interior foi documentada uma câmara poligonal composta por nove esteios, que rodam os 3 m de altura, que mede 4,40 m de eixo maior e 2,90 de eixo menor (*ibidem*). Este monumento possui um corredor com cerca de 3,80 m (*ibidem*).

**Cerâmicas Campaniformes:** A colagem de três fragmentos cerâmicos permitiu a reconstituição de um fundo de vaso com *omphalus*, que pertenceria a um vaso campaniforme, mas nenhum dos fragmentos apresenta decoração (Jorge e Bettencourt 1988: 105, 107 e 111; Cruz 1991: 120). Um outro fragmento cerâmico apresenta decoração *estilo pontilhado geométrico* (Jorge e Bettencourt 1988: 111; Cruz 1991: 120). Documentou-se ainda dois fragmentos que não colando poderão pertencer ao mesmo vaso, um deles um fragmento de bordo, que apresentam decoração *estilo marítimo, variante linear*, os autores da escavação colocam a hipótese da decoração ter sido obtida com uma matriz de concha – *Chlamis opercularis* (Jorge e Bettencourt 1988: 107-108 e 111).

**Bibliografia:** Jorge e Bettencourt 1988; Cruz 1991; Jorge 2002.

11. Mamoa 2 de *Outeiro de Ante* (Baião)

**Contexto:** Mamoa ou *tumulus* medindo cerca de 10 m no seu eixo maior, Norte-Sul, e cerca de 8 m no eixo Este-Oeste, e com cerca de 0,85 de altura (Cruz 1991: 120). No interior deste *tumulus* existe uma estrutura dolmênica composto por uma câmara poligonal alongada, sub-elíptica (Gonçalves 1984: 34), constituída, originalmente, por onze esteios (Gonçalves 1984: 34; Cruz 1991: 121).

**Cerâmicas Campaniformes:** Foram recuperados quatro fragmentos cerâmicos que pertenceram todos ao mesmo vaso, mas apenas três permitem colagem, estes fragmentos apresentam decoração *estilo pontilhado geométrico* (Gonçalves 1984: 35-37; Cruz 1991: 121). Durante a escavação foram recuperados mais dois fragmentos cerâmicos, que permitiram colagem entre si, que pela sua similitude poderão pertencer ao mesmo vaso que os fragmentos anteriores (Cruz 1991: 121). Conclui-se referindo a existência de um outro fragmento com decoração similar aos anteriores (Gonçalves 1984: 35-37; Cruz 1991: 121).

**Bibliografia:** Gonçalves 1984; Jorge 1986; Cruz 1991; Jorge 2002.

12. *Tapado da Caldeira* (Baião)

**Contexto:** Esta estação poderá ter três fases de ocupação, esta ilação retira-se dos diferentes materiais aí encontrados: uma primeira fase corresponderia a um povoado calcolítico “pré-campaniforme” (Jorge 1986: 854); numa segunda fase estará documentado um povoado que corresponderia a uma fase mais tardia do calcolítico, em que as cerâmicas campaniformes já estariam presentes – apenas se documentaram estas cerâmicas nos estratos um 1A e 1B (Jorge 1980: 30); a última fase corresponde a uma necrópole do Bronze Final, com quatro sepulturas – com esta poderiam estar relacionada uma lareira, uma fossa e um “solo” (*idem*: 31). Esta necrópole provocou o remeximento dos estratos em que se encontravam os vestígios das ocupações anteriores. Consequentemente os materiais campaniformes recuperados nesta estação, apesar de recolhidos em escavação não fornecem um contexto preservado, contudo a sua maior concentração situava-se no sector Sul da estação (*idem*: 30).

**Cerâmicas Campaniformes:** São oito a totalidade dos fragmentos cerâmicos campaniformes recuperados na estação arqueológica do *Tapado da Caldeira*. Com decoração incisa registou-se um fragmento cerâmico, que a autora remete para o *estilo inciso tipo Ciempozuelos* (Jorge 1980: 48, Jorge 2002: 37) – com este vaso poderão estar relacionados outros dois fragmentos cerâmicos com a mesma técnica decorativa (Jorge 1980: 35; Cruz 1991: 123-124; Jorge 2002: 37). O *estilo pontilhado geométrico* encontra-se representado por quatro fragmentos, três dos quais pertencem ao mesmo vaso: o primeiro fragmento associa a técnica pontilhada ao punção – um fragmento

de bordo; os três fragmentos do mesmo vaso apresentam como técnica decorativa o puncionamento – um destes corresponde a um fragmento de bordo (Jorge 1980: 48-49; Cruz 1991: 123-124; Jorge 2002: 37). Por último foram ainda registados três fragmentos cerâmicos que correspondem ao *estilo marítimo, variante linear*, um destes fragmentos trata-se de um bordo, e é também este o mais hipotético pois apenas se pode observar uma linha pontilhada – nos outros dois fragmentos as linhas pontilhadas parecem organizar-se em bandas (Cruz 1991: 123-124; Jorge 2002: 37), todos estes fragmentos correspondem a vasos acampanulados (Cruz 1991: 123-124).

**Bibliografia:** Jorge 1980; Jorge 1986; Cruz 1991; Jorge 2002.

13. Mamoa 1 de *Chã de Carvalho* (Baião)

**Contexto:** *Tumulus* medindo cerca de 13 m de diâmetro e aproximadamente 1,30 m de altura máxima, existindo uma câmara de forma cistóide de planta sub-retangular no seu interior, composta por seis esteios, que não ultrapassavam 1,5 m de altura (Cruz 1991: 125).

**Cerâmicas Campaniformes:** São numerosos os fragmentos cerâmicos campaniformes recuperados nesta estação. Assim, quatorze fragmentos, um deles de bordo cerâmicos pertencentes possivelmente ao mesmo vaso, de forma acampanulada, com decoração de *estilo marítimo, variante internacional* (Cruz 1991: 36-37). A uma *taça tipo Palmela* pertencem onze fragmentos, três deles de bordo, a decoração associa o *estilo pontilhado geométrico* à incisão (*idem*: 37 e 40). Um outro vaso também decorado com *estilo pontilhado geométrico*, associado a puncionamento, encontra-se representado por dez fragmentos (*ibidem*). Com decoração incisiva encontram-se registados dois vasos: de um deles foram recuperados vinte fragmentos; um segundo vaso de que foram recuperados dois fragmentos associa a já mencionada técnica decorativa ao puncionamento (Cruz 1991: 37 e 40). Com excepção de três fragmentos da *taça tipo Palmela* decorada, que foram recuperados das terras de enchimento da câmara, todos os outros provêm das terras superficiais da mamoa, pressupondo-se que terão sido terras resultantes da violação da câmara do monumento (*idem*: 33). Domingos J. Cruz coloca também a hipótese de alguns desses vasos terem sido colocados no exterior da câmara de maneira propositada (*ibidem*).

**Outros materiais:** Deste monumento foram também recuperadas cerâmicas sem decoração que podem de algum estar associadas aos materiais campaniformes. Será o caso de uma *taça tipo Palmela*, de que foram recuperados vinte e três fragmentos (Cruz 1991: 29), que o autor considera como um tipo cerâmico campaniforme liso (*idem*: 146). Outro exemplo é de uma *taça de pé alto*, “tipo fruteira”, de que se recuperaram cinco fragmentos, quatro dos quais permitiram colagem (*ibidem*). Foi encontrado também um fragmento de fundo de vaso com *omphalus* (*ibidem*). Estão documentados também dois fragmentos cerâmicos carenados de dois vasos diferentes, sendo um destes se trata de um bordo (*ibidem*). O contexto estratigráfico é o mesmo das cerâmicas campaniformes, com a excepção já referida dos três fragmentos da *taça tipo Palmela* decorada (*idem*: 33).

Foram também recuperados, mas com contexto estratigráfico bem definido, dois conjuntos de artefactos metálicos: um conjunto de cinco pontas de lança *tipo Palmela*; e outro conjunto de dois punhais de lingueta – estes dois conjuntos, em cobre arsenical, encontravam-se no mesmo nível estratigráfico e na mesma quadrícula (E 6), mas distanciados e 92 cm (Cruz 1991: 41-42). A deposição destes materiais terá sido realizada antes da conclusão do monumento, sendo assim coevos da construção do monumento (*idem*: 42).

**Bibliografia:** Cruz 1983; Jorge 1986; Cruz 1991; Cruz 1992; Jorge 2002.

14. Mamoa de *Monte Maninho* (Baião)

**Contexto:** Mamoa que mede cerca de 10 m no eixo Norte-Sul e 9 m no eixo Este-Oeste, com uma altura máxima de 0,80 m (Cruz 1991: 125). Tendo existido uma câmara funerária só foi possível documentar um único esteio (*ibidem*).

**Cerâmicas Campaniformes:** A escavação deste monumento permitiu a recuperação de seis fragmentos cerâmicos, pertencendo, com toda a probabilidade ao mesmo vaso segundo o *estilo pontilhado geométrico* (Cruz 1991: 125).

**Bibliografia:** Cruz 1987; Cruz 1991; Jorge 2002.

15. Mamoa de 1 Vale de Juros (Baião)

**Contexto:** Mamoa que não foi alvo de escavação, mas de que existe uma pequena notícia, na qual se documenta a existência de dois ou três de uma possível câmara megalítica (Carneiro *et alii* 1987: 159).

**Cerâmicas Campaniformes:** Na visita a este monumento foram recuperados dois fragmentos cerâmicos de uma formaacampanulada, que permitiram colagem, decorados segundo o *estilo pontilhado geométrico*, associado a incisão (Carneiro *et alii* 1987: 159; Cruz 1991: 126).

**Bibliografia:** Carneiro *et alii*. 1987; Cruz 1991; Jorge 2002.

16. Mamoa 2 de Carvalhelhos (Baião)

**Contexto:** Mamoa escavada em 1952 por J. Santos Júnior, não estando documentada qualquer estrutura pétreia no interior deste monumento (Cruz 1991: 133).

**Cerâmicas Campaniformes:** Foi recuperado um fragmento cerâmico decorado por incisão (Jorge 1986: 855; Cruz 1991: 133; Jorge 2002: 37).

**Bibliografia:** Jorge 1986; Cruz 1991; Jorge 2002.

17. Pastoria (Chaves)

**Contexto:** Povoado aberto, com duas ocupações calcolítica: a primeira das quais “pré-campaniforme”, esta ocupação teria decorrido, entre 2200-2100 a.C.; a segunda ocupação que corresponde já a uma ocupação em que se documenta a existência de cerâmicas campaniformes, bem como de artefactos metálicos teria decorrido de 2000-1900 a.C. – estes dois intervalos temporais para as ocupações foram estabelecidos através de cronologia relativa (Jorge 1986: 559-560). A estação encontra-se dividida por um estradão: a norte deste estradão foram intervencionados os locais 1,2 e 4 – a ocupação neste sector, e especialmente nos locais 2 e 4, corresponde à camada 2 e apenas foram recuperadas cerâmicas campaniformes; o local 3, que se situa a sul do estradão, registava uma estratigrafia mais complexa, no entanto foi apenas na camada 3, sub-níveis a e b (Jorge 1986: 409-572).

**Cerâmicas Campaniformes:** A quase totalidade dos materiais foi recolhida do local 3 desta estação. Na camada 3 sub-níveis a e b foram recolhidos: um vasoacampanulado, com carena baixa, que associa o pontilhado ao puncionamento, segundo o *estilo pontilhado geométrico* – representado por vários fragmentos; um outro conjunto de fragmentos permitiu reconstituir um vasoacampanulado de carena média e fundo plano—côncavo, que apresenta decoração *estilo marítimo, variante linear*; três fragmentos que permitiram colagem, que associavam a técnica pontilhada com a incisão; outros dois fragmentos cerâmicos que permitiram colagem, foram também recolhidos, com características decorativas em tudo idênticas aos anteriores (Cruz 1991: 131). No sub-nível b, da camada 3 foram recuperados: três fragmentos, que permitiram reconstituir uma formaacampanulada, com carena baixa, sem decoração; um fragmento cerâmico que associa o pontilhado e a impressão; uma associação de incisão e pontilhado foi registada num fragmento cerâmico; por fim resta mencionar uma outra associação de pontilhado com incisão, num outro fragmento (*idem*: 131-132).

A escavação do sector norte no local 4, camada 2, permitiu a recolha de uma caçoila *tipo Acebuchal*, decorada não com um estilo campaniforme, mas com um “estilo local”, a *incisão penteada* (Jorge 1986: 855; Cruz 1991: 132).

O estudo realizado às pastas e à tecnologia de produção das cerâmicas campaniformes permitiu concluir que se tratava de uma produção local (Jorge 1986: 939; Melo e Gonçalves: 1061).

**Outros materiais:** No local 3, no sector sul, foram recolhidos os seguintes artefactos metálicos, todos eles em cobre arsenical: um cinzel, um punção e uma possível “faca curva” (Jorge 1986: 855; Cruz 1991: 132). Ainda nesta estação, no local 4, mas produto de uma escavação clandestina, foi recuperado um punhal, também em cobre arsenical (Cruz 1991: 132).

Nesta estação arqueológica a cerâmica campaniforme surge associada em contexto doméstico ao universo de “cerâmicas decoradas calcolíticas do Alto Tâmega” (Jorge 1986: 855).

As análises dos restos faunísticos permitiu ainda detectar a presença de espécies domésticas como

ovinos, caprinos, suínos e canídeos – *ovis, capra, sus e canis* (Lopes 1986: 1108-1116 e 1119), na camada de ocupação onde se registraram as cerâmicas campaniformes, e os materiais a elas associados, já referidos.

**Bibliografia:** Jorge 1986; Cruz 1991; Jorge 2002.

18. Mamoa 1 de *Madorras* (Sabrosa)

**Contexto:** Mamoa de grandes dimensões, que contém no seu interior uma câmara de planta poligonal constituída por onze esteios – medindo 4,60m de comprimento, 4,80 de largura e 3,40 de altura (Cruz 1991: 134). Este monumento tem corredor diferenciado tanto em planta como em alçado, com cerca de 2,70 m de comprimento e com uma largura que oscila entre os 2 m junto à câmara terminando em cerca de 1,5 m à entrada (*ibidem*).

**Cerâmicas Campaniformes:** Foram recuperados dois fragmentos que permitiram colagem, um dos quais se trata de um fragmento de bordo, em que se associam pontilhado e incisão (Cruz 1991: 135). Neste mesmo monumento foram também recuperados três outros fragmentos cerâmicos que permitiram colagem e que poderão pertencer ao mesmo vaso dos fragmentos atrás descritos, pois as suas características são bastante semelhantes, contudo estes apresentam impressão com matriz de concha (*ibidem*). Registrou-se ainda a presença de dois fragmentos de um vaso com carena acentuada, decorados com três linhas paralelas de impressões feitas a matriz (Gonçalves e Cruz 1994: 205). Para finalizar, refira-se um fragmento de bordo decorado com uma matriz de concha (*idem*: 206). Domingos Cruz e Gonçalves (*idem*: 205) integram as decorações presentes nestas cerâmicas “nos grupos pontilhado geométrico e pontilhado de bandas”.

**Bibliografia:** Jorge 1986; Cruz 1991; Gonçalves e Cruz 1994; Cruz e Gonçalves 1995; Jorge 2002.

19. *Crasto de Palheiros* (Murça)

**Contexto:** Este *povoado-monumento*, conceito proposto por Maria de Jesus Sanches (2000/2001: 8), ocupa aproximadamente 2,5 h de um monte, com algum destaque na paisagem (Barbosa 1999: 25). A ocupação deste espaço é definida por três etapas gerais: *Crasto I*, *Crasto II* e *Crasto III* (Barbosa 1999: 34-35). Assim, num primeiro momento entre 3000 a 2800 a.C. terá existido uma ocupação anterior à monumentalização que originará o *Crasto II* (Barbosa 1999: 34; Sanches 2000/2001: 23-24). Este período é marcado pela já mencionada monumentalização, esta terá sido realizada entre 2800 a 2400 a.C., que se poderá estender até cerca de 2000 a.C. (Sanches 2000/2001: 23-24). O *Crasto de Palheiros* é marcado por uma ocupação da Idade do Ferro que se localiza no intervalo do século IV a.C. até ao século II d.C., podendo-se dividir em diversas fases (*idem*: 24-25).

Tomando em atenção o tema deste estudo interessa salientar a ocupação, ou ocupações, denominada por *Crasto II*, pois foi nesta fase que se registou a existência de cerâmicas campaniformes (Barbosa 1999: 96). O monte que corresponde a esta estação, através da monumentalização realizada com o *Crasto II*, encontra-se definido no seu limite sudoeste por um afloramento rochoso que forma uma falésia, assim a construção de taludes irá ocorrer na face oposta a esta. Serão duas as linhas de taludes que partindo do afloramento a noroeste vão rodear o monte e cercá-lo encontrado de novo o afloramento rochoso a sudeste. Formam-se assim duas plataformas, uma superior e outra inferior, a primeira denominada por *Unidade Interna* e a segunda por *Unidade Externa*. A cerâmica campaniforme surge exclusivamente na camada I da *Unidade Interna* (*ibidem*).

Existem duas datações absolutas para a camada I da *Unidade Interna*: CSIC 1280 4087±34 BP, que a calibração a dois sigmas fará corresponder ao intervalo 2860-2496 a.C.; a segunda datação CSIC 1216 3727±39 BP que a calibração a dois sigmas fará corresponder ao intervalo 2277-1981 a.C. (Sanches 2000/2001: 21). Estas datações não se recobrem estatisticamente, mas o contexto da amostra que permitiu a obtenção da primeira datação, aqui referida, merece maior confiança por parte de Maria de Jesus Sanches (*idem*: 23).

**Cerâmicas Campaniformes:** Foi registado um total de sessenta fragmentos cerâmicos campaniformes, permitindo a reconstituição gráfica de quatorze formas, podendo assumir-se que na totalidade seriam no mínimo dezoito vasos campaniformes, esta conclusão advém da análise das organizações decorativas presentes nesta amostra cerâmica (Barbosa 1999: 96). Esta amostra cerâmica foi classificada em três tipos de formas 9, 10 e 11 – o tipo 10 apresenta as variantes A e B (*idem*: 43).

Na classificação tipológica dos fundos o tipo 2, com as suas variantes A (fundo plano recto) e B (*omphalus*) corresponde a vasos campaniformes. As organizações decorativas XX e XXV a XXV7, correspondem a organizações decorativas classificadas como campaniformes (*idem*: 51-53).

No Crasto de Palheiros estão representados os estilos: *marítimo*, *variante linear* e *variante internacional*; *pontilhado geométrico*; e *inciso*, representado apenas por um único fragmento (*idem*: 98). O cálculo de capacidade dos diferentes recipientes campaniformes identificados e que permitiram reconstrução gráfica permitiu concluir que as capacidades destes recipientes se encontra entre os 0,941l e os 5,752l (Barbosa 1999: 181).

**Outros Materiais:** Os campaniformes surgem associado a vasos carenados – tipo 8 – que surgem pela primeira vez no *Crasto de Palheiros* na camada 1 da *Unidade Interna* (Barbosa 1999: 97). A cerâmica campaniforme surge também associada a outros tipos cerâmicos, assim: na área selada surge associada aos tipos cerâmicos 1 – ovóides, 2 – ovóides, 3 – esféricos altos, 4 – taças, 5 – perfil sinuoso, 12 – subcilíndricos troncocónico, 13 – forma fechada e 14 – forma fechada (*idem*: 65-70); na área aberta associam-se-lhe os tipos morfo-tipológicos 1, 2, 3, 4, 5 e 12 (*idem*: 73-78).

**Bibliografia:** Sanches 1997b; Barrosa 1999; Sanches 2000/2001.

20. *Castanheiro do Vento* (Vila Nova de Foz Côa)

**Contexto:** Trata-se de um *recinto murado*, no qual se iniciaram as escavações em 1998, de grande dimensões (Jorge *et alii* 2002a: 39), a cronologia, preliminar, deste *monumento* (Jorge 2002: 39), situa-o entre o 3º milénio e a primeira metade do 2º milénio a.C. (Jorge *et alii* 2002b: 75).

**Cerâmicas Campaniformes:** É referido por Susana O. Jorge<sup>1</sup> a existência de campaniforme *estilo marítimo*, *variante linear* (Jorge 1990: 209, Jorge 2002: 37), contudo estes materiais ainda não se encontram publicados.

**Bibliografia:** Jorge 1990; Jorge *et alii* 2002a, Jorge *et alii* 2002b; Jorge 2002.

21. *Castelo Velho* (Vila Nova de Foz Côa)

**Contexto:** A estação arqueológica de *Castelo Velho* foi alvo de doze campanhas de escavação desde 1989, dirigidas pela Professora Doutora Susana O. Jorge (2002: 27). Esta investigadora com base no estudo desta estação criou uma nova categoria de sítios arqueológicos, em substituição da denominação de povoado fortificado, essa denominação surge sobre três formas: *monumento* (*idem*: 37-38), *lugar monumentalizado* (Jorge 1998) ou *recinto murado*. *Castelo Velho* situa-se num esporão a cerca de 681 m de altitude absoluta (Jorge 2002: 28). As diferentes ocupações de *Castelo Velho* encontram-se repartidas por três camadas: a camada 4, que corresponde a uma primeira fase construtiva, esta terá sido realizada cerca de 3000 a.C.; a camada 3, na qual foi recolhido o fragmento cerâmico que corresponde a um campaniforme *estilo cordado*, corresponde ao momento de monumentalização da estação, e que se mantém em utilização de 2900/2800 a 1900/1800 a.C.; a camada 2, corresponde a uma alteração construtiva, mas que não invalidou a manutenção das características arquitectónicas pré existentes – esta ocupação decorrerá desde inícios do 2º milénio a.C. até cerca de 1300 a.C.; um último momento deste *monumento* corresponderá a uma petrificação de toda a área e que cobriu a camada 2, que terá acontecido cerca de 1300/1200 a.C. (*idem*: 28 e 30).

**Cerâmicas Campaniformes:** Foi documentado um fragmento de campaniforme segundo o *estilo cordado*, AOC (Jorge 2002: 37), na camada 3 da quadrícula L'15 (*idem*: 32).

**Outros Materiais:** Os materiais registados na camada 3 de *Castelo Velho*, ou seja, possivelmente associado à cerâmica campaniforme são: recipientes cerâmicos (esféricos, taças hemisféricas, calo-

<sup>1</sup> Esta investigadora refere também a existência de campaniforme *estilo marítimo*, *variante linear*, ou com temáticas locais, para uma outra estação deste concelho com o mesmo topónimo de Castelo Velho (Jorge 1990: 209), mas que se distingue pelo seu segundo topónimo, Castro de Tambores (Coixão 2000: 89).

tes de esfera, ovóides e tronco-cónicos), pesos de tear em argila, contas de colar de cor verde, artefactos de pedra polida, moinhos manuais e material lítico talhado, essencialmente em xisto e quartzo (Jorge 1993: 187-188). No conjunto de materiais registados na camada 3 desta estação destaque-se a presença de um machado plano e de um cinzel em cobre (*idem*: 188).

**Bibliografia:** Jorge 1993, Jorge 1998, Jorge 1999, Jorge 2002.

## 22. *Buraco da Pala* (Mirandela)

**Contexto:** A estação arqueológica do *Buraco da Pala* trata-se de um abrigo (Sanches 1997a: 19) com uma longa ocupação que se pode dividir em quatro momentos distintos: a ocupação registada no nível IV prolonga-se desde a primeira metade do V milénio a.C. até ao terceiro quartel do IV milénio a.C.; o nível III corresponde a uma ocupação do último quartel do IV milénio/princípios do III milénio a.C.; o intervalo cronológico entre 2800 e 2500 a.C. compreendeu duas ocupações os níveis II e I (Sanches 1997a: 138).

O nível I desta estação marca a introdução na cultura material de um novo tipo morfo-tipológico, o tipo 6, que integra as variantes A, B e C (Sanches 1997a: 127). As variantes deste tipo assemelham-se, a nível formal, com tipos cerâmicos campaniformes (*idem*: 127 e 139).

Este nível de ocupação é identificado com tendo uma função primordial, a armazenagem, pois foram registados restos de cereais (trigo e cevada), leguminosas (fava) e bolota – esta área apenas não ocupava cerca de 10m<sup>2</sup> da área útil do abrigo (Sanches 1997a: 102 e 126).

**Cerâmicas Campaniformes:** Registaram-se vinte e dois recipientes pertencentes ao tipo 6 (com três variantes A, B e C), o que corresponde a 5,53% dos recipientes do nível I (Sanches 1997a: 105 – anexo IV). A totalidade destes recipientes são decorados, dezanove dos quais com incisão “penteada”, dois com incisão e apenas um com impressão (*ibidem*).

A variante C deste tipo é paralelizável com recipientes campaniformes *tipo Acebuchal* – perfil anguloso e levemente fechado com carena baixa (Sanches 1997a: 127).

**Outros materiais:** A transição do nível II para o nível I é marcada por uma continuidade da cultura material, mantendo-se todos os tipos cerâmicos do nível II, sendo acrescentado para além do tipo 6, a variante A do tipo 7 (Sanches 1997a: 126-127). Como caso pontual surge ainda um recipiente cerâmico onde se encontra presente a dita decoração “simbólica” (*idem*: 130).

A incisão “penteada” representa 77% dos diferentes tipos de técnicas decorativas registadas no nível I do *Buraco da Pala* (Sanches 1997a: 139).

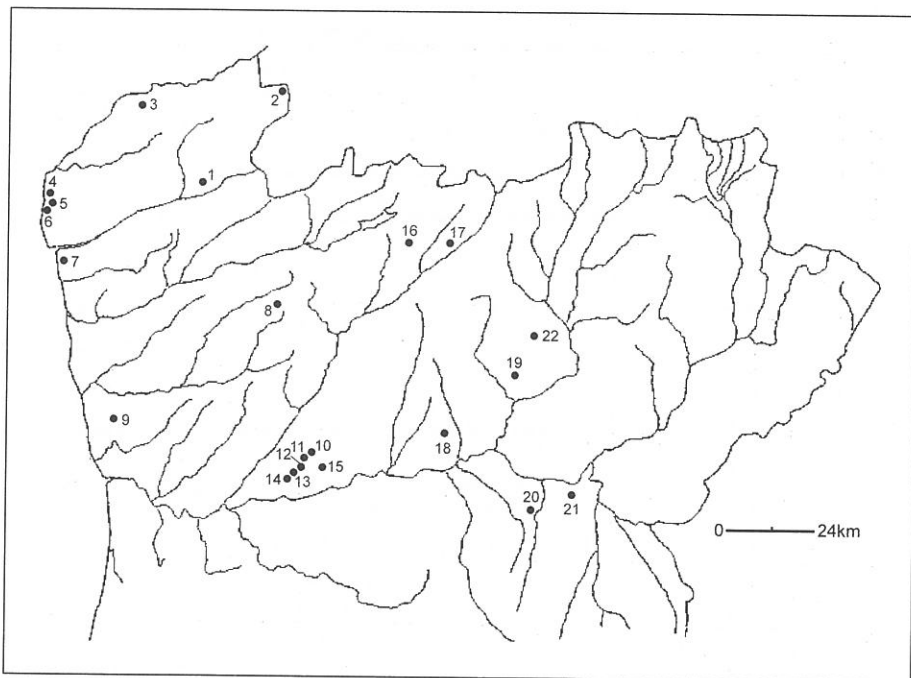
No nível I do *Buraco da Pala* registou-se a ocorrência de elevado número de objectos de adorno, num total de 65 contas de variscite/metavariscite, e um bloco desta matéria-prima (Sanches 1997a: 104). Neste mesmo nível foi ainda possível recolher seis contas em ouro e uma pequena placa no mesmo material, coloca-se a possibilidade da produção ser local (*idem*: 131). Saliente-se ainda a existência no nível I desta estação de um machado em cobre arsenical, talvez também produzido localmente (*ibidem*).

Relativamente à pedra polida foi possível recuperar neste nível um machado e três enxós (Sanches 1997a: 73 – anexo II). No que concerne a pedra talhada detectaram-se vários tipos de artefactos produzidos a partir de diferentes tipos de matéria-prima (*idem*: 40 e 43 – anexo I).

**Bibliografia:** Sanches 1997a.

ANEXO 2

Mapa de localização das estações arqueológicas do Norte de Portugal nas quais se documentou a presença de cerâmicas campaniformes (adaptado de Jorge 2002: 38).



1. *Chã de Arcas*; 2. Mamoa 1, 2 e 3 da *Portela do Pau*; 3. *Castelo de Fraião*; 4. Dólmen da *Barrosa*; 5. Mamoa de *Aspra*; 6. Mamoa de *Eireira*; 7. Mamoa de *Chafé*; 8. *Lugar de Vargo*; 9. Mamoa de *Guilhabreu*; 10. Dólmen 1 de *Chã de Parada*; 11. Mamoa 2 de *Outeiro de Ante*; 12. *Tapado da Caldeira*; 13. Mamoa 1 de *Chã de Carvalhal*; 14. Mamoa de *Monte Maninho*; 15. Mamoa de *Vale de Juros*; 16. Mamoa 2 de *Carvalhelhos*; 17. *Pastoria*; 18. Mamoa 1 de *Madorras*; 19. *Crasto de Palheiros*; 20. *Castanheiro do Vento*; 21. *Castelo Velho*; 22. *Buraco da Pala*.



ANEXO 3  
Relação contextos/estilos decorativos/número de recipientes campaniformes identificados no Norte de Portugal

N.º Inv.	Estação arqueológica	Tipo de contexto	Mar., int.	Mar., linear	Pont. Geo.	Estilo Inciso	Liso	Inc. penteadá	Matriz de concha	Pont. + incisão	Pont. + punc.	Punc.	Pont. Geo. + Inc.	Pont. + Imp.	AOC	Inc.	Imp.	Total
1	Chã de Arcos	Mamoa		2														2
2	Portela do Pua 1	Dólmen simples		1	2													3
2	Portela do Pua 2 e 3	Dólmen simples			2													2
3	Castelo de Fritão	Achado ocasional		1														1
4	Barrosa	Dólmen de corredor			1													1
5	Aspra	Mamoa	1	1														3
6	Ereira	Dólmen de corredor	1															1
7	Chafé	Dólmen simples	1															1
8	Lugar do Vargo	Achado ocasional			1													1
9	Guilhabreu	Mamoa	1	2	1													4
10	Chã de Parada 1	Dólmen de corredor			1				1									2
11	Outeiro de Aite 2	Dólmen simples			2													2
12	Tapado da Caldeira	Povoado		3	2	1				1	1							8
13	Chã de Carvalho 1	Cista megalítica	1			2	1						1					6
14	Monte Maninho	Dólmen simples			1													1
15	Vale de Juros 1	Dólmen simples			1													1
16	Carvalhelhos 2	Mamoa				1												1
17	Pastoria	Povoado		1			1	1		4	1			1				9
18	Madorras 1	Dólmen de Corredor							1	1								3
19	Cristo de Palheiros	Povoado-monumento	?	?	?	1												18?
20	Castanheira do Vento	Monumento		1											1			1
21	Castelo Velho	Monumento						19								2	1	22
22	Baraco da Pala	Abriço/ área de armazenagem																
		Totais	5?	13?	15?	5	2	20	2	5	3	1	1	1	1	2	1	c. 94

<sup>1</sup> Não foi possível fazer a quantificação por estilos ou técnicas decorativas, com a exceção daquele que se encontra expresso. Contudo o número total de recipientes presentes nesta estação não ultrapassará os dezoito vasos campaniformes (Barbosa 1999: 96), contudo existe uma contração com o número mínimo de 19 recipientes avançados por Maria de Jesus Sanches (2000/2001: 13), citando o estudo realizado por Sandra Barbosa (1999). O número de recipientes campaniformes nesta estação será já mais elevado pois Maria de Jesus Sanches refere que numa sondagem realizada em 1999 foram recolhidas mais cerâmicas campaniformes (Sanches 2000/2001: 13), mas que no entanto não foram estudadas por Sandra Barbosa (1999).

# PRÁTICAS DE CONSTRUÇÃO E REPRODUÇÃO DE PODER NO PORTUGAL RURAL DO SÉCULO XVII AO SÉCULO XIX. O CASO DO MORGADIO DE PEROVISEU E CHÃOS (FUNDÃO)

por

Judite Maria Nunes Esteves\*

**Resumo:** O artigo pretende dar a conhecer o processo de instituição e transmissão de um morgadio durante os séculos XVII, XVIII e XIX, realçando principalmente o caminho percorrido pelos seus administradores no sentido de manter e aumentar o património vinculado. Evidencia-se a instituição vincular descrita pela constância conseguida na sua administração e sucessão, durante cerca de duzentos anos, por uma família de província (Beira Baixa). No sentido de compreender os factores que contribuíram para a referida estabilidade, a autora procurou, por um lado, caracterizar as alianças matrimoniais realizadas pelos administradores do morgadio relevando a proximidade entre estes e o poder eclesiástico e, por outro, o modo como os nomes dos indivíduos foram usados e reproduzidos de forma a imporem-se como uma emblemática do poder da família estudada.

**Palavras-chave:** Morgadio; alianças matrimoniais; transmissão do nome.

A instituição do morgadio em Portugal obedecia a um modelo relativamente bem delineado no fim do século XVII, período a partir do qual se inicia o presente estudo. Sabemos, no entanto, que as regras essenciais que constituíam o referido modelo – sucessão única do filho varão primogénito, manutenção de um património, essencialmente fundiário, indivisível e inalienável com o objectivo de aumentar o poder e prestígio da família – estavam sujeitas a variabilidades, como consequência de circunstâncias diversas que tanto podiam ser da responsabilidade dos indivíduos ou, pura e simplesmente, impostas pela realidade exterior a eles. Ou seja, variabilidades resultantes da forma individual de pensar, do acaso dos factores de reprodução sexual, do contexto social regional onde os indivíduos se movimentavam ou

---

\* Doutoranda da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da U.N.L.

ainda, num âmbito mais alargado, das particularidades políticas, económicas e ideológicas da sociedade em que viviam.

Partindo destes pressupostos, expomos neste artigo a história da fundação<sup>1</sup> e transmissão de um morgadio ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, relevando a lógica das alianças matrimoniais realizadas, cuja especificidade decorre de estratégias conscientes ou inconscientes, com o propósito de satisfazer os interesses do grupo, dentro das condicionantes referidas. Igualmente, procurámos compreender o modo como é usado e transmitido o nome, principalmente nos indivíduos destinados à sucessão no vínculo.

O estudo do caso referente ao morgadio em questão, chamado de Peroviseu e Chãos, revelou-se ser altamente significativo em relação ao modelo estabelecido. A gestão deste morgadio envolveu indivíduos que agiram num espaço geográfico de província e que desenvolveram acções várias, proporcionando grande estabilidade na sua administração, ao longo de cerca de duzentos anos. Durante oito gerações foi mantida uma regularidade quase perfeita, no que respeita à política de alianças matrimoniais, à inalienabilidade e aumento do património, à varonia e primogenitura dos sucessores assim como à transmissão do nome. Esta estabilidade não impediu, porém, que o morgadio se extinguisse perante a primeira contrariedade que surgiu: a ausência de um sucessor varão.

A instituição deste morgadio foi o meio posto em prática por um padre da aldeia de Peroviseu<sup>2</sup> para reunir os seus bens aos herdados por morte de dois irmãos e transmiti-los de forma a que originassem e sustentassem uma *casa*, entendida esta como “um conjunto coerente de bens simbólicos e materiais a cuja reprodução alargada estavam obrigados todos os que nela nasciam ou dela dependiam”<sup>3</sup>.

Na descrição que faremos, referimos acções e estratégias desenvolvidas que aparentam ser – dentro da variabilidade sempre existente – representativas de outras práticas empreendidas por indivíduos que se movimentaram, durante o mesmo período temporal, num espaço igualmente provincial e rural e que sem pertencerem à dita nobreza titular procuraram, à semelhança desta e nela inspirados, afirmar e aumentar o seu poder económico, político e simbólico.

Relativamente ao posicionamento social dos administradores do morgadio de

---

<sup>1</sup> Entendemos a fundação de morgadio tal como o entende Maria de Lurdes Rosa: “um acto de regulamentação administrativo-jurídica de um património, no qual também se transmitem modelos de comportamento, regras de conduta social e formas de relacionamento com o mundo dos antepassados, destinados a vigorar durante gerações e condicionando tanto a posse dos bens como a chefia da linhagem.” *O Morgadio em Portugal, sécs. XIV- XV*, Editorial Estampa, Lisboa, 1995, p. 20.

<sup>2</sup> Aldeia situada no concelho do Fundão, distrito de Castelo Branco.

<sup>3</sup> Nuno Gonçalo Monteiro, *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Lisboa, 1998, p. 91.

Peroviseu e Chãos, é possível arriscar colocá-los, pelo menos até final do século XVIII, no “limiar da nobreza”, tendo em consideração o que escreveu Nuno Gonçalo Monteiro:

*“A assunção do limiar da nobreza como uma condição tácita, adquirida pelo viver nobremente, pelo desempenho de funções nobilitantes (pertencer ao corpo de oficiais do exército de primeira linha ou das ordenanças, à magistratura, ou simplesmente a uma câmara municipal, etc.) ou, negativamente, pelo não exercício de funções mecânicas, obteve efectiva tradução em muitas práticas institucionais setecentistas”<sup>4</sup>.*

Em 1791, o sucessor na administração do vínculo recebe de D. Maria II, Carta de Brasão de Armas, a qual vem compensar os mecanismos desenvolvidos pelos seus antepassados no sentido da ascensão social, dos quais fez parte, naturalmente, a manutenção e aumento do morgadio.

Os bens fundiários do morgadio de Peroviseu e Chãos foram aumentando desde a instituição até ao início do século XIX, acabando por se estenderem, principalmente, pela área geográfica pertencente ao Concelho do Fundão, mais precisamente nos limites daquela cidade e na das freguesias de Peroviseu, Valverde e Donas (sendo nesta última o domínio principal nos Chãos<sup>5</sup>, aldeia anexa). Embora sem dimensões significativas, abrangeu igualmente algum património dentro do concelho da Covilhã.

Com residências na aldeia de Peroviseu e na aldeia dos Chãos será, preferencialmente, entre estas duas aldeias que os instituidores, sucessores e respectivas famílias ligadas ao morgadio actuaram e geriram o seu vasto património.

Metodologicamente, partimos de uma reconstituição genealógica elaborada com base em diversos documentos,<sup>6</sup> abrangendo oito gerações de indivíduos. Utilizando as mesmas fontes, foi possível seguir parcialmente a vida dos responsáveis pela instituição e sucessão do referido morgadio desde 1696, ano em que é redigido o testamento que contém a primeira instituição, até 1863, momento em que é registado no Governo Civil de Castelo Branco dando cumprimento às exigências da lei de 30 de Julho de 1860<sup>7</sup>.

---

<sup>4</sup> Ibidem, p. 24.

<sup>5</sup> Esta aldeia foi objecto de um estudo de carácter etnológico publicado nos anos 90 da autoria de Armindo dos Santos, intitulado *Heranças, Estrutura Agrária e Sistema de Parentesco numa Aldeia da Beira Baixa*, Publ. Dom Quixote, Lisboa, 1992.

<sup>6</sup> Processo de registo do vínculo de Peroviseu e Chãos, ANTT, *Vínculos Abelho*, proc. n.º 27; registos paroquiais do Distrito de Castelo Branco, Concelho do Fundão; Chancelarias Régias.

<sup>7</sup> Esta lei determina o registo no Governo Civil de cada distrito de todos os morgadios com valor superior a quatrocentos mil reis referindo no seu artigo 28 que “nenhuma instituição de vínculo pode surtir efeito algum, sem ter sido registada”.

## INSTITUIÇÃO E TRANSMISSÃO DO MORGADIO DE PEROVISEU E CHÃOS

A origem deste morgadio encontramos-la num testamento, datado de 24 de Novembro de 1696, em que um prior de Peroviseu, Luís Machado Freire decidiu, com o seu património, instituir dois morgadios e privilegiar na sua sucessão, as suas irmãs Maria Machada e Isabel Machada da Cunha e os sobrinhos, filhos destas, que deverão ser não só os seus testamenteiros, mas também os principais herdeiros<sup>8</sup>:

*“deixo por meus testamenteiros e testamentearas a minha irmã Maria Machada e a minha irmã Dona Isabel Machada da Cunha e em sua falta os meus sobrinhos o Padre Luís Machado Freire e o Frei Diogo Dias professo na Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo do lugar de Alcongosta (...)”*<sup>9</sup>.

Por este testamento sabemos, que o padre testador, para além das duas irmãs referidas, teve mais irmãs e irmãos – dos quais dois tinham, na altura, já falecido. No entanto e apesar de fazer referência no documento a todos os irmãos, a atribuição de bens só contempla alguns, o que espelha a relação entre Luís Machado Freire com aqueles. Assim, o padre faz referência aos irmãos Manuel Machado (que também tinha sido prior em Peroviseu) e José Machado ambos falecidos e dos quais terá herdado bens. Relativamente aos irmãos vivos menciona: António Machado a quem testa dez mil réis e 15 alqueires de centeio; Ana Machada que deverá receber vinte mil réis; Domingos da Cunha e seus descendentes que “nada deverão herdar”; Tomé Machado que deve receber dez mil réis; Catarina Machada, casada com Francisco Giraldes e mãe de Manuel Giraldes que nada deverão herdar.

A vontade do autor do testamento é que na realidade sejam as suas duas irmãs, Maria Machada e Isabel Machada da Cunha, a receberem o seu património principal, constituído na sua parte mais consistente por dois morgadios instituídos, como já referimos, no testamento em causa. Citemos o documento:

*“e o remanescente dos meus bens quero instituir dois morgados os quais instituo na forma seguinte: Que por quanto tenho as minhas fazendas de raiz assim de terras, olivais, vinhas, soutos, chãos de regadio, casas, engenhos de moer pão e lagares de azeite nos limites deste lugar de Peroviseu e outros lugares do termo da vila da Covilhã, por tanto por esta clausula do meu testamento quero e é minha vontade de deixar e deixo metade da dita tal fazenda e quanto se achar ser minha, a minha irmã Maria Machada, mulher viúva que ficou do capitão Francisco Gil do lugar dos Chãos, freguesia d’Aldeia Nova das Donas (...)”*<sup>10</sup>.

<sup>8</sup> Optámos por actualizar a escrita em todas as citações feitas a partir de documentos.

<sup>9</sup> Testamento do Padre Luís Machado, de 1696, transcrito no Processo de Registo de Vínculos, ANTT, *Vínculos Abelho*, Castelo Branco, Proc. N.º 27, fl. 121.

<sup>10</sup> *Ibidem*, fls. 121v e 122.

Relativamente à parte dos bens deixados à irmã Maria Machada – instituídos em morgadio – estabelece que após a morte desta, aqueles passem ao filho Luís Machado Freire e depois do falecimento deste último, para a sua irmã, chamada tal como a sua mãe, Maria Machada. Fora da sucessão e herança ficará sempre Francisco Gil, filho primogénito desta irmã do padre de Peroviseu e portanto irmão de Luís e de Maria. No testamento em análise ficou registado que Francisco Gil nunca deveria ter acesso à posse ou administração dos bens do seu tio. Possivelmente um casamento não aceite estará na origem desta exclusão. Uma das menções feita a este sobrinho diz o seguinte:

*“suposto que neste testamento acima declarado que Francisco Gil filho da dita minha irmã Maria Machada nunca em tempo algum sucederia na dita minha fazenda, contudo por certas razões que me movem, quero e sou contente que também seja admitido a gozá-la, guardando-se acima, neste testamento referida, contudo nunca nela sucederão os filhos que teve da primeira mulher que são os Ramos, nem os descendentes destes tais filhos.”<sup>11</sup>*

A transmissão do seu património e a exclusão de familiares do acesso a este, é de resto uma preocupação constante do instituidor. Ao estabelecer as condições de transmissão, após a morte da sobrinha Maria, o padre volta a nomear os familiares que nunca deverão herdar destes bens:

*“a primeira é que a dita minha irmã Maria Machada em sua vida, e depois de minha morte, goze a dita tal fazenda e por seu falecimento a haja e suceda nela seu filho e meu sobrinho o Padre Luís Machado e por falecimento dele a haja e suceda na dita tal fazenda sua irmã e minha sobrinha Maria Machada filha da sobredita Maria Machada minha irmã, e por falecimento da dita minha sobrinha Maria Machada, tendo filhos de legítimo matrimónio, o haja e suceda na tal fazenda seu filho varão mais velho, e em defeito de varão, sua filha mais velha, e em defeito do filho ou filha o herdeiro mais chegado, preferindo sempre, em igual grau, o varão a fêmea e com condição que serão sempre os que sucederão na dita tal fazenda descendentes de meu pai Manuel Machado, e também que nunca em tempo algum suceda, nem haja a tal fazenda meu irmão Domingos da Cunha e seus descendentes, nem minha irmã Ana Machada, moradora no lugar do Fundão nem seus descendentes, nem Manuel Giraldes filho de minha irmã Catarina Machada, nem os descendentes dele, nem Francisco Gil, filho da sobredita Maria Machada minha irmã, nem descendentes dele.”<sup>12</sup>*

As obrigações impostas aos sucessores e herdeiros serão repetidas quando o clérigo se refere à instituição de um segundo morgadio. Este deverá vir a ser administrado pela irmã Isabel Machada da Cunha. Relativamente a este vínculo o instituidor refere o facto de ele ser constituído apenas por bens seus – enquanto do primeiro

<sup>11</sup> Testamento do Padre Luís Machado de 1696, já citado, fl. 135v.

<sup>12</sup> *Ibidem*, fls. 122v e 123.

faziam parte bens herdados dos irmãos falecidos – e, indica que o sucessor, após a morte de sua irmã Isabel, será o filho desta, Diogo Dias Machado:

*“Segunda instituição de capela e morgadio que deixo a minha irmã Dona Isabel Machada de Cunha mulher que foi do Mestre de Campo Frei Diogo Dias Preto cavaleiro professo na Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo do lugar de Alcongosta, termo da vila da Covilhã, (...). item deixo à dita minha irmã Dona Isabel Machada da Cunha a metade de toda a minha fazenda de raiz que se achar ser minha somente porque a fazenda que eu herdei de meus irmãos, a saber de meu irmão o Padre Manuel Machado Freire e de meu irmão José Machado Freire, deixo-a nomeada no morgadio e capela de minha irmã Maria Machada conforme era e foi vontade dos ditos meus irmãos (...) item por morte da dita minha irmã Dona Isabel Machada da Cunha, nomeio a dita capela e morgadio em meu sobrinho Frei Diogo Dias Machado, cavaleiro professo na Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo e filho da dita minha irmã Dona Isabel Machada da Cunha (...)”<sup>13</sup>.*

No entanto esta sucessão não será simples, pois estará dependente do casamento preferencial deste sobrinho, Frei Diogo Dias Machado com Maria Machada, a outra sobrinha, filha da irmã para quem instituiu o primeiro morgadio. Na realidade, o testador manifesta a vontade de os dois morgadios virem a unir-se, na posse e administração de um único descendente (ver genealogia parcial).

Depreendemos da redacção do documento em causa que, relativamente ao vínculo transmitido a Maria Machada, a acção do instituidor se encontra condicionada pois, como afirma, aquele vínculo é constituído por bens herdados dos seus irmãos falecidos, os quais terão manifestado a vontade desse património vir a ser legado a Maria Machada. Relativamente ao segundo vínculo, por ser constituído por bens unicamente seus, o prior sente-se mais livre para impor condições a sua irmã Isabel e aos seus descendentes, nas futuras transmissões. Estas condições surgem sob a forma de duas possibilidades. A primeira, que depreendemos ser considerada por ele a ideal, assenta no casamento do sobrinho Frei Diogo Dias Machado (filho de Isabel) com a sobrinha Maria Machada (filha de Maria Machada). Esta aliança matrimonial deveria ser o caminho mais evidente para a unificação dos vínculos. Mas no caso de tal não vir a acontecer, o testador ditou uma segunda via para o mesmo fim.

Assim, se não houvesse casamento por recusa de Frei Diogo Dias Machado, o sucessor e herdeiro de Isabel Machada da Cunha seria o seu segundo filho varão, Lourenço Dias Machado que, por sua vez, passaria o vínculo a uma irmã nomeada por si. Ou, no caso deste não fazer nomeação, determinou o instituidor dever a administração do morgadio transitar da irmã mais velha para a mais nova e quando esta última falecesse deveria unir-se o vínculo ao primeiro, instituído em favor da irmã do padre, Maria Machada. Ficando assim, para sempre, unido e administrado

<sup>13</sup> Ibidem, fls. 132 e 132v.

pela descendência desta última, com a natural perca para os descendentes de Isabel. Se, pelo contrário, fosse a sobrinha Maria Machada a recusar casar com o primo Diogo Dias Machado ou mesmo com o irmão deste, Lourenço Dias Machado, os vínculos manter-se-iam separados. Maria Machada administraria o morgadio que recebeu do irmão, o prior de Peroviseu, enquanto Dona Isabel e os seus descendentes manteriam o segundo morgadio, instituído pelo mesmo.

Explicitando melhor, o que se desejava que acontecesse era a unificação dos dois morgadios através do casamento entre os dois primos ou uma unificação mais tardia, a verificar-se no caso em que Diogo Dias Machado se negasse a casar com a prima Maria Machada. Nesta última situação, determinava o padre a passagem do morgadio, instituído a favor de Isabel, para os descendentes da prima rejeitada, após a extinção da primeira geração de descendentes da referida Isabel. Os vínculos manter-se-iam separados somente no caso em que a recusa em casar com Diogo ou com o irmão deste, Lourenço Dias Machado, fosse decisão da prima. Neste último caso, a sanção prevista pelo instituidor seria de nem Maria Machada nem a sua descendência poder herdar e suceder no morgadio de Isabel. A explicação dos objectivos do instituidor do morgadio de Peroviseu e Chãos talvez fique mais clara se atendermos às suas palavras:

*“e casando o dito meu sobrinho Frei Diogo Dias Machado com a minha sobrinha Maria Machada filha de minha irmã Maria Machada se vinculará este morgado e capela que também acima neste meu testamento deixo a dita minha irmã Maria Machada observando-se, guardando-se e cumprindo-se em tudo as clausulas nele conteúdas, e isto se entende que serão os ditos meus sobrinhos Frei Diogo Dias Machado e minha sobrinha Maria Machada, casados e recebidos em face da Igreja (...) e não casando o dito meu sobrinho Frei Diogo Dias Machado com a dita minha sobrinha Maria Machada como acima tenho dito, passará a dita capela e morgado a meu sobrinho Lourenço Dias Machado filho da dita minha irmã Dona Isabel Machada da Cunha, ajudando também com os rendimentos do dito morgado a sustentar suas irmãs e filhas da dita Dona Isabel Machada da Cunha e por morte do dito Lourenço Dias Machado meu sobrinho passará o dito morgado a uma das suas irmãs (...) e por morte dos ditos meus sobrinhos Frei Diogo Dias Machado e Lourenço Dias Machado e das ditas minhas sobrinhas filhas da dita minha irmã Dona Isabel Machada da Cunha passará este morgado e capela, e se unirá e vinculará a outro morgado e capela que deixo a minha irmã Maria Machada, viúva que ficou do capitão Francisco Gil do lugar dos Chãos, freguesia das Donas, mas isto se há-de entender no caso que o dito meu sobrinho Frei Diogo Dias Machado não queira casar com a minha sobrinha Maria Machada filha da dita minha irmã Maria Machada e que por culpa dele se não fizer o tal casamento, e também dado caso que a dita minha sobrinha não queira casar com o dito meu sobrinho Frei Diogo Dias Machado ou com meu sobrinho Lourenço Dias Machado filhos da dita Dona Isabel Machada da Cunha, nestes termos não deixo a dita minha irmã Maria Machada e sua filha Maria Machada minha sobrinha este segundo morgado e capela antes o deixo a minha irmã sobredita Dona Isabel Machada da Cunha e seus descendentes para sempre (...)”<sup>14</sup>*

<sup>14</sup> Ibidem, fls. 133, 133v, 134.



A primeira vontade do prior Luís Machado Freire cumpriu-se e Diogo Dias Machado, como o denomina o prior, ou Diogo Dias Preto como sempre é referido nos documentos, casa-se com a prima Maria Machada (ou Maria Machada Freire, nome com que surge no assento de casamento). Esta cerimónia foi realizada em Peroviseu, no dia 19 de Outubro de 1699. Entretanto, o padre instituidor provavelmente já teria falecido, pois o assento de casamento realizado na Igreja de Peroviseu foi assinado pelo “prior encomendado” padre Manuel de Paiva Duran.

Este matrimónio foi o que se pode considerar uma boa aliança. O enlace destes dois primos garantiu a unificação dos dois morgadios, dando assim continuidade, tudo o indica, à pretensão do tio Luís Machado: a formação de uma *casa* assente no património que ele conseguiu estrategicamente unir. A prossecução deste objectivo dependeria agora da fertilidade dos nubentes. Tratou-se, também de facto, de um casamento bem sucedido relativamente à descendência. Em 22 de Março de 1700, cinco meses após o casamento, nascia Diogo, o primeiro filho. Segue-se Luís, em 1702; Clemente, em 1705; João, em 1707 e Paula, em 1709.

Os morgadios unidos através deste casamento dizem respeito, quase exclusivamente, a bens imobiliários situados na região de Peroviseu, será a anexação de um terceiro morgadio cujo património se situa nos Chãos e seus limites (no mesmo concelho do Fundão, freguesia das Donas) que estende os bens vinculados até esta última aldeia. A instituição deste outro morgadio é feita no testamento de Luís Machado Freire, sobrinho e homónimo do primeiro instituidor. Trata-se de um dos três filhos da irmã Maria Machada, portanto um dos irmãos da noiva referida anteriormente (ver genealogia parcial). Este Luís Machado Freire sucederá ao tio no cargo de prior de Peroviseu e por ele deverá passar a administração do morgadio em caso da morte da mãe, antes de passar para sua irmã, (Maria Machada) da qual se esperava que casasse com o primo (Diogo Dias Machado) e se concretizasse a junção dos dois vínculos, como verificámos ter acontecido.

Luís Machado Freire nasceu nos Chãos em 1661<sup>15</sup>. Atendendo à data do seu nascimento pensamos que em 1696, ano do testamento do seu tio (o primeiro instituidor), este segundo padre com trinta e cinco anos, já teria uma posição consolidada dentro da Igreja e um património próprio, situação para que deverá ter concorrido o apoio do tio. Deste padre, temos conhecimento do seu testamento feito em 1725, onde também institui um morgadio com parte dos seus bens. Mais uma vez está presente nas determinações relativas à sucessão nesta instituição, a ideia de unificação dos morgadios. Com esta finalidade, o clérigo nomeia para administradora do referido morgadio a sua irmã Maria Machada que, relembre-se, era a detentora conjuntamente

---

<sup>15</sup> ANTT-registos paroquiais, Dist. Castelo Branco, Conc. Fundão, Freg. Donas, microfilme, rolo nº 249.

com seu primo e marido Diogo Dias Machado (ou Preto) dos bens vinculados pelo tio nas duas primeiras instituições que descrevemos. Estabelece ainda que deverá suceder a Maria Machada o seu filho Luís Machado Freire (homónimo do seu tio e do seu tio-avô) que no caso de morrer sem filhos deverá passar a administração do vínculo para o irmão, Diogo Dias Machado Preto. Neste caso deparamo-nos com uma preferência interessante: o filho mais novo é preferido ao mais velho na sucessão. Conforme se pode comprovar pelos assentos paroquiais de baptismo, Luís nasce em 1702 quando Diogo já tinha nascido em 1700<sup>16</sup>. No entanto, esta preferência poderá estar ligada à vontade do padre proteger o sobrinho que seguindo o seu exemplo terá enveredado pela vida religiosa, prevenendo-se, naturalmente, a ausência de descendência, o que significava a administração do vínculo vir a recair no irmão Diogo Dias Machado Preto ou nos filhos deste. São as seguintes as palavras usadas pelo autor do testamento:

*“disse ele reverendo testador que chama em primeiro lugar para administradora deste morgado ou capela a sua irmã Dona Maria Machada viúva que ficou de Frei Diogo Dias Preto deste lugar de Peroviseu, e por morte da dita sua irmã, chama para administrador do dito morgado ou capela em segundo lugar o seu sobrinho Luís Machado Freire, filho da dita sua irmã Dona Maria, e se este segundo chamado morrer sem filhos de legítimo matrimónio passará o dito morgado ou capela a seu sobrinho Diogo Dias Machado Preto todos deste mesmo lugar (...)”*<sup>17</sup>.

O acaso determinou que Diogo Dias Machado Preto, apesar de mais velho, tenha sobrevivido ao irmão padre e viesse a administrar o morgadio, entretanto já chamado de “Peroviseu e Chãos”. Tivemos acesso ao seu testamento datado do ano de 1756, altura em que tem a seu cargo a referida administração.

Diogo Dias Machado Preto, segundo o documento, foi familiar do Santo Ofício, Alferes de Cavalos do Regimento de Dragões de Castelo Branco. Casou com Micaela Maria da Mota Godinho. Situámos nos registos paroquiais o baptismo de três filhos deste casamento: Diogo, Angélica e Paula.

No testamento deste sucessor está implícito que o seu filho varão dará continuidade à administração do morgadio. A sua preocupação, manifestada no documento em questão, prende-se com a sua *terça* que é essencialmente constituída por terras e outros bens que herdou dos avós paternos (Isabel Machada da Cunha e Diogo Dias Preto). O remanescente da referida *terça* – depois de cumpridas todas as obrigações – deveria ficar na posse de sua mulher Micaela Maria da Mota e passar depois da

<sup>16</sup> ANTT-registos paroquiais, Dist. Castelo Branco, Conc. Fundão, Freg. Peroviseu, microfilme, rolo 267.

<sup>17</sup> Testamento de Luís Machado Freire, de 1725, transcrito no Processo de Registo de Vinculos, ANTT, Vinculos Abelho, Castelo Branco, proc. n.º 27, fl. 141.

sua morte à única filha viva, Paula – Angélica era à data do testamento já falecida. Após a morte de Paula, a *terça* deveria ser vinculada ao primeiro morgado instituído em 1696:

*“(...) e depois de meus legados cumpridos deixo o remanescente de minha terça a minha mulher Dona Micaela Maria da Mota Godinho e por sua morte a nossa filha Dona Paula e por morte desta ficará vinculada a dita terça ao primeiro morgado instituído pelo primeiro Prior Luis Machado (...)”*<sup>18</sup>.

Transparece da redacção deste testamento a preocupação do morgado com a sobrevivência económica da sua esposa e da sua filha. Esta, cujo nome completo foi Paula Maria Angélica Preto da Cunha, casou com o Dr. Manuel Tavares Falcão. A posição deste casal em relação à forma como foi feita a administração dos bens da família não parece ter sido totalmente pacífica e provavelmente terá levantado alguns problemas. A esse propósito voltaremos a referir-nos a Manuel Tavares Falcão adiante, relativamente a uma anexação feita mais tarde pelo sobrinho de sua esposa Paula, Diogo Dias Preto da Cunha que virá a ser Chantre da Sé da Guarda.

Na realidade, foi o irmão de Paula, Diogo Dias Preto que administrou o morgadio de Peroviseu. Diogo casou com Catarina Maria Osório Coutinho com quem teve seis filhos, segundo o que pudemos apurar: Diogo, nascido provavelmente em 1744; Maria, nascida em 1745; José, em 1746; Rosa, em 1748; Antónia, em 1750; Luís Justiniano, em 1753.

Nesta geração, a sucessão do vínculo teve de se adaptar ao facto do primogénito da fratria referida, Diogo Dias Preto da Cunha, enveredar pela carreira eclesiástica e não assumir a sucessão. Este facto, não o impediu, no entanto, de orientar a administração do morgadio e continuar a tratar do engrandecimento da família. Este, que será o já referido Chantre da Sé da Guarda, vai reunir na sua posse grande quantidade de propriedades na aldeia dos Chãos, as quais virá a anexar ao morgadio. Terá sido a partir deste momento que o património do vínculo nesta última aldeia se torna ainda mais significativo.

A sucessão recaiu no sobrinho, Diogo, filho do irmão do Chantre, capitão-mor José de Sousa Osório Coutinho da Cunha. Enquanto tal não aconteceu é possível que a administração do morgadio se tenha prolongado entretanto nas mãos do pai do clérigo.

Sabemos que o pai do Chantre, está ainda vivo em 1794, altura provável do casamento do seu neto e sucessor na administração do vínculo. Chamou-se este neto Diogo Dias Preto Osório Cabral, nascido em 1776 e filho do já referido capitão-mor

---

<sup>18</sup> Testamento de Diogo Dias Machado Preto, de 1756, transcrito no Processo de Registo de Vínculos, ANTT, *Vínculos Abelho*, Castelo Branco, proc. 27, fl. 146.

e de Antónia Margarida de Vilhena Soares Machuca. Em 1816, é este neto que administra os bens vinculados e é no mesmo ano que o tio faz uma escritura de anexação de terras e casas ao morgadio. Trata-se pois de:

*“Escritura de anexação e união de certas propriedades que faz o ilustríssimo Diogo Dias Preto da Cunha, Chantre da Sé da Guarda, ao vinculo e morgado chamado de Peroviseu de que é actual administrador seu sobrinho Diogo Dias Preto da Cunha do mesmo lugar de Peroviseu”<sup>19</sup>.*

Tal como escrevemos algumas linhas atrás, encontramos indícios que nos fazem crer que esta anexação não foi totalmente pacífica, já que em dado momento do documento surge o nome de Manuel Tavares Falcão, marido de Paula – tia do Chantre da Sé da Guarda – como opositor ao processo, embora tendo desistido dessa oposição. É a seguinte a observação que nos faz levantar a questão:

*“(...) ouvindo o imediato sucessor do dito morgado que convém na sua pretensão do suplicante, como também a suposta oposição de Manuel Tavares Falcão, sendo ouvido com precedência de informação do Corregedor da Comarca de Castelo Branco, insta se faça a união dos ditos bens, afirmando ter sido por engano a sua chamada oposição (...)”<sup>20</sup>.*

Assim, como as palavras indicam, o aumento do património vinculado acabou por não ser posto em causa.

Diogo Dias Preto Osório Cabral, que veio a ser vereador da 1ª Câmara do Fundão, casou com Ana Justina de Sousa, filha de Diogo Homem de Brito e de Joana Teresa Centúrio. Os assentos paroquiais<sup>21</sup> dão notícia do nascimento de seis filhos: Diogo, nascido em 1796; José, em 1797; Maria, em 1799; Luís, em 1801, Francisca, em 1805; Rosa, em 1807.

Mais uma vez o primogénito, igualmente nomeado Diogo Dias Preto assume a sucessão do morgadio. Casará com Maria Justina de Macedo. Deste matrimónio apenas nascerá uma filha, Isabel Osório de Macedo.

A vida deste último Diogo parece ter atravessado dificuldades, dedução que fazemos do facto de ser citado como “*demente*”, numa sentença formal de partilhas<sup>22</sup>, feita após a morte de sua esposa Maria Justina e requerida por sua filha em 1863.

Isabel Osório de Macedo casou com Jerónimo Trigueiros de Aragão Martel da Costa, Visconde do Outeiro que virá a ser 1º Conde de Idanha a Nova (na sua

<sup>19</sup> Escritura de Anexação feita em 1816, transcrita no Processo de Registo do Morgadio, ANTT, *Vínculos Abelho*, Castelo Branco, proc. 27, fl. 1v.

<sup>20</sup> *Ibidem*, fl. 2v

<sup>21</sup> ANTT-registos paroquiais, Dist. Castelo Branco, Conc. Fundão, Freguesia Peroviseu, microfilme, rolo 268.

<sup>22</sup> Transcrita no processo de registo do morgadio, ANTT, *Vínculos Abelho*, Castelo Branco, proc. 27, fl. 149.

família). É este casal que, como já afirmámos, faz em 1863 o registo do vínculo de Peroviseu e Chãos simultaneamente com o registo do morgadio da Idanha cujo administrador é o futuro Conde.

Com esta descendente única e este casamento, acontecido numa época em que os ideais liberais vieram a ditar a lei de extinção dos morgadios, indiciam para o vínculo de Peroviseu e Chãos um futuro muito diferente de um passado em que a sua manutenção, aumento e transmissão se manteve de forma estável, sem sobresaltos visíveis, durante sete gerações.

### A LÓGICA DAS ALIANÇAS MATRIMONIAIS

Uma das preocupações constante do grupo de descendentes de Luís Machado Freire – fundador do morgadio Peroviseu e Chãos – foi a conservação e o aumento do seu património material e simbólico. As alianças matrimoniais representaram uma das vias mais significativas para concretizar esses interesses.

A necessária correlação entre o modo de transmissão dos bens e a lógica dos casamentos, fez com que a escolha de cônjuge não devesse ser deixada ao acaso. Tal ressaltou da análise da reconstituição genealógica da família detentora do morgadio de Peroviseu e Chãos. A nossa atenção cingiu-se principalmente às alianças matrimoniais estabelecidas pelos sucessores na administração vincular, com o objectivo de detectarmos possíveis correlações entre estas alianças e as preocupações de manter indivisível o património, de dar continuidade ou aumentar o poder e prestígio familiar.

A primeira aliança, estabelecida segundo as orientações testamentárias do primeiro instituidor, o prior Luís Machado Freire, é talvez a que mais evidencia o propósito e o desejo de, com base na união dos patrimónios, fortalecer o poder familiar. Trata-se, como já explicámos no ponto anterior, do casamento entre dois primos direitos. Com este casamento unem-se os dois morgadios que o referido padre destinou, num primeiro tempo, a duas das suas irmãs, as mães dos nubentes. Este tipo de aliança entre consanguíneos próximos, não voltará a ser repetida pelos sucessores seguintes. No entanto a concentração do património conseguida neste primeiro casamento determinará certamente alianças futuras, com o objectivo de o manter intacto ou ainda, se possível, aumentá-lo.

A tendência da escolha de parceiros conjugais nas gerações seguintes parece caracterizar-se pela exogamia familiar, mas também local. Se considerarmos que em determinadas circunstâncias um tipo de aliança pode determinar a realização de outras de características idênticas, não é realmente a repetição de alianças dentro do parentesco que observamos na genealogia em análise. Podemos sim, referir um outro tipo de regularidade, ou seja o recrutamento frequente de cônjuges com laços

de parentesco próximos de figuras eclesiásticas. Com efeito, tal como referiu Armindo dos Santos: “alianças futuras são determinadas por alianças passadas, o que conduz a estruturar o campo matrimonial em função de estratégias múltiplas (...) que se inscrevem no interior de um espaço de acção social de referência identitária.”<sup>23</sup>

Tudo indica que durante o período em que seguimos a transmissão deste morgadio, os indivíduos que asseguraram a sua continuidade relacionaram-se com um universo marcadamente eclesiástico. As vantagens trazidas à *casa* por alianças em que os benefícios eclesiásticos estavam presentes foram assim, procuradas em várias gerações.

A este propósito, Fernanda Olival e Nuno Monteiro referem que os benefícios eclesiásticos “podiam representar um primeiro espaço de capitalização de honra e recursos a serem reinvestidos nos parentes, designadamente nos irmãos, irmãs, sobrinhos e sobrinhas. Esta questão era tão ou mais significativa quanto, geralmente, se esboçava à escala das pequenas localidades”<sup>24</sup>.

De facto, ao longo dos duzentos anos em observação, houve sempre pelo menos uma entidade religiosa muito próxima de cada um dos sucessores. Quando o eclesiástico não era um consanguíneo, era consanguíneo de aliado.

Como referimos na descrição da fundação e transmissão do morgadio, o padre Luís Machado faz as primeiras instituições em 1696 reunindo património seu ao herdado de dois irmãos igualmente padres. Na geração seguinte, um dos seus sobrinho, filho da irmã Maria Machada, chamou-se igualmente Luís Machado Freire e foi padre, tal como o tio, na Igreja de Peroviseu, assegurando assim, nesta geração, a presença do poder eclesiástico junto da família. Este último teve também o seu nome reproduzido num dos sobrinhos, um irmão do sucessor na administração do vínculo. Relativamente a este sobrinho apenas conseguimos saber que para além de se chamar Luís Machado Freire, nasceu em 1702 e estava vivo em 1725 data do testamento do seu tio. Acreditamos que também lhe estivesse, à partida, destinada a carreira eclesiástica, no entanto não conseguimos mais notícias deste indivíduo. Sabemos porém que o seu irmão que sucedeu na administração do morgadio, foi Alferes de Cavalos e Familiar do Santo Ofício e casou com Micaela Maria da Mota Godinho, irmã do Padre Inácio Godinho da Costa e Mota, o padre que substituiu Luís Machado Freire na Igreja de Peroviseu. Continuando, assim, a sentir-se a presença do mundo eclesiástico junto desta família.

Voltamos a encontrar outra entidade clerical, agora consanguínea, no neto do casal Diogo e Micaela. Trata-se do neto primogénito, Diogo Dias Preto da Cunha,

---

<sup>23</sup> “Identité et parenté”, in AAVV, *Espaces et Culture*, (ed. Pierre Pellegrino), Berne/Saint-Saphorin, Editions Georgi-Saint-Saphorin, p. 212.

<sup>24</sup> “Mobilidade social nas carreiras eclesiásticas em Portugal (1500-1820)” in *Análise Social*, vol. XXXVII, Inverno de 2003, p. 1229.

Chantre da Sé da Guarda. Este, contribuiu grandemente para o aumento do património da sua *casa* e possivelmente para o seu prestígio. O clérigo da Guarda vai concorrer para o acréscimo do vínculo com a anexação de grande quantidade de propriedades situadas na aldeia dos Chãos. O seu sobrinho – filho do irmão José – e futuro sucessor no vínculo, Diogo Dias Preto Osório Cabral, também é beneficiado com doações do tio como referiremos adiante. A presença eclesiástica mantém-se através da aliança matrimonial concretizada por este último sucessor, dado casar-se – provavelmente em 1794 – com Ana Justina de Sousa, sobrinha por via materna do Padre Domingos Pires Centúrio (da aldeia de Castelejo) e por via paterna do Bispo de Angola.

Assim, em documentos da Chancelaria de D. Maria I<sup>25</sup>, encontramos as doações, datadas de 1794, recebidas pelo casal Diogo Dias Preto Osório Cabral e Ana Justina, da parte do Chantre da Catedral da Guarda e de D. Luís Brito Homem, Bispo de Angola. Pretendem estas doações, a que se juntam as da mãe, do irmão e as de seis irmãs de Ana Justina de Sousa e ainda do avô do noivo, assegurar a sobrevivência económica do casal enquanto Diogo não aceder à administração do vínculo. Além dos bens que deverão ter sido recebidos na data em que foram feitas as escrituras, é referido num destes documentos que Diogo Dias Preto deverá ser o herdeiro do Chantre.

Mais uma vez temos que considerar estar perante atitudes muito comuns na época, pois como afirmam Fernanda Olival e Nuno Monteiro: “não era apenas em torno da instituição de morgadios que actuavam os eclesiásticos em favor dos respectivos parentes. Por vezes era muito importante o seu papel no mercado matrimonial, independentemente do patamar do espaço social que se queira considerar, quer pela sua hipotética contribuição nos dotes de irmãs e sobrinhas, quer pelo empenhamento do seu capital de *status* na escolha do cônjuge. Os exemplos a invocar seriam inúmeros”<sup>26</sup>.

Ao filho e sucessor deste último casal tão protegido por doações – a que não seriam estranhos o prestígio e riqueza da Igreja Católica – foi dado o nome de Diogo Dias Preto, mantendo a tradição familiar. Nascido em 1796 veio a casar com Maria Justina de Macedo Tovar de Vilhena de Gusmão Mendonça. Este matrimónio, sem deixar de ser uma boa aliança, já não está tão próximo de entidades religiosas como as anteriores. De facto, não devemos esquecer que este sucessor vai viver o auge da sua juventude num ambiente marcado pela Revolução Liberal, época que como sabemos, não é muito auspiciosa para a Igreja Católica e para os que dela vivem.

<sup>25</sup> Conf. ANTT, Chancelaria D. Maria I, Próprios, Livro 47, fls. 296 a 300.

<sup>26</sup> “Mobilidade social nas carreiras eclesiásticas em Portugal (1500-1820)” in *Análise Social*, vol. XXXVII, Inverno de 2003, p. 1232

Concluindo, sublinhamos a ideia de que os morgados de Peroviseu e Chãos ao privilegiarem as alianças matrimoniais feitas com famílias onde prevaleciam as carreiras eclesiásticas terão usufruído de vantagens que permitiram o aumento do poder económico, político e simbólico da *casa* a que pertenceram.

## A LÓGICA DA ATRIBUIÇÃO E TRANSMISSÃO DO NOME

A observação das reconstituições genealógicas realizadas leva-nos a reflectir sobre a importância da forma de nomeação dos indivíduos.

São vários os trabalhos que nos apresentam o resultado de investigações e reflexões sobre a atribuição do nome. Apesar da função distintiva atribuída na nossa sociedade aos nomes próprios e aos apelidos, não há dúvida, no entanto, que no seu conjunto os nomes são pensados e recebidos antes do indivíduo desempenhar qualquer papel social, o que significa, muito provavelmente, que esse papel social é pré-estabelecido por quem os atribui.

A denominação dos indivíduos deixa transparecer crenças individuais e colectivas, relações familiares, estratificações sociais, ideologias, modas, etc. Como refere Lévi-Strauss, “o nome próprio encontra-se sempre do lado da classificação, consignando ao indivíduo uma posição num sistema que comporta várias dimensões, confirmando a sua pertença a uma classe pré-estabelecida: um grupo social num sistema de grupos, um estatuto natal num sistema de estatutos”<sup>27</sup>

Assim, os nomes dados a alguns dos parentes de Luís Machado, fundador do morgadio de Peroviseu e Chãos, demonstram precisamente a previsão na herança e sucessão, a preocupação da separação das linhadas<sup>28</sup> e o desejo da manutenção de um património indivisível na posse de uma delas.

Se os instituidores e administradores deste morgadio se podem incluir num grupo de pessoas que se distinguem da grande maioria da população por “*serem pessoas de distinta qualidade e nobreza*”<sup>29</sup> e possuírem um património razoável, ou seja tal como afirmámos no início deste estudo, situarem-se no “limiar da nobreza”, na realidade vão fazer uso dos nomes à imagem do que se passa na nobreza titular.

Como afirma Armindo dos Santos, “o nome de família tinha um papel importante na nobreza, era objecto de manipulação, de estratégias de preservação ou de

<sup>27</sup> C. Lévi-Strauss, *La pensée sauvage*, Plon, Paris, 1962, p. 240

<sup>28</sup> Utilizamos o conceito de linhada (tradução do francês *lignée*), para designar um segmento de linhagem constituído por indivíduos primogénitos ou benjamins tal como foi proposto por Armindo dos Santos. Cf. *Antropologia Geral*, Univ. Aberta, Lisboa, 2002, p. 160.

<sup>29</sup> Conf. Escritura de anexação transcrita no processo de registo do morgadio, ANTT, *Vinculos Abelho*, Castelo Branco, proc. n.º 27, fl. 2v.



aquisição de posição e de poder. Era em função destas estratégias que se determinava o nome da linhada a preservar<sup>30</sup>. No caso que observámos existe uma denominação que predomina, a que se compõe do nome próprio Diogo e dos apelidos Dias Preto. No entanto estes nomes impõem-se na genealogia contrariando a vontade dos dois instituidores do vínculo. De facto, o primeiro padre que instituiu o morgadio, Luís Machado determina que os sucessores na sua administração usem o apelido de Machado:

*“Também quero e mando que toda a pessoa que suceder no dito meu morgado e fazenda que tenham e usem do dito apelido e sobrenome – Machado – e assim quero que usem do dito apelido, para sempre e enquanto o dito morgado durar haja memória e lembrança da dita família e geração de meu pai Manuel Machado.”*<sup>31</sup>

Mais tarde, o segundo padre instituidor determina que os sucessores usem os apelidos de Machado e Freire:

*“com a condição que todos os chamados para administradores deste morgado ou capela tenham o apelido de Machado e Freire.”*<sup>32</sup>

Como explicar então, a supremacia de um conjunto de apelidos tão diferente dos prescritos pelos instituidores? Frei Diogo Dias Preto, marido de Isabel Machada, irmã do primeiro instituidor é à partida o responsável pela predominância não só dos seus apelidos mas também do nome próprio.

Diogo tinha já falecido quando o padre Luís Machado faz as duas primeiras instituições vinculares em favor das irmãs, mas o prestígio desta personagem está presente em alguns pormenores do testamento do padre<sup>33</sup>. Prestígio que se vai manter e reflectir na forma como o seu nome é transmitido dentro da família.

Cavaleiro da Ordem de Cristo, Mestre de Campo, Diogo Dias Preto ter-se-á notabilizado segundo Felgueiras Gaio, na Guerra da Restauração, mais concretamente na tomada da Vila de Várzea em 1663<sup>34</sup>. A honra e fama atingida por este homem será preservada na memória familiar através da transmissão do seu nome

<sup>30</sup> *Heranças, Estrutura Agrária e Sistema de Parentesco numa Aldeia da Beira Baixa*, Pub. Dom Quixote, Lisboa, 1992, p. 171.

<sup>31</sup> Testamento de Luís Machado de 1696, transcrito no processo de registo do morgadio, ANTT, *Vínculos Abelho*, Castelo Branco, proc. nº 27, fls. 128v e 129.

<sup>32</sup> Testamento de Luís Machado Freire de 1725, transcrito no processo de registo do morgadio, ANTT, *Vínculos Abelho*, Castelo Branco, proc. nº 27, fl. 141v.

<sup>33</sup> No testamento de 1696 onde são instituídos os dois primeiros morgadios o padre instituidor refere a irmã viúva de Frei Diogo Dias Preto como “Dona Isabel Machado da Cunha” enquanto para qualquer outra das irmãs omite o tratamento de Dona. Parece-nos este pormenor ser um indicador de que esta irmã obteve um estatuto superior às outras através do seu casamento.

<sup>34</sup> *Nobiliário das Famílias de Portugal*, ed. de Agostinho Meireles e Domingos A. Afonso, Of. Gráfica da Pax, Braga, 1938, vol. VIII, p. 624.

ininterruptamente durante seis gerações ao primogénito da linhada familiar que administra o morgadio

Se observarmos a descendência das irmãs herdeiras do primeiro padre instituidor do morgadio, verificamos que ambas têm como primogénito, um filho varão que em ambos os casos recebem o nome do pai. No caso do filho de Maria Machada, chamou-se Francisco Gil, no caso de Isabel Machada foi nomeado Diogo Dias Machada. O nome do padre Luís Machada Freire passará para o filho segundo de Maria Machada, e que tal como o seu tio homónimo virá também a ser padre. Ao casar-se o filho primogénito de Isabel com a filha terceira de Maria Machada, também Maria Machada, vemos na descendência deste casal chamar-se ao primeiro filho, mais uma vez, o nome do pai e agora também do avô paterno, Diogo Dias Machada Preto. Apenas o apelido Machada alude ao tio-avô instituidor do vínculo e ao então vivo, tio materno. Este último apadrinhou o segundo filho da irmã Maria Machada, que naturalmente recebeu o nome de Luís Machada Freire, mas deste apenas sabemos que é o último indivíduo que surge assim nomeado na nossa reconstituição genealógica (ver genealogia parcial).

À partida parece ter havido a preocupação de manter, dentro da linhagem, duas linhadas distintas de idêntica importância, marcadas pela atribuição do nome Diogo Dias Preto a uma, enquanto na outra se mantinha o nome de Luís Machada Freire, participando ambas no engrandecimento da família e do seu património. À primeira linhada cabia o papel da administração do morgadio, enquanto a segunda se manteria ao serviço da Igreja contribuindo da forma possível para o fortalecimento do poder e prestígio da *casa*. Como escreveu Nuno Gonçalo Monteiro “as casas não capitalizavam apenas os serviços dos seus secundogénitos e a respectiva remuneração. Também procuravam captar por todos os meios, o seu capital de prestígio”<sup>35</sup>. A existir, a estratégia manteve-se durante duas gerações, ao fim das quais desaparece o nome de Luís Machada Freire ou outro idêntico, sem que, no entanto, a influência da Igreja deixasse de continuar a fazer-se sentir, mas de formas diversas, como referimos no ponto anterior.

Assim, apesar de serem os bens patrimoniais recebidos dos padres “Luís Machada Freire” que prevaleceram, não conseguiram aqueles padres fazer cumprir o desejo de impor os seus apelidos aos administradores do vínculo, neste aspecto foram sempre superados pelo nome e apelidos dos pais dos sucessores.

Diogo Dias Machada Preto, nascido em 1700, reproduz o seu nome no filho primogénito, nascido em 1727, mas nos documentos consultados este filho primeiro

---

<sup>35</sup> “Modelos de comportamento aristocrático nos finais do Antigo Regime” in *Temas de Genealogia e de História da Família*, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, Universidade Moderna, Porto, 1998, p. 146.

e sucessor no morgadio, é identificado apenas como Diogo Dias Preto. O apelido Machado só voltará a surgir esporadicamente, precisamente quando se pretende, de alguma forma, relacionar Diogo Dias Preto com Luís Machado, o instituidor do morgadio.

Quanto ao primeiro filho deste Diogo Dias Preto, nascido cerca de 1744, usará o nome de Diogo Dias Preto da Cunha (não nos dando os documentos consultados justificação para o surgimento do apelido Cunha). Tendo sido este Cunha, homem do clero, mais concretamente “Chantre da Catedral da Guarda”, não virá a ter descendentes directos, pelo que a reprodução do nome privilegiado por esta linhagem será feita através do filho do seu irmão segundo, José de Sousa Osório Coutinho da Cunha. Chamar-se-á o filho deste e por consequência sobrinho do Chantre, nascido em 1776, Diogo Dias Preto Cunha Osório Cabral. Não encontrando neste caso, explicação para o apelido Cabral, sabemos porém que o Osório era um nome usado pela avó materna e pelo pai desta.

Apesar da sucessão na administração do vínculo, nesta geração, não ter sido tão linear como nas anteriores, pois tudo indica que a transmissão tenha sido feita do avô para o neto – este nascido de um filho segundo – o nome predominante na linhagem não deixa de acompanhar a transmissão.

Este caso é um exemplo bastante claro do que escrevemos anteriormente relativamente ao facto de a atribuição do nome deixar transparecer a pré-definição do papel social que se espera vir a ser desempenhado por um indivíduo. Na realidade, é muito provável que mesmo antes de ter nascido já estivesse decidido que o sobrinho do Chantre se chamaria Diogo Dias Preto e que deveria vir a ser sucessor na administração do morgadio de Peroviseu e Chãos.

Pelos documentos somos levados a crer que durante a sua vida o Chantre terá seguido de perto a gestão do morgadio – para o aumento do qual contribuiu de forma significativa – apoiando a sucessão que, saltando a sua geração, se fez do seu pai para o seu sobrinho. Prova disto mesmo é a anexação de bens e a identificação dos administradores do vínculo que aquele clérigo faz em 1816. Neste documento, o Chantre cita além do nome do fundador do morgadio, o nome do anterior administrador que foi o seu pai e o nome do seu sobrinho, administrador no momento em que é redigido:

*“(…) para efeito de poder unir e anexar ao vínculo chamado de Peroviseu que instituiu o reverendo Luís Machado Freire Prior que foi da Igreja do Lugar de Peroviseu do qual morgado disse ter sido administrador seu pai Diogo Dias Preto da Cunha Machado Freire e presentemente o é seu sobrinho Diogo Dias Preto da Cunha Osório Cabral (...)”<sup>36</sup>*

<sup>36</sup> Escritura de anexação transcrita no processo de registo do morgadio de Peroviseu e Chãos, ANTT, *Vínculos Abelho*, Castelo Branco, proc. nº 27, fl. 4.

Diogo Dias Preto Cunha Osório Cabral, sobrinho do Chantre, será pai do último indivíduo a receber os nomes Diogo Dias Preto nesta sucessão de administradores do morgadio. Circunstâncias que poderão ter sido várias, ditaram que a fertilidade das gerações anteriores não se repetisse e que este último morgado fosse pai apenas de uma filha, a qual usou o nome de Isabel Osório de Macedo ou Isabel Osório de Sousa Preto de Macedo. O termo Macedo recebido de sua mãe prevalece nos documentos, enquanto Preto é geralmente omitido.

Na descendência desta senhora resultante do casamento com Jerónimo Trigueiros de Aragão, realizado em 1850, nascem dez filhos, mas nenhum terá o nome próprio Diogo, nem os apelidos Dias e/ou Preto.

Esta omissão onomástica acontece em paralelo com o desaparecimento do morgadio de Peroviseu e Chãos, tal como se afirmou durante os séculos anteriores. Este acaba por ser absorvido pela *casa* do Visconde do Outeiro e Conde de Idanha, marido de Isabel Osório de Macedo.

Sem nos querermos alongar no que nos parece ter ficado já perceptível, acrescentamos apenas que entre os casos que estudámos este é o que apresenta uma maior continuidade na preservação onomástica, na sequência de administradores de vínculo. O mais corrente é a alternância entre dois nomes próprios, ou seja o pai dá o seu nome ao neto, enquanto o seu filho recebeu o do seu avô paterno. O arranjo feito entre os apelidos é também frequente, ser mais diversificado. Relembremos que, os apelidos Dias Preto prevaleceram durante os dois séculos. Assim, mais do que em outros casos estudados, o processo de transmissão do nome aqui apresentado parece ter funcionado como um autentico “*emblema*”<sup>37</sup> da família e do seu património.

## NOTA CONCLUSIVA

O sucesso conseguido na gestão dos casamentos, sucessões, filiação e na prevalência de um conjunto de nomes, não resiste ao que nos vai parecer a primeira falha do sistema. Falha acontecida cerca de duzentos anos após a instituição do morgadio, quando um *déficit* na fertilidade de um casal sucessor leva à ausência de um filho varão e à existência de uma única filha. Depois do casamento desta, com

---

<sup>37</sup> Encontramos um paralelo entre a transmissão do nome no caso estudado e o que escreveu Pierre Bourdieu num estudo resultante de observações feitas em diferentes aldeias da Cabília: “A concorrência e os conflitos aos quais dá lugar a transmissão dos nomes próprios são uma ocasião que permite observar as funções práticas e políticas destes marcadores genealógicos: quem se apropria desses índices da posição genealógica (...) que são ao mesmo tempo *emblemas*, representando todo o capital simbólico acumulado por uma linhagem, apodera-se de certo modo de um título que confere direitos privilegiados sobre o património do grupo.” *Esboço de Uma Teoria da Prática*, Celta Editora, Oeiras, 2002, p. 71.

Jerónimo Trigueiros de Aragão, sucessor num outro morgadio de relativo prestígio, e gerindo uma *casa* para a qual trará os títulos de Visconde de Outeiro e de Conde de Idanha-a-Nova, constatamos que o morgadio de Peroviseu e Chãos desaparece como entidade autónoma, para ser absorvido pela lógica da administração patrimonial imposta pelo marido de Isabel Osório de Macedo.

Não se realizando qualquer acção no sentido de preservar a identidade da *casa* a que estava associado o morgadio de Peroviseu e Chãos, o centro da vida dos descendentes da linhagem de Diogo Dias Preto passará, a partir deste casamento, para outro contexto familiar onde a memória da parentela paterna se impõe à materna. Passa-se para um espaço geográfico que se afasta de Peroviseu e que se divide entre o Fundão, a Idanha-a-Nova e Alcaíns. Também a persistência onomástica anterior será interrompida, agora serão os nomes próprios de Jerónimo e de Joaquim, acompanhados dos apelidos Trigueiros, Aragão e Martel que irão prevalecer.

Será neste novo desenvolvimento que o património do morgadio de Peroviseu e Chãos irá receber o impacto da legislação que em 1863 extingue os morgadios. Tudo indica que não resistiu à “pulverização” do seu território que a lei passou a permitir e os novos ideais sociais incentivavam. Não seria necessário que assim fosse, pois como afirma Brien O’Neill em relação ao Código Civil de 1867: “o Código Civil não foi um Deus *ex machina* que instituiu as partilhas em todo o país”<sup>38</sup>. Por vias diversas, a lei continuou a permitir o desenvolvimento de acções que evitavam a divisão patrimonial e a prova disso é a existência ainda nos dias que correm de *casas* e vastos patrimónios fundiários, cuja origem encontramos na instituição do morgadio.

No caso do morgadio de Peroviseu e Chãos encontramos na memória dos descendentes vivos, as marcas do passado, em que a indivisibilidade dos bens e a primogenitura na sucessão aparecem como um ideal carregado de sentido. Na paisagem é ainda possível encontrar os edifícios pensados, construídos e vividos por um padre Luís Machado ou por um morgado Diogo Dias Preto – degradados ou conservados, conforme as circunstâncias permitiram – em Peroviseu ou na aldeia dos Chãos.

#### FONTES

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

*Cartório da Nobreza*, Livros 3 e 4;

*Chancelaria D. Maria I*, Próprios, Livros 47 e 85

*Registos Paroquiais*, Dist. Castelo Branco, Concelho do Fundão, microfilmes, rolos 249 e 267

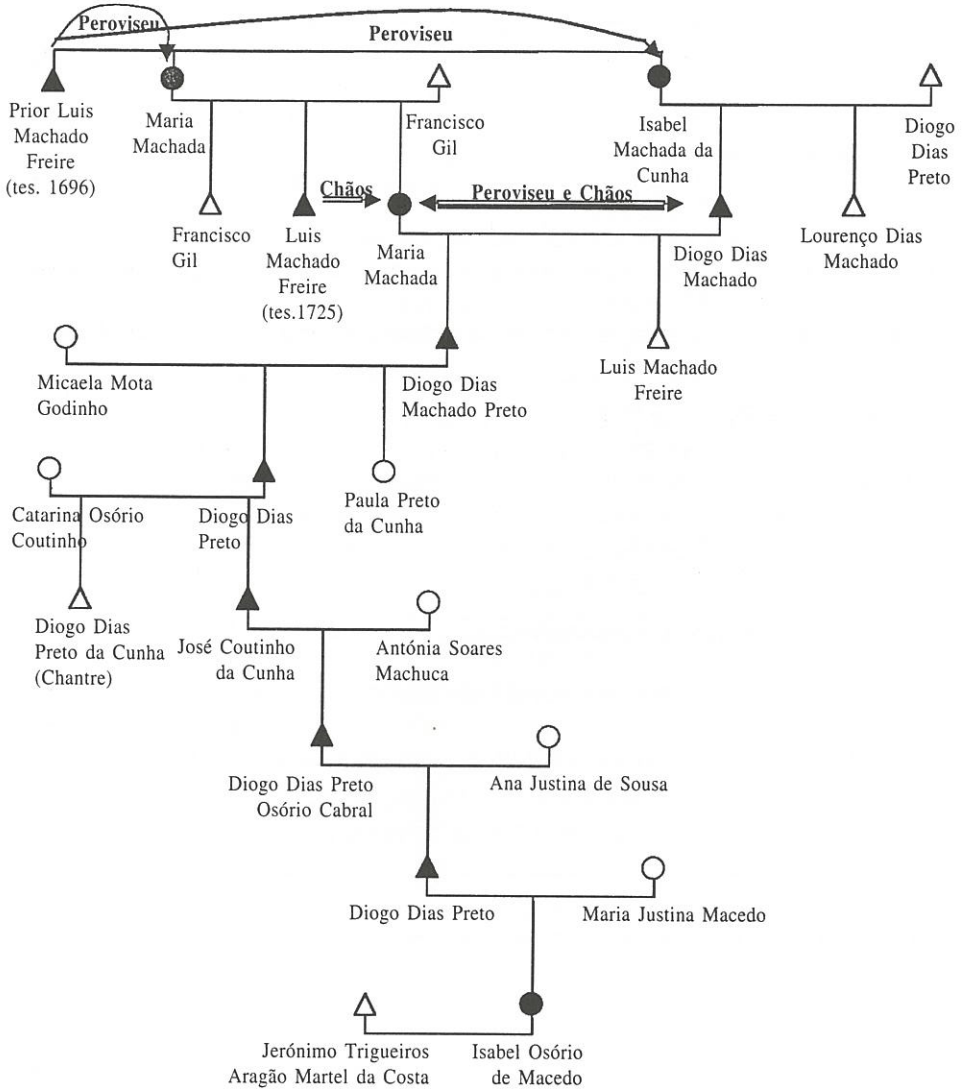
*Vínculos Abelho*, Castelo Branco, Proc. nº 27

<sup>38</sup> “Práticas de Sucessão em Portugal: Panorama Preliminar” in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. 37, Porto, 1997, pp. 121/148.

#### BIBLIOGRAFIA GERAL

- BOURDIEU, PIERRE (2002). *Esboço de Uma Teoria da Prática*, Celta Editora, Oeiras.
- LÉVI-STRAUSS, CLAUDE (1962). *La pensée sauvage*, Plon, Paris.
- GAIO, MANUEL JOSÉ DA COSTA FELGUEIRAS (1938). *Nobiliário das famílias de Portugal*, ed. de Agostinho Meireles e Domingos Afonso, Braga, Of. Gráfica da Pax.
- MONTEIRO, NUNO GONÇALO (1998). *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Lisboa.
- MONTEIRO, NUNO GONÇALO (1998). "Modelos de comportamento aristocrático nos finais do Antigo Regime", *Temas de Genealogia e de História da Família*, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, Univ. Moderna, Porto, 1998.
- Elites e Poder, entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, Col. Análise Social, Imp. De Ciências Sociais, Lisboa, 2003.
- O'NEILL, BRIEN (1997). "Práticas de Sucessão em Portugal: Panorama Preliminar" *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. 37, Porto.
- OLIVAL, FERNANDA E MONTEIRO, NUNO GONÇALO (2003). "Mobilidade social nas carreiras eclesiásticas em Portugal (1500-1820)", *Análise Social*, nº 165, Lisboa.
- ROSA, MARIA DE LURDES (1995). *O Morgadio em Portugal, sécs. XIV – XV*, Editorial Estampa, Lisboa.
- SANTOS, ARMINDO DOS (1992). *Heranças, Estrutura Agrária e Sistema de Parentesco numa Aldeia da Beira Baixa*, Publ. Dom Quixote, Lisboa.
- SANTOS, ARMINDO DOS (1983). "Identité et parenté" in *Espaces et Culture*, Editions Georgi-Saint-Saphorin, Berne.
- SANTOS, ARMINDO DOS (2002). *Antropologia Geral*, Univ. Aberta, Lisboa.

## Genealogia Parcial de Luís Machado e Instituição do Morgadio de Peroviseu e Chãos



# V Á R I A



## RECENSÃO

**“A irrequietude das Pedras, Reflexões e experiências de um arqueólogo”**, por Vítor Oliveira Jorge, Edições Afrontamento, Biblioteca de Arqueologia, n.º 1, 2003, 195 pp.

“(…) inquietação diante do que é o discurso na sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita; inquietação diante dessa existência transitória, destinada a apagar-se sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence; inquietação de sentir sob essa actividade, todavia quotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imaginam; inquietação de suspeitar de lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras das quais o uso há tanto tempo reduziu as asperidades.”

*Michel Foucault*

*A Ordem do Discurso,*

Relógio d'Água editores, 1997, 9

Esta colectânea de textos tornada livro, como acontece inúmeras vezes no estrangeiro, e infelizmente raras vezes em Portugal, não se resume a uma compilação de artigos, mas, sim, possui uma estrutura e arquitectura de pensamento alicerçado num conjunto de traves mestras. E quais são? O que confere unidade a este livro? O que é que a arqueologia e nós, arqueólogos, poderemos retirar/extrair desta edição?

1. Desde já a ideia da não existência de uma dicotomia teoria/prática. Ideia que o autor sempre refutou e ao longo destas cerca de 200 páginas vai sistematicamente lembrando ao leitor. Assim gostaria de começar por citar o autor: “(…) quando andava no “campo” estava a pôr em prática uma teoria, e, quando tentava “teorizar”, estava a procurar perceber o que é que andava a fazer no campo.” (p. 37)

A grande maioria dos estudantes de arqueologia (um dos destinatários deste livro), e muitos de nós arqueólogos (outro destinatário), têm aquilo que podemos chamar “uma certa aversão” ao estudo da teoria, muitas vezes não percebendo a sua importância, porque a vêem, e quase sempre é explicada, numa acepção descritiva, de escolas, de jargões científicos, e raramente é integrada num discurso relacional e biunívoco com a própria prática. Dados arqueológicos em vez de ideias sobre dados arqueológicos, parece ser muitas vezes a “palavra de ordem”. No entanto o que é importante é pensar as “questões teóricas”, não as distinguindo das “outras questões”.

O que se torna premente e importante é “pensar arqueologicamente”, englobando todas as questões, não diferenciando/alimentando esta falsa dicotomia.

A teoria é um produto da prática, assim como a prática é um produto da teoria; são duas “técnicas” que caminham lado a lado, dialogando, interagindo e propondo mutuamente novos caminhos, novas abordagens. Daí a impossibilidade de se escrever uma teoria abrangente da “arqueologia” (p. 37/38). Este conjunto de reflexões é suscitado num diálogo interessante com o pensamento do Professor Jorge de Alarcão.

A arqueologia, hoje, deveria ser pensada em íntima relação com experiências específicas de campo, deveria ser conceptualmente construída em todos os seus momentos, com todos os seus especialistas, com a heterogeneidade que ela própria comporta.

2. Uma segunda trave-mestra que atravessa este livro relaciona-se com a problematização da arqueologia como um saber socialmente interveniente. A preocupação de pensar o papel do arqueólogo na sociedade.

A arqueologia é hoje, ou melhor, deveria ser, hoje, um parceiro no conceito de educar para a cidadania; tem de ser um interlocutor do desenvolvimento sustentado – é uma disciplina que pela sua especificidade tem de arcar com responsabilidades na área da gestão de projectos e no ordenamento do território. Por outro lado, o arqueólogo enquanto cientista tem de ser incómodo, tem que pôr em causa “(...) tudo quanto parece óbvio e universal, incontestável”, sendo “(...) essa aliás, a atitude da ciência” (p. 49), “(...) e a arqueologia é uma prática científica” (p. 89).

O autor refere-se igualmente ao papel incómodo da arqueologia relacionada com estas questões; (...) apercebi-me que a arqueologia era também um elemento de um espaço de controvérsia política (...) a arqueologia era, como a arquitectura, ou a engenharia, uma forma de actuação no território. Só que sem poder nenhum para o abranger, para disputar espaço aos poderes já instalados” (p. 37). E essa disputa tem de acontecer. A arqueologia para se tornar um saber socialmente interveniente, na acepção do autor, tem que tirar partido da sua heterogeneidade como disciplina exercida em vários tipos de situações e “(...) aceitar o desafio do diálogo com o mundo real” (p. 92).

3. E uma forma de aceitar este desafio, leva-nos a outra ideia base que perpassa por este livro: A arqueologia como saber socialmente válido. Mas como? O autor responde-nos: “Fazer arqueologia em projectos de pesquisa, feitos em equipa, controlados pela mais minuciosa observação possível, partilhada e construída em grupo. Só assim é possível criar um saber socialmente válido” (p. 8). Hoje é necessário uma mudança de escala nos trabalhos de investigação a todos os níveis, incluindo a interdisciplinariedade, e fazer circular a informação em todos os patamares e entre todos os intervenientes de um projecto de investigação.

4. Uma outra ideia base, ou trave-mestra deste livro, relaciona-se com aquilo a que poderemos chamar uma arqueologia crítica ou desconstrutiva. Não criticar para desconstruir somente, mas sim desconstruir para construir algo de novo. Ou como disse Foucault, “Para que haja disciplina é preciso, (...) que haja possibilidade de formular, e de formular indefinidamente, proposições novas” (FOUCAULT, 1997: 25). Estão nesta linha as reflexões sobre o que é o objecto da arqueologia, o que significa interpretar em arqueologia, o que é o registo arqueológico, ou questões aparentemente mais específicas, como: que sentido tem hoje falar-se em megalitismo, que significa a “arte megalítica”.

Parece-me que esta arqueologia crítica pensada construtivamente, poderá dar-nos, a nós arqueólogos, sugestões de trabalho e linhas de pesquisa, que o autor trata, por exemplo, no capítulo 1 da primeira parte, ao reflectir sobre o conceito de objecto em arqueologia: “Entende-se por objectos todo o mundo material que nos rodeia. Nesse mundo material (...) tem pouco interesse (...) distinguir entre o que é “natural”, “geológico” ou “biológico” e o que é “artificial”, construído ou alterado pelo ser humano” (p. 12). Desde os objectos privilegiados dos antiquários; as obras de arte, as moedas, as inscrições, até aos objectos inseridos numa arqueologia mais porosa em íntima relação com uma experiência de campo atravessada por todos os outros dados, todos os outros especialistas, pelas estruturas, pelas arquitecturas, pelos espaços, pelos montes e vales, pelas bacias fluviais, aproximarmo-nos cada vez mais desses lugares, desses territórios, dessas paisagens.

Ou no capítulo 1 da II parte, ao sugerir pistas para a pesquisa e interpretação dos complexos artísticos do Douro-Côa, como: a disposição das rochas relativamente à paisagem, isto é, a inserção da arte rupestre no meio envolvente como uma das valências significantes desse meio; ou ainda, que território se vê de cada núcleo de manifestações rupestres e quais os possíveis significados de uma tal variabilidade de horizontes.

Ou ainda, no último capítulo do livro, que a mim me toca particularmente, onde o autor enumera um conjunto de reflexões acerca das estações arqueológicas de Castelo Velho e Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz-Côa), pondo em causa (como aliás também tem feito Susana Oliveira Jorge; 1994, 1998, 2002), conceitos perfeitamente estabelecidos no panorama actual da arqueologia portuguesa, mas pensando alternativas, discutindo ideias, e sugerindo outras formas de conceber o espaço; a inserção paisagística/territorial destes sítios, a sua localização e significado em termos de investimento simbólico da paisagem, o afeiçoamento de um espaço físico em lugar significativo, ao que poderemos acrescentar novas formas de imposição na paisagem, imposição essa organizada pelas suas arquitecturas. Arquitecturas criadoras de espaço e de relações espaciais, como forma de expressão social numa linguagem nova com uma gramática própria. Mas a arquitectura, ou melhor, aquela arquitectura, não seria apenas um modo de elaboração material de representações, seria também um receptáculo de signos onde toda uma rique-

za de significações simbólicas estaria ligada/associada/impregnada a/de determinados tipos de estruturas, espaços fechados e abertos, a passagens.

É neste conjunto de propostas de trabalho e/ou linhas de pesquisa que uma ideia base assola constantemente este livro: “O que mais me importa é aproximar-me dos lugares, dos territórios, das paisagens (...)” (p. 8). Não numa acepção da “arqueologia da paisagem”, ou da “arqueologia espacial”, mas sim numa perspectiva de que todos estes lugares são conceitos relacionais, são territórios com história, são espaços vividos, formando conjuntos de relações.

Além de tudo o que foi dito, e principalmente do que foi escrito, o autor adopta uma posição muito semelhante àquela que Bruno Latour nos descreve em “Science in Action”, isto é, existe uma aproximação ao estudo de determinados fenómenos arqueológicos olhados de um ponto de vista de “redes relacionais” de objectos, estruturas, representações, espaços, lugares, que se enredam no sentido de produzirem conhecimento científico.

Poderíamos referir mais uma, duas, ou três traves-mestras que perpassam por este livro, tornando-o uno na sua problematização acerca da arqueologia, mas creio que é tempo de terminar, e gostaria de o fazer com mais uma citação do autor:

“Ah, e não se esqueçam de que a arqueologia não se faz com livros, nem ideias iluminadas. Faz-se com projectos de envergadura implantados no terreno. Faz-se com investigação. Faz-se com dor, faz-se em esforço com muito trabalho e persistência (...)” (p. 58)

Eu diria que estamos condenados a trabalhar e a pensar, pensar novo.

*João Muralha*

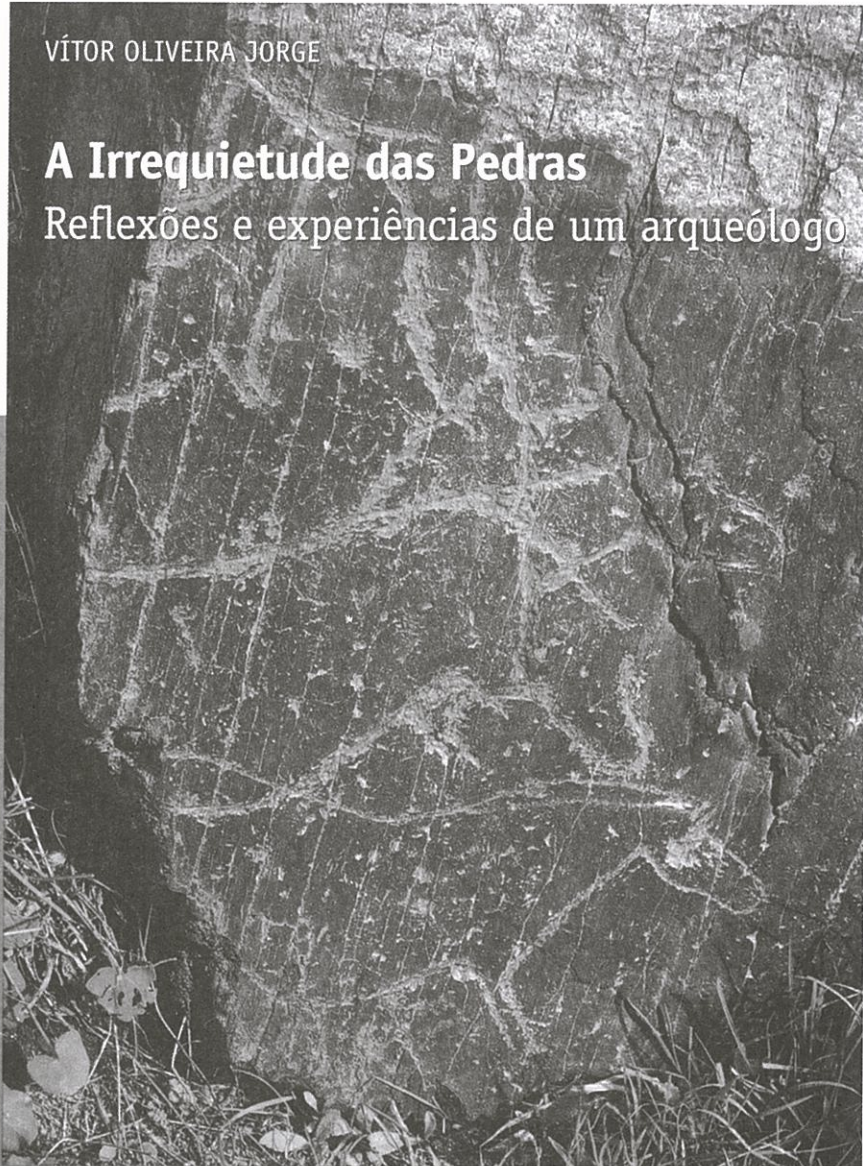
## BIBLIOGRAFIA

- FOUCAULT, MICHEL (1997). *A Ordem do Discurso*, Relógio d'Água editores.
- JORGE, SUSANA OLIVEIRA (1994). “Colónias, Fortificações, Lugares Monumentalizados. Trajectória das Concepções sobre um tema do Calcolítico Peninsular”, Separata da *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, Vol. 11, Porto, Faculdade de Letras, pp. 447-546.
- JORGE, SUSANA OLIVEIRA (1998). “Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz-Côa, Portugal): breve genealogia de uma interpretação”, in *Actas do Colóquio A Pré-história na Beira Interior*, Viseu.
- JORGE, SUSANA OLIVEIRA (2002). “Castelo Velho de Freixo de Numão: um recinto monumental pré-histórico do Norte de Portugal”, in *Património / Estudos 3*, IPPAR, pp. 145-164.
- JORGE, VÍTOR OLIVEIRA (2000). *Arqueologia, Património e Cultura*, Lisboa, Instituto Piaget.
- JORGE, VÍTOR OLIVEIRA (2002). “Arqueologia dos monumentos da Pré-história recente – algumas sugestões interpretativas”, in *Revista de Ciências e Técnicas do Património*, Maia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 13-26.
- JORGE, VÍTOR OLIVEIRA (2003). *Olhar o Mundo como Arqueólogo*, Coimbra, Quarteto Editora.

VÍTOR OLIVEIRA JORGE

# A Irrequietude das Pedras

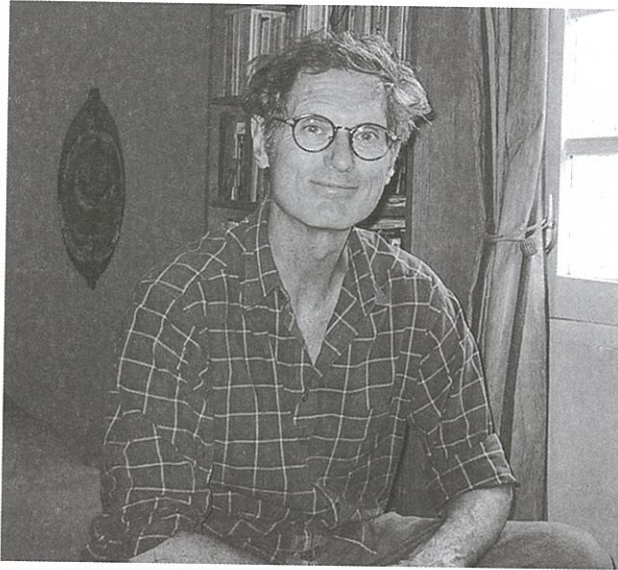
Reflexões e experiências de um arqueólogo



BIBLIOTECA DE ARQUEOLOGIA | 1

Edições  
Afrontamento

## PIERRE LEMONNIER NO PORTO



A convite do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP, esteve no Porto em Outubro de 2003 o antropólogo francês Doutor Pierre Lemonnier, com o apoio da Embaixada de França/Instituto Francês do Porto. Apresentou duas palestras na Faculdade de Letras, nos dias 16 e 17 daquele mês, sobre os povos da Papuásia – Nova Guiné, que estuda há muitos anos, de colaboração com sua mulher, que o acompanhou nesta visita ao Porto. Em ambos os casos, encheu um anfiteatro repleto de alunos, professores e outros elementos de um público muito atento, os quais “responderam à chamada” largamente difundida por mail. Mas o mais interessante terá sido, como sempre, o contacto directo, e as conversas extremamente estimulantes que nos proporcionou.

Para que fique registado, aqui transcrevemos, mesmo na língua original, o breve “curriculum vitae” que dele obtivemos, acompanhado de uma foto sua.

De sublinhar que no Porto passam regularmente as grandes figuras da antropologia mundial, sem que exista a funcionar, na Universidade pública desta cidade, uma licenciatura nesse domínio.

*V.O.J.*

Formé à l'économie en même temps qu'à l'ethnologie entre 1967 et 1975, époque bénie où l'on pouvait s'instruire auprès de J. Barrau, I. Chiva, R. Cresswell, G. Devereux ou M. Godelier, Pierre Lemonnier a réalisé à partir de 1972 une enquête d'anthropologie économique chez les producteurs de sel de Guérande (Loire-Atlantique). Ayant soutenu sa thèse (Paris V), puis rejoint le CNRS (1977), et après avoir sérieusement hésité à réorienter sa recherche vers l'histoire du pays guérandais, l'apprentissage de la langue bretonne ou l'économie rurale, il s'est tourné vers la Papouasie Nouvelle-Guinée en 1978, avec la complicité de M. Godelier et l'innocente conviction que le "regard éloigné" facilitait la vie.

Là, il s'est d'abord consacré à une enquête d'anthropologie comparée (et pédestre) au sein des douze groupe anga, avant d'entreprendre (1982) un terrain de longue durée chez les Ankave, population dont l'environnement, la culture et l'organisation sociale différaient le plus de ceux des Baruya où il avait ébauché l'étude du système technique local, singulièrement celle de la production de sel végétal. Depuis 1987, il partage l'étude monographique des Ankave avec son épouse Pascale Bonnemère (CNRS).

Anciennement spécialiste de questions d'anthropologie des techniques – sous-discipline en constante gestation qu'il a enseignée comme chargé de cours ou de conférences à l'Université Paris I (1982-1992), à l'EHESS (1983-1986) et au Department of Anthropology de l'Université du Michigan (Ann Arbor, 1986) –, il est revenu depuis quinze ans à ces préoccupations plus classiques de l'ethnologie que sont les initiations masculines et les rites de mort. L'ethnologie des techniques n'est plus que l'occasion d'articles d'humeur, notamment pour défendre l'ethnologie des objets laids et ordinaires au sein du futur Musée du Quai Branly (dont il est membre du Conseil d'orientation scientifique), ou de pur plaisir (sur l'aéronautique).

Bien que passionné d'histoire, il s'est vigoureusement élevé contre une tendance contemporaine à envisager uniquement l'ethnologie de la Mélanésie sous l'angle des effets de la colonisation, de la modernité ou du changement ("La chasse à l'authentique. Histoire d'un âge de pierre hors contexte" *Terrain*, 33, 1999: 93-110).

Il a publié:

- *Les Salines de l'Ouest*, Paris, Maison des sciences de l'Homme, 1980;
- *Paludiers de Guérande*, Paris, Institut d'ethnologie, 1984;
- *Guerres et festins. Paix, échanges et compétition dans les Hautes Terres de Nouvelle-Guinée*. Editions de la Maison des sciences de l'homme, 1990;
- *Elements for an Anthropology of Technology*. Ann Arbor: Museum of Anthropology, 1992;
- *Technological Choices. Transformation in Material Cultures since the Neolithic*. Routledge, 1993 (réédition en 2001).

et co-édité:

- *L'intelligence des techniques*. Paris: La Découverte, 1993 (avec Bruno Latour);
- *La production du social. Autour de Maurice Godelier*. Paris: Fayard, 1996 (avec Philippe Descola et Jacques Hamel).

Après une dizaine d'années de chantier, il termine un ouvrage sur l'imputation du malheur, le cannibalisme imaginaire et l'oubli chez les Ankave (*Le sabbat des lucioles*).

Pierre Lemonnier est directeur de recherche au CNRS. Membre fondateur de l'équipe "Techniques et culture" (qu'il a quittée en 1993) et ancien directeur du GdR "Identité et Transformations des Sociétés Océaniques" (Paris), il est actuellement membre du Centre de Recherche et de Documentation sur l'Océanie (CNRS-EHESS-Université de Provence, Marseille) et enseignant à l'EHESS et à l'Université de Provence. Il est membre associé du Papua New Guinea Institute of Medical Research (Goroka).

Sa conception du métier l'a amené à critiquer un reportage télévisé sur l'âge de pierre en Nouvelle-Guinée, ce qui lui a valu un procès au terme duquel il ressort que la critique des documentaires est un droit et un devoir des chercheurs. Il a systématiquement répondu aux demandes de type "humanitaires" formulées par ses hôtes (piste d'aviation, aide alimentaire).



## IV CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA PENINSULAR

*Local:* Faro, Portugal

*Datas:* 14 a 19 de Setembro de 2004

*Organização:*

Departamento de História, Arqueologia e Património  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais  
Universidade do Algarve

*Secretários Gerais do Congresso:*

Manuel González Morales (Universidad de Cantabria)  
Nuno Ferreira Bicho (Universidade do Algarve)  
Victor Hurtado Perez (Universidad de Sevilla)  
Vítor Oliveira Jorge (Universidade do Porto)

*Contactos:*

**mpinho@ualg.pt**  
**nbicho@ualg.pt**  
**<http://www.ualg.pt/fchs/IVCAP>**  
(página em construção)

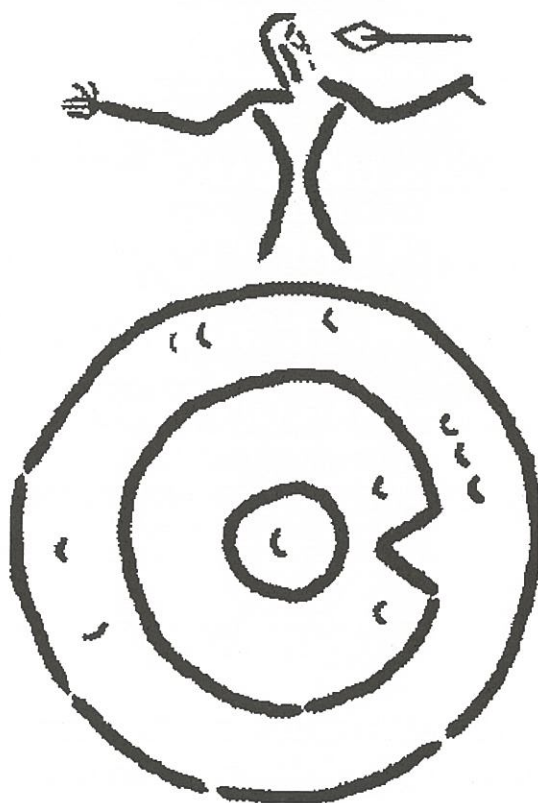
*Congressos anteriores:*

- 1º Universidade do Porto – 1993 – org. SPAE -Publicados 8 volumes de Actas (SPAЕ)
- 2º Fundação Rei Afonso Henriques, Zamora – 1996 - org. Univ. de Alcalá de Henares/FRAH – Publicados 4 volumes de Actas (FRAH)
- 3º Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real – 1999 – org. ADECAP/UTAD – Publicados 10 volumes de Actas (ADECAP)

# IV Congresso de Arqueologia Peninsular

*IV Congreso de Arqueologia Peninsular  
4th Iberian Archaeological Congress*

[WWW.UALG.PT/FCHS/IVCAP](http://WWW.UALG.PT/FCHS/IVCAP)



Faro, 14 a 19 Setembro 2004

OS VOLUMES DOS TAE ANTERIORES  
A 2003 (PORTANTO, 2002 INCLUSIVE)  
ENCONTRAM-SE À DISPOSIÇÃO  
DOS INTERESSADOS, AO PREÇO  
SIMBÓLICO DE 5€ CADA TOMO, NA

**Livraria ecl**

R. Miguel Bombarda, nº 578 · Porto

Aberta de 2ª a 6ª, das 9h às 13h e das 14h às 18h

Tel. 226004937

E-mail: [ecl@mail.telepac.pt](mailto:ecl@mail.telepac.pt)

## Trabalhos de Antropologia e Etnologia

Vols. 42-44 2002-2004

### *Conselho Redactorial*

Augusto Santos Silva (FEUP)  
Brian J. O'Neill (ISCTE)  
Henrique Gomes de Araújo (SPAÉ)  
João Arriscado Nunes (CES-UC)  
Jorge de Alarcão (FLUC)  
Jorge Freitas Branco (ISCTE)  
Maria de Jesus Sanches (FLUP)  
Mário Jorge Barroca (FLUP)  
Nuno Portas (FAUP)  
Paulo Castro Seixas (Univ. F. Pessoa)  
Paulo Tunchas (Univ. F. Pessoa)  
Rui Cunha Martins (FLUC)  
Rui Mota Cardoso (IPATIMUP)  
Susana Oliveira Jorge (FLUP)  
Tito Cardoso e Cunha (FCSH-UNL)

Os artigos propostos para publicação nos TAE são,  
em regra, lidos por dois dos elementos do Conselho Redactorial.  
As opiniões expendidas por cada autor (ou autores) dos textos publicados  
são da sua exclusiva responsabilidade.

## NESTE VOLUME

Intencionalidade, linguagem e valores.  
Contributos interdisciplinares para a  
questão da universalidade e da  
diversidade da moral

As etno-paisagens. A observação  
etnogeográfica das formas sociais  
de modelagem do espaço

Características contextuais da prostituição  
de rua e do trabalho sexual de interior

Antiguidades orientais e conflitos.  
internacionais: (a propósito de)  
um episódio português em plena  
1.ª Grande Guerra Mundial

Uma proposta para reconceitualizar  
a materialidade arqueológica:  
o *Campaniforme* no Norte de Portugal  
e regiões fronteiras

Práticas de construção e reprodução  
de poder no Portugal rural do  
século XVII ao século XIX.  
O caso do morgadio de Peroviseu  
e Chãos (Fundão)

VÁRIA

RECENSÃO

Pierre Lemonnier  
no Porto

APOIO:

M|C

MINISTÉRIO DA CULTURA



INSTITUTO PORTUGUÊS DO  
LIVRO E DAS BIBLIOTECAS

ISSN: 0304-243X



9 770304 243007